



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 30ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular
- 1.3 - Evento Realizado na 56ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular
- 1.4 - 32ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular
- 1.5 - 33ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular
- 1.6 - 35ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear a Organização Internacional do Café – OIC – pelos 50 anos de sua fundação
- 1.7 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1- Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 12/9/2013

Presidência do Deputado Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Arlen Santiago - Cabo Júlio - Celinho do Sinttrocel - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.



ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/8/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - 1º Pannel: Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras do Deputado Fabiano Tolentino - Palavras da Sra. Lígia Maria Alves Pereira - Palavras da Sra. Flávia Marcelle - Palavras do Vereador Pedro Patrus - Palavras do Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa - Palavras do Cacique Mesaque Pataxó - 2º Pannel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras da Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha - Palavras do Sr. Yves Sintomer - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Carlos Pimenta - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Juarez Távora - Maria Tereza Lara - Rômulo Viegas.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A deputada Maria Tereza Lara, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular, com os seguintes objetivos: possibilitar a reflexão sobre os mecanismos de participação popular no Poder Legislativo; conhecer e discutir boas práticas, nacionais e internacionais, de participação popular no Legislativo; apresentar a experiência de prática participativa na Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e constituir um acervo de trabalhos acadêmicos cujo objeto de estudo seja a participação popular no Poder Legislativo.

1º Pannel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Lígia Maria Alves Pereira, coordenadora-geral de Participação Social na Gestão Pública da Presidência da República, e Flávia Marcelle, representando a Defensoria Pública de Minas Gerais; os Exmos. Srs. vereador Pedro Patrus, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; a Exma. Sra. deputada Maria Tereza Lara, vice-presidente da referida comissão; o Exmo. Sr. deputado Fabiano Tolentino, membro da mencionada comissão; a Exma. Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha, doutora em Ciências Políticas e professora da Universidade Federal de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Yves Sintomer, professor de Ciências Políticas da Universidade de Paris 8, na França, Bruno Lazzarotti Diniz Costa, pesquisador da Fundação João Pinheiro, representando as entidades da Comissão Organizadora deste evento, e cacique Mesaque Pataxó, representando entidades da sociedade civil.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a visita de integrantes da Rede de Adolescentes Aprendizes, de Sete Lagoas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo coral da Escola Estadual João Guimarães Rosa, sob a regência do maestro Tito Ferreira Lima.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Presidente

Exmos. Srs. presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado André Quintão; deputada Maria Tereza Lara; Eleonora Schettini Martins Cunha, doutora em ciências políticas e professora da UFMG; Yves Sintomer, professor de ciências políticas da Universidade de Paris; Bruno Lazarotti Diniz Costa, pesquisador da Fundação João Pinheiro, representando as entidades da comissão organizadora deste evento; cacique Mesaque Pataxó, representando entidades da sociedade civil; Lígia Maria Alves Pereira, coordenadora-geral de Participação Social na Gestão Pública; Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes, representante da Defensoria Pública de Minas Gerais; e vereador Pedro Patrus, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Aproveito a oportunidade para transmitir o meu abraço ao pai do vereador Pedro, tão querido por todos nós.

Senhoras, senhores, imprensa presente, esse lindo coral veio encantar este momento. A minha voz não está me ajudando, deputado André Quintão. Fiz muito discurso ontem em Turmalina. Quero saudar todos de forma muito fraterna e fidalga. É uma alegria para a Assembleia recepcioná-los. Este realmente é um momento mágico, de júbilo da Casa do povo. Temos a felicidade de celebrar 10 anos.

Dez anos de luta, de dedicação, de abnegação, de carinho, de vontade de servir, de aspiração ardente de mudar cada dia mais a história de Minas. Para que essas mudanças possam efetivar-se, o caminho é esse, é chamar.

Outro dia estava fazendo uma análise dessas mobilizações em nível nacional e a imprensa estava nos questionando. Então a usei para fazer um chamamento: que o povo venha para cá, que a juventude venha para cá, que a organização civil venha para cá, que a sociedade civil, as entidades e todos venham para cá a fim de debater, discutir momentos, dificuldades, sonhos, projetos e políticas públicas. Este é o local, é o palco privilegiado do debate. A Comissão de Participação Popular é uma ferramenta exuberante dessa



participação que acolhe a inquietação da sociedade, acolhe os seus sonhos, acolhe as suas reivindicações e que procura transformar em realidade essas demandas.

Quero abrir um parêntese de forma muito rápida para reverenciar o deputado André Quintão, a deputada Maria Tereza Lara e todos os outros que compõem essa comissão, orgulho não somente da Assembleia mas também dos mineiros. O deputado André Quintão realmente tem exercido um papel diferenciado, um papel em que se encontram as belas tradições de Minas. É um homem público muito decente, muito qualificado, de muito caráter e de muita integridade, que tem essa abertura imensurável de ouvir o cidadão e buscar essa proximidade com o mineiro e a mineira. Lembro, com muita saudade e alegria, que, quando assumi a presidência da Assembleia, ao lado do deputado André Quintão, tivemos um momento muito rico no parlamento mineiro: o seminário de erradicação da miséria. Percorremos o Estado de Minas Gerais e, por fim, fizemos uma plenária final nesta Casa, onde aquele cidadão mais simples, aquele mineiro muitas vezes sofrido da nossa querida pátria aqui veio, aqui esteve, neste tapete vermelho, nesse solo sagrado do parlamento de Minas, trazendo sua demanda, seu sonho e se sentindo cada dia mais valorizado. E é verdade: esta Casa é de vocês, esta Casa é do cidadão. Naquele momento, deputado André Quintão, relembro pessoas destilando suas lágrimas de emoção por participar vivamente dessa democracia plena e dessa atitude de cidadania, uma cidadania tão cara para todos nós e que buscamos para todos indistintamente. Então realmente foi um momento muito bonito, foi um momento encantador do parlamento de Minas.

Hoje é um momento muito especial, é um momento que nos leva à reflexão, mas é um momento que nos dá muito mais força, muito mais ânimo e disposição para fazer muito mais, porque vale a pena comemorar o que foi feito, é bom e gratificante, mas muito vale o que será feito. E para o que será feito, contamos com esse saber sábio, com essa participação, com essa democracia participativa construída por cada um de vocês. Essa é a riqueza do parlamento. Aqui é o retrato da sociedade, e essa diversidade de ideias é fundamental para que nos qualifiquemos e para que essa instituição seja, a cada dia, mais exemplar no cumprimento da sua missão institucional de fiscalizar e promover leis impactantes e cada dia mais adequadas à realidade e, claro, de buscar - e sempre friso isso - uma relação legal, de uma relação bacana, de uma relação pacífica com o cidadão, com o mineiro e com a mineira. Vivenciamos isso, deputado André Quintão, deputada Maria Tereza Lara, queridos mineiros. A Assembleia de Minas tem ido ao encontro das pessoas e cumprido seu dever. É uma missão simples, mas uma missão nobre. Ela vai ao encontro das pessoas, ela escuta as queixas e reclamações e, a cada dia mais, está madura e mais preparada para cumprir sua missão. Nesses episódios dessas manifestações, observamos que o parlamento de Minas manteve-se intacto, mas é claro que devemos sempre estar absorvendo e capitando essas lições das ruas, pois são muito sábias.

Temos identificado que essa voz das ruas que os brasileiros ouviram é a voz da Assembleia; traduz literalmente as atitudes da Assembleia de Minas, uma Assembleia proativa, à frente, cidadã, dinâmica, trabalhadora, incansável, que consegue externar para Minas Gerais a cara da ética, a cara do trabalho, a cara da participação popular, com comissões trabalhando, com deputados visitando, com a Assembleia indo ao encontro das pessoas. Do ponto de vista da ética, a Assembleia está abdicando, acabando de uma vez por todas com o pagamento do 14º e do 15º salários dos deputados, abolindo de uma vez por todas o pagamento de reunião extraordinária aos deputados. Esta Assembleia só tem um compromisso, o compromisso com o que é certo, o compromisso com o cidadão, o compromisso com o futuro. E, para que possamos edificar um belíssimo futuro, o único caminho é este aqui, é chamar vocês, é buscar a opinião de vocês, o aconselhamento de vocês, a participação, de verdade, de vocês, porque de conversa fiada o povo está cansado. O povo quer trabalho. Falo com muita alegria, como empregado dos mineiros, que a Assembleia de Minas é a cara do trabalho, é a cara da participação popular, é a cara da cidadania, é a cara da ética. É uma Assembleia que só tem uma estrada, a estrada da evolução.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença de cada um de vocês, a participação de cada um de vocês. Você, deputado André, é realmente um grande timoneiro dessa causa. Você tem tido uma posição de destaque e muito honra, muito dignifica não somente o Legislativo, mas a vida pública. A vida pública precisa de pessoas assim, de pessoas abnegadas e que carregam no peito o ideal missionário de servir, de fazer o bem. Portanto, amigos e amigas, sejam muito bem-vindos. Minas Gerais depende muito de vocês. O Brasil depende muito de vocês. E vamos juntos, porque, mais do que nunca, essa é a hora de transformarmos em realidade a justiça social para todos os mineiros. Um grande abraço. Muito bem-vindos. Mãos à obra para uma Minas melhor, para uma Minas muito mais fraterna.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, o coral da Escola Estadual João Guimarães Rosa, sob a regência do maestro Tito Ferreira Lima, apresentará a música *Jardim da Fantasia*, de Paulinho Pedra Azul.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o meu querido amigo, deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, a quem agradeço o apoio para a realização deste importante ciclo de debates; a deputada Maria Tereza Lara, vice-presidente da Comissão de Participação Popular, que também já a presidiu de 2005 a 2006; a Profa. Eleonora Schettini, que comporá a Mesa de debates desta manhã e que também participou da comissão organizadora; o Prof. Yves Sintomer, a quem agradeço a presença e o deslocamento e em cuja pessoa agradeço a presença dos convidados de outros países que também contribuirão com este debate; a Flávia Marcelle, representante da Defensoria Pública e parceira da Comissão de Participação Popular em várias atividades; a nossa querida Lígia, de Manhumirim, representando o governo federal através da Secretaria-Geral da Presidência da República, na área de diálogo com a sociedade e participação popular; o vereador Pedro Patrus, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte e dos Poderes Legislativos de Minas Gerais do interior, anfitrião em Belo Horizonte dos vereadores e vereadoras, que estão presentes em grande número; o Bruno Lazzarotti, nosso querido amigo pesquisador da Fundação João Pinheiro, que se manifestará pela comissão organizadora, já que esse ciclo foi organizado por um conjunto de instituições; o cacique Mesaque Pataxó, que integra o Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, organização que contribui muito com os trabalhos desta comissão; e o deputado Fabiano Tolentino, membro efetivo da Comissão de Participação Popular desta Casa.



Serei breve, mas, neste início, não poderia deixar de registrar a minha alegria com a realização deste ciclo de debates. A Comissão de Participação Popular completa 10 anos. Entendemos que essa marca deveria ser motivo, como disse o presidente, não apenas de celebração e de comemoração, mas principalmente de reflexão, para encontrarmos novos caminhos e para que possamos superar novos desafios à luz do que já realizamos.

Em 2003, quando foi criada, a Comissão de Participação Popular integrava um conjunto de medidas que a Assembleia Legislativa já havia tomado em anos anteriores para uma modernização institucional. Em 2003, uma conjuntura de política externa favorável, com o Brasil e o Estado em um período também de novas gestões e formas de operar a política pública e de novos mecanismos e espaços de democratização, possibilitou a criação dessa importante comissão na Assembleia Legislativa.

A Comissão de Participação Popular foi criada a partir da compreensão da Casa Legislativa e de todos nós de que é fundamental a democracia representativa que conquistamos com muita luta em nosso país, após a ditadura militar. A legitimidade conferida pelas urnas, pelo processo representativo, ganha força e mais legitimidade no cotidiano, quando, no Poder Legislativo, as decisões tomadas são também informadas, acompanhadas e sugeridas pela população.

Na gênese da Comissão de Participação Popular, tínhamos sempre essa clareza de que o Legislativo, no processo deliberativo de tomada de decisões, exige necessariamente essa interlocução cada vez maior com a sociedade organizada. Eleição de quatro em quatro anos ou de dois em dois anos não esgota o processo democrático. Além daquilo que a Assembleia Legislativa já fazia com as comissões permanentes, com os seminários, com os mecanismos internos de participação, precisávamos criar um local específico aqui onde a população pudesse ter uma espécie de guardião da vontade popular.

Outra coisa que inspirou a criação da Comissão de Participação Popular e que, naquele período, foi uma diretriz assumida, foi que não seríamos uma Comissão de Participação Popular passiva, simplesmente aguardando o movimento da sociedade em direção ao Legislativo. Com a sociedade procuraríamos instituir os processos deliberativos e rotineiros para incidir no conjunto das políticas públicas. Amanhã, teremos oportunidade de avaliar e refletir sobre dois grandes e importantes processos. Um, relacionado ao planejamento, acompanhamento, monitoramento do planejamento público, por meio do ciclo orçamentário. Em 2003, O Presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, as demais deputadas e os demais deputados tivemos a ousadia de criar um processo participativo na análise das leis orçamentárias, do planejamento público, do plano plurianual e da Lei Orçamentária. Portanto, nasce junto com a comissão um processo que teve resultados para a instituição. Internamente, a organização desse processo gerou procedimentos próprios, corpo técnico próprio, organização administrativa própria para que a Assembleia estivesse preparada para fortalecer o processo participativo e de acompanhamento de políticas públicas. Talvez, esse seja um resultado não muito visível para a sociedade, mas é fundamental, porque se é verdade que a democracia permite a renovação de mandatos, também é fundamental que a instituição tenha instituições permanentes que garantam a continuação de processos bem sucedidos.

Agora, o principal é que esses resultados, especialmente no ciclo orçamentário, também redundaram em melhores condições de vida para o povo mineiro. Tivemos ganhos importantíssimos nas políticas públicas. Amanhã, aprofundaremos esse debate. Hoje, na Assembleia e no governo de Minas, temos projetos estruturadores, resultantes de emenda popular nesses 10 anos. Podemos dizer com orgulho que foram aprovadas no orçamento do Estado mais de 1.100 emendas populares. Não estou falando de emenda parlamentar, estou falando de emenda popular, apresentada pelo Conselho dos Povos Indígenas, pela Federação dos Quilombolas, pela juventude, por representantes da agricultura familiar, pela Fetaemg, pelas comunidades tradicionais. Emendas que fizeram com que Minas Gerais pudesse ter hoje o Sistema Único da Assistência Social com cofinanciamento para 853 municípios. Hoje, esses resultados não são simplesmente pontuais, são resultados que foram transformados em ações novas do poder público, em projetos novos, aliás, estruturadores, resultando em avanços da cidadania. Iniciativas como o deputado Dinis Pinheiro mencionou.

Lígia, em 2011, começamos na comissão com um ciclo de debates como este sobre o Brasil sem Miséria. O presidente Dinis Pinheiro, com a sensibilidade inerente à sua trajetória, solicitou-nos que transformássemos aquele ciclo de debates no maior seminário legislativo realizado pela Assembleia nos 10 anos.

Percorremos todas as regiões de Minas Gerais. Desse seminário gestado na Comissão de Participação Popular originaram-se o Fundo de Erradicação da Miséria, o Bolsa Reciclagem, a antecipação do piso mineiro da assistência social, entre tantas outras conquistas. Então, nessa abertura, sinto-me na obrigação de fazer esse balanço, porque é muito importante a concretização de resultados. É importante também que sejam criados mecanismos de escuta. Ontem, mencionei isso numa entrevista. Hoje a Assembleia é referência de debates para determinados segmentos que não tinham a devida escuta na agenda governamental. Assim, os catadores de materiais recicláveis, os povos indígenas, o movimento da assistência social, o movimento da criança e do adolescente, a agricultura familiar, os quilombolas, os ciganos são públicos que veem a Assembleia Legislativa como o espaço democrático de apresentação de suas demandas. Em parceria com a PUC, há uma atenção especial com a juventude. Por exemplo, o projeto Parlamento Jovem, que será apresentado amanhã e teve sua 10ª edição neste ano, apresenta resultados práticos por meio de emendas populares e está sendo descentralizado para as câmaras municipais de Minas. Minas Gerais é o Estado que tem o maior número de municípios, isto é, 853. Portanto queremos que as nossas experiências repercutam nas câmaras municipais, que neste ano vão aprovar os planos plurianuais dos municípios, relativos a 2014-2017. Queremos que a juventude que foi para as ruas continue nas ruas, mas que as demandas tenham resultados objetivos por meio de ações, projetos, orçamento público e políticas públicas.

Agradeço muito ao presidente Dinis Pinheiro por todo o apoio da Mesa, do conjunto dos deputados. Cumprimento ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, do nosso querido Sul de Minas. Agradeço ao corpo técnico do nosso gabinete e dos gabinetes dos deputados e deputadas que compõem a comissão. Agradeço à assessoria da comissão, à consultoria da Casa, à Escola do Legislativo, a todas as demais áreas da Assembleia. Sem esse apoio institucional não conseguiríamos esse êxito.

Deixo aqui a nossa sensibilidade para com os desafios. O presidente mencionou que temos alguns desafios, como reaproximar a população do Poder Legislativo, estimular e fazer a interação com as juventudes, que têm um efetivo papel geracional na construção democrática, repensar e nos apropriar dos mecanismos virtuais de participação. A Assembleia lançou o portal Políticas Públicas ao



Seu Alcance, ferramenta importante. Temos toda uma caminhada, que precisa de novos caminhos que ampliem essa participação popular.

Por isso estamos realizando esse ciclo de debates. Vamos ouvir movimentos sociais, representantes da intelectualidade de outros países, das nossas instituições, como a PUC, a UFMG, a Fundação João Pinheiro, também muito respeitada. Vamos ouvir esse público seletivo aqui presente, os movimentos, aqueles que acompanham o nosso trabalho. A Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa nos renova a esperança no aprofundamento da democracia em nosso país. Estamos hoje na Assembleia com essa convicção, presidente, ou seja, precisamos, apesar de todos os bons resultados, avançar, mas sem negar um lado ou outro.

Queremos que o parlamento esteja sintonizado com o movimento das ruas. Aos vereadores presentes, lembro que aprendi uma coisa, nesses 10 anos, na Comissão de Participação Popular. Pela sua missão, ela não pode ser palanque da oposição nem linha auxiliar do governo. Ela deve ser a legítima expressão das demandas populares apresentadas. Na hora de criticar, criticar; na hora de denunciar, denunciar; mas, na hora de construir junto, fazer as mediações para a elaboração de um projeto estruturador e da inserção de uma ação nova no planejamento público e efetivar uma importante emenda popular, todo esforço deve ser feito na linha construtiva e democrática. Apesar de não estar em nosso Regimento, com o ex-presidente Alberto e agora o Dinis criamos uma máxima que a Comissão de Participação Popular não entra na cota aritmética que vai para o governo ou para a oposição; que vai para o partido “a” ou para o partido “b”. Ela tem que ser apropriada pela população de Minas Gerais, pelas entidades, e essa é a missão. Dessa forma, estamos tocando a Comissão. Por isso, temos orgulho de dizer que, nesses 10 anos, a Comissão de Participação Popular assumiu seu papel com muitos resultados na Assembleia Legislativa. Obrigado.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Presidente deputado Dinis Pinheiro, seu encaminhamento imediato mostra exatamente a abertura desta Casa. Aproveito para cumprimentar toda a Mesa por, nesse período, ter possibilitado a esta Casa ser verdadeiramente participativa e aberta à comunidade. Presidente, como já foi dito, lembro a equipe desta Casa. Como já disse o deputado André Quintão, temos a GPI, a Escola do Legislativo, a TV Assembleia e tantos outros setores. Seria impossível o trabalho que fazemos, principalmente de audiência públicas e debates, sem esses profissionais. Ontem estivemos na Conferência Estadual de Igualdade Racial. A equipe da GPI estava lá. Esse trabalho eficiente da Casa seria, repito, impossível sem essas equipes. De público, parabeno a todos também na sua pessoa, deputado Dinis Pinheiro.

Deputado André Quintão, V. Exa. nos orgulha. Como vice-líder da nossa bancada e como parlamentar desta Casa, costumo dizer que brasileiro é presidencialista. Nesses 10 anos, muita gente participou efetivamente dos trabalhos. Se não fosse a sociedade organizada e os movimentos sociais, não haveria esse sucesso da Comissão. Nesse contexto, a presidência também é fundamental. Como disse, brasileiro é presidencialista, e o presidente, quando realmente tem uma postura de abertura, de possibilitar essa participação popular, faz diferença. V. Exa. fez uma avaliação dos 10 anos, com a qual concordo. Cumprimento o deputado Fabiano Tolentino, de Divinópolis, meu amigo, pessoa jovem que faz uma grande diferença nesta Casa.

Quero cumprimentar também todas e todos os ilustres expositores e organizadores, que já foram nominados pelo deputado André Quintão. Para ser breve, permitam-me mais uma vez parabenizá-los, mas sem mencionar o nome de cada um.

Encerro minhas palavras dizendo duas coisas. De nada adiantaria a nossa Casa, esta Mesa, se não fossem vocês. A participação popular é indispensável ao nosso sucesso, é uma exigência prioritária a participação dos movimentos sociais. O Brasil está vivendo um momento diferente nos últimos 10 anos, em que muito avançou a participação popular. Nesse contexto, a Assembleia de Minas possibilita essa participação efetiva. Que esses dois dias sejam de profícuo trabalho e que cada um de nós possa contribuir para termos uma sociedade mais justa, fraterna e igual, o que não acontecerá nunca sem a participação popular.

Mais uma vez, muito obrigada a cada um de vocês. Os nossos cumprimentos a cada um, de modo especial aos vereadores e às autoridades que aqui estão pela efetiva contribuição que têm nos dado e, certamente, continuarão a nos dar. Muito obrigada.

Palavras do Deputado Fabiano Tolentino

Bom dia a todos e a todas. É um prazer recebê-los nesta Assembleia. Na oportunidade, gostaria de cumprimentar o nosso presidente. Concordo plenamente com o que disse o Pimenta da Veiga, ex-ministro e ex-prefeito de Belo Horizonte, na segunda-feira, quando tomou posse no Instituto Teotônio Vilela: o Dinis Pinheiro é o maior líder popular de Minas Gerais. O Dinis é popular, vai até a população, faz manifestação popular e recebe as pessoas muito bem em todos os eventos da Assembleia, como hoje, em que comemoramos os 10 anos da nossa Comissão de Participação Popular. Ficamos felizes de ter um presidente tão popular como o Dinis Pinheiro, que tão bem representa a nossa Assembleia Legislativa.

Não tenho nem palavras para falar do deputado André Quintão, que está há 10 anos nessa comissão. Quando fui vereador em Divinópolis, instituí a comissão para tratar de assuntos de assistência social, a primeira frente parlamentar de Minas Gerais na Câmara Municipal de Divinópolis, a pedido do deputado André Quintão. Sempre me espelhei nele. Fiquei apenas dois anos na Câmara, como vereador, e pensava um dia estar na Assembleia e ser como o André Quintão. É um deputado íntegro, que defende suas posições e tem papel fundamental na organização do Estado e na participação popular. Falando em participação popular ou em orçamento do Estado, temos de nos lembrar do André Quintão, porque ele organiza, dita as regras, ajuda o governo do PSDB. Ele é do PT e faz essa interligação com o governo, tendo papel fundamental, o que é ainda mais bacana. No momento em que ele discute orçamento, é apartidário, olhando por Minas Gerais, o que precisamos, o que necessitamos. Esse é o papel do deputado. Parabéns, André Quintão. Temos de ter deputados como você nesta Casa, pois representa muito bem a classe política das nossas Minas Gerais e do nosso Brasil. Parabéns pelo seu trabalho nesses 10 anos, com afinco, na Comissão de Participação Popular.

A deputada Maria Tereza Lara também é uma pessoa fantástica, tem um coração enorme. Outro dia foi ao Lar das Meninas, em Divinópolis, e chegou aqui preocupadíssima, porque o lar passa por dificuldade. Ela quer ajudá-lo e se preocupa em todos os momentos. Aliás, hoje vai estar com o secretário Cássio para resolver esse problema. Nós dois vamos apresentar uma emenda para



ajudar o Lar das Meninas. A deputada está sempre atenta a tudo, anda muito por todo o Estado e tem participação popular fantástica. O coração da deputada é fantástico, magnífico. Ela representa muito bem a nossa Assembleia.

Quero cumprimentar a Mesa, já nominada pelo deputado André Quintão. Que esta manhã seja sensacional, e que possamos destacar todos os trabalhos realizados nesses 10 anos pela Comissão de Participação Popular, que foram muitos.

Finalizando, quero dizer que a Casa escuta todas as situações das várias comissões, como a de Participação Popular. Também sou vice-presidente da Comissão de Agropecuária, que está discutindo o Código Florestal.

Na semana passada, assinamos instrução normativa para vender o queijo mineiro para todo Brasil, porque até então não tínhamos como vendê-lo. A Casa trabalha com vários aspectos, mas acho que essa comissão tem um papel fundamental. Ela escutou os gritos das manifestações das ruas, que ecoaram aqui dentro.

Neste ano, tivemos várias mudanças. Quero falar *en passant* de algumas sobre as quais já devem ter ouvido na mídia. Esta Casa conseguiu extinguir o 14º e o 15º salários dos deputados, o que para mim foi um avanço dentro do que foi pedido nas ruas. Não temos mais esses salários, que foram cortados pelo presidente Dinis Pinheiro a pedido dos deputados. Fico feliz de ter sido o primeiro deputado a abrir mão do 14º e do 15º salários. Fomos acompanhados por outros, como o deputado André Quintão e a deputada Maria Tereza Lara. O presidente, muito sensível, extinguiu esse pagamento de todos os deputados. Acho que isso foi um avanço nesta Casa.

Temos agora o voto aberto. Nosso voto era secreto, bastava ficar na posição de conforto para o voto ser favorável ou levantar as mãos para ele ser contrário. Agora toda votação nesta Casa tem de ser aberta. Isso mostra realmente a lisura, a transparência da nossa legislatura. Isso é muito importante. Ontem, o novo vice-presidente desta Casa foi nomeado. Infelizmente perdemos o deputado José Henrique, grande deputado. O deputado Ivair Nogueira foi escolhido em voto aberto para substituí-lo. Vimos os votos de todos. É muito importante o voto aberto no momento da cassação de algum companheiro, na votação de veto de um governador. Tudo era escondido, mas agora o voto tem de ser aberto. É muito importante as pessoas saberem em quem seu deputado está votando. Foi uma abertura que também veio das manifestações populares.

Cortamos ainda as reuniões extraordinárias. Hoje não recebemos mais por elas. Acabava-se fazendo muitas reuniões extraordinárias. Fazemos as reuniões extraordinárias, mas não recebemos mais por elas. Foi outro avanço, no meu modo de entender.

Vereadores Careca, Edimar Máximo, Edimar Félix, Vanícia e Aline, que está aqui representando nossa querida Divinópolis, estamos discutindo nesta Casa o auxílio-moradia. Fico feliz de ver que os dois deputados da Mesa, André Quintão e Maria Tereza Lara já abriam mão dele, porque moram em Belo Horizonte e entendem que não é certo receber auxílio-moradia. Também concordo com isso. Moro em Divinópolis e poderia recebê-lo, mas abri mão porque estou indo e voltando todos os dias e não acho justo gastar aquilo que não estou usando. Estou com um bebê de sete meses, por isso vou e volto todos os dias. Fico um pouco desgastado, mas no momento não estou ficando em Belo Horizonte. Como não estou ficando aqui, como vou gastar o que não estou usando? Faço parte desse coro e abri mão do auxílio-moradia, apesar de estarmos discutindo o assunto. Temos de discutir com afincos, porque o que não é certo tem de ser cortado. A Casa tem de ser realmente transparente. Entendo que o Legislativo mineiro tem de ser dessa forma.

Outros assuntos serão discutidos no decorrer desta reunião, porque a população está aqui participando. Esta comissão, no meu entender, é a maior defensora de um Legislativo justo, honesto e principalmente transparente, pois a população pede lisura de todos os deputados. Aqui somos muito bem representados pelos deputados que compõem esta Mesa, principalmente pelo nosso presidente, Dinis Pinheiro, líder popular de Minas Gerais, sem sombra de dúvida.

Muito obrigado, deputado André Quintão, membros da Mesa e todos que estão aqui, nesta manhã, discutindo ações da nossa Comissão de Participação Popular, que faz 10 anos. É muito importante tê-los aqui. Fiquem com Deus. Vamos continuar discutindo por toda a manhã.

Palavras da Sra. Lígia Maria Alves Pereira

Bom dia a todos. Quero parabenizar meu amigo André pelos trabalhos desenvolvidos na Comissão de Participação Popular. É a única Casa Legislativa estadual no Brasil que tem uma Comissão de Participação Popular. As outras existentes são comissões de legislação participativa. Quero parabenizar principalmente os presentes, que saíram dos seus respectivos locais de trabalho e atuação para estarem aqui, discutindo de que forma poderemos ampliar os espaços democráticos neste país. Nós, no governo, na Secretaria-Geral da Presidência da República, temos trabalhado, André, com uma meta. Nosso objetivo é fazer com que a participação social, que aqui chamam carinhosamente de participação popular, seja um método de governo e que, independentemente do partido - A, B, C ou D - que esteja no governo, o diálogo social e a participação da sociedade sejam assegurados em todos os momentos de definição das políticas públicas, de acompanhamento delas e de avaliação desses processos participativos.

Entendemos que a participação é um direito. No último 18 de julho, lançamos dois processos muito nítidos sobre isso. Colocamos duas minutas em consulta pública no Portal da Participação Social. Quem puder, acesse o *site* da Secretaria-Geral da Presidência da República e verifique essa consulta. Estamos com o decreto de criação de uma política e um sistema nacional de participação social. Para trabalhar isso no âmbito dos entes da Federação, estamos trabalhando um compromisso nacional pela participação social.

Uma das razões de eu estar hoje, em Minas, deputado André Quintão, é que tenho reuniões com a prefeitura e com o governo do Estado, para saber de que forma eles podem aderir a esse pacto pela democracia participativa no Brasil. O que nos importa é fazer com que a sociedade seja cada vez mais ouvida, cada vez mais agente das mudanças necessárias que precisamos empreender no Brasil. Todos citaram, como os deputados Dinis Pinheiro e André Quintão, e outras pessoas com certeza vão citar, as famosas jornadas de junho. Qual foi o grande recado que a jornada de junho deixou para todos os espaços de poder no Brasil? Queremos participar mais. Essa forma de governar não nos representa. Não era isso que ouvíamos o tempo todo? Fico muito feliz em ver que o meu Estado, Minas Gerais, e nossa Assembleia Legislativa têm esta Comissão, que é profundamente atuante. Eu a acompanho à distância, porque sou apoiadora do deputado André há muito tempo, e sou eleitora que participo, acompanho, cobro quando é preciso cobrar. Sou assim, e acho que todos nós devemos ser assim. Fico muito feliz em ver que um espaço desses está aberto para participação. Precisamos, cada vez mais, abrir espaços de participação. Temos de pensar qual é o Brasil que queremos no futuro, qual é a Minas que



queremos no futuro. Esse país do futuro e esse estado do futuro serão exatamente do tamanho daquilo que juntos fizermos por eles: tanto os poderes instituídos quanto as organizações da sociedade têm de trabalhar juntos para mudar o Brasil e Minas para melhor. Quem mais entende o que é bom para o seu dia a dia é o povo brasileiro, é o povo de Minas Gerais, é aquele beneficiário de determinada política pública. É essa pessoa que deve ajudar nessa decisão.

Reforço cada vez mais essa iniciativa, porque é um casamento que nos interessa muito, e precisamos trabalhar muito para a efetividade dele, é o casamento da democracia representativa com a democracia participativa. Mais uma vez, deputado André Quintão, parabéns pelo seu trabalho. Estamos juntos nesta luta. Obrigada.

Palavras da Sra. Flávia Marcelle

Bom dia a todos e a todas. É com muita alegria que venho à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando a Defensoria Pública de Minas Gerais e a Dra. Andréa Abritta Garzon, Defensora Pública-Geral. Na pessoa dos deputados Dinis Pinheiro e André Quintão, parabênizo tanto a Assembleia Legislativa quanto a Comissão de Participação Popular por esses 10 anos de trabalho. Saliento que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, ressalta que todo poder emana do povo. A partir daí, pensamos que o trabalho desta Comissão de Participação Popular é importante para a efetivação da democracia, para o amadurecimento dessa democracia e para a efetivação também da cidadania de todos.

Por fim, parabênizo todos que aqui estão e que participarão desses dois dias de trabalho árduo desse ciclo de debates, discutindo e debatendo as políticas públicas e as formas de participação social, exercendo seu direito fundamental de participação popular e colaborando para que tenhamos um país melhor, um estado melhor e uma cidade melhor. Obrigada.

Palavras do Vereador Pedro Patrus

Bom dia a todos e a todas. Quero saudar os componentes da Mesa na pessoa do deputado André Quintão, parabênizando-o pela iniciativa. Parabênizo, também, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela realização deste ciclo de debates em comemoração aos 10 anos da Comissão de Participação Popular. Mais que isso, quero parabênizá-lo, deputado, por contribuir para o fortalecimento da democracia participativa em nosso estado e em nosso país. Como disse a Lígia, essa comissão é pioneira na Assembleia, e pioneira também por conseguir viabilizar a participação popular na discussão do orçamento do estado. Existe uma mística de que o orçamento é complicado, difícil de ser entendido pelo cidadão comum. Mas a Assembleia conseguiu, por meio de mobilização, de cursos, de informações, desmistificar essa questão. Hoje, os movimentos sociais e o cidadão comum conseguem participar e intervir na discussão do orçamento do Estado de Minas Gerais. Parabênizamos, também, a Escola do Legislativo - aqui vejo a Ruth, que é a diretora -, que realiza cursos e consegue, de forma bem didática, ensinar, deixando mais simples e clara a questão do orçamento público.

Reconhecendo a importância desta comissão, chamamos a atenção dos legislativos municipais para que assumam a tarefa de promover a participação popular. Hoje presido a Comissão de Participação Popular da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que foi uma semente lançada pelo senhor. Antes de ocupar o cargo de deputado nesta Casa, o senhor deixou o projeto da comissão na câmara. Somamos esforços, realizamos reuniões com a assessoria da comissão, com a Escola do Legislativo, para que a participação do cidadão no orçamento também ocorra no âmbito do Município de Belo Horizonte. Não tem sido fácil. A comissão da Câmara de Belo Horizonte é um pouco diferente, mas estamos lutando para que isso mude. Nós nos espelhamos na Comissão de Participação Popular da Assembleia. Trabalhei, por muito tempo, com o deputado André Quintão; trabalhei na Comissão de Participação Popular e tenho a certeza de que isso foi fundamental para minha vida e para minha história política e profissional, motivo pelo qual também estamos desenvolvendo esse trabalho na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Espero que hoje e amanhã sejam dias de aprendizado para nós, neste ciclo de debates. Que aprendamos mais para que a participação popular, questão tão importante, seja realmente efetivada nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Bom trabalho e bom ciclo de debates. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Bom dia a todas e a todos. Um bom dia à Mesa. Vou ser bem breve, porque a ideia é que a abertura seja menor que o seminário, senão chegaríamos a uma situação oposta aqui. Eu não poderia deixar de dizer da minha satisfação, como representante da Fundação João Pinheiro e também como cidadão, de ter podido ajudar um pouquinho a organizar e a conceber este seminário.

A democracia no Brasil envolve tarefas simultâneas e permanentes, nunca esgotadas. A primeira delas é a republicanização do estado, ou seja, a superação do patrimonialismo, do clientelismo; nos piores casos, a superação da corrupção, do paroquialismo, do mandonismo, que ainda marcam muito as nossas instituições e as nossas práticas políticas. Temos conseguido avanços importantes nessa tarefa desde a transição democrática e nos anos recentes: o fortalecimento do Ministério Público e de sua independência, os ganhos de transparência, a criação, aperfeiçoamento e modernização de órgãos internos e externos de controle, o aumento do acesso à informação, recentemente a Lei de Acesso à Informação, o Portal da Transparência.

Do outro lado, temos o aperfeiçoamento da representação. Falamos muito - e temos de falar mesmo - da democracia participativa, mas isso não implica que a nossa democracia representativa esteja pronta. Precisamos muito aperfeiçoar também a representação, não só os métodos e sistemas eleitorais, mas também a capacidade de controle e influência dos eleitores sobre os eleitos. Será uma pena se perdermos neste momento a oportunidade de encaminhar uma reforma política importante, digamos, que não seja periférica e que nos ajude a aperfeiçoar o sistema representativo, conferindo maior equilíbrio à relação entre Poderes e, pelo menos, uma redução do poder econômico durante as eleições, que é um dos elementos que tem minado a própria ideia de igualdade política que deve fundamentar a democracia.

Outra tarefa importante é justamente a criação de espaços para além da representação, que permitam, incentivem, reconheçam e deem consequências à vocalização, à expressão, à contribuição, à cobrança, à formação de pontos novos para a agenda do sistema político, ou seja, os canais de interlocução entre o sistema político e a sociedade. Essas são tarefas permanentes e não concluíveis, digamos assim, do nosso aperfeiçoamento democrático.



Em muitos pontos, essas três agendas se tocam. Por exemplo, os limites, a regulamentação e a moderação, para dizer o mínimo, das contribuições privadas de campanha são elementos importantes para o aperfeiçoamento da representação e também para a republicanização do estado, já que, como temos visto, várias práticas de corrupção ou de patrimonialismo têm sua origem e seu moto em práticas ilegais de financiamento eleitoral.

E a Comissão de Participação Popular tem essa relevância, porque lida, ao mesmo tempo, com essas três agendas. Ela permite o aperfeiçoamento da representação. Ou seja, instituição legislativa reconecta ou intensifica as suas conexões com a sociedade, dá sequência e torna a representação mais representativa, digamos assim. Por outro lado, o próprio controle público, a prática de monitoramento e participação durante o ciclo orçamentário no Plano Plurianual de Ação Governamental também é um momento de prestação de contas, de controle e de transparência da sociedade sobre o poder público e representa um espaço importante de participação popular, principalmente porque tem sido encarado com seriedade, e não apenas como um espaço formal, mas ativamente encampado pela Assembleia e pela própria Comissão de Participação Popular. Faço um parêntese para cumprimentar o trabalho do deputado André Quintão nesse período.

É um prazer estar aqui, e acho muito apropriado que a comemoração seja mais do que assentar sobre os louros. Nada mais apropriado a essa ideia de que a democracia requer uma reinvenção permanente do que tornar a comemoração um momento de reflexão não só sobre os alcances, mas também sobre os limites e possibilidades de aprofundamento para práticas participativas e da Comissão de Participação Popular.

Creio que posso falar em nome dos meus colegas de outras instituições que contribuíram para a formulação do seminário, que são a Fundação João Pinheiro, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Fundação Avina e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi um prazer contribuir e dar o testemunho da seriedade e da competência do corpo técnico e administrativo da Assembleia Legislativa, do seu empenho e do seu compromisso mais do que profissional, do seu compromisso físico com o aperfeiçoamento da nossa democracia. Sei que será uma oportunidade muito interessante, tanto pela qualidade da plenária quanto pela qualidade dos participantes. Foi um ganho pessoal. Peço licença para agradecer a oportunidade de, além de escutar, rever o meu grande amigo que foi meu orientador, o Prof. Ricard Gomà, que não via há muito tempo.

Encerrando, quero dizer que muitas vezes participamos de eventos que sabemos ser importantes, mas que são muito chatos. A chatice faz parte da vida e temos que enfrentá-la. A grata satisfação que senti aqui e que - creio - os meus colegas de comissão também sentiram é pelos momentos, pelas pessoas e pelas reuniões envolvidas na formulação e organização deste seminário. Além de uma convivência produtiva, houve também uma convivência amena e muito agradável, o que agradeço ao deputado, à Ana e aos meus colegas das outras instituições e da própria Assembleia. Um bom dia e um bom seminário para todos nós!

Palavras do Cacique Mesaque Pataxó

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento a comissão, na pessoa dos deputados Dinis Pinheiro e André Quintão, já deixando meu agradecimento e os parabenizando por uma iniciativa tão importante, que tem influenciado, e muito, os movimentos sociais. Como testemunha presente, que vive e convive com isso, posso dizer que essa iniciativa tem uma importância muito grande na vida da comunidade indígena, assim como em outros movimentos. Agradeço também a transparência, a dedicação e o carinho com que o deputado André Quintão tem lidado com a causa indígena, com o movimento indígena, pois somos uma sociedade carente de atenção governamental no âmbito municipal, estadual e até mesmo federal. Para nós, simboliza muito. Identificamos e somos muito gratos quando encontramos pessoas puras, honestas e dedicadas, que nos ajudam a buscar políticas e ações concretas que atendam a uma demanda que nasce na ponta, que nasce na base.

Parabenizo também cada um de vocês que estão presentes representando alguma instância, alguma organização. Hoje é um momento simbólico, é um momento de grande valor, de representação na vida dos movimentos sociais, assim como desta Casa. Esse é um espaço conquistado, é uma iniciativa que vem dando muito certo em seus trabalhos, em suas ações.

Agradeço a toda a Comissão de Participação Popular pelo empenho e pela sua contribuição. A cada um de vocês, deixo o meu muito obrigado.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente (deputado André Quintão) – A presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha e o Exmo. Sr. Yves Sintomer.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora”, disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia – www.almg.gov.br –, clicar sobre o botão “Participe Agora”, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Informamos aos presentes que os trabalhos acadêmicos sobre participação popular que foram selecionados para serem apresentados neste ciclo de debates ficarão expostos no Salão de Chá, logo na entrada do Plenário, durante todo o evento. Seus autores estarão disponíveis para possíveis esclarecimentos, de 11h30min às 12h30min e de 16h30min às 17h30min.



Vamos dar início a esse painel, que terá a Profa. Eleonora Schettini Martins Cunha, doutora em ciências políticas e professora da UFMG, a quem agradecemos pela presença, como primeira expositora. Ela tem acompanhado, como professora e pesquisadora, os trabalhos da Assembleia Legislativa. Com a palavra, para sua exposição, a Profa. Eleonora Schettini Martins Cunha.

Palavras da Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha

Bom dia a todos e a todas. Inicialmente, gostaria de agradecer o convite feito por esta Casa para conversar com vocês. Queria cumprimentar o deputado André Quintão e, na sua pessoa, todos os parlamentares que compõem a Comissão de Participação Popular, e a Mesa diretora desta Casa, sob a presidência do deputado Dinis Pinheiro, que tem se mostrado muito sensível à participação, de modo geral, e da Assembleia Legislativa, de modo específico. Queria também, na pessoa do cacique, cumprimentar todos os movimentos sociais aqui representados. É interessante vermos como esta Casa, além de estar preocupada com os movimentos, de modo geral, também se preocupa com as minorias e sua representação. Isso é bastante significativo.

Quero partilhar com vocês um pouco da reflexão que eu e o Prof. Ricardo Fabrino temos feito a respeito dos espaços de participação no Legislativo, em especial no Legislativo mineiro, uma vez que temos estudado e tentado compreender um pouco mais o que significa esse processo de participação popular no Poder Legislativo. É algo muito novo para todos do País e para nós, que estudamos a participação política de modo geral. Esse é um tema absolutamente relevante e atual. A realização desse ciclo de debates teve a feliz coincidência, apesar de ter sido pensado com uma certa antecedência, de acontecer junto com um movimento que chamamos jornadas de junho, em que a sociedade brasileira se posicionou - e se posiciona - fortemente em relação a várias insatisfações, as quais devem ter repercussão nesses espaços em que é representada, como é o caso da Assembleia Legislativa. Considero que a voz das ruas encontra ressonância nesta Casa, que, cada vez mais, deve estar atenta a ela. Medidas administrativas importantes foram tomadas, mas entendo que medidas políticas também são relevantes. Pegando um pouco de um desafio feito pelo deputado André Quintão aqui, na semana passada, no lançamento do portal das políticas públicas, nós, que estudamos esses processos, precisamos trazer desafios para que esta Casa, cada vez mais, aproxime-se de seus cidadãos e cumpra seu papel de ser a voz deles.

Inicialmente, falarei um pouco sobre participação política e sobre a maneira de pensarmos esse fenômeno, especificamente a participação no Legislativo como uma necessidade de aprofundamento democrático; depois, refletirei sobre os espaços de participação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e, finalmente, apresentarei alguns desses desafios que considero importantes.

Quando falamos de participação política e de participação popular, é importante termos claro sobre o que estamos falando.

A Gisele falava há pouco sobre participação social. Várias são as possibilidades de compreendermos esse termo. No nosso caso especificamente, para além de estar presente em diferentes espaços, em diferentes comunidades, associações, formas de expressão que a nossa sociedade tem construído ao longo desses últimos anos, quando falamos de participação política e de participação popular, estamos falando da possibilidade concreta de cada cidadão exercer seus direitos civis e políticos, não só debatendo questões que são importantes para a nossa vida cotidiana, mas também contribuindo para o processo de decisão sobre aquilo que vai orientar e ordenar a nossa vida. Há uma série de decisões tomadas pelas autoridades públicas, sejam elas no Legislativo ou no Executivo, que vão incidir diretamente sobre a nossa vida. Vamos pensar, por exemplo, no código de trânsito, no orçamento para a saúde ou para a assistência social. Todas essas decisões incidem diretamente na vida de cada um de nós. Então o direito à participação nessas decisões não só é assegurado pela nossa Constituição, mas também deve ser uma preocupação nossa de cidadãos com aquilo que é público e é nosso.

Essa discussão republicana está sendo trazida para nós há algum tempo. Lembro-me, talvez há uns quatro anos, num evento nesta Casa, de termos discutido como a noção de público é importante e como temos de nos apropriar daquilo que é público, não no sentido de desgastar essa ideia do público, mas no sentido de entendermos que somos responsáveis, como cidadãos, por tudo aquilo que é público, tanto quanto as autoridades que nos representam. Então, essa ideia da participação, associada à preocupação com o que é público, sem dúvida nenhuma dá mais qualidade à democracia. As jornadas de junho nos apontam que não estamos satisfeitos com a democracia que temos, precisamos aperfeiçoá-la.

Para quem estuda democracia - vocês já ouviram algumas pessoas da Mesa se manifestando aqui -, a ideia de representação ou a ideia de que a democracia representativa, por si só, significa a amplitude da democracia está sendo questionada. Cada vez mais têm-se apresentado possibilidades de alternativas a esse tipo de democracia, no sentido de que ela não é suficiente para dar voz a todos os cidadãos que compõem um país, que compõem uma nação. Daí alguns termos e alguns modelos alternativos de democracia, como a democracia participativa, a democracia deliberativa, que não são necessariamente a mesma coisa; mas entendo que esses três modelos de democracia apontam algumas questões importantes para repensarmos e reinventarmos a democracia. A democracia participativa nos aponta para a necessidade de ampliar espaços de apresentação e de incluir mais pessoas, mais vozes, mais ideias neles e o que as discussões sobre democracia deliberativa estão nos trazendo é que não basta ampliar os espaços e incluir pessoas neles, precisamos assegurar que todas as ideias que circulam pela sociedade tenham possibilidade de serem expressadas. Precisamos saber o que as diferentes pessoas pensam sobre como a nossa sociedade deve estar organizada e quais são as prioridades que devem orientar as decisões das nossas autoridades. E, mais do que a possibilidade de expressão, esse modelo vem nos dizer que é importante que asseguremos a possibilidade de participação nas decisões públicas. Ou seja, não é só buscar influenciar as autoridades naquilo que elas precisam decidir, mas, sempre que possível, decidir junto com as autoridades.

E isso significa um movimento de mão dupla, isto é, uma abertura por parte dessas autoridades, a fim de que elas entendam que estão momentaneamente no exercício do poder. Aliás, nesse exercício do poder, elas não podem perder a conexão com aqueles a que representam. Por outro lado, em relação à sociedade, as pessoas precisam colocar em ação não só o controle que têm sobre essas autoridades que devem exercer publicamente e de forma republicana essa autoridade, mas também construir propostas a serem implementadas pelas referidas autoridades. Isso quer dizer que não basta o cidadão reclamar e dizer que está insatisfeito. Precisamos de propostas alternativas para apresentar a esses nossos representantes, para que eles vejam o rumo que desejamos dar à nossa cidade, ao nosso Estado e ao nosso País.



A participação engloba dois grandes campos de ação. Existe a participação que cabe à sociedade autonomamente fazer, e somos capazes de fazê-la fortemente porque as jornadas de junho nos mostraram isso. Ou seja, a sociedade pode organizar-se para participar autonomamente por meio de movimentos, protestos, associações, organizações, enfim, há várias possibilidades de envolvimento da sociedade com o mundo da política. A outra forma de participação de que hoje estamos tratando especificamente é a participação institucionalizada, que são os espaços de participação criados pelas instituições do Estado para estabelecer conexão e interação com a sociedade. No caso brasileiro, isso é muito novo e se configura em instituições criadas a partir da Constituição de 1988. Como dizia há pouco a defensora pública, o poder emana do povo, mas o povo também pode exercer esse poder diretamente e ainda por meio de seus representantes. A Constituição nos deu a possibilidade de exercer o poder diretamente, mas precisamos pensar a forma de exercê-lo. Nesse caso, as instituições participativas vieram trazer essa possibilidade do exercício do poder junto às instituições do Estado, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo.

Assim, para nós, cidadãos de modo geral, autoridades ou militantes, esse é um exercício e um aprendizado de cidadania. É o processo de aprender fazendo. É mais ou menos como andar de bicicleta. Não vamos aprender a andar de bicicleta se não andarmos de bicicleta. Isso significa que vamos errar e acertar muitas vezes, mas temos que sair em constante busca pelo aperfeiçoamento desses processos.

A participação, especificamente no Poder Legislativo, é algo que ainda estamos construindo mais lentamente do que a participação no Poder Executivo. Nesse aspecto, gostaria de chamar a atenção para a forma como conseguimos ver e perceber este Poder Legislativo. Muitas vezes, vocês me ouvirão falar do Legislativo como parlamento. Em italiano, a palavra *parlare* quer dizer falar, e esta Casa é a Casa do debate, da expressão e do falar. Quando me refiro ao Poder Legislativo como parlamento é exatamente para destacar o relevante papel que esta Casa tem e todos os Legislativos têm de assegurar a voz da diversidade, a voz da diferença, que expressa e representa outras vozes.

A outra forma de nos referirmos a este Poder como Legislativo implica na sua competência ao criar leis que regulam nossas vidas. De certa forma, as leis vão nos vincular todos a uma série de obrigações. Então, para o que quero chamar a atenção? Para a importância de esse poder elaborar leis para nós e também fiscalizá-las ser feito com base na fala, na voz; e é muito significativo como a Assembleia Legislativa identifica-se como poder e voz do cidadão. É importante que nos apropriemos dessa própria designação que a Assembleia Legislativa se dá, dizendo que aqui é o espaço para o cidadão expressar-se. Chamando a atenção para essas duas possibilidades de percebermos o Poder Legislativo, lembro a importância que esse poder tem não só para os debates, mas também para as decisões tomadas em nosso nome por representantes que aqui estão, porque escolhemos que eles estivessem aqui. Assim, sobre isso, penso que a Mesa já abordou a importância de o exercício dessa representação ser sustentado pela participação. Essa conexão entre representantes e cidadãos é extremamente relevante para assegurar a legitimidade desses representantes.

Não estamos satisfeito com o fato de os eleger a cada quatro anos. A sociedade brasileira está mostrando que não está mais desatenta ao exercício da representação. Ela está atenta e insatisfeita, a ponto de, em alguns momentos, dizer: “Isso aí que está à nossa vista não é o que queremos, essas pessoas não nos representam”. Então, essa questão chama nossa atenção para a importância de fortalecer a conexão entre aqueles que representam a sociedade mineira, no caso a Assembleia Legislativa, e aqueles que, de certa forma, os escolheram para estar aqui. Essa é uma importante questão. Temos uma série de institutos constitucionais, como referendos, plebiscitos e iniciativas populares de lei, que são uma possibilidade importante mas muito pouco usada, de modo geral, para assegurar essa conexão. Por outro lado, temos iniciativas, como a Comissão de Participação Popular, e outras em outros estados e na Câmara dos Deputados, que visam, de certa forma, a concretizar essa participação no Legislativo.

Sobre essas comissões e iniciativas do Legislativo, gostaria de ressaltar a Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pelo caráter inovador - ela foi a primeira a tomar para si essa responsabilidade -; pelo caráter de resultados, pois efetivamente essa comissão funciona, porque há estados em que ela existe mas não funciona; e pela capacidade de se reinventar. A Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa não parou no tempo, mas foi capaz de, o tempo todo, se recriar e de se aproximar da sociedade, estabelecendo novas formas de interação e efetivação do seu papel no parlamento mineiro. É importante destacarmos isso e dizer que é uma inovação institucional que merece um acompanhamento permanente de nossa parte, estudiosos, e uma presença permanente da parte da sociedade, porque realmente ela tem feito a diferença na produção legislativa, na fiscalização do Executivo e na possibilidade de dar voz à sociedade dentro desta Casa.

No caso específico da Assembleia Legislativa, a Comissão tem um papel significativo, mas não é a única forma de participação que a Assembleia criou. Acho interessante nos apropriarmos de algumas dessas possibilidades que constam do Regimento Interno. O cidadão precisa conhecê-las. O ciclo de debates é uma delas, assim como os seminários legislativos, conforme mencionado pela Mesa de abertura, os fóruns temáticos, as audiências públicas. Quem já participou de audiência pública aqui sabe que algumas delas são riquíssimas e realmente contam com a participação da sociedade. Há outras possibilidades presenciais de participação, mas também é possível participar via internet, via *web*. Acho que esse é um caminho importante para pensarmos, essa é uma linguagem que os jovens dominam muito bem. Se os queremos mais próximos do Parlamento, talvez precisemos reforçar essa conexão.

Gostaria de chamar a atenção especificamente para o que estamos vivendo agora, que é a revisão do PPAG, ou PPA, como alguns preferem. Esse processo é absolutamente inovador. A forma como a Comissão de Participação Popular tem discutido o Orçamento do Estado, a forma como a Comissão de Participação Popular tem possibilitado a inserção da sociedade nesse debate e, mais recentemente, o envolvimento de todas as comissões da Assembleia nesse processo é algo que precisamos acompanhar e com que precisamos ter um cuidado bastante significativo, porque é novo e tem tido resultados importantes. Com a Mesa de amanhã, vocês verão como algumas mudanças importantes foram alcançadas a partir desse processo de revisão do PPAG com a participação popular. Estamos exatamente nesse processo agora e convido todos a acompanhar com atenção o que vem por aí.

Outra possibilidade de participação importante, recentemente criada pela Assembleia, é o portal de políticas públicas, não só para quem se interessa diretamente por essas políticas como também para a sociedade como um todo. Cada um de nós agora tem condições de receber informações sobre o que está sendo feito com o recurso público que transferimos para o Estado gerenciar. Sem dúvida



alguma, essa iniciativa é muito relevante. Sabemos do esforço enfrentado pela equipe técnica desta Casa para colocar esse portal no ar e como foi importante o apoio político dos membros parlamentares para a existência desse portal.

Parabenizo a Assembleia pela existência desse portal e convido todos para conhecer mais esse canal de aproximação entre a Assembleia e a sociedade.

Para o que essas formas diferenciadas de participação, propiciadas pela Assembleia Legislativa de Minas, nos aponta? A primeira questão que considero muito importante é que há várias possibilidades de aproximação entre a sociedade e seus representantes. Temos tanto a possibilidade de aproximação presencial, como é o caso aqui agora, quanto não presencial. Isso é importante, principalmente considerando que a Assembleia é do Estado. E já foi destacado aqui que estamos tratando de 853 municípios. Os cidadãos que estão mais próximos de Belo Horizonte e da região metropolitana têm mais possibilidade de estar presentes. E os cidadãos que residem nos municípios mais afastados da capital mineira? Como viabilizar essa conexão? Então, todas as interações não presenciais, virtuais ou à distância, qualquer que seja o nome que quisermos dar, são extremamente significativas, considerando a questão da escala.

Outro aspecto que me parece importante destacar são os diferentes objetivos que cada um desses espaços pode propiciar. O primeiro é ouvir o que a população deseja, pede, demanda e denuncia. É importante estar aberto para as vozes. O segundo é consultar. Há consultas públicas colocadas no ar, que são abertas, para darmos a nossa opinião. Essa já é uma interação um pouco diferente. Há a possibilidade de debate quando uma audiência pública se propõe a discutir diferentes pontos de vista sobre o mesmo aspecto. Há também a possibilidade de compreender. Já foram mencionadas as diferentes ações da Escola do Legislativo para preparar a sociedade para debater o orçamento. Há as consultorias de modo geral, que produzem uma série de informes e orientações importantes para os parlamentares e para nós também. A cada evento é produzida uma série de conhecimentos sobre políticas públicas, contexto e outros temas a que podemos ter acesso. Por fim, há a possibilidade de estarmos com os deputados, para discutir e decidir questões relevantes.

Há intensidades variadas de participação, que abrem diferentes possibilidades para todo tipo de envolvimento com a Assembleia. Mais intensamente, sabemos que o monitoramento da ação parlamentar é algo importante. Nem todos conseguimos fazer isso, mas alguns conseguem. Essa possibilidade de monitorar a ação parlamentar e divulgar de forma transparente o que os nossos representantes fazem é algo que também é possível por meio das atividades realizadas na Assembleia. No caso específico desta Assembleia, gostaria de chamar a atenção para a importância do envolvimento de alguns setores desta Casa em todas as possibilidades de participação. Inicialmente há a própria Mesa da Assembleia, cujos dirigentes ocupam momentaneamente a direção política desta Casa. É importante que esses dirigentes políticos tenham sensibilidade e estejam atentos para os processos possíveis de participação, o que se manifesta, por exemplo, quando se propõe e se decide a realização de um evento institucional. Mas acredito que seja necessário estar sempre pensando em como aperfeiçoar esse processo de interação, e não estar satisfeito com o que existe em termos de eventos institucionais.

A sensibilidade dos deputados de modo geral, principalmente dos que compõem a Mesa Diretora, é essencial para viabilizar a participação popular, mas, por outro lado, há os técnicos desta Casa e as atividades-meio, que asseguram que essas atividades aconteçam, seja coordenando, seja organizando, seja viabilizando meios e informações. Esse compromisso, que é mais do que técnico, pois é também um compromisso político da equipe técnica, tem dado mostras de ser absolutamente relevante para assegurar que a conexão entre Estado, por via da Assembleia Legislativa, e sociedade aconteça.

Tem de haver a disposição da sociedade em participar. Não adianta nada a Assembleia Legislativa criar todos esses canais de participação e ter todo o empenho interno para que aconteçam, se a sociedade não estiver disposta a estar aqui para conversar, dialogar, consultar, cobrar, denunciar e interagir. Esse é um movimento de mão dupla: a Casa precisa estar aberta, mas nós, sociedade, temos de estar imbuídos desse espírito de participação.

Por fim, vamos abordar alguns desafios que ainda devem ser vencidos por esta Casa como um todo. Todo processo de inovação institucional implica não só a criação dessas instituições de participação, mas também a sua manutenção. Não basta que existam, eles têm que, efetivamente, viver, ter vida, mas também precisam ser aperfeiçoados. Se entendemos que a democracia é uma eterna reinvenção de regras, de possibilidades, de espaços, precisamos estar sempre atentos àquilo que já criamos para verificar em que medida podemos avançar mais.

Costumo dizer para os meus alunos que nunca podemos ficar satisfeitos com o que conquistamos, cada passo que damos tem de ser sempre um trampolim para o próximo passo. Nesse sentido, quero apontar algumas possibilidades de aperfeiçoamento da experiência de participação na Assembleia. Uma delas é democratizar, ainda mais, este espaço, trazendo para cá o maior número possível de pessoas, de ideias, de pensamentos e de temas, aliás, temas espinhosos, aqueles que não gostamos muito de tratar, mas que são importantes para ordenar a nossa vida em sociedade. A outra possibilidade é a de que, esta Casa, que já cumpre um papel muito importante de debate com os seus membros, também propicie um maior debate com a sociedade. Ela precisa ser um espaço efetivo de voz do cidadão e não só dos representantes dos cidadãos. Esse deve ser um cuidado permanente da Assembleia, que deve garantir que os espaços de debates sejam espaços da sociedade. Como lembrou o Bruno, é importante que as nossas mesas de apresentação sejam menores do que as nossas oportunidades de debate. Quanto menos falarmos e quanto mais ouvirmos, mais esta Casa vai expressar esse aprofundamento do seu papel de debate e deliberação.

Vou deixar aqui sete pontos específicos. O primeiro é que cada processo de participação tem que deixar claro, não só para os membros da Casa mas para a sociedade qual é o objetivo. É muito frustrante ver, no final de um processo em que achávamos que iria gerar uma proposta de lei, que o objetivo não era esse, que o objetivo era apenas ouvir o que as pessoas pensam sobre determinado assunto. É importante ficar muito claro não só para esta Casa, mas para todos os participantes qual é o objetivo daquele processo de participação, até onde ele vai. Isso, para não criarmos falsas expectativas e nos frustrarmos quando elas não são realizadas.

O segundo, é sempre, sempre considerar as características socioeconômicas da nossa sociedade, principalmente da sociedade mineira. Vamos ter participantes com todo nível de escolaridade, com todo nível de renda, muitas vezes, afastados do centro decisório. Como possibilitar que todas essas pessoas participem? Discutir orçamento é um negócio complicado. Temos que ensinar o que é

orçamento, temos que produzir informações numa linguagem acessível, temos que viabilizar a vinda de pessoas do Norte, Nordeste, Sul de Minas.

Precisamos alocar essas pessoas em algum alojamento, oferecer-lhes alimentação. Tudo isso tem custos. Não se faz participação de graça. A Assembleia precisa ficar atenta a isso se quiser, efetivamente, que todos participem.

Terceiro aspecto: essa participação tem de ser qualificada. Em que sentido? As pessoas precisam ter a possibilidade de se prepararem para o debate. Necessitam de informações, de saber mais profundamente sobre os temas que vão ser tratados. Como mencionei, há uma grande produção de informações pela própria Assembleia. Isso é importante, mas devemos preparar as pessoas para um evento específico, talvez um dia antes, ou fazer um ciclo de debates que lhes dê condições de se apropriarem de ideias, informações e conhecimentos para que possam participar de forma mais qualificada do debate.

É muito importante que as interações sejam contínuas. Esse é o quarto desafio. De vez em quando, fazer alguma coisa de vulto, como é o caso deste ciclo, é muito importante, mas não pode ficar aqui. Precisamos ter meios contínuos de interação. Isso nos leva ao quinto desafio, ou seja, como vamos integrar todos esses espaços de participação que a Assembleia disponibiliza, como ciclos de debates, seminários e audiências públicas. O PPAG é algo interessantíssimo para pensarmos sobre isso, e o seminário Pobreza e Desigualdade também foi um evento importante para pensarmos sobre esse desafio. Mais que isso, como articular as audiências cotidianas feitas pelas comissões? Esse é um desafio.

O sexto desafio é dar retorno à sociedade. Esse desafio é algo que preocupa esta Casa. Sei disso. Ouvi de vários membros da Casa – parlamentares e técnicos – que estão sendo buscadas alternativas para isso, mas a sociedade precisa cobrar não apenas a redução de salários – sabemos que houve uma resposta efetiva -, mas cobrar o que a Assembleia está fazendo com tudo o que se coleta aqui, a partir dos espaços de participação. O que isso gerou e o que pode e deve ser comunicado à sociedade?

Mencionei, mas vou reforçar, que participação tem custos para quem está aqui e custos para esta Casa. Isso se traduz em orçamento da própria Casa não só na manutenção dos seus órgãos que viabilizam a participação, mas também para assegurar a participação da sociedade. Esse é um custo que o Executivo percebeu que precisa bancar. Ele banca conferências, conselhos. O Legislativo precisa estar muito atento a como viabilizar concretamente a participação da sociedade.

É muito importante que esses desafios sejam enfrentados pelos parlamentares, com sua visão política, com seu espírito público tão ressaltado aqui por vários oradores que me antecederam, mas também devem ser enfrentados pela qualidade e pelo compromisso dos técnicos da Casa e da sociedade. Precisamos nos preparar para participar, precisamos estar atentos, precisamos estar organizados para cobrar juntos do Poder Legislativo.

O deputado Dinis Pinheiro, que se ausentou, ressaltou a importância de a sociedade vir até aqui, ter esse contato com o Legislativo. O meu desafio é o inverso, ou seja, o Legislativo sair desta Casa e ir em direção ao povo.

Como dizia Milton Nascimento, “ir aonde o povo está”. Mais do que abrir a Casa à participação, é estar junto do povo em seus diferentes espaços de participação, fortalecendo sua presença e a legitimidade de sua representação. Esse é o grande anseio da sociedade brasileira, ou seja, que tenhamos ao nosso lado, no dia a dia, os que nos representam não só indo até sua casa, mas que eles venham até nós. Assim, poderemos interagir e fazer conexões verdadeiramente políticas com os que nos representam. Muito obrigada, estou à disposição para continuar o diálogo.

O presidente – Agradeço muito à Profa. Eleonora Schettini. Essa parte final dos desafios já é suficiente para uma boa agenda interna da Assembleia e, reitero, muito conjugada com nossa preocupação expressa. Mesmo nos processos institucionais permanentes, como Parlamento Jovem e incidência no ciclo orçamentário, há essa preocupação com a regionalização, com a interiorização. Em atividades da audiência, há um nível de interiorização, mas os processos institucionalizados, como a revisão do PPAG ou o monitoramento semestral, são aqui e presenciais. O PPAG ainda acontece em algumas regiões. Temos esse limite, temos a interação virtual, conforme trabalho já exposto. Temos ainda um desafio de natureza política: como criar esse ambiente propício, essa interação, principalmente com juventude e segmentos da sociedade que hoje não conferem legitimidade a esse espaço. As chamadas jornadas de junho mostraram isso. Não é por acaso que a Assembleia de Minas passou ileso nesse processo. O foco em Belo Horizonte se concentrou na Câmara Municipal. Esse é um desafio de natureza política. Temos que nos desdobrar. Parabéns-a, pois expressou muito bem os desafios que temos.

Para quem chegou depois da abertura, esclareço que o ciclo de debates tem um caráter mais de enfrentar desafios do que de celebrar conquistas. As conquistas, afirmamos para que sejam mantidas, mas é preciso buscar avanços. Reitero a presença do vice-presidente da Assembleia, do apoio da Mesa diretora, do deputado Adelmo. O Ministério Público não estava na mesa de abertura, mas também chegou. É outro grande parceiro. Essa sintonia tem sido muito importante. O Ministério Público e a Defensoria Pública, como mencionado pelo Bruno, são muito importantes na construção da democracia. Este evento está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia para aproximadamente 350 municípios e pela internet. Pela qualidade, estou certo de que será retransmitido várias vezes na programação. Com a palavra, o Sr. Yves Sintomer, professor de ciências políticas da Universidade de Paris. Agradeço muito a ele, que se deslocou de outro país, tão longínquo e querido por nós, brasileiros, para participar de um evento da Assembleia, o que muito nos honra. Agradecemos em nome da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Ele vai fazer sua exposição em espanhol. Para quem desejar ouvir a tradução para o português, quero chamar a atenção para os receptores. Orientamos vocês para o uso dos receptores e dos fones que foram retirados da secretaria do evento. O equipamento está disponibilizado. Com a palavra, o Prof. Yves Sintomer.

Palavras do Sr. Yves Sintomer

Muito obrigado. Desculpem-me, mas vou ter de falar em espanhol, porque o meu português não é suficientemente bom para falar com vocês, e o meu pobre espanhol está um pouco misturado com francês e italiano. Agradeço à Assembleia Legislativa de Minas Gerais o convite, que vai me dar a possibilidade de entender um pouco melhor o que ocorre aqui. É sempre um prazer estar no Brasil, em Belo Horizonte e aprender as experiências feitas aqui. Não vou falar sobre o que acontece aqui, porque conheço muito pouco, mas



posso dizer que é uma exceção. Normalmente não existem processos participativos desse tipo, organizados por assembleias legislativas. Portanto, vou falar da Europa, talvez um discurso que poderia ir além da Europa. Essa é a minha experiência como europeu e pesquisador europeu.

Vou começar com um paradoxo. Nunca houve tantos países democráticos no mundo, por ser a democracia uma ideia, um apelo para muitos. Por outro lado, pode-se ver que rapidamente o sistema de representação clássica pode apresentar problemas, como ocorreu no Egito. Nas velhas democracias, em quase todos os países europeus, pelo menos existem crises de legitimidade mais ou menos fortes. Ainda na Alemanha, país em boa situação econômica e social, somente 10% dos cidadãos pensam que os políticos podem resolver os desafios do futuro. Como explicar essa diferença? Como pensar na possibilidade de as assembleias legislativas introduzirem, apoiarem, desenvolverem processos de participação? O desafio é importante, porque não é o Legislativo que começa, desenvolve o processo de participação institucional. Ao contrário, muitas vezes, é o Executivo que o faz, indo contra o Legislativo. Por exemplo, no Brasil muitas vezes é o prefeito quem desenvolve o processo de participação, fazendo pressão sobre a câmara municipal, que possui caminho político diverso. Não sei como está agora, no Brasil, com os movimentos que ocorreram há um mês. Muitas vezes os cidadãos criticam os políticos, sem fazer diferença entre o Executivo e o Legislativo. A minha pergunta seria: por que as assembleias legislativas no mundo não estão mais ativas nos processos de participação? Elas podem ou poderiam ser mais ativas? Com que objetivo?

É importante pensar o que é a democracia representativa. Podemos defini-la em quatro dimensões: eleições livres regulares; autonomia dos representantes – uma vez eleitos, eles podem fazer coisas diferentes do que prometeram -; autonomia da opinião pública - que pode se manifestar -; e discussão dos assuntos públicos.

Neste momento, nas velhas democracias, especialmente na Europa, há uma crise do sistema representativo. Qual é a especificidade das assembleias na democracia participativa? Qual é a diferença, por exemplo, do Executivo? E podem apoiar-se e apoiar a participação. Vou dar seis pontos, seis dimensões para responder a essas perguntas. O primeiro é que o papel do Legislativo classicamente é fazer as leis, escrevê-las. Na velha teoria da divisão dos Poderes do séc. XVIII, este era o papel fundamental. De fato, o Executivo, em quase todos os países democráticos do mundo, tem sempre um papel mais forte na produção de lei. Outros grêmios que não são eleitos também pedem um papel na produção de lei. No final, o Legislativo não tem mais o monopólio da produção de lei; portanto, existe um declínio claro nesse nível.

Em processos constituintes, como o do Brasil, nos anos 1980, e em muitos países da América Latina, é importante o papel da participação popular na produção de lei, é fundamental. Mas, no trabalho mais cotidiano das assembleias legislativas de outros países e de outros estados, a participação popular não tem um papel tão importante. A pergunta seria: como promover a participação na produção de leis, por meio da cooperação entre as assembleias legislativas e os cidadãos? Existem muitas possibilidades de resposta para essa pergunta. A primeira seria organizar referendos, que são feitos mais em nível mundial. A segunda é que a assembleia pode organizar ou iniciar essa consulta ao povo. Na União Europeia, temos agora o direito de petição, ou seja, com um certo número de assinaturas, pode-se pedir à Câmara e ao governo europeu que se discutam assuntos específicos. Existem as conferências de participação estatais e nacionais; porém, no Brasil é sempre mais o Executivo que está organizando esse tipo de conferência, e não o Legislativo. Há também as audiências públicas das comissões parlamentares para integrar a sociedade civil ao trabalho legislativo. Há, entretanto, outras questões. Por exemplo, se se quer a participação de todos os cidadãos, faça um referendo; a participação dos que já têm uma organização, faça as conferências nacionais e estatais de participação. E se se quer a participação dos cidadãos comuns, dos cidadãos que não estão organizados, que não têm uma organização prévia na sociedade?

Uma segunda dimensão fundamental do Legislativo, das assembleias legislativas, é o controle e a fiscalização do Executivo. Tradicionalmente, isso é fundamental e, muitas vezes, bem-reduzido: o jogo dos partidos faz com que as coisas fundamentais passem nas negociações entre os partidos ou dentro do partido, quando o sistema permite que se tenha uma autonomia clara na assembleia. Como se vê na Europa, a fiscalização vem muito mais dos juízes, da sociedade civil, da imprensa ou da internet que das assembleias legislativas.

Neste caso, o sistema legislativo deve se apoiar na participação cidadã para ter mais força na fiscalização do Executivo. Evidentemente, existe a possibilidade de permitir o acesso a fontes legislativas, abrindo mais possibilidade de informação, mas que vem de cima para baixo, tornando mais complicado o fato de o Legislativo chegar até à sociedade. Como disse a nossa companheira, dessa forma é difícil para o Legislativo fazer um controle na sociedade civil. Até o momento não há muitas experiências de sucesso nesse nível.

A terceira função fundamental das assembleias legislativas é permitir a deliberação, no sentido inglês da palavra: é uma discussão pública sobre o bem comum, sobre o interesse geral, como dizemos na França. Esse foi um papel fundamental das assembleias, em todos os níveis, no século XIX, mas ele é muito mais reduzido agora. Geralmente, para as pessoas formarem opinião, não observam os debates das assembleias, elas se informam pela imprensa, pela internet. Em muitos países, em muitas províncias, as discussões nas assembleias são muito fracas, representam mais negociações entre partidos do que realmente discussões sobre o bem comum. Em vários países, há iniciativas para promover e melhorar a qualidade da discussão pública nos parlamentos, e são muito importantes.

Antes, havia uma razão para monopolizar o debate público à deliberação nas assembleias. A ideia dos padres que criaram a república francesa e outras era a de que as discussões seriam bem realizadas se feitas por pessoas graduadas. Nós, cidadãos comuns, éramos considerados incapazes de discutir sobre o bem comum; por isso, havia o monopólio da deliberação pelos mais sábios, aos que poderiam considerar todos os aspectos dos problemas, e não somente uma parte deles. Essa mudança pode ser vista no movimento dos revolucionários americanos, dos presidentes dos Estados Unidos. Com esse movimento, a ideia de que os políticos eleitos são mais sábios que as pessoas comuns, que só eles podem discutir o bem comum, perdeu legitimidade. A discussão pública já não é mais um monopólio dos políticos eleitos, mas sim, um bem comum, da cidadania também.

É preciso saber como desenvolver a deliberação para que vá além do Legislativo e como o Legislativo pode ajudar nesse processo, ou seja, fomentar esse processo nos meios parlamentares que, em muitos casos, já não funcionam mais como uma informação, mas



sim como um espaço de debate nas audiências públicas realizadas aqui. Também há organismos de discussões públicas abertos. Na França, muitas vezes, não são as assembleias que organizam esses espaços, mas sim autoridades administrativas independentes.

Existem, muitas vezes, teorias políticas na Europa, na América do Norte, que desenvolvem a ideia de que minipúblicos, designados por sorteio, podem desenvolver ótimas condições de discussões públicas - muito mais que assembleias abertas -, para se tratar de temas como o bem comum. O parlamento europeu, por exemplo, organiza esses movimentos públicos, mas sem muita relação entre a discussão e a tomada de decisão. É um problema fundamental passar-se da discussão à decisão. O problema também é quem são os atores que querem participar da sociedade civil organizada, como é tradição no Brasil; cidadãos comuns, designados por sorteio, como é feito na França ou na Europa. Além disso, como organizar uma discussão de qualidade quando há centenas, dezenas de pessoas... Pode-se discutir, votar e decidir, mas é um pouco mais difícil.

A quarta dimensão do papel legislativo clássico é representar. Representar as pessoas, representar a diversidade do país, representar a diversidade do povo. Não é somente representar a diversidade das ideias, mas também a diversidade das diferenças das experiências sociais. Isso porque a pessoa que vive num bairro não tem a mesma experiência de outra, que vive em outro bairro, e o mesmo ocorre com as cidades. As mulheres e os homens, muitas vezes, têm visões diferentes sobre alguns aspectos; as classes sociais também têm visões distintas a respeito dos assuntos públicos. Os jovens, por exemplo, não têm a mesma visão do mundo que os mais velhos. Essa era uma ideia minoritária, mas muito forte; a criação das repúblicas modernas; a ideia de que as assembleias tinham de ser um espelho da sociedade. Mirabeau, na França, dizia que a assembleia tinha de ser um mapa reduzido do povo. John Adams, no Estados Unidos, dizia que tinha de ser um retrato exato, em miniatura, do povo. Esse é o objetivo das assembleias, mas sem muito sucesso. Na França, por exemplo, a assembleia nacional é constituída por homens velhos, brancos, provenientes de classes superiores e que estudaram nas mesmas escolas.

Falarei de algo que, para vocês, talvez não seja uma lembrança muito boa, mas, para nós, a equipe de futebol, na Copa do Mundo de 1998, foi mais representativa do povo porque nela havia uma representação mais similar à população da França do que a assembleia nacional francesa. Esse não é um problema somente da França, é um problema mais global. Em muitos países europeus, os membros das assembleias são grupos sociais muito diferentes do conjunto do povo.

No século passado, os partidos de massa, de movimentos operários, permitiram uma abertura social da representatividade política. Neste século, já não existem os partidos de massa, mas há outros sistemas, as cotas por exemplo. Em muitos países, há cotas de homens e mulheres para assegurar uma representação mais equilibrada de mulheres nas assembleias. Num país como a Índia, há também cotas entre as classes sociais para assegurar a permanência, nas assembleias, de pessoas provenientes de classes baixas ou médias da sociedade.

Na China havia um esforço para reintegrar a burguesia nas assembleias. No Brasil existe agora uma lei de cotas racial e social nas universidades, porque isso pode ser feito no âmbito universitário, mas não no político. Enfim, não conheço a resposta, mas posso pelo menos fazer essa pergunta.

Talvez o Legislativo possa associar-se aos organismos de participação, que são mais representativos nesse sentido de parecerem mais com o povo em seu conjunto. São duas as possibilidades, e a primeira é associar-se à sociedade civil organizada para construir um consenso amplo. Mas com que mandato, com que representatividade? Essa é uma pergunta que nem é feita, muitas vezes. Outra possibilidade é apoiar-se sobre minipúblicos representativos estatisticamente da variedade do povo da cidade e permitir que esse tipo de processo participativo tenha a mesma diversidade que o povo em seu conjunto. Como eu dizia antes, não é algo muito difundido no Brasil e na América Latina, mas fala-se muito sobre esse tipo de organização na Europa e nos Estados Unidos.

Evidentemente, uma função tradicional ou mais evidente do Legislativo é representar um mandato através da eleição, e teoricamente os deputados têm de fazer com que as ideias do povo sejam traduzidas na assembleia. Nesse nível, nos sistemas políticos do tipo parlamentar, a assembleia seria a primeira etapa, com uma eleição direta pelo povo - não é o caso do Brasil. Falou-se muito nessa relação nas intervenções anteriores, no fato de que a sociedade civil e o cidadão sejam ativos e haja uma comunicação entre eles e os deputados. A ideia é fazer com que essa dimensão melhore, pois, ao contrário, quando não há essa comunicação, a relação pode deteriorar-se bastante.

Uma coisa que está clara e que já foi dita anteriormente é que a eleição é suficiente para fazer legal o mandato, mas não é mais suficiente para conferir legitimidade de fato à cidadania. A eleição sozinha não é suficiente. Existem outras dimensões importantes.

Há outro sentido da representação que foi esquecido e que é fundamental. Quando a noção de representação política foi criada, surgiu a dimensão do mandato decorrente das eleições, mas havia outro sentido: quando o rei da França representava aquele país, ele não detinha um mandato, não havia eleição, era uma encarnação do país. As pessoas até podiam dizer: "Eu sou o estado"; "Eu sou o povo"; "Eu sou a França"; "Eu sou o Brasil", por exemplo. Foi assim durante a monarquia. O que percebemos na França agora é um resto da monarquia. O retrato oficial do presidente Sarkozy claramente é uma demonstração dessa representação real. Mas não é somente um problema francês, pois durante séculos as pessoas disseram: Nós somos a nação, somos a encarnação da nação".

Como vocês podem ver nesse retrato muito famoso do princípio da Revolução Francesa, a Assembleia, quando começa o seu trabalho diz: "Nós somos o povo, nós somos a nação francesa, encarnamos a nação". Por isso os deputados têm um mandato livre, ou seja, não é imperativo. Eles têm autonomia em relação aos eleitores e aos cidadãos, porque todos, juntos, estão como numa encarnação do povo e da nação. Então, essa é uma das dimensões das representações das assembleias, que seria a ideia da dimensão da encarnação, que também pode ser reivindicada por outras partes. Nessa ideia de encarnação, temos a ideia de que uma parte do povo encarna o todo. Pode ser o rei, pode ser a assembleia, mas também pode ser um presidente eleito, como foi o caso do ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que disse: "Não sou o indivíduo, sou o povo com a ideia de desenvolver a participação. Eu sou a encarnação de um povo". Essa é uma linha de pensamento de que existe um que pode dizer eu sou o povo, sou o estado, sou a nação. Mas também pode-se dizer que no movimento houve uma reivindicação da representação, quando 99% diziam que eram como o povo, eram como os 99%, que não eram a elite. Esse é um tipo de representação de encarnação que dá o poder de falar pelo povo. Não é alguém que já está eleito, um rei, mas sim um cidadão que se mobiliza nas ruas.



Há também algumas experiências, como no processo constituinte da Islândia, pequeno país que foi duramente tocado pela crise dos seus bancos. Nesse processo constituinte houve uma experiência muito interessante de uma nova constituição, e, nesse processo, houve duas assembleias eleitas por sorteio. E esses cidadãos eleitos no sorteio poderiam dizer que falavam pelo povo, que eram a encarnação de um povo e que, embora tenham sido eleitos num processo de eleição, seriam uma miniatura do povo, que poderiam falar pelo povo. Eu penso que nesse contexto o desafio do Legislativo é exatamente o de encarnar de novo a nação, como teria sido na primeira assembleia revolucionária francesa, no século XVIII, talvez, apoiando-se nos processos de participação.

Pelos números oferecidos pela Helena, é interessante observar como na etapa final dos cinco seminários legislativos de Minas Gerais, ao final, o Legislativo é uma parte de um seminário maior e o que encarna é como se fosse uma parte dessa encarnação, ao lado de representantes do Executivo, das empresas e das associações.

Ou seja, o Legislativo já não é a única encarnação do Estado, mas sim uma parte de algo maior, talvez uma representação um pouco mais diversa de Minas Gerais.

A outra possibilidade é, então, o modelo da associação, da participação dos coletivos, do povo organizado. O outro modelo é o dos minipúblicos eleitos por meio de sorteio. Na Colúmbia Britânica, por exemplo, a tarefa de propor uma nova lei eleitoral foi dada não à assembleia eleita nas eleições, mas sim a uma assembleia cidadã, eleita por meio de sorteio.

Nessa perspectiva inspiradora, a ideia de que se proponha uma assembleia desse tipo não foi pensada como uma assembleia somente de participação cidadã, mas sim como o aparecimento de um novo tipo de representante, um representante que não é designado por meio de eleições, que não tem uma competência sobre tudo ou que está designado por um tempo bem curto, que não tem interesses de partido, mas sim que, teoricamente, pelo menos fala, trabalha e discute pelo bem comum, como um cidadão qualquer, comum, com um tempo limitado para uma tarefa precisa, como neste caso, escrever uma nova lei eleitoral durante um ano.

O desafio global talvez seja uma explicação de por que, nos outros países, não são as assembleias que participam da eleição. Minha resposta seria um pouco mais dura: a minha explicação seria que não é porque não gostam da participação, mas sim porque têm medo de outro tipo de representação. Não penso que é necessário que se faça uma oposição da representação e da participação porque dentro da participação existem formas de representação diferentes da forma de representação tradicional, por meio das eleições. Mas são formas de representação também, não somente de participação direta dos cidadãos. O desafio é fomentar uma pluralização da representação democrática na qual a eleição é central, pois é uma forma, entre outras, de representação política. Nesse processo, nesse sistema de representação e participação, outras formas de participação podem se desenvolver por meio de mecanismos para isso.

Para concluir, essa é uma época de governança, como se diz nas ciências políticas. O Banco Mundial veio numa época em que muitas decisões são tomadas por organismos que não são designados por meio de eleições. Num contexto em que a sociedade é sempre mais madura, o papel do Legislativo é questionado. Em muitos países, é muito claro que o papel do Legislativo é menos importante do que, por exemplo, no século XIX. Existem poucas experiências de participação iniciadas pelas assembleias legislativas, mas, o que é feito aqui talvez seja um modelo, um exemplo muito bom de que existe essa possibilidade e imagens de ação do Legislativo nesse campo.

Portanto, o desafio seria reinventar uma nova relação entre as diferentes formas de representação: a participação popular na sua complexidade, não somente por meio dos cidadãos organizados, como é feita no Brasil, mas também por meio de outros processos, e a deliberação, ou seja, a discussão pública sobre os assuntos coletivos, que é feita nas Assembleias ou na esfera pública global e que deve ser organizada para ser bem feita.

Penso que, ao final, se o Legislativo não tem a audácia de desenvolver esses processos de participação, o risco é a marginalização das câmaras e das assembleias. O processo democrático da Europa talvez seja o mais provável, pois acontece em um cenário em que, ao final, as decisões importantes não são tomadas nas assembleias, mas sim nos conselhos de administração das grandes empresas ou em organismos burocráticos eleitos. Talvez a união entre a participação e as assembleias legislativas possa ser uma resposta forte a isso. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Agradecemos muito ao Prof. Yves, na mesma linha - também como mencionei - da Profa. Eleonora. De fato, essa reflexão de participação dos segmentos organizados e do cidadão não organizado é um desafio. Segundo o Regimento Interno da Assembleia, em comissão, a proposta acolhida tem de ser de entidades legalmente constituídas, mas, na prática, nos processos de revisão do PPAG e do Orçamento, buscamos formas de acolher a sugestão do cidadão, ainda que tenhamos de fazer um processo de articulação formal, já que não se mudou o Regimento. Mas esse é um processo dos mais importantes, pois aí entra também a questão da dimensão do Estado. Esse é um desafio.

Uma outra questão importante que queria destacar, no âmbito da fiscalização, são esses processos mais permanentes: o monitoramento, a revisão, o portal, com a participação das comissões permanentes. Profa. Eleonora e Prof. Yves, esse é um outro desafio. Em nosso Legislativo, há mais de 20 comissões. Apesar de haver uma espécie de comissão guardiã na área da participação, na prática, se não tivermos o envolvimento do conjunto, não haverá abrangência, pois esse processo depende também da participação e da intencionalidade política, por isso é fundamental – e aqui digo isso por causa dos vereadores presentes – que a instituição desenvolva mecanismos permanentes. Se os parlamentares ali chegam e encontram alguns processos instituídos – é lógico que o parlamentar e sua decisão são insubstituíveis -, isso ajuda muito.

O professor falou de petição, e eu queria fazer aqui uma propaganda de uma petição de apoio a um projeto de lei resultante de um debate público da Comissão de Participação Popular: o dos catadores de materiais recicláveis. O presidente da Assembleia Legislativa e eu entramos nesse projeto que diz respeito à limitação de incineração de resíduos sólidos em Minas Gerais, seja por questões de danos à saúde, seja pelo desestímulo à coleta seletiva. Esse projeto está tramitando, e há uma petição *on-line* de apoio. O pessoal do gabinete está aqui, e depois vocês podem se inteirar.

Agora já temos aqui representadas as áreas da segurança alimentar, assistência social, segurança pública, direitos humanos, saúde, esporte, juventude, educação, sindicatos, cultura, criança e adolescente, economia popular solidária, indígena, quilombola, pessoas



com deficiência, idosos e jovens universitários e aproximadamente 40 municípios representados presencialmente. Passaremos agora à nossa lista de inscrição. Pedimos que as pessoas sejam breves. Gostaria de deixar para o Prof. Yves, quando for retornar a sua fala, para desenvolver um pouco mais a questão do sorteio. Aliás, parece que existe um livro de um mestrando da UFMG que desenvolve um pouco isso. Gostaria que o senhor falasse se essa representação é exclusiva; se ela se compatibiliza com a representação legislativa; se a representação legislativa se apoia no seu processo deliberativo, em mecanismos de participação via sorteio; até que ponto, por ser sorteio e não uma disputa eleitoral, - é óbvio que quem quer participar desse sorteio participa - tem uma dimensão de destino e não de compromisso com um segmento; como isso pode não traduzir um certo comprometimento com grupos e com a sociedade.

Esclarecimentos sobre Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente - Antes de passar para o primeiro inscrito, vou passar para o Prof. Ricardo, depois para o Prof. Yves, e, se houver tempo, já que o Prof. Yves mencionou o futebol, podemos fazer uma discussão sobre o futebol mundial, sobre os melhores times do mundo, Barcelona, Paris Saint-Germain e Atlético Mineiro, além do Bayern. Agora falaremos sobre a participação popular. Convido o deputado Adelmo Carneiro Leão, 3º-vice-presidente da Assembleia Legislativa.

O deputado Adelmo Carneiro Leão – Boa tarde, pessoal. Quero aqui fazer algumas reflexões rápidas. Primeiro, estou aqui há mais que o dobro do tempo da existência da Comissão de Participação Popular e posso dizer que ela foi um ganho extraordinário para a Assembleia. A Assembleia evoluiu muito e está evoluindo a cada dia. Mas não se encontra em uma posição de conforto. Que bom. Estamos muito aquém de uma assembleia que precisa ter realmente esse poder de representar a sociedade brasileira, a sociedade mineira. Já vivemos momentos em que a Assembleia era mais rica em alguns aspectos, não em todos. Se colocarmos no conjunto das ações, a Assembleia evoluiu muito. Mas, quando o professor mencionou, por exemplo, o papel fiscalizador da Assembleia, nós praticamente não exercemos esse papel, que é essencial a qualquer parlamento, à representação social. Há muito tempo não temos uma única comissão parlamentar de inquérito, que é um instrumento de altíssimo valor, absolutamente necessário no contexto de um parlamento fiscalizador. A subserviência na redução do seu poder fiscalizador se expressa muito neste momento, para a nossa tristeza.

Quero também dizer que não fiquei confortável pelo movimento social não ocupar a Assembleia. Não sei se o motivo é ela não ter significado ou não ter tido significado, e não por que ela foi importante. Temos que fazer essa medida. Por que o movimento social não esteve aqui presente? É por que nós estamos bem ou por que nós estamos mal? Deixo essa reflexão para nós mesmos, porque é uma questão que me inquieta permanentemente. Entendo que, se tivéssemos um valor muito significativo do ponto de vista da representação popular, da representação social, do papel da construção do Estado democrático de direito, talvez esse movimento estivesse mais próximo de nós.

Na relação dos Poderes, realmente somos um Poder ainda de pouco significado.

O Executivo e o Judiciário são os poderes mais fortes do Estado, mas esta Casa é o espaço mais plural, mais importante e necessário na construção do Estado Democrático de Direito, bem como na construção da representação da diversidade. Gostei muito das suas reflexões, daquilo que trouxe aqui, relativamente a uma representação mais pluralizada. A nossa representação também é estreita. No tocante aos desafios que nos são trazidos, entendo que a participação popular ainda é muito representativa. O que temos aqui são representações dos diferentes segmentos sociais. O desejo é a necessidade do avanço. Esse foi o desafio manifestado. Esperamos que a participação popular consiga alcançar a dimensão da sociedade como um todo.

Sobre a representação do poder e da voz do cidadão, é importante falar sobre alguns dados que são muito interessantes e desafiadores para nós. Há ainda muitas pessoas que não têm voz nem vez, isto é, ainda não têm expressão cidadã. Precisamos escutar ou auscultar essa gente. Como médico, gostaria de pegar o estetoscópio e colocá-lo no peito deste Estado brasileiro, deste Estado de Minas, para auscultar aqueles que estão com a sua voz abafada.

A Assembleia de Minas teve papéis muito positivos, e a Comissão de Participação Popular é exemplo disso. Desejo que o deputado André Quintão transcenda sua representação, porque ele é um parlamentar dedicado e comprometido com a representação social e popular. O tempo da comissão não é muito maior que o tempo do deputado André Quintão, mas o tempo da comissão precisa transcender o nosso tempo. Aliás, um momento riquíssimo da Assembleia foram as audiências públicas regionais, mas elas diminuíram, talvez pelo custo, pelo argumento de que devemos fazer economia, mas, na verdade, com elas fazemos grandes investimentos.

Por último, quero registrar minha alegria de participar de alguns eventos da Assembleia que demonstram toda a sensibilidade desta Casa com a voz das ruas e da população. A Assembleia está participando de um momento riquíssimo da vida nacional, que é ser uma das propulsoras, ou melhor, uma agente importante na promoção das buscas das assinaturas por mais saúde. A Assembleia Legislativa levou ao Congresso Nacional mais de 500 mil assinaturas, porque também somos a voz do povo e os sujeitos dessa história. Agora esperamos que o Congresso Nacional aprove um projeto de lei que exija do governo federal mais recursos para a saúde, para que ela seja verdadeiramente um direito fundamental da pessoa humana. Essa foi uma participação muito importante da Assembleia de Minas.

Embora esta Casa não tenha feito um movimento do ponto de vista da participação popular, a Assembleia é uma escuta e uma ausculta de alguma questão que repercute no desejo e no anseio de toda a população, neste caso a discussão da dívida pública. Há a percepção da Assembleia de Minas de que não daremos um salto de qualidade nas políticas públicas de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura se não tratarmos da revisão das dívidas do Estado, da nossa dívida pública, que compromete de maneira extremamente séria o presente, e, muito mais, o futuro do nosso Estado.



Por último, existe uma atividade executiva da Assembleia, que espero seja transformada numa atividade do Estado, principalmente do Executivo. Ontem, eu estava na divisa com a Bahia, no município de Manga, para tratar de um projeto chamado Cidadania Ribeirinha. Estiveram presentes representantes do governo federal e do governo do Estado e também entidades da sociedade civil, para tratar da revitalização da cidadania do povo que mora às margens do São Francisco e que às vezes não têm sequer o próprio registro de nascimento. Esse foi mais um ato da Assembleia de Minas em prol da auscultação e da promoção da vida e da dignidade das pessoas, principalmente daquelas que estão à margem de quase tudo.

Essa é a participação da Assembleia Legislativa na construção de uma sociedade melhor, e fico muito feliz por estar presente aqui hoje e fazer parte dessa história.

O presidente – Obrigado a nosso vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adelmo Carneiro Leão. Convido a Sra. Analúcia Guimarães Couto, da ONG Vertentes Solidárias.

A Sra. Analúcia Guimarães Couto – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente gostaria de parabenizar a Assembleia Legislativa - aliás, é uma honra estar, junto a vocês, comemorando os 10 anos da Comissão de Participação Popular.

Deputado André Quintão, gostaria de fazer uma pergunta: como estão sendo conduzidas as propostas aprovadas nas conferências? Esqueci de me identificar. Meu nome é Analúcia Couto, sou de Barbacena, Minas, e represento a ONG Vertentes Solidárias. Aliás, tivemos uma honra de entrar com uma proposta que foi aprovada e já é lei: a inclusão de dicas e sugestões para a educação do consumo alimentar e nutricional sustentável. Essas dicas irão nas contracapas dos cadernos e dos livros para a rede pública. Deputado André Quintão, gostaria de saber de você como estão sendo conduzidas as propostas aprovadas. Parece que isso é de conhecimento de todos desta Casa e dos Deputados, mas talvez não o seja da grande maioria que hoje está presente e, principalmente, das pessoas que são de outros países.

Este Estado não investe um único centavo na aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, para a alimentação escolar. Sabemos que, para atender ao que preconiza o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae -, devemos ter proteína em todas as refeições e fruta três vezes por semana. A maioria dos municípios é completamente descapitalizada, e R\$0,33 do governo federal são insuficientes. Esse é o único recurso garantido. Então a proposta já aprovada em outras conferências é para que o Estado de Minas Gerais invista, no mínimo, o mesmo percentual, porque é impossível fornecer alimentação adequada contando apenas com os recursos do governo federal. Portanto, isso já foi encaminhado como proposta aprovada em outras conferências, assim como a inclusão dos técnicos de nutrição dietética que acompanharão a produção dessa refeição coletiva feita nas escolas. Parece-me que o Pnae é o maior programa de alimentação coletiva do mundo, em razão do volume que tem.

Gostaria de, não digo daqui a 10 anos, mas, se Deus quiser, no ano que vem, estar aqui para comemorar a lei que garante esse recurso específico para aquisição de gêneros alimentícios por meio de lei orçamentária. Muito obrigada.

O presidente – Muito obrigado, Analúcia. Com a palavra, o Robes Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais.

O Sr. Robes Carvalho – Quero cumprimentar a todos e a todas. Dispensarei os demais cumprimentos para ser mais rápido. Acho que esse assunto nos provoca bastante. A Comissão de Participação Popular tem hoje espaço garantido e tem crescido muito. Digo isso principalmente porque vi que 1.100 emendas saíram dela.

Mas há outros pontos. Por exemplo, a Eleonora mexe muito conosco, pois aborda situações extremamente delicadas e provocativas; e o Yves também. Quero nos situar dentro do trabalho que realizamos. Por exemplo, no Sindicato dos Psicólogos fazemos essa discussão hoje, do ponto de vista da representação e da participação, com quem representamos, com essa diretoria que nos representa. São 853 municípios, há psicólogos em todos os lugares, e nós os representamos.

E isso, para nós, ainda é muito confuso. Às vezes, para nós, o mais importante é discutirmos, chegarmos a um meio-termo e dizer que só pode haver representação se houver também participação. O fator participativo tem de mover a representação.

A Eleonora me chamou a atenção para uma frase muito boa. Se o pessoal não pode estar conosco, do ponto de vista participativo, temos de ir até esse pessoal. E estou fazendo isso por extensão, que esteja no trabalho da Assembleia Legislativa também, como você disse muito bem. Então, será que esse deslocamento pode propiciar uma agregação maior, gerar e garantir a representação? Essa é a pergunta que muitas vezes faço. O André citou muito bem as redes sociais, que, mesmo virtualmente, nos remetem a um ponto de encontro. Os médicos dizem que estão na auscultação. Nós geralmente estamos na escuta e com um outro olhar, para fazermos uma outra política, que é necessária. Temos de escutar mais, mesmo! Há lugares que não têm voz, onde as pessoas não têm como se expressar.

Eleonora e Yves, a pergunta que lhes faço é: como fazer acontecer determinadas motivações? Não quero tão somente primar, situar-me dentro do conhecimento ou do interesse que move as pessoas, mas como fazer com que as pessoas se sintam contempladas, motivadas, procuradas, pontuadas, independentemente do conhecimento dos campos da política, da economia e de tudo? Como elas podem se mobilizar para fazer com que as coisas aconteçam? Essa é a grande pergunta que me faço. E acho que vale para vocês três, inclusive para você, André. Será que nós poderíamos pensar que, já que a escola é um lugar de agregação, que faz uma boa discussão a respeito da participação, da representação, será que podíamos incutir isso dentro da escola, com esse aprendizado, com uma participação política, com uma participação maior do convívio, para que estendêssemos isso mais tarde como uma experiência de vida? O cuidado com a vida tem de acontecer o tempo todo. São essas observações e essas inquietações que ficam para vocês. Vamos participar, vamos fazer isso.

O presidente – Obrigado, Robes. Com a palavra, o Prof. Bruno Lazzarotti.

O Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa – Bom dia a todos. Muito obrigado pelas reflexões importantes que os dois trouxeram. Minha pergunta é simples e difícil. Quando tratamos de mecanismos de participação alternativa da representação tradicional, sempre temos um problema, que é a legitimidade, em termos da decisão, porque as decisões públicas envolvem o poder imperativo do Estado, ou seja, de alguma maneira, as decisões públicas obrigam o cidadão, em diferentes níveis, as decisões públicas alocam recursos públicos.

Quando pensamos alternativas como júri popular, minipúblicos, sorteios, essa é uma pergunta que sempre me ocorre. Se são instâncias ou espaços que nos permitam tomar decisões mais informadas, mas o *locus* da decisão permanece o mesmo, não há maiores problemas.



Então, esses espaços ajudam a formar opinião e a circular argumentos, informações e pontos de vista, o que torna as decisões melhores e mais informadas. Mas, se aqueles são espaços onde se tomam decisões públicas, ou seja, as que se imporão sobre toda a população, há o problema da legitimidade de uma instância que foi sorteada. A princípio, poderia ser qualquer pessoa para a qual não houve uma delegação da sociedade. A questão se torna bem mais problemática. Gostaria de ouvir vocês falarem sobre isso.

O presidente – Obrigado, Bruno. Com a palavra, o Sr. Carlos Henrique Ferreira Gonçalves.

O Sr. Carlos Henrique Ferreira Gonçalves – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de pautar a minha fala no que a professora disse sobre participação popular.

Vim aqui na condição de pai de uma criança com deficiência. A senhora falou sobre a motivação da participação popular.

Cumprimento os deputados André Quintão e Adélmo Carneiro Leão. Há 20 comissões nesta Casa, mas digo que só há 19, pois a comissão para a pessoa com deficiência que me convidou a estar aqui, hoje não existe. Se uma comissão, na pessoa da sua presidente, deputada Liza Prado, fez um convite a alguém para debater sobre uma demanda e uma questão séria, que é o fechamento de escolas especiais em Belo Horizonte por parte da Prefeitura, mas não está presente para a receber e nem desloca alguém para estar em seu lugar, onde está a credibilidade da participação popular nesta Casa? Como fica a minha credibilidade, se a minha demanda não será ouvida, discutida, atendida e votada? Apresento essa denúncia, pois debateríamos algo seriíssimo, que é o atendimento a pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e idosos.

Desculpem-me, mas a deputada Liza Prado, presidente da comissão permanente, não veio. Deputado André Quintão, o que significa comissão permanente? Entendo como permanente algo que está em constante funcionamento. Se a presidente não pode estar presente, há o vice-presidente, os secretários, quem quer que seja. Ela poderia designar alguém para atender à comunidade e ao cidadão que se desloca de casa às 8 horas, com a marmita na sacola, para não ficar sem almoço, e a criança com deficiência, pois moro sozinho, já que sou divorciado. Moramos somente eu e ele na casa.

Defendo uma demanda. Deve-se levar a sério a expressão “participação popular”. Sei que essa comissão faz isso, senão não existiria há 10 anos e continuará a existir. Essa demanda deve ser levada a sério, assim como as outras que estão em discussão. O que o Estado me oferece para deixar para essa criança? Como ela terá segurança para tratar dos seus assuntos, se, quando venho, não sou recebido pela comissão que me convidou. Ela se comprometeu a me ouvir e a discutir, acolhendo a minha demanda e a minha denúncia, mas ninguém está aqui para pedir desculpas e dizer que não vai me atender.

Professora, faço esse questionamento em relação à motivação na participação popular. O que é necessário para motivar? Seria a urgência da demanda? Isso nos motiva a aglutinar as pessoas para buscar a participação. O problema é a resposta que não temos depois dessa participação. Não há retorno, e a pessoa se sente frustrada. Isso causa o esvaziamento das comissões de participação. Há um descrédito na participação popular. É bacana obter ganhos, como o senhor expôs. É excelente a questão da incineração do lixo. Isso é ótimo, mas, por favor, não incinerem junto a nossa vontade de participar. Levem-nos a sério. Quando estou em algum debate, gosto de dizer que meu filho não vota, mas eu, a mãe, o tio, o avô, a família, o vizinho e o bairro votamos.

Então, se a participação popular é pautada pelo voto, não vou sortear ninguém, vou votar em quem deve me representar. “Poxa, escolhi você para não me representar quando precisar? Onde está a representação popular que aceitei, que indiquei e que estou avalizando para me representar? Não, pode vir amanhã que você será atendido”. Por quem? Aproveito a presença do vice-presidente para pedir, por favor, puxe a orelha da comissão permanente, porque ela é permanente, mas não está no local para o atendimento. Como colocam o termo “permanente” se ela não está ali permanentemente? Agendaram comigo, mas não estão aqui. Saí de um bairro da periferia, o Bairro Coqueiros, peguei o terceiro ônibus que passou indo ao centro da cidade, porque dois ônibus se recusaram a pegar a cadeira de rodas - o meu filho está cansado, com sono; daqui a pouco, vamos almoçar (se puder usar o Plenário, vamos almoçar a nossa marmitinha), para chegar aqui e ficar frustrado com a Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência. E amanhã as escolas especiais podem fechar, assim como está arriscado fecharem as Apaes e como já fecharam mais de cinco ou seis escolas especiais, para forçar o pai e a mãe a colocar seus filhos nas escolas regulares, que não estão preparadas para receber essas crianças. Esse é o debate que queria fazer aqui. Desculpem-me, sei que este não é o fórum, não é local, mas foi o lugar que encontrei para fazer ouvir minha voz, para me fazer ouvir. Esse questionamento tem a ver com a participação popular. Se não há retorno, se não há respostas adequadas às demandas, esvazia-se o Poder.

Vou abrir um parêntese. Compararia a representação de Chávez, como encarnação do povo, como foi citado, a Bonaparte. Chávez queria ser o eterno presidente, e Bonaparte, Deus, o eterno imperador. Que isso não ocorra em lugar nenhum. Deus é só no céu, e nós, aqui. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Carlos Henrique. Peço à assessoria da Comissão para pegar o contato do Carlos para que possamos saber, de fato, o que ocorreu na convocação na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

A última inscrita é a Clarise. Depois, temos mais duas perguntas escritas e também o Eduardo Madureira, que chegou aqui e não tinha visto. Com a palavra, a Sra. Clarise Fernandes da Silva.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva – Boa tarde. Sou representante oficial da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Quero saber se a maioria dos parlamentares - creio que o Deputado André Quintão compreendeu -, realmente conseguiram traduzir, fazer a leitura da manifestação de 30 de junho, que foi um marco importante. Infelizmente, entraram os baderneiros, mas o objetivo da manifestação era justo. Muitos cientistas e muitos comentaristas disseram que o povo não sinalizou exatamente o que queria, mas isso não é verdade. O povo sinalizou que é necessário uma nova assembleia constituinte para elaborar uma nova Constituição Federal, que estabeleça que os valores percentuais realmente devem ser investidos na saúde, na educação, na habitação, no transporte e na área social como um todo. E essa nova Constituição Federal tem de ser feita com a participação da sociedade civil.

Considerando que a Assembleia Legislativa tem 177 anos, gostaria de saber, deputado André Quintão, se é possível, por intermédio de V. Exa., enviar um requerimento aos deputados federais que representam Minas Gerais, solicitando que façam um estudo sobre a convocação de uma Constituinte, a fim de que seja elaborada uma nova Constituição Federal com a participação da sociedade civil. Proponho que nesse requerimento também seja solicitado um estudo sobre uma moratória de 20 anos para Minas Gerais para que a



dívida seja suspensa, amortizada, não o pagamento da dívida, a fim de que a sociedade receba efetivamente investimentos nos direitos fundamentais, nos direitos humanos, considerando-se que existe muita violência. O gráfico da violência fugiu do controle dos políticos, da polícia, dos representantes de classe. A situação é muito grave. Hoje, como foi detectado em várias comunidades de Belo Horizonte, crianças de 8 anos de idade são aviõezinhos de traficantes. Isso é muito sério. As crianças estão sendo abordadas em portas de escolas. Os representantes da sociedade civil não têm recursos financeiros nem aparelhamentos para sanar esse problema de alguma forma.

É necessário investir-se mais na sociedade vulnerável. Em Minas Gerais, 1 milhão de pessoas vive na pobreza absoluta. Se essas pessoas continuarem excluídas, o gráfico da criminalidade vai explodir. O que estou dizendo com isso? Se o *modus operandi* de um sistema político – municípios, estados e União - não atende às necessidades de uma sociedade, é necessário que seja rompido.

Vou concluir. No Timor-Leste, no sul da Ásia, quando foi rompido o *modus operandi* do sistema político, a guerra estourou na cara de todos. Todos foram pegos de calças na mão. Gostaria muito do empenho do ilustre deputado André Quintão, ou seja, que faça esse requerimento de convocação de uma Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição Federal. Isso é de suma importância, considerando que a Assembleia tem 177 anos e o mundo mudou. Não podemos ter medo de ser felizes. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, Clarise. Com a palavra, o último inscrito, o Sr. Eduardo Madureira.

O vereador Eduardo Madureira – Bom dia a todas e a todos. Prometo que serei breve. Farei apenas uma consideração sobre o tema. Sou Eduardo Madureira, vereador em Montes Claros. Agradeço, deputado André Quintão, o convite para participar deste momento tão rico e de tamanho aprendizado. No meu entendimento, vivemos uma crise no parlamento brasileiro. Isso fica evidenciado no Congresso Nacional, com a reivindicação de deputados e senadores – de grande parte deles -, ou seja, o orçamento impositivo, desvirtuando totalmente o foco do que é de fato a atividade parlamentar.

Quero ressaltar o que foi dito pelo deputado Adelmo Carneiro Leão. Talvez essa crise esteja evidenciada pelo fato de o Poder Legislativo não exercer o seu papel fiscalizador. Dezenas de prefeitos do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha foram cassados. Pouquíssimas cassações foram de iniciativa da fiscalização de legislativos municipais. Ficamos preocupados: como se dará esse processo de fortalecimento da democracia participativa? Nós que somos adeptos e defendemos essa tese estudamos algumas experiências de Orçamentos Participativos que funcionaram muito bem, mas hoje eles não funcionam mais porque foram totalmente desvirtuados. Estamos preocupados com isso. Essa iniciativa é importante.

Na Assembleia, devemos fortalecer a Comissão de Participação Popular e levá-la aos municípios, para que também participem dos debates. Que estratégias teríamos para fortalecer, para desenvolver cada vez mais a participação da sociedade civil organizada e desorganizada, para que esteja inserida no processo de discussão dos orçamentos? Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, vereador Eduardo Madureira, responsável, em Montes Claros, pela temática da participação popular na Câmara Municipal. Há uma pergunta do vereador Jorge Luiz, da Câmara Municipal de Varginha: “A senhora diz que a Assembleia e a Câmara devem ir até o povo. Em Varginha, a participação na Câmara é pequena. Lá, eles fazem Câmara itinerante nos bairros. Infelizmente, mesmo indo aos bairros, a população não comparece tanto”. A Denise Martins, do Conselho Regional de Psicologia, também faz menção ao cancelamento da audiência da Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência. Carlos, acolhemos essa legítima reclamação e posicionamento.

Por fim, há duas questões mais específicas: uma delas de saúde no Bairro Vera Cruz, vizinho ao Pompeia, onde nasci, e outra do município de Januária. Como são específicas, prefiro tratá-las no momento, aproveitando a fala dos expositores. Há outra questão da comunidade de Conselheiro Pena sobre a remuneração de vereadores e prefeitos. Ao final, faremos o comentário.

Deixo para a Profª. Eleonora outra questão sobre a participação no Executivo. Houve experiências locais de participação fomentadas pelo Executivo. São as experiências de orçamento participativo. O governo federal tem um sistema de participação e estimula as conferências nacionais. Essa definição, principalmente orçamentária federal, que hoje está no auge da discussão nacional, é quase exclusiva do Congresso Nacional. Ocorrem, no máximo, audiências assembleias com a participação de parlamentares. Consulta-se a bancada do Estado, o governador e, no máximo, as assembleias, o que é muito pouco. Num país como o Brasil, com 200 milhões de habitantes, como ter essa participação mais direta? Deixo essa questão. Primeiro, a Profª. Eleonora para responder; depois, o Prof. Yves.

A Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha – Agradeço as questões e os depoimentos. As falas foram muito relevantes. Algumas são direcionadas ao André, e é bom que cobremos também dele. De modo geral, a representação é complicada mesmo; não há receita. No seu vivenciar de representação, que é corporativo, talvez fique até mais claro quem representam. Vocês representam um grupo de trabalhadores, e o *ethos* desse grupo deve, de alguma forma, orientar as formas de aproximação. Sou assistente-social; por isso, são outros *ethos* e espaços. As motivações da própria formação profissional nos aproximam de formas diferentes. Não entendo que haja regra. Como disse o Carlos Henrique, em geral as pessoas se mobilizam por questões muito específicas. São raras as pessoas que se mobilizam apenas em vista do bem comum, do interesse público.

Geralmente a primeira motivação se dá em vista de algo que incomoda. Aí vão “n” possibilidades, desde questões mais temáticas. Eu ser mulher, negra ou deficiente pode ser o fato – e aí é fato mesmo - de, diante de uma injustiça ou uma situação que me incomoda, eu me mobilizar. As razões da motivação são as mais diferentes. Precisamos pensar em como agregar essas motivações diferentes em função de uma entidade e, a partir da agregação desses segmentos, buscar objetivos comuns que continuem a mobilizar essas pessoas, cada vez que alcançam alguma coisa.

Não tenho nenhuma receita para lhe dar. Temos de buscar espaços e estratégias. Acredito na escola. O meu passado, a minha vivência, como disse o Yves, me mostra que a escola tem papel importantíssimo no processo de formação cidadã. A minha formação básica permitiu-me pensar em outra forma de ser brasileira. Mas não podemos nos restringir à escola. A nossa formação básica familiar também é um problema. De modo geral, temos tradição liberal na nossa formação familiar, que individualiza o processo de inserção no mundo. A maioria não foi criada para ter responsabilidade com o todo, com o coletivo, com o público. Somos ensinados a cuidar do nosso dever de casa, do nosso trabalho escolar, da nossa vida acadêmica, ser um bom profissional e ter boa inserção no



mercado de trabalho. Precisamos pensar em como educar nossos filhos para que tenham essa responsabilidade com o todo. É um conjunto de atores e de instituições que precisam ser questionados e sacudidos, para termos um futuro, quem sabe, diferente do nosso presente.

Em relação ao que o Bruno apresenta, essa é uma questão que me instiga como pesquisadora. Qual a legitimidade dessa representação não necessariamente instituída de forma legal? Tenho confiança na ideia de que ela é legítima. Não tenho nenhuma dúvida de que a representação, como o Yves disse, encarnada por atores sociais, tem legitimidade. Algumas espaços desses foram legalizados, e a eles foi dado caráter de decisão vinculante. A nossa promotora não está aqui agora, mas o entendimento do Ministério Público de Minas Gerais é que as resoluções oriundas de decisões tomadas por instituições de caráter deliberativo têm caráter vinculante. Estamos lidando aqui com a pluralização da representação, que também tem pluralização na legitimidade. O voto não é mais suficiente para assegurar essa legitimidade. É interessante que, quando fazemos pesquisas com os representados nos conselhos, nas conferências, eles entendem que há legitimidade nessa representação, eles não questionam. Nunca vi nenhum conselheiro ou delegado de conferência ter sua legitimidade questionada por aqueles que ele representa. Estamos diante de um fato, um fenômeno novo. De certa forma, nós, que estudamos, precisamos produzir conhecimento sobre isso. É algo que está sendo feito. Acho bom você ter levantado essa discussão, porque ela é muito rica e internacional. Hoje estamos inseridos em um grupo de estudiosos de diferentes países - o Prof. Yves é um deles -, que tem pensado nessa questão da representação da sociedade para além da representação política clássica, estabelecida há muito tempo.

Em relação ao que o vereador Eduardo Moreira destacou, ou seja, sobre como fortalecer a democracia participativa, entendo que promover democracia participativa vai além dos espaços do Executivo e do Legislativo. Há um autor - caso vocês gostem desse processo de estudo -, que diz só ser possível a existência de democracia participativa se tivermos um amplo sistema de participação da sociedade, que envolva não só os espaços políticos tradicionais, mas também outros espaços que ela própria cria. Estes têm de estar articulados entre si.

O esforço tem de ser conjunto. Não adianta somente o Legislativo ter essa intenção, essa motivação. O Executivo tem de somar, bem como as organizações da sociedade e as igrejas. Temos de ter algum objetivo comum que una esses diferentes atores e, sinergicamente, busque transformar a sociedade. O esforço único, de uma única instituição corre o risco de morrer.

Os orçamentos participativos que não vingam - e há um estudo interessante de uma aluna nossa, a Mariana, sobre o porquê de eles morrerem não só no Brasil, mas também na Europa - mostram que a sociedade não se identifica com aquela instância. Se não há essa identidade, essa conexão, a tendência é que, mudados os personagens, a história mude. O ideal seria permanecermos com a história, independentemente dos personagens que estão nela. Acho que é bom pensar nisto: quais estratégias coletivas de atores coletivos podem ajudar a fazer com que a participação seja um tema importante para a sociedade. Se esta não comprar a ideia, não adianta a intenção do ator político.

A questão que o vereador Jorge Luiz, de Varginha, expôs vai na mesma direção da que o vereador Eduardo apresentou. Não adianta a disposição. Acrescento uma coisa: a sociedade está muito descrente. O estudioso José Álvaro Moisés vem dizendo, há muito tempo, que a nossa sociedade não está confiando em suas instituições. Temos tido alguns exemplos muito negativos. Fico pensando por que, depois de um dia cansativo de trabalho, vou atender a um chamado da câmara para participar de uma discussão, se não confio nela. Às vezes, confio mais na minha associação de moradores do que na câmara. Há muito resgate a ser feito, resgate de confiança, de credibilidade. Temos de pensar em outras formas que não sejam as tradicionais, as que temos usado sempre.

Como inovar? No final da fala do Yves, ele perguntou como podemos ousar, sob o risco de que, se não o fizermos, vamos ser jogados para a marginalização. Não vão achar que somos mais importantes. Estou chamando aqui os representantes das câmaras.

Estamos com um dilema para resolver. Esse foi o tema de um grande debate realizado em Portugal, em julho, mas não está muito claro para nós. A escala não é necessariamente um problema. Parece que há outros fatores, como a forma de viabilizar a participação, as estratégias para viabilizar a participação e os temas que estão em jogo. Esses também são fatores importantes. Sem dúvida nenhuma, o orçamento é uma questão importante.

A discussão atual de vincular ou não a decisão do Legislativo quanto ao orçamento está para nós. Em que medida a vinculação de decisões orçamentárias dos parlamentares assegura o cumprimento ou não do orçamento? Nos Estados Unidos, mesmo com toda a discussão do orçamento vinculatório, isso não assegura que ele seja cumprido. As negociações políticas feitas com o Executivo também alteram o orçamento de lá. Não temos nenhuma garantia de que essa é a melhor solução. Agora, é importantíssimo abrir a discussão orçamentária nacional para a sociedade brasileira. Pensar procedimentos, regras e estratégias inovadores é o grande desafio. Não me parece que esse formato de conferências seja o melhor modo para se discutir o orçamento, assim como a existência de um conselho. Já temos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico que podia realizar essa discussão, e não o faz. O modelo que temos para considerar políticas públicas, de modo geral, não me parece ser a melhor forma de discutir o orçamento da União.

Não tenho essa contribuição aqui, mas fico imaginando que precisamos inovar, uma vez que os recursos vão dos municípios à União. São recursos destinados a toda a nação brasileira, então não podemos ficar fora dessa discussão.

O presidente - Obrigado, Profa. Eleonora. Passarei a palavra ao Prof. Yves, pois há um convite para ele, da Maria da Conceição Menezes, a Cãozinha, da Rede de Educação Cidadã: "Após as manifestações de junho, em Belo Horizonte, têm ocorrido reuniões da denominada Assembleia Popular Horizontal, debaixo do Viaduto Santa Tereza, em Belo Horizonte. Hoje, às 19 horas haverá uma que debaterá educação e trabalho. O senhor está convidado a participar e fazer a sua avaliação, e os presentes aqui também". Depois, vem uma pergunta para a Eleonora, mas darei a resposta, Cãozinha, pois esta pergunta foi para ela e para a Assembleia também: "A juventude tem debatido as questões das manifestações de junho debaixo do Viaduto Santa Tereza, no que estão denominando de Assembleia Popular Horizontal. Minha pergunta é: como estabelecer ou por que não estabelecer um canal de interlocução com esses jovens e ainda participar dessas assembleias, a exemplo do que a Profa. Eleonora tão bem exemplificou como forma de ir aonde o povo está? Fica a sugestão, a Comissão pode dar o primeiro passo nesse sentido". Essa pergunta é interessante, e farei alguns

comentários. Uma pergunta de Saulo Paschoalino para o professor: “Como os países estão promovendo a conscientização da população em suas bases de origem, para a participação nessa linha de pluralidade? Isso é papel da educação básica, principalmente”.

São essas as questões. Passo a palavra ao Prof. Yves, deixando-o à vontade também para emitir suas considerações finais.

O Sr. Yves Sintomer – Obrigado. Temos muitas perguntas, e não poderei responder a todas, então escolherei algumas, pois dispomos de pouco tempo. A primeira é sobre o sorteio.

Quando analisamos a história da democracia, a história das repúblicas no mundo ocidental, desde os gregos, podemos ver claramente que houve quase sempre um conjunto de dispositivos: eleição, assembleias, cooptação, sorteio. Há importâncias diferentes em cada momento histórico, mas a focalização sobre a eleição é algo muito recente, proveniente das revoluções modernas. E é algo pelo menos parcialmente ilusório, ou seja, nas nossas democracias representativas, as eleições são uma dimensão da legitimidade democrática e republicana. E o sorteio não pode ser uma alternativa contrária às eleições, mas sim uma dimensão a mais num sistema de participação e de representação, com um peso que pode ser maior ou menor, tendo mais ou menos importância. Mas penso que agora, neste século, em que acho que a importância das eleições diminuirá, temos de nos perguntar sobre outras formas de legitimidade democrática, sabendo que o todo não pode ser representado somente por meio de um mecanismo.

A eleição por sorteio pode ser apoiada, sob alguns aspectos de legitimidade, como, por exemplo, o fato de ser mais representativa estatisticamente que as assembleias designadas por eleições. Os que são designados por sorteio não têm interesse em defender a sua carreira política, o seu partido ou o seu campo ideológico. E da forma como estão organizados os minipúblicos, existe uma muito boa discussão nesse sentido, melhor que nas assembleias abertas e, muitas vezes, melhor inclusive que nas assembleias legislativas. Todos os observadores que viram atividades de minipúblico bem-organizadas saíram com boa impressão, pois há capacidade de debater bem e de incluir todas as pessoas nas discussões. Para alguém que nunca viu essa experiência, a primeira vez realmente é um choque.

Em outra dimensão de legitimidade, cada um tem a mesma chance de ser designado. Essa é uma virtude democrática importante, tão importante quanto a virtude de se empenhar numa atividade coletiva, ou seja, o mesmo direito de ser designado é também uma virtude democrática. Portanto, em alguns assuntos, há mais legitimidade em nos apoiarmos nos minipúblicos designados por sorteio: em assuntos particulares, numa questão que não envolve todo o mundo e também quando existe o imperativo de neutralidade forte, quando existe necessidade de integrar muitas experiências sociais, e não somente uma.

Quando é difícil representar por meio das eleições, talvez os cidadãos designados por sorteio possam ser a melhor parte para representar o conjunto da população. Vou dar alguns exemplos. Para se reformar o sistema político, seria melhor propor, antes de uma assembleia constituinte, um projeto de lei aprovado por referendo que confiar isso a uma assembleia legislativa estatal. Isso porque se pode pensar que os deputados são juizes e partes desse tema. Para se discutir a questão do poder parlamentar de uma pessoa numa assembleia legislativa, seria melhor propor a um juizado cidadão decidir que fazer com que os deputados decidissem; porém, para representar as gerações futuras, que não votam, para representar o futuro, os nossos filhos, os filhos dos nossos filhos, o sistema eletivo, tal como funciona hoje, não é muito bom.

Tenho viajado ao Brasil nos últimos 25 anos, e é impressionante perceber o desenvolvimento deste país, a falta de infraestrutura de transporte, a incapacidade de se pensar no futuro e no presente. Por que isso acontece? Para assuntos como esse, outras formas de representação seriam melhores, além da forma eleitoral clássica.

Para finalizar, faço uma pergunta que é real. O Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo em que os processos de participação institucionalizados são os mais desenvolvidos: orçamento participativo, conselhos populares, participação nas assembleias etc. Em Belo Horizonte, existe o orçamento participativo. Em Minas, há tudo isso que vocês realizam em nível da Assembleia Legislativa. É realmente impressionante. Mas por que, mesmo com toda essa dimensão participativa tão forte, houve um grande protesto em junho? O que aconteceu? Não sei, é a pergunta que faço. Quando retorno à França e digo aos deputados franceses que temos de fazer o que as pessoas fazem em Minas Gerais, na Assembleia e tudo mais, eles me respondem: “Mas veja o pessoal insatisfeito nas ruas, você viu os protestos de junho? É igual na França, então não serve para nada. Para que servem?” Obrigado.

O presidente – Obrigado. Temos de garantir pelo menos o direito à segurança alimentar dos participantes, mas a Ana Lúcia apresentou uma questão sobre as emendas populares. Não vou estender-me, mas talvez sirva até para os estudiosos. Um dos processos mais fascinantes é o que ocorre entre o acolhimento da sugestão popular, o procedimento deliberativo de plenário e a efetivação pelo governo. É um ciclo que envolve construção técnica, negociação política e que alcança efetivação total, parcial ou não efetivação. Essa efetivação total, parcial ou não efetivação tem a ver com o processo de mobilização do proponente, da sua capacidade de incidência e também, é óbvio, do Poder Executivo. O Bruno mencionou que aqui é Poder Legislativo e não Executivo; o orçamento é autorizativo, não impositivo. Hoje estamos discutindo no Congresso emenda parlamentar impositiva, mas o orçamento não o é. Mesmo a emenda popular aprovada aqui, o Executivo não tem obrigação de executá-la, tem autorização para fazê-lo.

Esse é um processo complexo. No caso específico da alimentação escolar, foi aprovada emenda popular – que está sendo executada – de apoio aos produtores da agricultura familiar na sua organização para a comercialização dos gêneros nos municípios. Há uma emenda popular aprovada e sendo executada na Subsecretaria de Agricultura Familiar para organização. Quanto à aquisição pelo Estado, foi aprovada lei estadual. Mas a efetivação da lei, obviamente, compete ao Poder Executivo. Observa-se um avanço na proposição legislativa de emenda para os nutricionistas nas superintendências regionais de ensino, mas não houve o acolhimento pelo governo da proposta do nível técnico.

Então, há áreas onde há acolhimento total. O piso mineiro da assistência está com 49,98% de execução orçamentária nos primeiros seis meses.

Então, é quase 100% de execução. Mas temos o Travessia Renda com uma execução orçamentária baixa. Há uma variação. Na linha dos desafios mencionada pela Eleonora, o passo seguinte – e hoje a Assembleia tem um monitoramento disso -, essa continuidade do Poder Legislativo por meio das comissões permanentes e do movimento, é um passo além que temos que dar.

Houve uma pergunta vinda de uma cidade do interior a respeito da remuneração, do salário de prefeito. Falo de lá, falo daqui e falo do Brasil: um grande acerto nacional serve para sair do privilégio e da demagogia. A sociedade tem que estabelecer o que é justo um



parlamentar receber, dependendo do nível de atuação, dependendo do lugar em que mora, sem penduricalhos. Isso tem que ser assumido. A remuneração de parlamentar foi uma conquista da democracia, porque o parlamento só era ocupado pela elite, que não precisava de salário. Mas, depois, principalmente na ditadura militar, já que o parlamento não podia fazer nada, pensaram: “Vamos enchê-los de salários, mordomias e benefícios, porque ficarão mais silentes, mais omissos”. Seria uma compensação monetária para uma restrição de natureza política. Isso vai ficando, alguma coisa ficou. A sociedade, com suas mobilizações, tem varrido isso. Mas acho que tem de haver um acerto nacional com regras claras. A Assembleia de Minas, graças a Deus, está acabando com esses penduricalhos. No interior, compete à câmara municipal, de uma legislatura para a outra, aprovar a remuneração de prefeito, de vice-prefeito e dos vereadores. Essa é a legislação nacional. Temos o teto nacional. Não discutirei o assunto específico de Conselheiro Pena aqui, que me disponho a discutir depois que terminarmos, pela natureza do seminário, mas quero dizer que a câmara municipal tem essa competência.

A última questão foi levantada pela Cãozinha. Isso será e está sendo objeto de discussão. Já temos um livro publicado e teremos outros. Não há como fazer uma análise completa de um fenômeno que está em curso. Temos pistas do próprio funcionamento das instituições. Mesmo com esses mecanismos, mesmo com essa institucionalização de processos participativos, mesmo com os avanços – que é o que mais me faz refletir – sociais dos últimos 10 anos, pois 40 milhões de pessoas saíram da pobreza, mesmo com isso houve uma forte...

Deixo para a reflexão também o fato de que, da mesma forma que a popularidade presidencial caiu, despencou, ela também começa, rapidamente, a crescer. Temos que entender isso. Houve o fenômeno dos gastos da Copa das Confederações. Mas uma coisa é clara: nossa democracia precisa avançar muito. Os nossos parlamentos têm um tipo de relação com o nosso modelo, mencionado pelo Bruno. Defendo uma reforma política de caminhar para a lista flexível, para o financiamento público de campanha. Enquanto houver o financiamento privado de campanha, o poderio econômico será muito forte. Nosso sistema de coligação proporcional entre partidos distorce a vontade do eleitor. A agenda do Legislativo é muito subordinada à agenda do Executivo. Os mecanismos de combate à corrupção têm melhorado. Mas, quando a corrupção está associada a esses mecanismos de financiamento privado, há um desgaste das instituições políticas. Esse é o motor.

Há uma questão geracional de uma juventude que não acompanhou nem os avanços sociais nem os democráticos. E mesmo assim, há uma sensibilidade. Na Assembleia Legislativa, acabamos com o voto secreto em qualquer situação. Por outro lado, ontem o Congresso Nacional livrou o parlamentar de ser cassado, mesmo sendo ele condenado na justiça – devia estar preso. No meio das jornadas de junho, havia senador indo para evento festivo ou para jogo da Copa de avião oficial. Portanto, existem ainda comportamentos que jogam um certo combustível na situação.

Agora, Cãozinha, quanto a essa sua pergunta, participei de um debate com representantes da Assembleia Popular Horizontal na Câmara Municipal. Temos que achar o ponto de equilíbrio. As autonomias devem ser respeitadas, mas uma coisa é o movimento de rua ter uma participação, sem ser institucionalizada; outra coisa é a dinâmica própria do Legislativo. Não se pode querer do Legislativo resultados que não estão sintonizados com sua correlação de forças. Isso é difícil, mas a aproximação é fundamental. Na verdade, existe um distanciamento porque há um descrédito quanto a este Poder. Majoritariamente, as pessoas que poderiam integrar esses movimentos não confiam no Poder Legislativo. Temos de quebrar isso. Muitas vezes, a construção do processo deliberativo no Poder Legislativo é diferente da dinâmica do processo de luta. Às vezes, o processo de luta na rua tem mais resultado do que o processo de construção deliberativa no parlamento. Entendo isso.

A votação do Código Florestal de Minas é um exemplo a ser estudado. Chamamos a Assembleia Popular Horizontal, e chegaram sugestões num contexto em que, majoritariamente, a posição era alinhada com a do Código Nacional. E isso aconteceu onde havia uma grande pressão organizada de setores da agricultura e da pecuária para que o Código Florestal fosse mais flexível do que o Nacional. Qual foi a nossa luta? Foi no mínimo aproximar. Quem estiver de fora e olhar a votação dirá que a Assembleia é conservadora, que votou a mesma coisa que o Código Nacional. Então, se não houver uma relação de confiança e interação, haverá um distanciamento.

Falo isso de cadeira porque, quando começaram as jornadas de junho, eu estava louco para ir. Postei no Facebook: “Parabéns, vamos para a rua!” E isso provocou o maior debate nessa mídia: “Ir para a rua nada! Parlamentar não tem que ir para a rua, você é do partido, e partido não tem que estar na rua. Esse movimento rejeita partido”. Já outros diziam que eu deveria ir. Obviamente, precisamos entender melhor isso e chegar a um ponto de equilíbrio. O Prof. Yves traz aqui uma reflexão, e é preciso haver um aprofundamento, pois talvez seja uma questão das mais relevantes hoje. Existem recados que estão muito claros, como o serviço público é de péssima qualidade, as pessoas que estão na universidade pública gastam duas horas para chegar lá, em um péssimo transporte coletivo, a universidade chega a uma cidade-polo do interior, mas não há dinheiro para a permanência. Novas demandas nos obrigam a entender que o Estado brasileiro tem que dar conta. O nosso sistema político, a exemplo do Congresso ontem, fala por si e também não contribui muito para aproximar essa juventude.

Queria agradecer muito a presença de todos, particularmente a do Prof. Yves e a da Profa. Eleonora, que resistiu até este momento, e aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, no termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



ATA DO EVENTO REALIZADO NA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/8/2013

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Ricard Gomà - Palavras da Sra. Regina de Paula Medeiros - Palavras do Sr. Luzius Mader - Palavras da Sra. Gláucia Barros - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular, com os seguintes objetivos: possibilitar a reflexão sobre os mecanismos de participação popular no Poder Legislativo; conhecer e discutir boas práticas, nacionais e internacionais, de participação popular no Legislativo; apresentar a experiência de prática participativa na Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas; e constituir um acervo de trabalhos acadêmicos cujo objeto de estudo seja a participação popular no Poder Legislativo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Ricard Gomà, vereador na cidade de Barcelona, na Espanha, e pesquisador do Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona; a Exma. Sra. Regina de Paula Medeiros, organizadora do livro *Educação política da juventude - a experiência do Parlamento Jovem*; o Exmo. Sr. Luzius Mader, vice-diretor do Gabinete Federal de Justiça do Ministério de Justiça e Polícia da Suíça; e as Exmas. Sras. Gláucia Barros, diretora nacional da Fundação Avina, apoiadora das Redes Latino-Americana e Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis; e deputada Maria Tereza Lara, vice-presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente (deputado André Quintão) - Boa tarde a todos e a todas. Estamos retomando os nossos trabalhos com o painel sobre boas práticas de participação popular no Poder Legislativo. Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do Participe Agora, disponível na internet, no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - <http://www.almg.gov.br> -, clicar sobre o botão Participe Agora, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Informamos que os trabalhos acadêmicos sobre participação popular que foram selecionados para serem apresentados neste ciclo de debates ficarão expostos no Salão de Chá durante todo o evento, e seus autores estarão disponíveis para possíveis esclarecimentos no horário de 16h30min às 17h30min.

Agradecemos a presença neste ciclo de debates do Sr. Ricard Gomà, que é vereador na cidade de Barcelona e pesquisador do Instituto de Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona, a quem passamos a palavra.

Palavras do Sr. Ricard Gomà

Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos organizadores do ciclo de debates 10 anos da Comissão de Participação Popular por me convidarem e me concederem a oportunidade de voltar a Belo Horizonte, onde, há muitos anos, mantemos espaço da Universidade Autônoma de Barcelona, com um excelente nível de cooperação. Portanto muito obrigado, especialmente ao Sr. Bruno, pelo convite para participar deste seminário.

Dividirei a minha intervenção em três partes. A primeira será de caráter mais teórico, com algumas reflexões sobre o contexto em que hoje situa o debate sobre a democracia e a democracia participativa. Na segunda parte, exporei a tese fundamental da minha intervenção. E, na terceira parte, citarei alguns exemplos e algumas boas práticas para apoiar a ideia fundamental da minha explicação.

Como foi comentado nesta manhã pelo Prof. Yves, não vou falar de Belo Horizonte, Brasil, Minas Gerais, especificamente, mas farei referência principalmente a minha cidade, onde exerci o cargo de vice-prefeito e, agora, sou vereador de oposição. Vou também amplificar esse tema para o contexto dos países do sul da Europa, os quais hoje compartilham determinadas características do ponto de vista dos desafios de aprofundamento democrático, num momento de forte crise econômica.

Vamos à primeira parte, com elementos de caráter mais teórico. Certamente podemos estar de acordo que a democracia, mais que uma realidade existente, é um ideal, uma utopia, portanto. A democracia é uma utopia que nos leva a considerar que o poder deve estar distribuído de modo equitativo e de modo igualitário entre o conjunto de cidadãos e cidadãs. E a democracia também é o sistema que deve garantir um conjunto de condições em que cada pessoa possa realizar o seu projeto de vida de modo livre e em igualdade de condições com qualquer outra pessoa. Dito dessa maneira, a democracia é o ideal de caráter normativo. É, portanto, uma utopia, do ponto de vista filosófico, que permite desenvolver instrumentos para levá-la à prática, mas sempre em um sentido tendencioso.

É verdade que a democracia entra em contradição ou gera tensões com outras formas de compreender o poder social e econômico que não se localizam nessa perspectiva; outras formas de pensar a sociedade, baseadas na hierarquia ou nas desigualdades econômicas do capitalismo ou nas desigualdades de gênero, no sistema patriarcal, o racismo, a xenofobia, etc. Todas essas realidades que, de algum modo, estão presentes em nossa sociedade e entram em contradição com o ideal democrático. E essas contradições geram tensões, que devem ser geridas na prática política de cada dia.



Eu acredito, alinhado ao que hoje defendem muitos cientistas sociais, que estamos em um momento em que as tensões em torno da democracia são expressadas com muita força, portanto expressam com muita contundência. Estamos em um período de fortes tensões em relação ao ideal democrático. A que se devem essas tensões? Eu proporei duas ideias.

A primeira delas é que estamos assistindo a uma verdadeira mudança no paradigma social; a uma verdadeira mudança, profunda, rápida e acelerada, nas estruturas sociais. Muito mais complexidade social. Não podemos mais explicar a sociedade baseada somente num eixo único de contradições; as sociedades agora são muito mais complexas, em função das idades, das origens e das formas e modelos familiares, etc. Com muito mais incertezas nas trajetórias vitais das pessoas e, de certo modo, um novo modelo e um novo paradigma de organização social, que gera e produz novos coletivos e novas realidades. Esses não encontram acomodação nem reconhecimento nas formas de praticar a velha política democrática. De algum modo, portanto, teríamos uma nova sociedade e uma velha política. Uma política que continua funcionando com alguns códigos, algumas formas, algumas prerrogativas, que já não geram vinculação e conexão com as novas realidades sociais, culturais, etc. Geram desvinculação e falta de conexão. Isso é traduzido em realidades de abstenção eleitoral ou de movimentos organizados que preconizam uma confrontação em relação a tudo aquilo que tem a ver com a política, entendida como a velha política organizada, por meio de determinadas estruturas e determinadas forças políticas que têm pouca capacidade de adaptação ao novo paradigma social. Essa seria uma primeira realidade.

Uma segunda realidade: eu comentava que, nos países do sul da Europa, atualmente está acontecendo uma situação de crise econômica forte e potente, mas que está sendo gerida politicamente sob os princípios da austeridade no gasto público, dos recortes sociais, dos recortes orçamentários nos direitos e nas prestações dos serviços sociais. Essas políticas, inspiradas no modelo neoliberal, geram um fechamento de espaços participativos. De algum modo, as políticas de recortes sociais e a opacidade, a falta de transparência, na tomada de decisões são as duas faces da mesma moeda. Porque uma política aberta à cidadania orientaria os seus resultados finais em direção a outros objetivos diferentes e contraditórios com relação às políticas de recorte social. Portanto, as políticas de recortes sociais precisam, como pré-condição, de um fechamento de espaços participativos, uma diminuição do caráter participativo da democracia.

Portanto, temos essas duas realidades, que atualmente são somadas e se sobrepõem em nossos países. Essa realidade está gerando atualmente um novo ciclo de mobilizações sociais. Um novo ciclo, portanto, de protestos e de conscientização social diante da nova realidade. Faz dois anos e meio que surgiu, em Barcelona, Madri e em outras cidades do sul da Europa, e vai se estendendo para outras cidades, o que chamamos de movimento de 15 de novembro, 15N, que tem essa tradução no movimento de Wall Street e em outros. Produz-se mobilização social que tem muito pouco a ver com as formas tradicionais de mobilização social. É uma coisa nova que surge, emerge, e que significa um desafio para os atores políticos tradicionais de caráter progressista e transformador.

O que há de novo e de enormemente interessante nesse novo ciclo de mobilizações sociais? A questão social e a questão democrática são pensadas como uma só questão. É produzida uma fusão das demandas, das reivindicações do enclave social, e, portanto, o enfrentamento das políticas de recorte social para defender os serviços públicos e os direitos sociais, mas também, e de modo absolutamente unido, reivindicação por uma nova política democrática.

Existe um *slogan* que começou a se expandir por todas as cidades: “Não nos representam, não nos representam”. Façam o que façam, digam o que digam, eles não são nossos representantes, ainda que tivessem e que tenham sido escolhidos num processo eleitoral. Não é um questionamento da democracia nem da democracia representativa. É um questionamento em relação às tomadas de decisões, que estão desvinculadas das preferências, das necessidades, das aspirações majoritárias. Portanto, o não aos recortes sociais e às representações se funde num novo ciclo de mobilizações, e isso situa a democracia em geral num verdadeiro dilema, num verdadeiro ponto no qual a tensão necessariamente gera novos cenários democráticos. Mas a orientação para onde vão, para onde se dirigem as velhas políticas democráticas não está predeterminada. Aqui nos encontramos diante de alternativas.

Segundo a correlação de forças que acontece, a resposta pode ir em direção a uma involução democrática ou, segundo a correlação de forças que se deem, podemos ter um aprofundamento democrático, portanto em direção a uma democracia mais participativa. Muito brevemente, quando falo de involução ou de retrocesso democrático, faço referência a quê? Faço referência a saídas de caráter populista, muito pouco conectadas aos critérios democráticos ou a um fechamento tecnocrático na tomada de decisões políticas, em que somente uma elite de decisores teoricamente bem-preparados, do ponto de vista técnico, pode tomar decisões, ou uma involução de caráter securitário da democracia, em que os princípios da lei e da ordem predominam, em que uma hipotética preferência pela segurança coletiva pode acabar degradando e erodindo as liberdades pessoais e coletivas. São cenários que estão aí, são ameaças, são perigos para a lógica democrática. Mas também é possível outra saída, uma saída de aproveitamento da crise social, política e econômica, para gerar oportunidades de aprendizagem social, de inovação social e, portanto, de aproveitamento para que se dotem de maior qualidade as democracias realmente existentes. Isso passaria, de acordo com o que comentamos pela manhã, por uma democracia mais deliberativa, na qual os grandes sistemas que afetam a sociedade possam ser debatidos em cenários inclusivos e possam, portanto, expressar-se, segundo as alternativas cidadãs, por uma lógica de democracias mais diretas com instrumentos - e hoje as novas tecnologias permitem isso -, mecanismos tradicionais de consulta que voltem a vincular as pessoas diretamente a uma prática e a uma experiência política e a uma democracia em que os âmbitos de proximidade e os poderes locais ganhem forças, competências e poder e passem a ser um dos âmbitos fundamentais para poder definir o modelo de sociedade conectado à vida cotidiana das pessoas. Portanto, aqui temos um dilema.

A partir dessas reflexões de caráter mais conceitual, entro agora na segunda parte da minha intervenção. Como essas reflexões poderiam, de alguma maneira, jogar luz sobre o que está acontecendo em alguns contextos determinados? Barcelona é uma cidade que tem uma carta municipal que lhe garante um nível de autonomia para desenvolver suas próprias políticas públicas importantes. A Catalunha é uma comunidade autônoma, com parlamento próprio, com 135 deputados e deputadas, o qual tem de ter, por lei, 50% de homens e 50% de mulheres, que têm e gozam de amplo reconhecimento de poderes e de capacidade legislativa.

Portanto, Barcelona, como capital da Catalunha, e a Catalunha, como comunidade autônoma, são dois âmbitos relevantes para colocarmos em prática novas formas e novos instrumentos de aprofundamento democrático.



Até o atual ciclo de mobilizações, há 5, 10, 15 anos acontecia uma situação que foi comentada hoje, nesta manhã. Os instrumentos e os processos de participação se localizavam fundamentalmente no âmbito dos Executivos. Havia pouca incidência e pouca participação dos âmbitos parlamentares, das assembleias nos processos participativos. Além disso, eram processos definidos no Executivo para a cidadania, ou seja, com uma lógica *top-down*, em que o Executivo decidia em que determinado momento, quando e como um instrumento de participação seria oferecido para a cidadania. Essa foi a lógica predominante até dois anos atrás. A partir daí, desde o 15M, o movimento dos indignados, em Madri, entramos em um cenário diferente na prática: o da participação popular, com duas mudanças fundamentais. A primeira delas: surgem, com muita força, experiências de participação que já não são definidas do ponto de vista da administração cidadã, mas, sim, a cidadania decide em que momento ou sob que formulação pode impulsionar um processo de participação cidadã para que ocorram consequências nas políticas públicas. Portanto, é uma lógica muito mais de baixo para cima, e não, de cima para baixo. Isso é possível porque existem instrumentos legais que a cidadania pode utilizar para impulsionar processos de participação. Essa não era a prática tradicional, mas hoje ela surge com muita força.

Segunda característica: no âmbito das instituições políticas, as assembleias, os parlamentos passam a ter também um papel mais importante e com maior incidência nos processos de participação com relação ao Executivo. Portanto, temos duas realidades interessantes que redefinem a paisagem da participação cidadã. Passamos de um cenário tradicional, Executivo e *top-down* para outro mais cidadão, de baixo para cima, onde os Poderes Legislativos passam a ocupar um papel muito mais importante - não exclusivo - que o que tinham anteriormente. Essa seria a situação atual. Sabemos que todas as situações têm suas próprias sinergias com relação ao que tínhamos anteriormente; portanto, não é tudo completamente novo, mas trazem elementos novos e importantes. Com isso, concluo a segunda parte da minha intervenção.

Na terceira parte, gostaria de apresentar alguns exemplos concretos, algumas boas práticas que permitem o fundamento do que estou explicando, para que vejam que não se trata somente de suposta teoria, mas, sim, de algo fundamentado na realidade.

Falarei sobre três ou quatro exemplos concretos. O primeiro é o que chamamos de Iniciativa Legislativa Popular - ILP -, que é um instrumento que permite à cidadania impulsionar e configurar diretamente um processo legislativo por meio de determinados mecanismos que estão regulados, estabelecidos e que têm as seguintes condições.

Deve existir um grupo, uma plataforma promotora da ILP, que deve apresentar ao parlamento ou à assembleia municipal um texto normativo ou articulado. A partir dessa apresentação, há um prazo de seis meses para recolher um número determinado de apoios da cidadania. A legislação estabelece que deve ser em torno de 1% das pessoas com direito a voto no âmbito em que é impulsionada essa ILP. No caso da cidade de Barcelona, 1% são 13 mil pessoas, e na Catalunha, são 50 mil pessoas. Portanto, não é nem o Legislativo nem o Executivo quem decide: é a cidadania que tem o direito de impulsionar uma ILP.

Não existem garantias de que essa ILP vá finalmente ser configurada em lei de caráter estadual ou municipal, porque existem dois filtros institucionais: o primeiro é a admissão por tramitação, ou seja, uma vez que a cidadania autorize o recolhimento de apoio popular, será o parlamento ou a assembleia municipal que terá o poder de definir se admite para tramitação essa iniciativa. Acontece que o “não” tem um custo político muito alto em termos democráticos, porque já não se trata somente de uma batalha política entre partidos e a oposição. É uma batalha política entre uma instituição e a cidadania, e o “não” para a cidadania tem o custo político deslegitimador. Portanto, na maioria das vezes são admitidas para tramitação essas iniciativas. Uma vez submetida a tramitação, essa proposição legislativa deve ser debatida politicamente. Assim, o resultado final não tem porque ser exatamente o mesmo que a cidadania impulsionou, mas a legislação estabelece que o resultado final não pode alterar substancialmente o que foi levantado pela cidadania na ILP. Ou seja, o debate não pode desvirtuar nem modificar de forma substancial o que a cidadania desejou, e isso gera interpretações às vezes difíceis. Ou seja, até onde uma determinada modificação poderia ser considerada admissível ou é uma modificação que já gera uma alteração do que foi desejado pela cidadania.

Darei alguns exemplos, porque o instrumento da ILP já foi debatido nos últimos anos. Um exemplo de sucesso de ILP levada ao parlamento da Catalunha é que, no período de cinco anos, deve ser aprovada e implantada uma lei educativa que gere 30 mil vagas públicas de escola infantil para crianças de até 3 anos, uma faixa da educação que não está atendida como obrigatória pela lei educativa do país, mas existe uma demanda e uma necessidade social. A cidadania fez essa ILP, que foi discutida e aprovada pelo parlamento; portanto, o parlamento e o Executivo estão obrigados, em cinco anos, a direcionar os fundos públicos necessários para serem criadas 30 mil vagas públicas.

Outra ILP propõe a proibição na Catalunha das corridas de touros. Com sucesso, foi levada ao parlamento, debatida e aprovada, e há aproximadamente dois anos que não há nenhuma corrida de touros na Catalunha.

Um caso de debate: coloca-se uma ILP, por parte de grupos ecologistas e ambientalistas, para que se proíba determinada forma de gestão dos resíduos urbanos, a incineração, a queima dos resíduos, um sistema de queima e incineração dos resíduos urbanos. É feita uma ILP para proibir a incineração e mostrar alternativas de caráter sustentável e ecológico. Finalmente se admite isso, mas a lei do departamento da Catalunha não é uma lei de proibição, mas, sim, de regulamentação. É uma lei que regula as condições por meio das quais se pode levar a cabo a incineração. Efetivamente são condições mais duras e exigentes, que incorporam critérios ambientais, mas que definitivamente legitimam que no futuro continue existindo incineração de resíduos.

Portanto, até que ponto essa lei modifica ou não substancialmente uma iniciativa que era de proibição? Podemos fazer uma interpretação que se situa na linha do que se propõe, porque é um passo adiante. As condições são mais duras, mas também pode ser interpretado que o parlamento realizou uma fraude de cidadania, porque o que era uma iniciativa que pedia proibição e alternativa se converteu em uma iniciativa que legitima aquilo que havia sido proibido anteriormente. Deixarei isso para o debate. Temos um caso, ou seja, a ILP.

Há um segundo exemplo: as consultas cidadãs como mecanismos de referendo diante da necessidade de aprovar ou reprovando uma determinada política ou decisão. No Município de Barcelona, a instituição-chave para dar luz verde e permitir uma consulta cidadã é a assembleia cidadã, que pretende debater e aprovar, por meio de uma maioria qualificada de duas ou três partes, se uma determinada consulta cidadã pode ser levada a cabo ou não. A iniciativa, por outro lado, também pode ser por intermédio da cidadania, ou seja, por

meio de mecanismos de busca da adesão de assinaturas de pelo menos 1% da população da cidade. Na última consulta cidadã levada a cabo em Barcelona, sobre uma grande reforma urbanística numa das principais avenidas da cidade, as opções colocadas pelo governo foram derrotadas, e, em contrapartida, a opção que ganhou não tinha o apoio do Executivo Municipal. A ideia política é vista como uma derrota do Executivo Municipal e também pode ser colocada, por outro lado, como um verdadeiro triunfo da norma democrática, na medida em que isso provoca uma ideia mais ajustada das preferências da cidadania.

Citarei um último exemplo, porque tenho somente 2 minutos. No Município de Barcelona, existe a obrigação por parte do Executivo Municipal de apresentar, depois de sua eleição, um plano plurianual de atuação municipal. Esse plano, de forma obrigatória, deve passar por processo de participação cidadã. O último plano foi debatido, e dele participaram cerca de 30 mil pessoas, que apresentaram mais ou menos 80 mil iniciativas. O importante é que o Executivo é obrigado a levar à assembleia municipal um relatório em que seja estabelecido até que ponto as propostas cidadãs foram incorporadas ao plano. Além disso, há a obrigação de responder, de dar retorno a cada uma dessas propostas colocadas pela cidadania, com um contexto de argumentação, com o porquê de ter sido ou não incorporada. Essa assembleia municipal é que debate politicamente esse relatório participativo.

Portanto, temos três exemplos: a ILP, a consulta e o debate sobre o plano de atuação municipal, em que, como vocês podem ver, são cumpridas duas ideias que eu comentava na segunda parte da minha intervenção: a capacidade de iniciativa da cidadania e o papel fundamental do parlamento, a partir do ponto de vista institucional.

Para terminar em 30 segundos, a interpretação que faço é positiva. É muito importante para uma lógica de aprofundamento a cidadania poder impulsionar processos com garantias legais que possam ser politicamente processadas. É muito importante que o espaço de processamento político dessas iniciativas sejam, fundamentalmente, os parlamentos e as assembleias legislativas e municipais. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Prof. Ricard Gomà. Você nos trouxe experiências interessantes. Parece-me que a última, com certeza, é objeto de algumas perguntas e também de aprofundamento no processo. É uma experiência inovadora, relacionada aos processos em curso no nosso país e a uma consulta mais ampliada principalmente nas capitais e até mesmo em Belo Horizonte, no que diz respeito ao planejamento público atual.

Passarei a palavra para a Sra. Regina de Paula Medeiros, organizadora do livro *Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem*. Ela também disporá de 30 minutos para sua exposição. Obrigado, Regina, pela presença.

Palavras da Sra. Regina de Paula Medeiros

Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade de participar, primeiro, deste grande evento dos 10 anos da Comissão de Participação Popular e também desta mesa, em especial, que se refere às boas práticas de participação popular do Poder Legislativo.

O trabalho que vou apresentar é um resultado, a parte de uma pesquisa que realizamos sobre a eficácia do Parlamento Jovem. O que trago para esta Mesa, com boas práticas, é exatamente o tema da participação política da juventude.

A pesquisa que realizamos tem o título "Participação juvenil no Legislativo local e estadual: projeto Parlamento Jovem". Depois de um tempo de trabalho no Parlamento Jovem, uma pergunta nos inquieta. Esse trabalho, esse investimento nesse processo de educação política proposto pelo Parlamento Jovem para o exercício da cidadania, para o aprimoramento da cultura democrática e para a autonomia dos jovens que dele participa é eficaz? Afinal, o que estamos fazendo com esses alunos e como é esse projeto? Qual é a eficácia desse projeto de fato?

O projeto Parlamento Jovem é uma parceria entre a PUC Minas, a Assembleia Legislativa e as escolas de ensino médio de Belo Horizonte. Ele tem como objetivo a formação política dos estudantes de ensinos médio e universitário, promovendo a participação de discussões, as proposições sobre o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Na atualidade, o Parlamento Jovem está diferenciado. Até no período em que fizemos a pesquisa, ele tinha um caráter municipal, mas não vou entrar nesse detalhe porque esse assunto será discutido amanhã.

O objetivo geral da nossa pesquisa era analisar a eficácia da educação política vivenciada pelos jovens no sentido de formar cidadãos autônomos e propagadores da cultura democrática. Esse era o objetivo da nossa pesquisa. Ela foi realizada de 2008 a 2010, período em que houve a transformação do projeto Parlamento Jovem.

Para essa pesquisa, utilizamos a metodologia qualitativa, realizando entrevistas individuais com os profissionais das instituições envolvidas: dois técnicos da Escola do Legislativo, um técnico da GPI e dois deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Entrevistamos também dois vereadores das Câmaras Municipais de Arcos e Pains, de Minas Gerais, e 12 professores de 12 escolas que se envolveram nesse processo durante o período da realização do Parlamento Jovem desde o seu início. Realizamos também entrevistas em grupo do tipo dialógica, participativa, com alunos do ensino médio e com universitários. Com os grupos de alunos do ensino médio, conseguimos trabalhar com edições de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, totalizando 23 alunos e 3 grupos de universitários que participaram do Parlamento Jovem como monitores, totalizando 14 estudantes.

Outro ponto interessante da nossa pesquisa, como método de trabalho, foi uma análise da comunidade Orkut Parlamento Jovem. Visitamos todos os fóruns, e foi feita a leitura das postagens existentes no período do Parlamento Jovem, observando dois pontos específicos. O primeiro, como os alunos se colocam no Orkut, como se denominam e se reconhecem. O segundo, as postagens referentes ao Parlamento Jovem: a forma de expressão política, a cidadania, a forma de perceber o projeto e o sentimento deles em relação aos outros colegas e ao próprio projeto. Foram analisadas também todas as proposições das edições de 2004 a 2008, priorizando a produção dos alunos que participaram do Parlamento Jovem. A produção desse material combinava com os elementos espontâneos, com a vontade política com que os estudantes formalizam o texto e como ele foi definido ou rearticulado pela Assembleia em um formato de seminário legislativo.

Os textos produzidos pelos jovens continham argumentos. Todas as proposições tinham argumentos, e levamos em conta as suas justificações, o que mais nos interessava nas propostas. Essas propostas, então, passaram por um processo. Os redatores da Assembleia receberam essas propostas dos alunos e as ordenaram em formato de um seminário da Assembleia. Finalmente, foi



organizado um documento oficial, final, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular para o devido tratamento legislativo. Para análise dessas proposições, priorizamos os significados, as nuances importantes, as palavras-chaves, as palavras repetidas e expressões que suscitavam debates e consensos.

Nossa pesquisa partiu de uma hipótese que, do ponto de vista da PUC, deu origem ao envolvimento e à elaboração desse projeto Parlamento Jovem. Historicamente, no Brasil e nos países da América Latina, existe um alto grau de decepção e desconfiança em relação ao sistema democrático e ao descrédito da ética na política e nos políticos. Em consequência, há uma falta de motivação do engajamento cívico em projetos políticos pela juventude. Como resposta a isso, as instituições elaboraram projetos de intervenções direcionados à juventude, com a justificativa de superar essa partilha política juvenil.

Esses projetos têm como base o universo dos adultos, sem a participação da juventude, com a justificativa de abrir, entre aspas, espaços de participação política aos jovens. Concluimos que, de fato, os projetos contribuem para: experiências individuais e coletivas, apesar das regras e dos controles criados intencionalmente pelos adultos para direcionar os jovens; colaboração da sociabilidade - muitos alunos não têm espaço para se sociabilizar; criação de espaços de pertencimento e de visibilidade social; construção da identidade. No entanto, esses projetos de intervenção não propõem a participação política que implica a ação e a assimilação de um projeto coletivo; a construção coletiva baseada em experiências culturais significativas e compartilhadas com um objetivo comum; e a capacidade de fazer uma leitura crítica do mundo e dos códigos normativos em seu contexto social. Além disso, os projetos não propõem negociações que têm lugar no ato político do discurso, elaboração de propostas, disposição para escutar opiniões e percepções construídas em universos totalmente diferentes, consenso de ideias, estabelecimento de parcerias coletivas entre os pares, nem tampouco classificação dos significados que ordenam a vida dos jovens, as ambiguidades e fronteiras simbólicas, etc.

A partir disso, fizemos a leitura do material e uma análise, que apresentarei agora. Escolhemos algumas categorias analíticas para examinar a participação e o aprendizado político da juventude. Inicialmente, trabalhamos com a motivação. O que leva o aluno universitário a aderir a um projeto dessa natureza é que ele está centrado no tema “política”. Além disso, há possibilidade de inserção profissional, sobretudo nas instituições governamentais, e influência de professores das disciplinas de política. Existem outras práticas interessantes que motivam os alunos: possibilidade de conhecer e compreender o funcionamento e a estrutura do Legislativo; entender as práticas políticas participativas na esfera do Poder; participar de projeto que tem visibilidade no Legislativo Estadual e na universidade. Outro aspecto interessante é a cultura política, ou seja, alguns alunos já participaram de movimentos juvenis políticos, sociais ou religiosos e também tiveram influência de seus pais, que se envolveram em movimentos de participação política, o que fez com que optassem pelo Parlamento Jovem. Os alunos das escolas de ensino médio passam pela grande influência dos professores da própria escola, especialmente na maneira como o projeto foi apresentado, a importância e o significado desse projeto, especialmente no universo da escola. Outro elemento interessante é a influência dos colegas, principalmente pela faixa etária e pela liderança da sala. Temos algumas hipóteses em relação a isso.

Da mesma forma, experiência também anterior de participação, meio dos pais, de movimentos de igreja ou algum outro movimento ou procedências de famílias com experiência de participação. Um outro elemento muito importante que perpassou toda a pesquisa foi essa possibilidade de interação com outros jovens fora da escola a que eles pertencem, especialmente alunos de periferias de escolas públicas.

A percepção que os alunos têm sobre o projeto Parlamento Jovem é a seguinte: é um projeto de natureza participativa, diferente dos projetos de intervenção. Esse elemento é importantíssimo e era compreendido pelos alunos como essencial para a democracia. Remete à solidariedade, à confiança, à cooperação e à ajuda. A forma como esses jovens percebem esse projeto não os compromete com interesses egoístas e nem com pessoas que não têm perspectivas de mudança.

Apesar de o projeto seguir modelos preestabelecidos, afinal foi um projeto criado por duas instituições - a PUC e a Assembleia -, era um projeto formal, criado e controlado pelas instituições. Então, na percepção dos nossos alunos, o projeto tinha o propósito de promover autonomia dos jovens que, à sua maneira, na forma como eles interpretavam, reinventavam modelos de participação, faziam propostas, expressavam opiniões, apesar da formatação da natureza do próprio projeto.

No que se refere especificamente ao aprendizado político sobre participação, dividimos em três esferas: primeiro, participação no aprendizado desde o local Assembleia, este espaço institucional; segundo, o espaço da universidade; e, terceiro, o espaço das escolas de ensino médio. Em relação ao espaço da Assembleia, o aprendizado foi o conhecimento dessa estrutura de poder: como a Assembleia se organizava, maneira efetiva de fazer política, elaboração de leis, definição de orçamento, procedimento de fiscalização, papel dos deputados, etc. Essa foi uma maneira que eles apreenderam então, desde a relação que estabelecia com a Assembleia nos rituais ou nas atividades que envolvia a Assembleia. Conhecer os canais de participação foi fundamental - o PPAG, as comissões -, e eles falavam disso com muita familiaridade durante todo o processo de avaliação que fizemos. Além disso, era uma forma de conhecerem também o processo do seminário legislativo.

No espaço institucional da universidade, os alunos aprenderam a forma de apropriação dos espaços de participação desde DA, DCE, congressos, movimentos, discussões, assembleias, etc. Eles passam a apropriar-se desses espaços e buscam também campos de estágio na área da política, na câmara municipal, em Brasília e em outros locais em que pudessem também fazer estágio e acompanhar todo o processo político. Há muitas monografias e pesquisas realizadas sobre a temática da política, não necessariamente sobre Parlamento Jovem, mas com outros temas que envolvia essa temática.

No espaço das escolas de ensino médio, amplia-se totalmente a percepção sobre as escolas. Parece que os alunos saíram de fora da escola e, pela primeira vez, começaram a enxergar a instituição da qual participavam. Então, eles começaram a fazer críticas em relação à instituição, especialmente a partir do contato com alunos de outras escolas. Eles começaram a promover eventos coletivos, assembleias, discussão de assuntos de interesse tanto do ponto de vista de montagem de um recreio mais animado ou mais participativo quanto da retirada de uma diretora numa escola em que trabalhamos. Eles fizeram um movimento de *impeachment* da diretora e realmente conseguiram afastá-la dessa escola.



Eles opinam, então, sobre a estrutura organizativa do ensino, fazem uma leitura do sistema de ensino, do corpo docente, da comunidade em torno da escola e da comunidade interna, a escolar. Eles obtêm então o conhecimento sobre democracia participativa e criam espaços de debate e de participação horizontal.

Aprendem sobre o exercício do poder. Assistimos a várias cenas durante o Parlamento Jovem e depois na própria avaliação dos alunos. Aprendem a fazer o jogo político, a negociar, a argumentar, a votar e a chegar ao consenso com toda a comunidade, não somente com os alunos que participavam do Parlamento Jovem, mas com outros alunos da comunidade escolar. Desenvolvem estratégia e habilidade para reinventar regras dentro das próprias regras institucionalizadas no cenário da escola.

Para concluir, depois de algumas reflexões e de toda essa metodologia, chegamos a algumas conclusões. Conhecer e ocupar espaços institucionais não altera, de nenhuma forma, em nossa avaliação, a descrença sobre os políticos. O projeto Parlamento Jovem, de fato, apenas potencializa a participação. Isso podemos verificar. Há um alto índice também de abandono do projeto. Ele reafirma a apatia dos que não têm interesse em participar ou dos que necessitam buscar alternativas financeiras para necessidades básicas. Durante o Parlamento Jovem, percebia-se que alguns alunos não tinham interesse, habilidade, e muitos abandonavam o projeto. Alguns também abandonavam porque tinham de trabalhar, de buscar outras alternativas de sobrevivência, ajudar os pais, etc.

Outra questão: nos universitários são despertados interesses individuais, e não coletivos de inserção na esfera institucional. Os universitários rejeitam a participação político-partidária e passam também a não participar de movimentos sociais e populares. Pelo contrário, percebia-se até uma diferenciação entre o universitário, ou melhor, o movimento social era visto como algo que não era de natureza intelectual, que seria fora da percepção ou do interesse dele. Eles tinham muito mais interesse nas questões particulares, especialmente profissionais.

Para os universitários, a participação no projeto Parlamento Jovem foi muito importante para apurar o sentido democrático, porque, por meio das oficinas que eles desenvolviam com os alunos de escolas de ensino médio, nessa organização, nessa forma de elaboração de regras próprias e de posição de ideias e de demandas dos próprios alunos de ensino médio, eles aprenderam a escutar, a interpretar os discursos, a negociar com os alunos regras e a controlar comportamentos e atitudes dos adolescentes. Isso para o estudante universitário era muito importante, já que ele vivenciava esse sentido democrático nessa prática com os alunos.

O universitário também passava a experimentar e a falar desde o lugar institucional. Ele representava a PUC, enquanto monitor, e de certa forma o Parlamento Jovem e a Assembleia. Esse lugar institucional o motivava. Então, havia busca de aprimoramento e desempenho profissional daquele aluno.

Ou seja, outra vez o aluno universitário vê o Parlamento Jovem como uma ponte para a realização individual, e não coletiva. Os alunos de ensino médio entendem a autonomia, que até então era falar “não” para os pais, com outro sentido, como tomada de decisão, enfrentamento das regras institucionais na família, na escola, na igreja, por meio de negociações e argumentações, fazendo suas escolhas individuais. Eles despertaram também o interesse pela vida acadêmica. Muitos deles - temos vários exemplos - ingressaram nas universidades, sobretudo no campo do direito, das ciências sociais, da história e das relações internacionais.

Os alunos do ensino médio, ao contrário dos universitários, optaram pela ação coletiva, grupos de referência, sobretudo os de perto de suas casas e da própria escola, ou seja, locais onde mantêm uma convivência no seu cotidiano, entre os amigos, a igreja e o esporte. Eles se engajam em movimentos comunitários locais, culturais e artísticos.

Repito a pergunta: o Parlamento Jovem é um projeto eficaz? Na nossa avaliação, ele é eficaz quando potencializa as habilidades e interesses dos jovens, abrindo espaço para a participação política, conforme vimos no resultado de parte da nossa pesquisa. Obrigada pela atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Profa. Regina. O interessante é que pela manhã foi muito mencionado o papel da educação na formação da cidadania, e a pesquisa mostrou a influência de professores e de disciplinas que tratam da política, na opção de ação de um projeto que tem como centro a participação política. Então essa é uma resposta importante. Ele é um projeto, Teresa, que estimula a participação política, mas não altera o sentimento em relação aos políticos. Isso é interessante.

Amanhã iremos aprofundar mais. Tenho algumas avaliações do formato e sugestões para o próximo projeto Parlamento Jovem. Quero agradecer à Regina e ao próximo convidado, Sr. Luzius Mader, vice-diretor do Gabinete Federal do Ministério da Justiça e da Polícia da Suíça. Ele irá fazer a exposição sobre o tema “As boas práticas de participação popular no Poder Legislativo”. Muito obrigado, Luzius, pela presença e pelo fato de a Assembleia de Minas poder contar com sua exposição.

Palavras do Sr. Luzius Mader

Muito obrigado aos senhores. Agradeço o convite e poder estar aqui. Primeiramente, gostaria de deixar bem clara minha alegria e gratidão pela oportunidade de estar nesta discussão. Desde o começo, está tudo uma maravilha. Sinto-me honrado em falar depois de muitas palestras interessantes. Essa é uma oportunidade de renovar contatos e amizades que criei há anos, numa conferência internacional em que discuti pela primeira vez essas ideias.

Um dos muitos assuntos discutidos aqui, porque são vários, é a relação entre democracia representativa e outras formas de participação popular. Pediram-me que falasse alguma coisa sobre os procedimentos de participação popular na Suíça, onde moro, e mostrar experiências práticas desse processo de participação popular naquele país.

Bem, essa forma de participação política popular envolvendo consulta e participação tem muito a ver com uma outra forma específica, também de participação política na Suíça, que chamamos de democracia direta - DD -, é como chamamos lá. Então, primeiramente, gostaria de, muito rapidamente, fazer uma breve introdução, alguns comentários a título de prolegômenos introdutórios sobre a Suíça e sua organização política. Há pessoas no mundo que acham que a Suíça é um país muito legal, mas um tanto esquisito, diferente do resto da Europa. Então, vou falar algumas coisas rápidas sobre ela, tentando não me alongar muito.

É necessário entender a cultura suíça para entender como ocorre lá a participação popular, a democracia direta, os cantões suíços. A Suíça é pequena, mas é como três países: um fala alemão, outro italiano, outro francês. Então, a Suíça é diferente. São questões



práticas que quero rapidamente abordar, para mostrar como e por que certas coisas funcionam bem no nosso país, modéstia à parte. Não que sejam melhores ou piores que em outras partes do mundo. Não é isso. Só que simplesmente é diferente de outros países do mundo, aliás na própria Europa. A Suíça está localizada mais ou menos no meio, no centro desse continente.

Bom, a Suíça tem quatro níveis de governo, por assim dizer, e um deles é o parlamento. Temos, aliás, o parlamento jovem, como nível formalmente estabelecido. Esse tal de parlamento jovem tem o direito de apresentar resoluções ao parlamento em si, que é mais idoso, que é o típico parlamento de outras partes do mundo. Ele apresenta lá projetos de lei, depois de audiências públicas e tal. Se for preciso, entro em mais detalhes depois.

Nos últimos anos, a participação pública tem se tornado mais comum no mundo inteiro. Então não é uma novidade só da Europa. Todos sabem disso. Mecanismos têm sido criados na última década pela Comunidade Europeia, pelos países exportadores de petróleo, o chamado Primeiro Mundo, expressão que acho um tanto antipática, mas o povo usa esses termos como países desenvolvidos. Em todas essas esferas políticas do Primeiro, Segundo, Terceiro Mundo - não sei quantos mundos existem, para mim é um só -, essas coisas vão se tornando cada vez mais comuns num processo de participação popular.

Na Suíça temos uma longa, centenária, secular tradição de participação popular, uma das mais antigas do mundo. Estamos falando de Europa, onde quando se fala de coisa antiga a referência é a Idade Média, a pré-Idade Média. Sempre que há uma tradição muito comum, trata-se de coisa que veio do meu pai, avô, bisavô, século XV. Então, essa tal de DD que mencionei, é um exemplo disso, que vai melhorando, tornando-se mais popular e abrange o nível nacional. Esse nível não é tão difícil na Suíça, porque é um país muito pequeno. Lembro aqui, para dar-lhes uma ideia geral da organização política, que a Suíça tem 8 milhões de pessoas e é um estado, uma nação federativa com 26 cantões, que são entidades administrativas constituídas, descentralizadas, mas não é exatamente um município nem o que os Estados Unidos, o Canadá e a Inglaterra chamam de condado, que fica entre o município e o estado. Não é nada disso.

Cantão é um cantão, é uma coisa típica da Suíça, que é biparlamentar. O parlamento nacional tem 250 parlamentares eleitos conforme a população de cada cantão. Nos vinte e tantos cantões da Suíça, há dois membros em cada um, com exceção de seis que, por motivos históricos, têm somente um representante. É preciso muito tempo para explicar por que esses seis cantões são diferentes dos outros vinte e tantos. Então, basta saber que é assim. São eleitos dois representantes por cantão, e um representante em seis deles.

Além disso, a Suíça é bicameral, que quer dizer: câmara e senado. Agora, falando sobre o governo executivo, a Suíça tem sete ministros. Pessoas de países que visitei me perguntaram se eram somente sete ministros. Temos de lembrar que a Suíça é pequena, tem somente 8 milhões de habitantes. É mais ou menos um ministro federal para cada 1 milhão de habitantes.

E há, evidentemente, um número de partidos políticos que elege representantes. Há também instituições da democracia direta que não são partidos políticos, mas participam muito de referendos e de processos legislativos. Eles participam não só de referendo, mas também de plebiscitos. São muito participantes. São uma espécie de ONG e é muito comum na Suíça.

Como já disse, na Suíça há três línguas, mesmo sendo um país pequeno. Uma parte fala francês, outra fala alemão e quase 60% falam italiano. Vai depender da região com que a Suíça faz fronteira: pode ser com a Itália, com a Alemanha ou com a França. Isso explica por que na Suíça, um país tão pequenino, há três línguas. Outras línguas também são faladas, como o português, pois há também imigrantes portugueses na Suíça.

Hoje, quase 25% - um quarto da população da Suíça - não são suíços natos, nativos. Há muitos estrangeiros morando lá, precisamente $\frac{1}{4}$ da população. Esses estrangeiros, por não serem suíços natos, têm limitações no processo político. Eles possuem várias limitações. Os direitos políticos são mais limitados no tocante a votar e ser eleito, como acontece em muitos países. Nos Estados Unidos também é assim, o cidadão nativo é uma coisa, o naturalizado é outra e o estrangeiro, outra. Vai depender se o estrangeiro se naturalizou suíço ou permanece estrangeiro.

Há também mecanismos de consulta pública garantidos pelo art. 101 da Constituição suíça. Esse mecanismo é muito, muito antigo e diz: "Os cantões da Suíça terão mecanismos organizados de participação popular para manifestar suas visões e opiniões e fazer a sua opinião ser sentida na sociedade". Esse art. 101 da Constituição suíça é tão conhecido no país, que até repeti de cor, de memória. Esses mecanismos primários e secundários de participação popular, mesmo e especialmente de gente que não é eleita, que não é político eleito, mas manifesta sua opinião, são importantes na Suíça.

Antes de entrar em detalhes para explicar esses processos participativos, é importante lembrar alguns elementos essenciais do nosso processo.

Não sei se já falei isso, mas, na Suíça, os cidadãos têm a antiga tradição de se envolver na democracia: é o meu país e, seja eu eleito, seja eleitor, sou importante. Isso está embutido na mentalidade do suíço e faz parte dessa democracia direta a que me referi, que se faz muitas vezes por iniciativas populares. Por exemplo, 100 mil cidadãos podem, com um abaixo-assinado, não pedir, mas exigir uma mudança na Constituição da Suíça. O número está especificado: se 100 mil dos 8 milhões de cidadãos suíços assinarem o documento, a mudança é exigida.

Essa é uma forma de participação popular, mas há muitas outras, que se fazem com a participação de acadêmicos, especialistas, intelectuais, cidadãos comuns ou membros de ONGs. Vejam que estou falando de mecanismos de participação popular mais voltados para esses setores da sociedade ou para a própria administração pública, seja federal, seja de cantões. Nesses casos, incentiva-se a participação de especialistas, *experts*, autoridades nos vários assuntos. Se o assunto discutido - cidadania, meio ambiente ou qualquer outro - interessa a todo o mundo, todos têm o direito de falar, mas há pessoas que entendem mais do que outras. São exatamente os especialistas, os acadêmicos, os *experts*. É algo muito bem pensado em termos de democracia popular participativa.

Quanto ao uso dos instrumentos ou ferramentas de participação - como os referendos e plebiscitos a que me referi -, posso dizer que ele se faz com muita frequência. Não é apenas uma coisa que está escrita na Constituição e que, a cada 20 ou 30 anos, alguém desenterra para usar. Esses instrumentos são usados semestral ou mensalmente. Já perdemos as contas de quantas emendas à Constituição da Suíça foram propostas e discutidas pelo Parlamento nos últimos 10 anos. Embora a maioria seja rejeitada, a questão que quero enfatizar é que esses mecanismos de participação não são conceitos teóricos, mas coisas que o povo usa muito no dia a dia.



Muitas vezes, esses procedimentos populares são alvo de consulta pública - formalmente, por assembleias públicas ou, mais frequentemente, por meio de plebiscitos e referendos, coisas que americanos e canadenses adoram usar todos os dias. Tanto faz; o importante é que as vozes são ouvidas. O cidadão comum tem sua vez e sua voz. Não fica tudo só por conta de vereadores ou deputados estaduais e federais. Ainda bem. Realmente, a democracia é do povo, pelo povo e para o povo; então, o povo se sente pai, mãe ou dono do processo de participação. É claro que isso é muito mais fácil para um país pequeno, como a Suíça, com 8 milhões de habitantes, quase todos com educação superior universitária. Não estou dizendo que esse modelo possa ser aplicado no mundo inteiro de hoje para amanhã, mas que pode ser aplicado. Embora de forma mais demorada, e tendo de ser conquistado com mais paciência, se alguns países conseguem aplicar esse modelo, outros podem conseguir também.

Voltando à consulta pública, como ela é organizada? Imaginem, por exemplo, um assunto que envolva um tratado internacional: nesse caso, um movimento popular de base pode acabar afetando um tratado da Suíça com outro país. Se for algo assim, o que não é comum, é claro que é necessária uma aprovação formal do Parlamento Federal, que o chefe de Estado da Suíça tem de assinar. Isso, em assuntos que envolvam um tratado com outros países.

Esse é um exemplo extremo. A maioria da população comum da Suíça participa de coisas muito mais mundanas, corriqueiras, do dia a dia, como cultura, educação, itens a serem votados nos referendos e plebiscitos, assuntos de ordem de igualdade social, política e econômica. Um exemplo, hoje, é a usina nuclear, porque o nosso vizinho, a Alemanha, é que usava muita energia nuclear e já proibiu. Como vocês sabem, a Alemanha proibiu. Outro vizinho nosso é a França, o país da Europa que mais tem usinas nucleares, até porque a França praticamente não tem hidrelétrica. Então, a energia nuclear está se tornando um assunto muito discutido na Suíça hoje, e pode haver mudança política por causa disso.

A aids é outro tópico favorito da democracia direta da participação popular. A Suíça é um país neutro, pacífico, não entra em guerra, ou seja, nem pensar em mexer com isso, porque o povo rejeitaria imediatamente. Então, a Suíça tem essas tradições, mas os assuntos variam. O que era importante para a população, para os cantões hoje mudou. Como eu disse, hoje é a energia nuclear, a aids, a questão do preconceito racial, e não só na Suíça. Há a questão dos imigrantes na Europa, dentro da Europa, de outra religião, de outra raça ou etnia - são grandes problemas hoje que não eram na época de nossos pais e avós.

Quem é convidado, digamos assim, a participar de procedimentos mais formais? Os partidos políticos, representantes de assembleias, políticos eleitos. Mas não só eles, pois estou falando de um assunto mais formalmente discutido num cantão, que é mais ou menos igual a um estado, a uma província e outros países; porém, apesar de haver certa preferência conforme a seriedade do assunto, como para pessoas eleitas, para ONGs, para representantes de assembleias de bairro, todo o mundo, literalmente, pode e deve participar e expressar sua opinião. Ao cidadão comum, que não pertença a nenhuma ONG nem a assembleia de bairro, a participação é assegurada.

Por último, não falei ainda em empresa, em companhia. Empresa é quase um palavrão em certos países do mundo. Se se falar em empresário, em empresa, há gente que começa a xingar, como se o capitalismo fosse a culpa de todos os problemas do mundo. Isso afeta um pouco também a população suíça. Muitas vezes, em certos assuntos, as empresas e os empresários não são convidados - não se trata de não serem convidados, mas, especificamente, de serem desconvidados: "Por favor, não venham cá, não apareçam nessa reunião". Percebemos que aí já há um exagero: o empresário não é um diabo tão feio assim. Mas isso é para mostrar que a gente muda conforme os conceitos da nossa sociedade.

Estrangeiro é mais ou menos assim, mas isso não é tão ruim quanto em alguns vizinhos europeus nossos - claro que não vou citar nome -, em que o imigrante estrangeiro é visto como um diabo: "Vamos tirar os estrangeiros desse país. Fora com os estrangeiros daqui, da nossa pátria!". Vocês sabem de que países vizinhos nossos estou falando.

Então, essas coisas mudam. Esses conceitos vão mudando. Ainda bem. Hoje já não há tanta atitude antiempresário, antiestrangeiro, antinegro, antimaometano, mas esse problema ainda existe, e parece que vai piorar.

O que estou querendo dizer é que questões políticas são muito complicadas, complexas, não são simples, porque envolvem tudo o que faz parte da nossa vida: nacionalidade, religião, línguas, simpatia, antipatia, classe social. Então, se você quer entrar no jogo de participação popular, na democracia direta, tem de estar pronto para tudo, para xingar e ser xingado. Não se pode dizer que se discute tudo, menos determinado assunto, vale tudo. Por legislação, todos os documentos públicos são abertos ao público, podem ser lidos, consultados. Muitos países falam em transparência, mas, modéstia à parte, a nossa transparência é com "t" maiúsculo. Essas consultas são populares. Posso ler, ver a opinião. Antigamente era mais difícil, porque tínhamos de ir a uma biblioteca e verificar se o documento estava disponível. Hoje há a internet, clicamos no computador e podemos ler tudo que quisermos. Transparência com "t" maiúsculo, como eu disse. O próprio governo nas suas relações com o parlamento, e vice-versa, o parlamento com o Executivo. O governo tem de informar o parlamento das pesquisas de opinião feitas, dos projetos de lei que estão redigindo, antes que cheguem ao parlamento, e vice-versa. O parlamento também não pode esconder nada do Executivo. Então, os comitês e as comissões têm de ter extrema transparência e honestidade. E alguns outros detalhes menores que, no processo de consulta, por exemplo, muitas vezes é um peso, um fardo para certas organizações da Suíça, porque o número de consultas formais da Suíça chega a centenas de milhares, num país pequeno, pois todo o mundo quer saber qual é a opinião do governo, do parlamento, de especialistas, sobre qualquer assunto. São consultas que ocorrem por todo o lado, o que exige uma certa disciplina, senão se mistura assunto importante com assunto menos importante.

Um problema é, por exemplo, o número de pessoas que têm acesso a certos assuntos com urgência. Hoje, como eu falei, é muito mais fácil com o uso da internet, de computadores, mas há certos assuntos, por exemplo, que interessam mais especificamente a uma ou mais ONGs, e, às vezes, elas têm certa preferência ou privilégio - essa palavra não seria excesso -, porque estão apresentando o assunto, redigindo pautas e agendas. Então, se não tiverem uma certa via paralela, não é preferência, não dará em nada, porque fica só em falação e não se chega a nada de concreto. Problemas de prazos, de preferência, de acesso a consulta e organização de documentos. Do contrário não se leva a nada, ou vira bagunça, e uma coisa ou outra não faz bem para a democracia, além de se perder muito tempo. Não estou falando em limitar a opinião de ninguém, mas em uma certa disciplina de organização. E o suíço parece ser

famoso por disciplina, por organização, por pontualidade. Para quem não é suíço é um pouco difícil entender isso. Mas essas coisas estão ligadas, por exemplo, à representatividade da população e à confiabilidade nas pessoas que são porta-vozes.

Todo o mundo quer ter vez e voz, mas não dá para 8 milhões de pessoas, toda a população do país, falar o tempo todo. Então, tem de haver representante ou porta-voz. Esse processo tem sido muito aperfeiçoado nos últimos seis, sete, oito anos. Um projeto de lei, por exemplo, só chega ao parlamento para ser submetido à votação depois de um longo processo de consultas diretas à população, o que leva anos. Então, é um processo que vai sendo polido, aperfeiçoado ao longo dos anos. Teórica e conceitualmente, todos os projetos de lei que chegam ao parlamento federal refletem um anseio, uma necessidade, um desejo da população, por meio desses mecanismos de consulta e dos seus representantes legitimamente eleitos. O processo tem de ter legitimidade política para ser aceito, e para isso tem de haver critérios.

Outros problemas são prazos, porque, senão, tudo vai levar anos, décadas, e não se vai chegar a nada. Já que o suíço é muito pontual, na Suíça ninguém tem problema em entender pontualidade, prazo, porque isso faz parte da nossa vida. Não é à toa que o relógio de pulso e de parede é praticamente uma invenção suíça, se bem que algumas pessoas questionem isso. Mas esse é outro assunto, e isso é só para mostrar por que certa disciplina e pontualidade são importantes para nós. Todo o mundo deseja ter todas as informações com qualidade. Claro que isso é uma coisa meio utópica, impossível até para a Suíça. Algumas pessoas terão mais acesso e vão entender melhor por causa da educação, da formação, do cargo para o qual foram eleitas. Mas o ponto não é esse. A questão é que todo o mundo tenha possibilidade de acessar e participar, se quiser. De novo, volto ao processo de consulta popular. Não preciso falar da importância dele, porque é óbvio para todos nós. No mundo de hoje e no futuro, sua existência é absolutamente fundamental, é um papel totalmente fundamental nas suas várias facetas e aspectos, porque a maioria dos tópicos não é unidimensional, possui vários pontos de vista. Por isso a discussão e a diferença de opinião são necessárias, boas e enriquecedoras. Por natureza, nem todo ser humano vai concordar. Mais ainda: isso ressalta a importância desses mecanismos formais e informais da democracia popular.

Outra coisa, antes de terminar, é que o processo de consulta popular ajuda também em várias coisas anclares ou indiretas. Há outros mecanismos menores gerados, como ajuda da coleta de informações para o cidadão ser mais bem informado e assim se tornar melhor, não necessariamente participando de um processo de projeto de lei, mas simplesmente no seu dia a dia. Uma função muito importante também é que esses procedimentos testam a capacidade de implementar todas essas ideias, porque muitas coisas são tão utópicas, que acabam não sendo implementadas. É importante ainda esclarecer o que é competência do governo federal, do governo de cantões, que é aquela combinação de metade estado e metade município, e o que é competência até de unidades menores, como ONGs e outras entidades legítimas, não necessariamente tão antigas quanto as que temos há séculos em nossa sociedade.

O aspecto prático da participação política dessas unidades vai sendo filtrado, decantado e aperfeiçoado. Ou seja, quanto mais usarmos a participação popular, mais aperfeiçoaremos o processo dela, o que quer dizer que aprendemos fazendo, e quanto mais fazemos, mais aprendemos e aperfeiçoamos o processo. Por isso, esse é o tipo de coisa que se aprende com o tempo, com a prática. A questão de ser mais prático ou menos prático, que envolve hoje opiniões de que certas sociedades do mundo, por exemplo as nórdicas e as saxônicas, são mais práticas e os latinos, na Europa e fora dela são mais teóricos, é secundária. Se usarmos esses processos, como o plebiscito, aliás, não só usarmos, mas pensarmos sobre eles, refletirmos porque nosso país age assim, melhoraremos.

Antes de terminar, quero dizer que o processo de consultoria popular, que implica que todos os atores sociais, econômicos e políticos, que somos todos nós, todos os cidadãos que participam direta ou indiretamente da criação de legislações, indiretamente têm de participar, mas devem entender melhor por que devem participar. Com isso, enriquecemos o próprio processo político, ficamos menos preconceituosos, mais abertos às opiniões dos outros, quer opiniões políticas, quer econômicas, quer sociais, e toda a sociedade melhora. Diria que hoje vivemos um momento privilegiado de nossa história, pois, muita coisa que estou dizendo aqui, desde que comecei a falar, nem a Suíça sempre entendeu. Era diferente na época de meu bisavô e de meu trisavô e será ainda mais aperfeiçoada no tempo de meus netos.

Para concluir, além de dizer que essas coisas melhoram com a prática, com o tempo, quero fazer um comentário dizendo que consultar não é somente buscar informação. Há gente que confunde tudo isso. Consulta é muito mais que isso. Não é só fazer relações públicas ou pesquisas de opinião, usar a mídia social, que o marqueteiro e outros seres semelhantes adoram fazer. É muito mais que isso. Fazer consulta é com o governo, o parlamento e as comissões parlamentares, mas é mais do que isso. Hoje ela se transformou em sinônimo de sociedade e cidadania, no sentido *lato sensu*. Consulta com “c” maiúsculo, de ser transparente, de se informar e de saber o que está acontecendo. De certo modo, é antítese, é o contrário de ditadura, de um déspota militar, que até hoje há, sim, e muitos, no mundo. Consulta é o processo de ser ouvido, de ter acesso ao tribunal, de assinar um abaixo-assinado, de ter instituições onde haja o famoso *ombudsman*. Vocês o conhecem? Ele é a voz da sociedade e é encontrado em jornais, revistas e canais de televisão. É um funcionário da empresa que ouve as queixas, as reclamações dos clientes, dos fregueses e dos funcionários. A empresa não deve só ouvir, mas agir para melhorar. O *ombudsman* diz: “O cliente não gosta disto nem daquilo”. Infelizmente o *ombudsman* é mais usado por empresas, principalmente no Norte da Europa, e não tanto por governos, que são os primeiros que deveriam ter um *ombudsman*.

E também há a questão de buscar informações e evidências sobre o que é legítimo, o que é hoje aceito pela sociedade, e não o era antigamente. Novamente, isso tem o aspecto muito prático de acabar com o preconceito, com o racismo, com a restrição ao imigrante, a um deficiente físico ou mental, ou seja, aceitar a igualdade entre todos os cidadãos, coisa que até hoje nem todos aceitam.

E uma coisa que foi discutida pela manhã é a relação entre tudo isso e outras formas de participação política, além dessas que estamos citando aqui desde a manhã. Consulta pública não é uma varinha de condão, uma panaceia mágica que resolve todos os problemas do mundo. Claro que não, pois o mundo nunca será perfeito, mas pode e deve ser cada vez menos imperfeito, cada vez melhor. Para isso é que a democracia direta e participativa serve, e muito. Ou seja, não é a solução mágica, mas um complemento ideal para outras formas mais antigas, centenárias e seculares do processo democrático. Afinal, esse processo existe há mais de 200 anos – a Revolução Francesa e as das Américas. Mas a democracia deve ser aperfeiçoada, é importante que seja melhor hoje do que era no seu nascedouro, no final do século XVIII. E deverá ser melhor ainda amanhã.



O interessante é que o suíço comum, o cidadão da rua já está pensando mais sobre isso. Ele não é um bestalhão, com o perdão da palavra, ele entende dessas coisas. Daí, o benefício de uma sociedade mais educada, inclusive acadêmica e formalmente, como disse. Deve-se chegar a um ponto em que todos têm educação mais formal, secundária e universitária, ou até cultural, em que o cidadão pode ser pobre e de classe média baixa, mas não um semianalfabeto cultural. O aprendizado escolar é uma coisa, e a cultura é outra. Se o país acelera esse processo em educação formal e educação informal, tudo o que estamos discutindo hoje será mais acelerado, acontecerá mais depressa, será aceito como legítimo, e o próprio legislador verá que não se trata só dele. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao Sr. Luzius Mader, que levantou questões interessantes, relacionadas também com a consulta pública. Lembramos que vivemos recentemente esse dilema com a proposta da presidenta Dilma de se fazer uma consulta popular ampliada sobre reforma política. O grande debate era sobre a abrangência e a capacidade da população de opinar a respeito de temas tão importantes e sobre o prazo para efetivação. Isso tem a ver também com a pouca prática de realização de consultas dessa natureza. Sem entrar no mérito nem na relevância do tema, que de fato é bastante complexo, é um debate que pode ser submetido a uma deliberação mais ampla, que o Sr. Luzius Mader abordou.

Com a palavra, a nossa querida amiga Gláucia Barros, diretora nacional da Fundação Avina, apoiadora das Redes Latino-americana e Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis - fundação que integrou a comissão organizadora deste evento -, que disporá de até 30 minutos para sua exposição sobre o tema “As boas práticas de participação popular no Poder Legislativo”.

Palavras da Sra. Gláucia Barros

Obrigada e boa tarde. Peço licença, André, pela primeira vez, para quebrar o protocolo. Prometo que farei isso só duas vezes. Quebro o protocolo para homenagear e prestar um tributo e um agradecimento, não à comissão aniversariante propriamente dita, mas à ideia e especialmente ao trabalho empreendido ao longo destes 10 anos por você, deputado André Quintão, pela deputada Maria Tereza Lara, pelo deputado João Leite e por alguns deputados que nesta Casa vêm insistindo com uma ideia que hoje se mostra da maior relevância. Como já foi dito aqui por várias pessoas, essa ideia se antecipa a todo um clamor que tomou conta finalmente das ruas, da cabeça e das ideias dos brasileiros.

Havia pensado em fazer uma sugestão. Fiquei pensando se deveria fazê-la ou não, mas me encorajei, porque descobri que era uma unanimidade. Todos que falaram antes de mim mencionaram que é imprescindível – e eu diria até que é impossível – as casas legislativas persistirem em seus trabalhos, com alguma possibilidade de eficácia e efetividade, se realmente não revisarem os seus processos de participação popular. Minha sugestão era para que esta comissão se tornasse, não a principal da Casa, mas que fosse a grande orientadora e instrutora do processo nesta Assembleia. O mesmo deve ocorrer em outras casas legislativas. Acho que esta Casa vem construindo esse percurso, com o que fico muito feliz.

Agradeço muitíssimo a oportunidade de estar aqui. Essa homenagem também a faço porque devo à Comissão de Participação Popular, assim como à Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais e, principalmente, ao movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente deste estado minha formação política. Nesses espaços, formei alguns conceitos e ideias, que de alguma forma iluminam e colocam lente sobre a narrativa que farei para vocês agora, que é contar um caso, contar uma experiência da Rede Latino-Americana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis.

Falarei um pouco sobre a organização para a qual trabalho, a Fundação Avina, que atua há 18 anos na América Latina, no continente americano, visando a promover o desenvolvimento sustentável, em conjunto com outros atores, sempre trabalhando com sinergia. Uma das áreas prioritárias do investimento feito pela Fundação Avina nessa região é o programa Cidades Sustentáveis, que está fundado na informação de que o mundo está cada vez mais urbanizado. Precisamos pensar, criar coletivamente e efetivar novas soluções que darão conta de um contingente de mais de 3 bilhões de pessoas, que até 2050 viverão em cidades, lembrando que, desse universo, a América Latina é a principal região em desenvolvimento, em termos de expansão urbana.

E ainda temos o Brasil se destacando dentro dessa região. Hoje mais de 85% da população vivem nas cidades. Dez países, com suas sociedades civis, estão armando uma agenda pela sustentabilidade urbana. Então essa é a justificativa que encontramos, desde 2006, para um esforço.

Hoje tendo essa rede, sobre a qual estamos conversando aqui, a qual reúne em torno de 70 movimentos - esse número felizmente vai crescendo sem termos muito controle. São 70 movimentos de cidadãos que tentam organizar os setores empresariais, as organizações da sociedade civil e as organizações acadêmicas, em torno de plataformas, de um conceito a respeito do que significa um projeto de cidade voltado ao desenvolvimento sustentável.

É importante esclarecer que, diferentemente do Brasil, temos hoje uma concepção, bastante disseminada no mundo, de desenvolvimento sustentável para além do meio ambiente. No Brasil isso ainda está muito vinculado. Se tivermos a oportunidade de entrar um pouquinho nessa agenda, vocês verão que ela inclui muito mais que indicadores e metas para o desenvolvimento ambiental. Ela inclui também políticas sociais e governança democrática, que são a base da sustentabilidade política de qualquer projeto ético que se pense para as cidades. Então isso é um pouco da mandala da rede.

Vocês podem observar os países em que já conseguimos articular representações: Equador, Bolívia, Chile, Argentina, México, Peru, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Brasil. No Brasil, há uma preponderância desses movimentos. Hoje temos em torno de 26 movimentos constituídos, e não sabemos quantos se envolvem, conhecem e demandam mais conhecimentos sobre essa grande plataforma que chamamos de Programa Cidades Sustentáveis.

Para vocês entenderem um pouco mais e saberem com quem estão dialogando, há alguns pressupostos para constituir essa rede. O primeiro deles, de fato, abrange muito do que foi mencionado aqui. Por que estamos querendo tanto nos aprofundar na democracia? Por que precisamos trabalhar com o Legislativo? Porque precisamos interagir com o Executivo? Trata-se de um programa que vem da sociedade e se organiza em torno de algumas causas. Acreditamos realmente que uma cidade é um projeto ético - se não é, deveria sê-lo - que se organiza e se apresenta como uma possibilidade de dignidade para todos. Entendemos que dignidade para todos é uma



questão que perpassa todos os direitos humanos. E entendemos que direitos humanos são aqueles direitos ao meio ambiente, que normalmente não aparecem muito nessas plataformas. Entendemos que os sujeitos desses direitos são atores que não costumam participar de espaços como esses e que nem podem participar desses espaços. Mas eles são impactados pelas decisões desses mesmos espaços, como, por exemplo, as futuras gerações, aqueles que ainda não nasceram, mas que certamente serão impactados pelas decisões que tomamos hoje. A natureza também, com certeza, é bastante impactada.

A plataforma defendida por essa rede que se apresenta nos espaços públicos, na esfera pública tenta considerar a perspectiva da qualidade de vida para todos com sustentabilidade.

Trouxe este quadro - até já o apresentei em outra ocasião - para reforçar um pouco esse pressuposto político, esse lugar do qual falamos. Especificarei esse pressuposto um pouco mais à frente. Essa busca que nos orienta à interlocução com o Estado, ele representado seja pelo Executivo, seja pelo Legislativo, seja pelo Judiciário, seja pelo Ministério Público, vem de uma compreensão da absoluta necessidade da intersectorialidade, ou seja, uma situação em que os setores sociais estejam articulados. Não sei se essa nomenclatura ainda é válida. Alguns acadêmicos desconfiam dela, mas é com ela que consigo trabalhar, pois não sou acadêmica. Normalmente, chamamos o Estado de primeiro setor, as empresas de segundo setor e o conjunto organizado da sociedade de terceiro setor. Então, entendo que, se esses três setores trabalharem de forma isolada, concorrentemente, sem um projeto, ainda que de consenso mínimo, teremos uma situação de caos. Se temos uma articulação mais efetiva entre as organizações da sociedade civil e o empresariado, temos uma situação de deslegitimação do próprio Estado, o que também não concorre para avanços muito significativos do ponto de vista da democracia. Se, ao contrário, temos o Estado muito vinculado ao empresariado, o que, em muitos países da América Latina - para não dizer em todos -, é uma situação bastante presente, temos uma situação de corporativismo, que também, do ponto de vista do interesse público, que é o que analisamos neste seminário e em vários outros espaços do nosso ativismo político, não convém a uma democracia republicana. Se Estado e sociedade se unem contra as empresas privadas, temos uma situação de populismo que poucos resultados conseguimos observar, do ponto de vista do avanço e do desenvolvimento sustentável.

Então, nossa busca e nossa proposta vão no sentido desse quadro central, que é, de fato, uma concertação entre os diferentes atores sociais. No nosso entendimento - e na metodologia que essa rede entendeu ser possível trabalhar para provocar esses consensos que vão na direção de um projeto -, percebemos que necessitávamos um pouco de objetivar a questão. O que estamos chamando de “desenvolvimento sustentável”? Essa expressão, assim como “democracia”, caiu um pouco na banalização, e muitas vezes observamos pessoas falando as mesmas coisas com sentido absolutamente diferentes. Então, essa rede, como eu disse, tem uma plataforma baseada em indicadores objetivos de avaliação da qualidade de vida nas cidades. Ela também avalia e propõe uma estrutura, indicadores e metas para uma governança democrática. Esses indicadores normalmente são combinados com pesquisas de percepção da população, para que os dados estatísticos sejam checados e cruzados com o maior número possível, como nos lembrou a Dra. Eleonora Schettini pela manhã, de pessoas, ideias e interesses. Depois, há uma rede, uma plataforma que busca favorecer o diálogo entre os diferentes setores pelos motivos que já apresentei aqui. Com essa plataforma, convocamos a cidadania, montamos um trabalho de monitoramento de políticas públicas. Daqui a pouco, explicarei objetivamente como isso é feito no Brasil.

A identificação e divulgação de boas práticas é fundamental. O conceito é ainda muito novo, ninguém sabe fazer isso realmente. Em nenhum lugar do mundo, nem na Suíça, vemos todos os princípios aplicados e praticados efetivamente, com toda a consistência necessária. O que fazemos, portanto, é divulgar experiências de boas práticas para mostrar que é possível fazer o que está preconizado, como os indicadores. A base de indicadores foi montada a partir de ampla consulta realizada durante dois anos com vários observatórios, bancos de dados, centros acadêmicos, organizações ambientalistas e de defesa dos direitos humanos. Alguns pactos foram firmados por organizações das Nações Unidas, com a participação de gestores públicos. Isso é algo que consideramos bastante sólido, ainda que em alguns aspectos ideais não encontremos boas práticas.

Outra linha de ação estratégica dessa rede advoga pelo direito ao acesso à informação pública. Essa vertente tem sido cada vez mais importante no continente latino-americano. Observamos avanços muito significativos quanto à legislação e alguns avanços quanto à aplicação. Ainda temos muito a caminhar, mas essa bandeira já tem bastante progresso.

Quanto à mobilização cidadã, entendemos que a maioria absoluta das propostas dessa plataforma depende do poder público, de políticas governamentais, mas também de mudanças de atitude, como na gestão de resíduos, tema que está na ordem do dia no Brasil. Temos a conferência de meio ambiente. Para a sua efetivação, as boas medidas precisam de mudança de postura, reeducação, nova lógica de consumo e de aproveitamento de bens, sejam eles naturais, sejam eles produzidos.

Imagino que a essa altura vocês já tenham percebido a grandeza dessa rede. Com essa plataforma, esse desafio, por que ela opta por trabalhar com o Legislativo e o Executivo? Primeiramente pelo pressuposto político, pela compreensão de que a democracia participativa não substitui a democracia representativa. O nosso interesse é qualificá-la permanentemente - e sabemos o quanto ela precisa ser qualificada. Reconhecemos sua legitimidade, sua importância na construção de uma nova ordem social para as transformações que precisamos imprimir no mundo. A Avina dialoga com 21 países latino-americanos. Em todos eles percebemos demandas de marcos regulatórios atualizados à luz do momento presente.

Precisamos ressignificar também os nossos marcos regulatórios. O uso e a ocupação do solo diante desse fenômeno de urbanização de que falei agora há pouco é outro. Não dá para continuarmos convivendo com legislações sendo elaboradas a partir de uma discussão com alguns grupos de interesse da cidade, que não consideram a sustentabilidade ambiental, que não consideram a cidade como direito de todos e que realmente precisam comportar essa demanda extraordinária que surge a partir dessa mesma expansão da urbanização, além da gestão de resíduos, do acesso a água e saneamento, do extrativismo. Enfim, esses são exemplos de matérias que precisam ser revistas do ponto de vista legislativo, e daí a importância de a sociedade civil que se organiza a partir desses temas acompanhar esse processo, instruindo e mobilizando outros para essa mesma atualização.

Constatamos uma necessidade de alinhamentos entre o controle social e o controle externo da gestão pública. No Brasil, diferentemente de muitos outros países, o Legislativo também tem função fiscalizadora. Nesse sentido, alinha possibilidades a partir desses indicadores mais objetivos e de métricas que fazemos no desenvolvimento mesmo da política, ou seja, testando o impacto de



ações de políticas públicas que são desenvolvidas. É necessário também aprimorar tanto o controle social, como nos alertou a Profa. Leonor aqui hoje, como também o controle externo exercido pelo Poder Legislativo.

No Brasil temos um motivo especial para insistir com o Legislativo. Digo insistência porque tem sido realmente isso. É um exercício de persistência, de paciência, de insistência bastante significativo por parte das organizações que se propõem a trabalhar com esse espaço. Temos a obrigatoriedade do Poder Legislativo de convocar audiências públicas para discussão das leis orçamentárias. Isso foi garantido por uma lei federal, que é o Estatuto das Cidades, e reafirmado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por esse motivo também o Legislativo é superestratégico para nós.

Como temos feito isso? Que trabalho tem sido feito por boa parte dessas 70 iniciativas existentes na América Latina? Diria que a primeira e mais importante delas - e até gostaria de depois insistir no diálogo com o representante do Parlamento de Barcelona, por me parecer ser uma ideia que agrega ao processo que estão instituindo lá - foi já conseguirmos no Brasil, em 33 cidades, e em outras 3 na Argentina, provocar emendas à lei orgânica - em nosso caso, na Carta Orgânica dos Municípios -, estabelecendo a obrigatoriedade de cada novo gestor apresentar no prazo de 90 dias um plano de metas que: primeiro, seja compatível com o programa que ele apresentou concorrendo à campanha eleitoral e, segundo, que seja debatido com a sociedade antes do PPAG. Aqui no Brasil isso é feito a cada quatro anos. Portanto, o plano de metas instrumentalizaria, instruiria o plano plurianual de uma forma participativa.

Ontem, no Congresso Nacional, na Comissão de Constituição e Justiça, foi avaliada - ainda não sei o resultado - uma proposta de emenda à Constituição que tenta trazer essa inovação para todos os níveis da administração pública no Brasil. Ou seja, se tivermos êxito nessa mobilização, e acreditamos que teremos, especialmente depois das jornadas de junho - hoje aprendi que têm esse nome -, teremos já para as eleições do ano que vem essa obrigatoriedade também para governadores de estado e para a presidente da República de apresentarem esse plano de metas passível de monitoramento pelos Legislativos e pela sociedade civil, compatível, portanto, com o que foi prometido em campanha. Aos poucos vamos buscando também incidir numa construção mais ética dos processos eleitorais.

Na verdade, 660 candidatos firmaram esse compromisso com o Programa Cidades Sustentáveis, com essa plataforma. Destes, 240 se elegeram. Essas pessoas governam mais de 60% da população brasileira. Com isso, eles assumem conosco o compromisso de orientar sua gestão por 100 indicadores e metas que são propostas nessa plataforma. Os vereadores têm um papel importante, que é tanto de deliberar sobre esse plano, ou seja, autorizar esse plano, quanto de fiscalizar a sua implementação, fazer o controle.

Também temos atuado no âmbito do Legislativo na elaboração dos planos diretores. Em outros países há uma legislação semelhante, que é a organização da cidade a partir de um marco regulatório, especialmente no uso e na ocupação do solo, e há outros temas também. Esse processo, até então feito de forma bastante reservada pelas casas legislativas, vem ganhando cada vez mais a assistência, a participação e, em alguns casos, a proposição da sociedade organizada.

Temos também um trabalho em muitas cidades de controle e divulgação da produção legislativa. Ou seja, além de acompanhar os gastos do Poder Legislativo, a presença, a assiduidade dos legisladores nas sessões legislativas, o que é indubitavelmente muito importante, queremos também aferir a qualidade da produção legislativa. Infelizmente os balanços que temos não são os melhores, mas acreditamos que esse controle e essa participação aumentados também trarão maior qualidade para essa produção.

Há também a participação no ciclo orçamentário, na elaboração dos planos plurianuais dos municípios, na discussão das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias anuais, além do acompanhamento da execução orçamentária dos municípios.

E os desafios - hoje o deputado André Quintão convidou-nos para falar bastante sobre isso. Deputado, do ponto de vista da sociedade civil, vou falar do que achamos que precisa melhorar e que dificuldades maiores apresenta para uma interlocução mais qualificativa com este Poder nas cidades onde estamos trabalhando.

Primeiro, quero fazer referência ao que também já foi exaustivamente falado aqui: a crise desse modelo de representatividade. Esse modelo de república representativa foi cunhado no século XVIII, implementado mais ou menos nessa época quase que no planeta inteiro, mas não foi revisto. O mundo em ebulição, muitos processos novos acontecendo, entre eles a internet, e o modelo representativo continua praticamente o mesmo. Realmente, nos parâmetros que temos, essa experiência é inovadora, mas já está defasada, se formos considerar as necessidades e as possibilidades que existem hoje. Podemos usar as novas tecnologias para que essa representatividade se dê com mais consciência do interesse público, com mais construção de consensos e com mais responsabilidade, do ponto de vista da sustentabilidade.

Outro desafio que foi mencionado pelo nosso colega suíço é a longevidade dos processos. Compreendemos que os processos legislativos, em boa medida, precisam ser assim. Como aprendi nesta Casa, e especialmente com o deputado André Quintão, tempo é insumo para a democracia. É preciso tempo para madurar os processos, fazer uma maior e mais expressiva discussão com a sociedade, com processos muito longos e muitas vezes pouco demarcados por certa transparência ou por certa lógica que nos organiza no sentido de sabermos que, se na semana que vem, haverá reunião da Comissão de Orçamento e Finanças da Casa, precisamos nos organizar antecipadamente. Mas, se as reuniões não acontecem ou são antecipadas, entram outras atividades na pauta, e perdemos muito tempo. Nós, cidadãos que temos outras atividades, que fazemos isso na conta do nosso ativismo político, muitas vezes não encontramos correspondência de dinâmica e fluxo com esses processos, que poderiam ser perfeitamente facilitados - insisto -, usando-se novas tecnologias e com a garantia da participação.

Vendo também o outro lado, o nosso, reconhecemos que a sociedade civil não é um bloco homogêneo, que há uma diversidade enorme de interesses. No contraponto, hoje há uma fragilidade muito grande de informações objetivas para orientar decisões, tanto para nossa participação quanto - podemos afirmar - por parte dos tomadores de decisão. As decisões sobre políticas públicas, de interesse público no Brasil, são feitas ainda de forma muito inconsistente, e eu diria até irresponsável, do ponto de vista do uso estratégico da informação que hoje está disponível, mas de que ainda fazemos pouca utilização para a instrução do processo deliberativo.

Por fim, como grande desafio, especialmente do nosso lado, falo da agenda cidadã que é ampla, diversa, heterogênea, permeada de contradições. É muito importante que ela seja assim, caracterizando o processo genuinamente democrático. De outro lado está a



agenda oculta, da qual falava um pouco antes quando mostrava as bolinhas. Ou seja, há um atravessamento muito forte, em diferentes níveis, com os quais dialogamos, de agendas que não estão claramente colocadas e que não estão pautadas do ponto de vista do conhecimento público. Esse é o grande desafio.

Para concluir, quebro novamente o protocolo, pois o que vou falar não tem diretamente a ver com a experiência que fui convidada para apresentar aqui, mas não poderia perder este espaço, pois estamos aproveitando todos. Trago um trecho de um manifesto que lançamos, na semana passada, e amanhã haverá outro ato importante em Brasília, da sociedade civil organizada, junto ao Congresso Nacional, para a reforma do sistema político brasileiro. Ficamos muito preocupados com esse sequestro da pauta da sociedade. Ela absolutamente não começa em junho.

Só em uma das propostas que conheço, da qual participo, que é plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político, há cinco anos de discussão. Então, esse debate não é novo, mas se reforça e ganha consistência a partir das jornadas de junho, que foram absolutamente sequestradas pelo Congresso, primeiro na negativa de se promover um referendo para se fazer imediatamente esse processo acontecer no Brasil; depois, pela apresentação de um projeto que consideramos absolutamente insuficiente, equivocado de reforma política. Há agora outro numa comissão que se constituiu.

Então, a sociedade civil não quer, não vai, não pode ficar lá nesse momento. Temos um pauta composta de vários pontos. Precisamos muito aprender com os nossos convidados internacionais aqui para nos orientar e ganhar insumos, porque muitas das coisas que vocês disseram que já são práticas, especialmente na Suíça, estão propostas aqui. Entre elas, cito a maior utilização de processos de democracia direta, de instrumentos de consulta à população, definição de temas sobre os quais o Executivo não teria prerrogativa exclusiva. Precisamos falar sobre isso no Brasil, imprimir isso ao nosso marco regulatório. A sociedade brasileira hoje é muito mais madura do ponto de vista democrático, da compreensão da importância das suas institucionalidades democráticas e está madura e está convencida de que deve participar desse processo e fazê-lo de uma forma mais ampliada. Esse é um grande desafio, que já deve valer para as eleições de 2014.

Além desses pontos, que são importantíssimos, trazemos a questão do fim de financiamento privado de campanha, que é a bandeira principal; a necessidade de fixação de cotas para mulheres, negros, homossexuais, enfim, para as minorias deste país, que precisam se fazer representar nesses espaços de governança pública.

Deixo vocês com essa provocação. Listo aqui alguns *sites* de referência. Tomara que continuemos por muito tempo com este debate, pois está bastante bom. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito obrigado, Gláucia, por sua exposição.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de questionamentos aos expositores serão feitas de acordo com o volume de inscrições recebidas.

Debates

O presidente - Teremos, agora, a parte dos debates. Temos aqui uma solicitação da vereadora Nilma, do Município de Ouro Branco, em Minas Gerais. Ela quer que enviemos, por *e-mail*, modelo da lei que instituiu o Parlamento Jovem.

Aproveito para esclarecer que o projeto Parlamento Jovem não foi criado por lei. É uma iniciativa da Assembleia, originária da CPP. Hoje é coordenada institucionalmente pela Escola do Legislativo, em parceria com a PUCMinas, e, de alguns anos para cá, vem sendo descentralizada para o interior do Estado, com a participação de algumas câmaras municipais.

Amanhã, na parte da tarde, conseguiremos aqui algumas edições da pesquisa que a PUC fez e editou. Então, faço questão de entregar à Nilma - se ela não estiver aqui, encaminharemos a ela - o livro, uma publicação que retrata essa experiência. Solicito à Escola do Legislativo que encaminhe para a Nilma as referências, a metodologia. Temos já, inclusive, na própria cartilha da CPP alguma coisa referente ao projeto Parlamento Jovem; mas não é uma lei, um dispositivo do Regimento da Assembleia.

Há uma pergunta da Luciana, que é da consultoria da Casa, para o Ricard Gomà e o Luzius Mader.

“Quando tratamos do tema da participação popular, estamos endereçando o problema da política, mesmo sob a forma de democracia representativa” - ela coloca como se fosse um problema *top-down*. “Como garantir que mecanismos como a ILP, mencionada pelo Ricard, não reproduzam o caráter *top-down*, isto é, não sejam um canal de vocalização de minorias organizadas com alto acesso a recursos políticos em detrimento das preferências da maioria?”. Ficou claro para todos nós que as minorias organizadas têm um poder de influência maior que a preferência das maiorias. Vem de baixo para cima, ou seja, uma minoria se sobrepondo a uma maioria desorganizada.

Há outra pergunta, da Daniela, da Assembleia, ao Ricard Gomà: “Quais são as maneiras viáveis, dentro do contexto atual, de absorver, de institucionalizar as manifestações populares, ou seja, trazer para os espaços das instituições as demandas apresentadas nas ruas?” O movimento mencionado ocorreu na Espanha, no Brasil e em várias partes do mundo.

O Pe. Paulo, que é vereador em Governador Valadares, fez uma pergunta nesse sentido, aplicada à nossa realidade, talvez por isso dirigida a mim: “Como a Assembleia projetará a integração e a adesão desses movimentos de rua - no caso específico de Belo Horizonte, eles estão organizados por uma assembleia popular horizontal -, particularmente da juventude, nos trabalhos institucionais da Comissão de Participação Popular?”.

Há também uma pergunta mais específica sobre a participação popular e as expectativas à luz dessas exposições na Comissão de Participação Popular. Vou respondê-la quando for fazer o encerramento dos trabalhos.



Há aqui duas questões, sendo uma para o Prof. Luzius, relacionada à consulta pública e aos processos deliberativos frequentes na Suíça. No caso daqueles - imagino que seja boa parte deles -, nas redes sociais, como se dão, devido a tanta regularidade, os processos informativos e interativos do ponto de vista da argumentação? Há um debate sobre a participação presencial e a não presencial.

A Gláucia também aborda essa questão e fica para ela essa discussão. Esse modelo clássico de funcionamento do *parlare*, do Parlamento, do falar, das audiências públicas de comissões e dos debates públicos é uma forma que permite uma interação presencial. Num país como o Brasil, onde, apesar dos avanços - e a Gláucia sabe disso -, a parcela mais pobre da população ainda não está conectada, talvez a modernização da participação eletrônica seja motivo de exclusão da participação popular. Enquanto essa população não é incluída, como poderíamos pensar? E há também a questão da argumentação.

Principalmente à luz da experiência suíça, um dos argumentos usados para não acatarmos a participação por meio de um plebiscito, por exemplo, foi a complexidade dos temas. De fato, os temas relativos à reforma política são complexos: financiamento público e privado, voto em lista, lista flexível, etc. Muita gente nem sequer sabe como é o voto proporcional e como seria o voto em lista. Este é, então, um desafio: como modernizar os nossos mecanismos de participação, ampliados pelas redes sociais, mas garantindo o caráter informativo e argumentativo na tomada de decisões?

A última questão será feita oralmente pelo conselheiro municipal da assistência social de Montes Claros, Adiel Elias de Souza, que se inscreveu. Depois de sua fala, seguindo a disciplina mencionada pelo Luzius, passaremos às considerações finais da Mesa, para ficarmos no tempo previsto para o encerramento da parte da tarde. Com a palavra, o Adiel.

O Sr. Adiel Elias de Souza - Como presidente do conselho, cumprimento, em nome do Município de Montes Claros, os membros da Mesa. Minha pergunta é dirigida à professora que falou sobre o Parlamento Jovem. Por suas afirmações, entendemos que os estudantes do ensino médio são mais participativos do que os do ensino superior, de nível universitário, mas a senhora não nos apresentou o número de participantes. De qualquer forma, fica a indagação se a falta de interesse por parte desses jovens em aderir ao Parlamento Jovem não se deveria à crise de corrupção que vem se alastrando em nosso país concomitantemente com a falta de punição dos responsáveis por tais atos. Essa pergunta fica em aberto, pois queremos entender melhor a razão de os universitários estarem menos interessados do que os jovens do ensino médio. Obrigado.

O presidente - Obrigado, Adiel. Vamos passar a palavra aos convidados, para que respondam às perguntas que lhe foram dirigidas e façam suas considerações finais. Antes, ainda há uma pergunta da Gláucia, dirigida ao Prof. Ricard: "Qual o tempo de tramitação dos projetos de iniciativa popular, as ILPs, - e a forma de coleta de assinaturas? É permitida a assinatura eletrônica digital?". Com a palavra, o Prof. Ricard Gomà.

O Sr. Ricard Gomà - Destinaram-me três indagações. A primeira é se as ILPs distribuem de forma mais democrática a capacidade de participação ou se poderiam ser capturadas por interesses sociais organizados. A pergunta é muito importante porque levanta uma das questões fundamentais da participação cidadã. Sabemos que em todos os lugares se produz uma correlação entre desigualdades sociais e desigualdades participativas, ou seja, as pessoas mais vulneráveis são também as que têm menor capacidade de inclusão nas redes participativas e de utilização dos instrumentos e espaços de participação. Portanto, o desenho dos novos instrumentos de participação devem considerar essa realidade e se colocarem a serviço da redistribuição democrática das oportunidades de participação.

Até que ponto a ILP considerou essas coisas? Bom, com todos os limites que tenho com a experiência da ILP, eu acredito que sim, que isso foi considerado. Por quê? Porque é verdade que a iniciativa é tomada por determinado grupo ou uma determinada comissão promotora. Mas também é verdade que a legitimação da ILP será diretamente proporcional ao número de apoios que possa ser conseguido do ponto de vista quantitativo, portanto, indo muito além das esferas organizadas da sociedade civil. Portanto, a ILP é o mecanismo que ajuda, ainda que não de forma determinante, a ampliar a oportunidade de participação daqueles cidadãos e cidadãs que não fazem parte dos núcleos organizados preestabelecidos.

Em segundo lugar, a pergunta sobre como devemos incorporar a política participativa democrática nas demandas sociais da rua ou das manifestações. Faço aqui duas reflexões com relação à nossa própria experiência do movimento, do 15M. A primeira, que o movimento surge sem nenhum tipo de organização. Ele surge, ele eclode como uma ocupação das praças e das ruas, de forma fundamentalmente espontânea. Com o tempo, vão sendo produzidos também, nesse movimento, determinadas apostas por organização, sob novas fórmulas: assembleias sociais, assembleias de bairro, caminhadas cidadãs. Portanto, um novo repertório de fórmulas organizativas, que começam a expressar demandas de caráter programático de conteúdo, de fundo. A partir disso, temos a necessidade de utilização dos instrumentos participativos que a legislação coloca à disposição.

Em Barcelona, está ocorrendo, neste momento, o recolhimento de assinaturas a favor de uma iniciativa cidadã, portanto, de uma ILP, através de uma plataforma que apareceu nos movimentos. Mas existe uma consideração: que essas fórmulas organizadas geraram, também, formas de participação que não têm muito a ver ou que não estão diretamente vinculadas aos instrumentos de participação que a normativa utiliza. Por exemplo, as novas cooperativas de consumo ecológico.

Uma cooperativa de consumo ecológico é uma determinada assembleia de bairro que se coloca de acordo para consumir todos os seus produtos alimentares à margem - e de maneira alternativa - dos canais tradicionais de distribuição mercantil de alimentação, através de novos circuitos alternativos, que vão diretamente da produção ecológica até o bairro e para distribuição entre os vizinhos, dessa alimentação, sem passar pelos canais comerciais tradicionais. Aliás, através do que se denomina experiências de moeda social, ou seja, de moeda alternativa, a moeda de curso legal. Nessas alternativas de consumo ecológico e também nos estabelecimentos comerciais que acontecem nos bairros não necessariamente tem de se pagar em euro, mas pode-se, sim, pagar em uma moeda social. Ou seja, o Ecosol, uma moeda que serve para trocar produtos de consumo através de circuitos alternativos, com a qual não se pode especular, mas sim que funcione estritamente como mecanismo de troca.

Finalmente, a pergunta sobre os prazos da ILP. Serão dois tipos de prazos: o primeiro, um prazo de 180 dias, portanto 6 meses de recolhimento de apoio ao cidadão; o segundo prazo vai até um ano, até a decisão final do parlamento da assembleia municipal.



Portanto, temos um ano e meio como prazo máximo, ainda que os períodos tenham sido reduzidos a partir da comissão promotora até a decisão final.

Por enquanto a assinatura eletrônica não está estabelecida, mas a assinatura tem de ser tradicional e autenticada por um procedimento de cartório. Isso é feito pela função promotora, e podem-se constituir por meio das assinaturas da ILP.

O presidente - Obrigado, Prof. Ricard Gomà. Passo a palavra ao Sr. Luzius Mader, para suas considerações.

O Sr. Luzius Mader - Muito obrigado pela pergunta. É claro que às vezes posso não ficar muito à vontade aqui falando, por exemplo, em pobreza na Suíça. Sinto-me até constrangido porque meu país tem a reputação de ser um país rico, mas muitas vezes esquecemos que um país dito rico tem gente pobre, sim, e muitos. É o problema de pobreza, de falta de recursos e de coisas até básicas. Por exemplo, acesso a computadores, comunicação com as autoridades, consultas à internet, que pensam não ser problema na Suíça, mas é um problema lá, sim. Pode não ser um problema como em países bem mais pobres, mas é um problema no mundo inteiro. Pode ser um problema na Escandinávia, nos Estados Unidos enviar *e-mails*, mensagens de texto. Hoje há *tablet*, iPod, essas maravilhas de computadores. Esse processo é muito acelerado. Sob esse aspecto, a comunicação é mais limitada em certas partes do mundo. Mas há um pedido embutido, indireto, de que essa distância do chamado conhecimento virtual, essa diferença, esse hiato aumentará se não diminuir a distância entre ricos e pobres. Então, o acesso à comunicação eletrônica tem de ser um direito inalienável de todos. Não significa que todo o mundo tenha condições de comprar o computador mais moderno, mas alguma coisa tem de ser feita.

Nesse contexto, indiretamente quero falar de outra coisa: a Suíça tem uma estrutura federalizada de três níveis. O mais baixo é o município, que são entidades, algumas compostas por menos de mil habitantes. Na Suíça um grande município tem 9 mil, 10 mil habitantes, porque o país é pequeno e só tem 8 milhões de habitantes. O que isso tem a ver com comunicação? Facilita. Em um país pequeno todo o mundo conhece todo o mundo. É muito diferente se o seu país tem 300 milhões, 800 milhões ou 1 bilhão, como a China. Nesse aspecto a coisa é bem mais fácil na Suíça. Não só na Suíça, como em todo país de território pequeno, o processo de comunicação é muitíssimo mais fácil.

Alguém falou sobre abordagem diferente, de baixo para cima, ou imposto de cima para baixo, goela abaixo. Insistirei em dizer que essas duas abordagens ditas alternativas antagônicas na verdade se devem complementar: o goela abaixo e o democrático, de baixo para cima. Muitas vezes pensamos de forma simplista que o rico não quer aceitar algo porque é coisa de comunista imposta a ferro e fogo, numa revolução de baixo para cima; outros pensam ao contrário, que isso é o capitalista selvagem querendo ser eleito e impor mais ainda de cima para baixo. Isso não leva a nada, é um raciocínio obsoleto. Vejam os Estados Unidos, que estão indo além da superação. A maioria dos americanos nem discute, nem fala assim. Hoje eles estão na abordagem verde, não estão “nem aí” se é goela abaixo ou de baixo para cima. É a chamada *green approach*, abordagem verde, do americano e do canadense. O que é isso? É meio ambiente, ecologia, é o verde simbolizando tudo isso. Alemanha tem o seu partido verde. Quando se fala em instrumento democrático, às vezes temos de avançar em nossa discussão para não deixar que ele se torne obsoleto. Hoje, no mundo, as coisas são muito modernas, mas, depois de amanhã ou no mês que vem, poderão virar itens de museu, obsoletos. Então temos de ficar muito espertos, até pela mudança da informática, do mundo digital, que afeta coisas muito práticas. Como terei a minha vez e a minha voz será ouvida? Com quais instrumentos sociais? Até o Orkut e o Facebook podem se tornar obsoletos amanhã. Essa mudança muito rápida é uma vantagem para o rico e uma desvantagem para o pobre. Tem de haver cuidado com isso. Há ONGs que já se preocupam especificamente com isso, ou seja, com o processo de construção de direitos humanos, como cotas para minoria, para negros. Esses instrumentos maravilhosos de comunicação social podem ser afetados se vierem a beneficiar mais os ricos do que os pobres. Aí o governo também tem de ficar de olho nisso. Esse tipo de coisa provoca reação emocional, muito mais com o coração do que com a razão, e vira briga nas ruas, protestos, o povo grita, e a polícia de repente mete o cacete em cima, desculpem-me o modo de falar. Vejam o que está acontecendo em certa região do mundo, que não preciso falar como está. Tal país árabe não tem alternativa hoje: ou é o radical de um extremo ou de outro, não há meio-termo. É um país milenar.

Temos de pensar sobre essas coisas. A nossa sociedade está convergindo, rico e pobre, pessoas de outra religião, outra etnia ou de outra ideia, ou estamos andando para trás e voltando à selvageria da Idade da Pedra? Alguém pode dizer que não vai acontecer isso, mas já está acontecendo do outro lado do mundo. Essas coisas são muito relevantes. Temos de pensar preventivamente em como ter esses canais em nossos governos federal, estadual e municipal, em uma região como a América Latina, que felizmente nunca teve problemas terríveis, se comparados com outras áreas do mundo. O imigrante é muito mais aceito nas Américas Latina e do Norte. Então, que ela nunca chegue a essa terrível situação de guerra interna, guerra civil entre cidadãos do mesmo país. Há alternativas para impedir isso? Sim. Mas são alternativas preventivas, de educação, com mecanismos de participação popular, democracia direta, enfim, tudo de que falamos aqui, antes que esses problemas comecem a acontecer. Vão dizer que esse tipo de coisa não vai acontecer nunca na América Latina. Isso pode acontecer em qualquer lugar do mundo porque o ser humano é ser humano, homem e mulher são a mesma coisa no mundo inteiro. Primeiro, não deixem aqui andar para trás, porque vocês têm uma posição de privilégio que outras regiões violentas do mundo não têm, em que vizinho briga com vizinho porque, na mesma cidade, um fala uma língua e outro fala outra, um é de uma religião, e outro é de outra.

Então, que isso não aconteça aqui, na América do Sul, e que todos trabalhem para melhorá-la usando esses problemas nos mecanismos de participação e de democracia direta. Vejam como causar interesse a mais e mais pessoas. Realmente os mais excluídos, pobres e marginalizados são a margem desse processo, por isso são chamados de marginalizados. O rico faz tudo que quiser; quando não faz, isso é porque não quer fazer ou quer gastar seu dinheiro ficando mais rico. No entanto as classes média e pobre não têm essa opção. Compete aos líderes de sociedade... Quando me refiro a líder é principalmente a políticos darem mais vez e voz à população. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Luzius Mader. Agora vamos passar a palavra à Profa. Regina, para suas considerações finais.

A Sra. Regina de Paula Medeiros - Em relação aos números, de fato, de 2004 a 2010, tempo em que trabalhamos com a versão no formato municipal, 120 alunos de escolas de ensino médio participaram a cada ano. Nesse total, já são mais de mil alunos



participando. A partir do momento em que foi estadualizado, esse número aumenta. Por fim, no seminário legislativo ou no momento em que acontece o Parlamento Jovem exatamente neste local, também são 120 alunos, por conta da ocupação deste espaço, porque a plenária final é aqui, onde estamos, cuja capacidade é de 120 alunos. Fizemos a pesquisa por amostragem e tivemos vários problemas, porque alguns alunos que participaram saíram da escola, já eram profissionais e estavam morando em outros lugares. Então, fizemos a amostragem desse número de participante a cada ano.

Em relação à participação, entendemos que os alunos, os jovens, de fato, têm o desejo de participar. O diferencial é que muitos projetos são pensados pelos adultos, então eles não os incorporam ou não os percebem como projetos da juventude. É um projeto em que não está comprometido, pois é uma proposta de um adulto, com intencionalidades variadas. O Parlamento Jovem, ainda que tenha sido pensado por instituições e por pessoas adultas, tem esse caráter participativo, porque seu eixo é participação, cidadania e democracia. Esse é o eixo central do Parlamento Jovem, que orienta todas as atividades do projeto.

Em relação aos resultados, percebemos evidentemente que o jovem tem formas diferenciadas de participação. Se é um mundo contemporâneo, em que a tecnologia está em primeiro lugar, onde os alunos, os jovens, de forma geral, estabelecem uma relação muito mais por Facebook, Orkut, etc., que no cotidiano, isso não interfere em nada. Agora mesmo terminamos outra pesquisa com a juventude e constatamos isso outra vez. Uma coisa é o amigo virtual, que só quer curtir, coisa e tal, que faz uma conexão, estabelece uma rede onde passa informações, mas não estabelece um laço de informalidade com esses colegas. Esse laço informal, de fato, é formado no local de moradia, onde está a escola que frequenta a cada dia, onde encontra seus amigos, onde seus pais encontram as pessoas, onde joga bola e anda de bicicleta. Esse é o laço importantíssimo na vida de um jovem.

Então, há um diferencial no que se refere ao aluno de ensino médio. A princípio parece que ele incorpora mais o projeto, que tem uma modificação, mas são formas diferentes de se apropriar do projeto e aprender politicamente a participação por meio desses mecanismos. É normal que um adolescente pense, desde o momento em que vive, um momento de construção de uma identidade. Então, o que importa é o contato com os outros colegas, o agrupamento, a referência. Ele não está pensando em projetos individuais, está em processo de formação da identidade, em que o agrupamento, a visibilidade e o pertencimento são fundamentais. Portanto, podemos entender que o projeto Parlamento Jovem provoca um efeito nesse sentido para o aluno de ensino médio.

Já o aluno universitário, que escolheu um curso, tem uma perspectiva de futuro e pensa em trabalhar, está mais adulto, tem preocupação com a formação individual e suas escolhas profissionais. É natural. Isso não quer dizer que não aprendeu nada politicamente. Pelo contrário, o projeto proporciona, nesse contato com o aluno de ensino médio, o aprendizado desse lugar institucional, falar desde algum lugar diferenciado para fazer as escolhas. Quando ele busca essas alternativas profissionais ou uma instituição política ou outra em que vá trabalhar com políticas públicas, ou mesmo o exercício da política - temos alunos que participaram do Parlamento Jovem e hoje são vereadores -, essa escolha não quer dizer que ele não esteja pensando no grupo ou no coletivo. Ele está pensando no grupo e no coletivo desde um outro lugar onde pode pensar assim. Um político, um deputado ou um vereador podem pensar no coletivo desde esse lugar, da proposta política. De forma nenhuma, imediatamente, está pensando nessa questão mais individual e profissional. Mas isso tem a ver com a sua formação e o período em que está vivendo, a maturidade, as escolhas e as convivências. Ele já está pensando em casamento, profissão, trabalho, suas preocupações são outras. Mas, de qualquer forma, ele aprende no Parlamento Jovem essa participação política.

O presidente - Obrigado. Com a palavra, para suas considerações finais, a Sra. Gláucia Barros.

A Sra. Gláucia Barros - Deputado André Quintão, obviamente que precisamos de um processo de transição. Desculpem-me se minha proposta pareceu abrupta, como se fôssemos substituir todos os processos de participação pelo modo virtual. Evidentemente isso não seria razoável, especialmente os níveis que V. Exa. levantou, a respeito da inclusão digital neste país, e penso que esse problema precisa ser resolvido como uma condição de progresso. O que defendo, não só para as instituições públicas, mas também para as organizações e movimentos da sociedade, é que tenhamos processos mais dinâmicos, ou seja, que combinem diferentes formas com escutas ativas a respeito do que está acontecendo. Na semana passada nos reunimos com o pessoal do movimento Passe Livre, em São Paulo, e anteontem com o pessoal da Assembleia Popular Horizontal.

Os jovens estão concordando com os resultados dessa pesquisa, com ojeriza de se vincular a partidos políticos ou a qualquer tipo de organização mais densa. Eles querem se manifestar, eles têm o que dizer. As pautas não são inconsistentes, eles têm o que dizer, eles sabem do que estão falando, mas não querem fazer isso em espaços constituídos. Não querem vínculo. A discussão que estamos fazendo com eles é da perenidade possível dos processos. O movimento Passe Livre terá fôlego para promover mobilizações por quanto tempo? A luta hoje é pela tarifa zero. Certo, mas há um processo a ser observado. Como combinamos estratégias, do ponto de vista da sociedade civil, de incidência política que possam influenciar e informar e, principalmente, convocar outros coletivos que ainda não se manifestaram? É preciso haver esse espaço e essa escuta ativa.

O senhor me perguntou sobre modelos. Aprendi na minha formação de educadora que, às vezes, para dizer o que se quer é preciso dizer o que não se quer, os “ não objetivos”, o que está errado. Belo Horizonte é uma das cidades em que temos movimento. Deixei o site de referência do Nossa BH. O movimento desde 2008 luta aqui pela instituição da mudança na lei orgânica para que haja obrigatoriedade do plano de metas. Ficamos por três anos discutindo isso com o Legislativo e com a Prefeitura. Conseguimos, finalmente, no início do ano passado, promulgar essa mudança na lei orgânica, já valendo para as eleições que aconteceram no ano passado.

O prefeito de Belo Horizonte tinha até 30 de abril. Belo Horizonte foi a única cidade, dessas 36 que têm planos de metas, que pediu 120, e não 90 dias. Isso já compromete um pouco a ideia inovadora do plano de metas, cujo cerne de discussão com a sociedade, numa vinculação com o programa de campanha, é de informar o PPAG. Tudo bem, essa foi a possibilidade. Na hora em que a PEC for aprovada, Belo Horizonte terá de se adequar a ela. O prefeito apresentou o plano de metas numa reunião fechada, com poucos vereadores. Não estavam presentes todos os vereadores, contrariando o que a própria lei orgânica dispõe, que é a convocação de audiências públicas para discutir e fazer as complementações.



Para os senhores terem uma ideia, em São Paulo foram feitas 35 audiências públicas e coletadas 15 mil propostas. Dessas, 1.500 foram efetivamente acolhidas no plano de metas. Em São Paulo, que é uma cidade muito mais complexa, com muito mais dificuldades que Belo Horizonte, isso foi possível. O gestor de lá compreendeu qual era a ideia, entendeu que isso poderia concorrer para a melhoria de sua gestão.

Ontem fizemos uma audiência pública. Conseguimos garantir que a câmara abrisse uma audiência pública, através da Comissão de Orçamento e Finança da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para fazer conhecer finalmente o plano de metas da prefeitura. Foi uma apresentação técnica e árida. O movimento Nossa BH fez uma análise do que o programa de metas continha. Primeiro das metas apresentadas como promessa de campanha; segundo, dos compromissos assumidos com o programa Cidades Sustentáveis. Belo Horizonte é uma das cidades que se comprometeu com o programa. Por fim, notamos um cruzamento com a execução orçamentária, ou seja, na última gestão, do mesmo prefeito, notamos o que foi possível implementar do que estava previsto no plano de metas. Vimos que há realmente uma defasagem grande entre o que se apresentou em campanha e o que se apresentou como compromissos diante do programa Cidades Sustentáveis.

Isso não é problema. Todos nós estamos aprendendo. Há aí um espaço. Vamos ver como resolveremos isso, como nos aproximaremos desse ideal. Mas, não há possibilidade de diálogo com a Prefeitura de Belo Horizonte, tão pouco com a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, que não entendeu definitivamente o valor, especialmente, político desse instrumento e objeto de reivindicação da sociedade civil. Esse é o modelo que está impermeável às novas formas de construção da democracia representativa. É com ela que estamos dialogando. Estamos dialogando com os nossos representantes. Não estamos passando por cima deles, percebem? Isso é o que não pode acontecer. Devemos experimentar modelos e transitar onde houver possibilidades, Prof. Ricardo.

No escopo desse projeto de reforma do sistema político, trazemos novamente a ideia de certificação da assinatura digital, de forma que possamos - evidentemente, não exclusivamente - combinar e facilitar a possibilidade de mais pessoas se apropriarem desses instrumentos e apresentarem suas reivindicações.

Isso hoje, do ponto de vista tecnológico, é absolutamente possível. Até mesmo na Espanha temos um precedente de uma deputada - não sei se o cargo é exatamente esse - que estava de licença-maternidade e, da sua casa, participava das sessões legislativas, por meio do computador. Isso abre um precedente para discutirmos essa questão aqui. Se essa situação é possível para um parlamentar, poderá ser possível também para a sociedade.

Hoje temos uma potencialidade grande, como eu disse, uma maturidade, que nos permite ser mais inventivos e responsivos a todo esse clamor que nos chega, de mais participação na esfera pública.

Por fim, gostaria apenas de fazer um registro. Agradeço à Comissão de Participação, à Escola do Legislativo e também à equipe técnica desta Casa, que é importante e muito contribui para essa participação. Então, faço esse agradecimento a essas pessoas. Agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade.

O presidente - Novamente, queria agradecer a presença das convidadas e dos convidados.

As duas questões aqui dirigidas, em relação à Comissão, acho que durante o dia de hoje quem acompanhou percebeu... O Bruno, na abertura, mencionou que a formatação desse ciclo de debates foi bem anterior às jornadas que ocorreram em junho. De certa forma, essa reflexão ficou bastante fortalecida aqui hoje. Concordo com a Gláucia em que, sem dúvida, em geral, no Brasil, é necessário renovar métodos e procedimentos no Poder Legislativo. Há um desgaste indiferenciado entre as instituições legislativas. Acho que esse é um desafio. Em qualquer pesquisa quantitativa, vê-se que o nível de confiabilidade no Poder Legislativo hoje é muito pequeno. Essa é uma barreira, principalmente para quem exerce mandato e tem essa preocupação. Isso se torna até uma questão existencial.

O Prof. Luzius Mader disse que na Suíça o Capeta é empresário. Hoje, no Brasil, o Capeta é o político, de qualquer partido ou representação. Alguns não se preocupam com isso. Mas, para quem se preocupa, essa questão, além de ser acadêmica e política, passa a ser até existencial. Mas temos de enfrentá-la, e o enfrentamento não é simples.

Não discutimos o papel da mídia, que é outra questão fundamental. Até que ponto a mídia, de fato, tem democratizado todas as informações ou somente as negativas - que não são poucas - e as referentes ao Legislativo? É como se tivéssemos uma grande barreira. O Prof. Ricard mencionou a experiência da Espanha com o movimento das ruas. Aqui, em Belo Horizonte, a assembleia popular dos jovens também está se organizando em grupos de trabalho, o que acho bom, porque segmenta algumas reivindicações e busca certa efetividade das propostas.

O debate a que se referiu a Gláucia vai depender de muito diálogo, porque há rejeição a essa participação institucional. A tática da jornada de junho deu certo, porque, além da mobilização maravilhosa, foi a tática do confronto, da ocupação, que radicalizou e tensionou mais o nível de demanda. As demandas atendidas foram muito menos pela institucionalidade e muito mais pelo tensionamento. A questão da diminuição do valor do transporte demonstrou isso. O movimento conseguiu coisas que CPIs e requerimentos de deputados e vereadores não conseguiram. Então, temos de refletir sobre isso. Temos um nível de responsabilidade institucional.

A Gláucia mencionou a efetividade ao longo dos anos. Esse é um aspecto. O Prof. Luzius também mencionou a questão dos conflitos de natureza diferente no Oriente Médio, na Ásia e em outros países. Aqui, no Brasil, participei de um debate com pessoas qualificadas do movimento que não foram protagonistas, mas relativizaram as críticas dirigidas aos atos de depredação do patrimônio público e privado. O Bruno participou também do debate. Eles atribuíram ao ato de depredação um sentido político simbólico, com eficácia e justificativa ideológica, por exemplo, contra os grandes empresários, as grandes empresas multinacionais. Ou seja, aquele gesto de depredação era uma forma de manifestação contra determinada natureza de atividade econômica em nosso país. Então, talvez esse seja o maior desafio.

Para concluir, resalto que temos de estudar, discutir e ficar abertos a isso. Mas o segredo de tudo é estarmos rigorosamente abertos para receber e ouvir o outro lado, o daqueles que hoje estão contestando não só o Legislativo como Poder, mas também os partidos políticos.



É muito fácil transferir responsabilidades. Quem me conhece sabe que gosto muito das metáforas com futebol. Ontem, o Atlético foi desclassificado em um torneio importante, e eu poderia argumentar que foi por causa da arbitragem. Com certeza, houve uma parcela de responsabilidade do juiz, mas também o centroavante do Atlético, que é da seleção brasileira, perdeu muitos gols. Ele tem sua responsabilidade. Então, da mesma forma, o parlamento às vezes se fecha, cria uma barreira para renovar-se e uma posição um pouco corporativa.

Num Estado como Minas Gerais, temos de ampliar a participação nas regiões. O pessoal da Assembleia sabe disso. Temos quase 20 milhões de habitantes, uma dimensão territorial próxima à da França e 853 municípios. A comissão tem o desafio de fazer participação popular. Alguns processos instituídos ainda não têm essa abrangência. Temos um trabalho exposto aqui da jornalista Grazielle sobre consultas públicas da Assembleia. É previsto a Comissão de Participação Popular ser protagonista de consultas, para que a população opine sobre um projeto de lei, uma emenda. Essa modalidade é pouco exercitada. Aliás, ela será objeto de um debate específico devido a sua natureza e complexidade.

Outro desafio que considero mais institucional é fazer com que a preocupação de ampliar a participação no Legislativo seja assumida pelo conjunto da Casa. É verdade que temos o apoio da Mesa nos últimos 10 anos, senão não estaríamos realizando um seminário como este e com 10 anos de processos instituídos; é verdade que o corpo técnico contribuiu muito; é verdade que temos um portal ótimo, Políticas Públicas ao Seu Alcance, que temos também monitoramento e revisão orçamentária modelados, assim como é verdade que não houve disseminação dessa compreensão para o conjunto das comissões permanentes. Existe ainda a dimensão política, como mencionou o deputado Adelmo. Preocupa-me o fato de eu estar nessa comissão há muitos anos. Do ponto de vista de escolha e desejo, acho ótimo. Renova minha energia haver pergunta desse tipo dirigida a mim. Gosto disso, mas a democracia pressupõe alternância de mandato, renovação na ocupação de espaços. Sou daqueles que acreditam que a política não pode ser personalizada. Como instituir na Assembleia de Minas a metodologia, a valorização da participação nessa modalidade representativa, como escolha política mais permanente?

Na abertura dos trabalhos, os convidados disseram que é raro existir incidência em processo orçamentário. No Brasil, isso é inédito, é bom, mas não basta ser bom. Temos de pensar em garantir essa continuidade, o que não é fácil. Os desafios são muitos. O objetivo deste ciclo de debates é trazer um leque de reflexões a serem desdobradas por todos nós. Espero que os 350 municípios que nos acompanharam hoje e nos acompanharão nas reprises possam também fazer isso.

Estamos relatando a realidade da Assembleia, mas os convidados internacionais não imaginam como é precária a participação nas câmaras municipais. Às vezes, os vereadores nem sequer têm acesso antecipado às matérias que votam.

Quem é vereador aqui conhece as dificuldades de transparência. Em regime presidencialista, o poder de agenda do Executivo e a capacidade de cooptação é muito grande. Então, aqui estamos fazendo uma discussão utópica de experiência participativa, porque na maioria das câmaras municipais o vereador nem tem o direito de fazê-la.

Há pouco estava conversando com um vereador que me disse: “Olha, estamos travando uma luta para que o projeto que chegue na sexta-feira não seja votado na segunda-feira”. Lá a dinâmica de reuniões é mensal, nas sextas e nas segundas-feiras, então, geralmente um prefeito manda um projeto na sexta-feira para ser votado na segunda-feira. Sendo assim, estamos discutindo ainda o beabá, mas para esta Casa é importante avançar, porque ela também tem uma responsabilidade com todo o Estado.

Agradeço de coração a presença de todos. Sei que não é fácil conciliar as agendas e poder sair de um país para o outro. Não é o mesmo que ir ali a Betim ou a Governador Valadares, não é, padre Paulo? No entanto, nós, principalmente o pessoal da Assembleia, das comissões e dos movimentos sociais, fizemos questão de colocar essas experiências, bem como a experiência da Avina, que é parceira nessa organização, e do Parlamento Jovem.

Portanto, agradeço a presença de vocês e convido todas e todos a participar amanhã do nosso debate, que iniciará às 9 horas, quando teremos a experiência do ciclo orçamentário. Sob a coordenação do deputado João Leite, mostraremos exatamente como é o processo de incidência nas leis orçamentárias. Já na parte da tarde, sob a coordenação da deputada Maria Tereza Lara, teremos a apresentação da experiência do Parlamento Jovem, com mais tempo de debate. Esperamos a presença de todos.

Parece-me que, às 19 horas, no Crea, aqui ao lado, haverá um debate sobre reforma política, organizado pelo vereador Arnaldo e o deputado federal Henrique Fontana. Às 20 horas, teremos aqui uma reunião em homenagem à Central Única dos Trabalhadores pelos seus 30 anos. Quem não estiver com ânimo para nenhuma dessas atividades, Belo Horizonte, nossa capital, tem outras atrações culturais e gastronômicas também muito acolhedoras para todos. A escolha também é democrática para quem nos visita neste dia tão importante para a Assembleia.

ATA DA 32ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2013

Presidência dos Deputados André Quintão e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do presidente - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do deputado André Quintão - Palavras do Sr. Leonardo Ladeira - Palavras da Sra. Edite Cunha - Palavras do Sr. Adriano Guerra - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

André Quintão - João Leite - Maria Tereza Lara.

Abertura

O presidente (deputado André Quintão) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Um bom dia a todos os participantes do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular da Assembleia. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A deputada Maria Tereza Lara, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Dez Anos da Comissão de Participação Popular, que tem por objetivos possibilitar a reflexão sobre os mecanismos de participação popular no Poder Legislativo; conhecer e discutir boas práticas nacionais e internacionais de participação popular no Legislativo; apresentar a experiência de prática participativa na Comissão de Participação Popular da Assembleia de Minas; e constituir um acervo de trabalhos acadêmicos cujo objeto de estudo seja a participação popular no Poder Legislativo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Leonardo Ladeira, diretor central de Coordenação da Ação Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais; a Exma. Sra. Edite Cunha, mestre em Ciências Políticas e coordenadora de Apoio à Gestão da Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, e o Exmo. Sr. Adriano Guerra, integrante da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais.

O presidente - Neste início, com muita honra, gostaria de transferir a coordenação dos trabalhos ao deputado João Leite, que já integrou, como membro permanente, a Comissão de Participação Popular e, mesmo não sendo efetivo da comissão, sempre é um dos deputados que mais contribuiu para o trabalho da comissão, representando também seu bloco parlamentar. A escolha do deputado João Leite para coordenar esta mesa é muito importante porque vamos tratar de uma das principais contribuições da Comissão de Participação Popular. A escolha dele é fundada no reconhecimento do papel que desempenhou ao longo de 10 anos na comissão.

Deputado João Leite, vou-lhe transmitir a presidência porque daqui a pouco teremos a oportunidade de apresentar a experiência do PPAG. Informo que os trabalhos acadêmicos sobre participação popular que foram selecionados para serem apresentados neste ciclo de debates ficarão expostos no Salão de Chá durante todo o evento, e seus autores estarão disponíveis para possíveis esclarecimentos, nos horários de 11h30min às 12h30min e de 16h30min e às 17h30min. Com muita alegria, transfiro a coordenação dos trabalhos ao deputado João Leite.

Com a palavra, o deputado João Leite, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro.

Palavras do Presidente

Obrigado, deputado André Quintão, presidente e fundador da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa. Quero afirmar a minha total confiança no trabalho da Comissão de Participação Popular, dada a sua importância e os desafios que tem, de alguma forma representando o Parlamento de Minas Gerais.

Ela tem o desafio de juntar todo o nosso estado, que tem o tamanho de um continente, e procurar ouvir toda a população de Minas Gerais. Esse é um desafio nada fácil, mas vemos na pessoa do deputado André Quintão alguém com essa sensibilidade e esse perfil. Quero também, nesta manhã, fazer uma comemoração com todos em razão da importância do parlamento. Fico sempre pensando: se nosso país fosse parlamentarista, seríamos diferentes, porque o parlamento tem a característica - e é assim que ele deve ser - de ouvir a população. Realmente o poder deve ser do povo, e todos nós devemos estar abertos à influência permanente da população. Quero lembrar a decisão de ontem do parlamento britânico, que impediu que a Grã-Bretanha se unisse aos Estados Unidos em uma invasão da Síria. O primeiro-ministro, uma cabeça só, achava que tinha de invadir a Síria, mas o parlamento foi contra. Penso que o Brasil seria diferente se fôssemos parlamentaristas, se o poder do povo, o parlamento, tivesse realmente força no País, se pudéssemos nessas grandes decisões ser influenciados pela população.

Então, junto com vocês nesta manhã, quero comemorar a decisão do parlamento inglês e fico pensando em quantas vidas foram poupadas depois dessa decisão. Se ela fosse só da rainha ou do primeiro-ministro, talvez hoje estivéssemos diante de uma nova guerra com a invasão da Síria. Contudo, como ela foi do parlamento, como foi daquele que deve ouvir a participação popular, a decisão foi que a Inglaterra não entraria nessa aventura.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do Participe Agora, disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia Legislativa - <<http://www.almg.gov.br>> -, clicar sobre o botão Participe Agora, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Com a palavra, o deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que disporá de 30 minutos para a sua exposição sobre o tema "A experiência do ciclo orçamentário".

Palavras do Deputado André Quintão

Quero também registrar com alegria a presença do Prof. Ricard Gomà, que esteve no painel de ontem. Ele é um estudioso dessa matéria e também vereador na cidade de Barcelona. Agradeço também a presença da subsecretária Roberta Albanita, que coordena o programa Travessia. Antes de entrar diretamente na experiência do ciclo orçamentário, devemos nos remeter à discussão sobre a própria criação da Comissão de Participação Popular.



A Comissão de Participação Popular foi uma das iniciativas que se sucederam a um processo de modernização institucional da Assembleia, iniciado na década de 1980, com mais ênfase na década de 1990, que culminou com a criação da Escola do Legislativo, com a organização da TV Assembleia, com a instituição de seminários, de ciclos de debates, de fóruns técnicos e de uma série de atividades organizativas no âmbito das comissões permanentes da Casa. Havia um entendimento sobre a necessidade de aproximação da Assembleia Legislativa com a população. Então, na década de 1980 e principalmente na década de 1990, houve uma modernização institucional na Assembleia.

Já no início de 2002 e de 2003, também com um clima favorável, com uma ambiência favorável em Minas e também no País, relacionada ao aprofundamento de práticas democráticas, tivemos a oportunidade de aprovar a criação da Comissão de Participação Popular nesta Casa. Pouco tempo antes, havia sido criada a Comissão de Legislação Participativa na Câmara dos Deputados, o que, em certa medida, se espelhou na criação da Comissão de Participação Popular aqui no Legislativo Mineiro. A Assembleia também se inspirou em algumas experiências - não exatamente no caso da Comissão de Participação Popular - de países europeus, de interação entre Poder Legislativo e sociedade civil organizada, além da expressão estritamente relacionada ao voto de quatro em quatro anos.

Em 2003, quando a Comissão de Participação Popular foi criada na Assembleia, conforme mencionado pelo deputado João Leite, fui destacado pelo presidente da Assembleia, à época o deputado Mauri Torres, para cuidar da elaboração da resolução e, posteriormente, do regimento interno da comissão, cujas atribuições eram bastante vastas. Queríamos que a Comissão de Participação Popular fosse um espaço complementar às várias iniciativas que a Assembleia de Minas já realizava por meio de seminários, ciclos de debates e comissões permanentes. Mas queríamos que a comissão tivesse um espaço específico - conforme o termo que usei ontem - de guardiã da participação popular aqui na Assembleia. Os objetivos eram criar mecanismos de participação direta do cidadão nos trabalhos da Assembleia e fazer com que a Assembleia, em seu papel de Poder fiscalizador do Executivo, instituisse canais que conferissem mais transparência às ações do poder público, ou seja, que a Assembleia não apenas acompanhasse e fiscalizasse o Executivo, mas criasse rotinas e mecanismos que disponibilizassem à sociedade civil os subsídios e as informações necessárias para que a própria sociedade pudesse fazê-lo. Então, a Comissão de Participação Popular foi criada, por meio da Resolução nº 5.212, de 2003.

São atribuições da Comissão de Participação Popular: receber e encaminhar propostas de ação legislativa, como requerimentos de informações a órgãos públicos e a autoridades, emendas a projetos de lei em tramitação, projetos de lei e audiências públicas. Qual era a ideia central? A Comissão de Participação Popular instituiria mecanismos para que todas as prerrogativas do parlamentar também fossem delegadas à sociedade. Era essa a lógica da criação da Comissão de Participação Popular.

A Constituição do Estado já previa um mecanismo de participação, o projeto de lei de iniciativa popular. Ela já permitia que, com 10 mil assinaturas de eleitores, se apresentasse um projeto de lei de iniciativa popular. A Comissão de Participação Popular, de certa maneira, desburocratizou e criou um atalho para a apresentação de propostas, pois, através dela, uma entidade legal, como uma ONG, um sindicato ou um conselho, exceto partido político com representação na Assembleia Legislativa, poderia apresentar uma proposta de ação legislativa, com essa variada expressão. Se quiser, uma entidade pode solicitar a realização de uma audiência pública, pode apresentar um projeto de lei e pode solicitar uma informação oficial a um órgão público.

Na resolução, introduzimos como uma das prioridades a realização de audiência pública para discussão e apreciação dos projetos de lei do PPAG, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, da LDO e do orçamento anual no prazo de 30 dias após seu recebimento pela Assembleia Legislativa. Essa foi a novidade em relação a outras experiências de comissão de legislação participativa ou de participação popular no País.

Discutimos muito a questão com o corpo técnico da Assembleia Legislativa e com a presidência da Casa, pois não queríamos ser uma comissão passiva, que simplesmente ficasse aguardando sugestões da sociedade. Pela nossa experiência em política pública, principalmente em política pública social, percebemos um distanciamento muito grande entre movimentos, conferências de políticas públicas, deliberações de conselhos de políticas públicas e ciclo orçamentário. Era muito comum participarmos de conferências, tomarmos todas as deliberações e, dois anos após, na próxima conferência de política pública, constatarmos que nada havia sido realizado.

Escolhemos essa dimensão do ciclo orçamentário como prioridade para instituir projetos participativos com a sociedade civil organizada. Essa foi uma deliberação política da comissão. Instituímos isso e determinamos os prazos. Já em 2003 iniciamos esse processo, e o ambiente estava muito favorável, pois o governo federal elaborava o seu PPA, com audiências nos estados, e o governo de Minas Gerais havia conferido uma espécie de valorização maior ao planejamento público. Lembro-me de que, no concerto para a primeira audiência de discussão do PPAG, houve uma convergência de interesses, talvez de maneira inédita na história da Assembleia Legislativa, que tinha experiência de participação no orçamento em audiências regionalizadas, mas a discussão do plano plurianual era uma novidade.

Como todos sabem, o ciclo orçamentário tem o orçamento, a LDO e o PPAG, que trata da prioridade para os próximos quatro anos. Essa dimensão era pouco valorizada, e, no nosso entendimento, tínhamos de valorizar o instrumento de médio prazo que incide ano a ano no orçamento. O governo pretendia se organizar e se estruturar valorizando o planejamento público conectado ao planejamento federal, pois a situação financeira no Estado era difícil.

Então, tinha que haver uma conexão de prioridades também com o federal. E aqui, na Assembleia, inauguraríamos um processo participativo de discussão do planejamento público, e não só de uma área ou de outra. Iniciamos esse processo em 2003. Lembro-me de que o governo do Estado havia instituído 30 projetos estruturadores no seu planejamento. A apresentação deles - vejo muitos vereadores, que este ano terão a responsabilidade de votar os planos plurianuais municipais - seria feita em audiências públicas pelos gestores do governo do Estado, e os movimentos organizados poderiam concordar, discordar, apresentar sugestões, emendar, remanejar. Todas as sugestões seriam analisadas pela equipe técnica em um processo de negociação política, podendo ser transformadas em emendas populares ao orçamento. É importante que essa metodologia seja compreendida. Então, a audiência pública, com a apresentação pelo gestor das suas prioridades, é um processo de participação à elaboração da proposta do governo.



É bom que fique claro que o governo tem um prazo para encaminhar o plano plurianual; até lá, ele tem a sua metodologia, a sua forma de elaborar o plano - no caso de Minas, pelo conselho e pelos técnicos. Quando o plano lhe chega, a Assembleia organiza as audiências públicas, em que são apresentadas as sugestões. O processo deliberativo interno é muito rico; é o segundo momento de análise técnica e política. É lógico que tudo isso foi aperfeiçoado - pelo tempo disponível, estou atalhando a minha fala para chegar à forma como é feito mais ou menos hoje. Há uma mesa de análise dessas sugestões, e é feita uma triagem. Pode acontecer que algumas sugestões não sejam objeto de plano plurianual. Às vezes, são sugestões sobre um programa que já existe ou que competem ao município ou ao governo federal. Agora, aquelas sugestões que dizem respeito a planejamento público do Estado são submetidas a um parecer técnico, que é discutido e apresentado em uma mesa com os técnicos do governo do Estado, da Secretaria de Planejamento, da secretaria temática ou do assessor da Secretaria de Planejamento que acompanha a secretaria temática - na maioria das vezes, é assim; ele faz o elo com a secretaria temática. Depois, nessa mesa, com a participação de deputados da comissão e dos consultores da Assembleia, criam-se condições para emitir parecer sobre aquela proposta, sobre a viabilidade técnica e financeira. Como há a dimensão técnica e a dimensão política, porque orçamento é finito e porque estamos tratando de prioridades, tem de haver um convencimento. Só depois disso, o parecer é elaborado. Essa proposta de ação legislativa é votada e transformada em emenda ao orçamento e ao plano plurianual.

Como eu disse, esse processo foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Hoje temos a participação das comissões permanentes, da Comissão de Fiscalização Financeira. Aquela sugestão que se iniciou na audiência pública é transformada em proposta de ação legislativa. Tudo isso é publicado, é semelhante a uma emenda de parlamentar, mas tem o nome de proposta de ação legislativa. Em seguida, ela se transforma em emenda da Comissão de Participação Popular. Depois vai para a Comissão de Fiscalização Financeira. Lá, após receber outro parecer, segue para o Plenário, onde vai ser aprovada ou rejeitada.

Qual é o nosso cuidado? Depois de ser transformada em emenda da Comissão de Participação Popular, existe um processo técnico-político que garante não só sua aprovação na Comissão de Fiscalização Financeira e no Plenário, mas também que seja sancionada pelo governador. Por quê? Porque não queremos transformar esse processo em algo frustrante na deliberação. Não adianta acolhermos tudo, transformar tudo em emenda, aprová-la na Comissão de Fiscalização Financeira e no Plenário e o governador vetá-la. Isso não faz sentido. Depois, vem um passo mais importante, ou seja, após sancionada, a emenda vai ser executada.

Esse caminho, principalmente para quem gosta de estudar processos deliberativos, entre a sugestão e a sanção - estou falando não só como deputado, mas também como militante e interessado em políticas públicas -, é um momento muito rico porque é feito um debate sobre o que está e o que não está funcionando. Além disso, alerta-se o governo sobre realidades locais. Isso está no papel, no plano, no número, mas, se formos ao Jequitinhonha, vamos verificar que o problema de água ali é muito grave. É o momento em que temos oportunidade, como deputado, de interferir. O mesmo se aplica ao técnico da Assembleia, alguém que estuda e tem seus argumentos. O governo também tem seus argumentos, sua lógica. É um processo muito qualificado nesse sentido.

Depois vem o quarto momento - o processo foi se aperfeiçoando -, que é o acompanhamento das políticas públicas previstas no planejamento do Estado, ou seja, o monitoramento das políticas públicas. Hoje esse monitoramento é incorporado pelas comissões permanentes da Assembleia. O monitoramento e a revisão anual foram conquistas desse processo. No primeiro ano, em 2003, aconteceu algo muito interessante. A população, os próprios movimentos disseram o seguinte: "Não adianta discutirmos o plano para quatro anos e somente depois de quatro anos verificar se ele foi cumprido ou não. Queremos fazer isso ano a ano". Então, uma emenda popular garantiu a revisão anual do plano. Todo ano esse processo acontece, o que foi aprovado é revisado em audiência pública, com a mesma metodologia. O próprio governo também revisa seu plano. O planejamento não é estático, as conjunturas mudam. O próprio governo encaminha um projeto de revisão do plano plurianual, que vai orientar o orçamento para o ano seguinte. Essa revisão começou a ser feita em 2004. No processo de revisão anual, percebíamos, por exemplo, que determinado projeto não havia sido executado, não havia encaminhamento. A própria sociedade civil começou a dizer: "No meio do ano, precisamos fazer um balanço parcial".

Temos o monitoramento, que chamamos de semestral. Entretanto, pelo calendário da Assembleia, é realizado entre agosto e setembro. Agora, estamos exatamente no processo de monitoramento. Cada comissão permanente da Casa está em audiência pública, analisando o primeiro semestre do governo, a execução orçamentária de metas físicas e de resultados. O processo é muito interessante.

Hoje, se formos apresentar o ciclo orçamentário e a participação nele, temos o momento da discussão do plano plurianual e da revisão do plano anual e do monitoramento semestral. Lembro que toda alteração no planejamento de quatro anos logicamente deve ser adaptada ao orçamento anual. Se você mexe no plano, também altera o orçamento. Aqui temos um desenho mostrando o caminho da tramitação do processo legislativo.

Temos resultados numéricos e qualitativos. Nesse processo, percebemos que havia um espaço de interesse da população para a discussão no planejamento público. No início, lembro-me de que muitos tinham dúvidas quanto a se daria certo. Argumentava-se que as pessoas iam discutir sobre asfalto, pontes, enfim, que o debate ia ficar no varejo - coisas importantes para a pessoa, mas que, do ponto de vista do planejamento público, de um PPAG, não teriam tanta importância. Entretanto, nesse processo, conseguimos vincular as reais e necessárias demandas de cada região ao planejamento geral. Além disso, movimentos mais organizados da sociedade civil tinham propostas construídas em conferências, em processos deliberativos de políticas públicas, especialmente na assistência social, sobre a criança e a saúde. Começamos em 2003 e não falhamos em nenhum ano, com revisões anuais sucessivas. Discutimos o PPAG 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015. Este ano faremos a revisão do terceiro PPAG do Estado. Nesse processo, registramos mais de 7 mil pessoas, entre lideranças sociais, políticas, entidades, sindicatos, conselhos e fóruns. Foram aprovadas 1.106 emendas populares nas peças orçamentárias. Não estou falando de apresentação. Em média, por ano, há 500 sugestões. Houve um bom nível de aprovação. Lembro que muitas sugestões são aglutinadas, pois tratam do mesmo assunto. Há um processo de triagem. Nós contabilizamos, repito, 1.106 emendas, que mobilizaram aproximadamente R\$128.000.000,00.



Esse negócio de número é sempre muito complicado. Num ano, uma emenda popular é acolhida, o que é um dos ganhos qualitativos, e depois ela se transforma numa ação permanente do governo. Se formos contabilizar o conquistado com a emenda popular e garantido ano a ano, o número pula. Vejam, por exemplo, o piso mineiro da assistência social, o piso mineiro da assistência antecipada, que foi por emenda popular. Este ano, foram R\$164.000.000,00. Se você contabilizar para frente, só o piso mineiro superaria esse valor. Logo, estou falando de recurso novo mobilizado.

Ali está o quadro por ano. Vocês podem notar que há uma curva de crescimento de valores ano a ano. Quero destacar algo que deu muita credibilidade ao processo - o primeiro, lá atrás. Vocês podem até dizer que o valor foi pequeno, mas tivemos uma grande conquista em 2013, gênese de outras conquistas. Em 2003, o governo encaminhou 30 projetos estruturadores. A política de assistência social estava vivendo uma transição; era ano de conferência, discutia-se política nacional. Chegamos ao entendimento - na época, o deputado João Leite era secretário de Desenvolvimento Social - de que seria positivo criar mais um projeto estruturador na área da assistência social, ainda que o desenho da política nacional não estivesse pronto - como eu disse, era período de transição. Foi aceita uma emenda popular, e foram 31 projetos estruturadores, quer dizer, uma emenda popular garantiu mais um projeto estruturador, que é prioridade do Estado.

Esse quadro mostra um pouco essa curva de crescimento. Exemplos de emendas populares: instituição de audiências públicas, revisão e monitoramento, tudo isso em acordo com a Seplag. Há de se fazer um comentário. Muitos me perguntam, principalmente em outras assembleias: "O governo concordou com isso? Por exemplo, revisão anual, monitoramento?". É isto o que fazemos: na política, há o que chamamos de janela de oportunidade. O governo, por meio do seu órgão central de planejamento, queria instituir um monitoramento, um controle de qualidade nas políticas públicas. Tudo isso foi feito em acordo com o governo. Um instrumento de fiscalização também empurra o governo e ajuda o órgão central de planejamento a empurrar positivamente a atividade-fim. Foi um reforço no mecanismo de cobrança das atividades finalísticas.

Então foi criado esse novo projeto estruturador na área da assistência social. Em 2005, uma emenda popular abriu portas para o cofinanciamento da assistência social. Lembro-me de que foi resultado de uma conferência da assistência social. Olhem só a importância disso. Em várias conferências municipais, falei da importância das câmaras e da Assembleia para a política de assistência. Enquanto o governo federal discutia o Suas, aqui os movimentos da assistência social apresentavam uma emenda ao planejamento do Estado, para a construção das condições orçamentárias e de planejamento. Minas Gerais foi o primeiro estado a cofinanciar o Suas, sem precisar mandar nada. Antes do Suas, já tínhamos aprovado no PPAG o planejamento para adesão ao cofinanciamento, até para custeio em 2005 ou 2006. Depois disso, a implantação do Suas se tornou projeto estruturador, encaminhado pelo governo no PPAG 2008-2011.

Apresentei esse exemplo para mostrar que, às vezes, a sugestão faz nascer uma emenda, cresce e pode tornar-se política sistêmica nacional. Assim, aperfeiçoamos o projeto do governo, as novas ações, como a ampliação de recursos. Mencionei uma emenda importantíssima. O governo do Estado tinha um cronograma de dispêndio financeiro para universalizar o repasse até o final de 2014 a todos os municípios, o recurso da assistência social. Num processo de negociação com o governador de apresentação de emenda popular na Assembleia, antecipamos isso para o início de 2013. No monitoramento foi apresentada essa emenda popular com 49,98% de execução orçamentária, nos primeiros seis meses de governo, quer dizer, praticamente 100% de execução. Ou seja, foi uma conquista por meio de emenda popular.

Também houve emendas de inclusão de alimentação para o ensino médio, que começou nos turnos da noite, nas regiões mais pobres de Minas, e hoje isso é política nacional - na época, não era. E foi proposta do Parlamento Jovem. Essa foi uma proposta que veio do Parlamento Jovem. Estamos buscando a conexão das emendas populares com outros espaços deliberativos da Assembleia. Por exemplo, a Assembleia realizou um fórum pela Comissão de Educação que teve como coordenação os deputados João Leite e Maria Tereza Lara. Além desse, realizou outro sobre a não violência nas escolas. Propostas que apareciam lá eram incorporadas. O fórum se apresentava no PPAG. No seminário legislativo Pobreza e Desigualdade também foi dessa forma. Buscamos pegar as propostas dos outros espaços de participação da Assembleia, estimulando-os para que participassem da revisão do PPAG. Acho que esse esforço de integração é muito importante. O Bolsa-Reciclagem, para os catadores de materiais recicláveis, veio de recursos de emenda popular, bem como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM - e as feiras de economia solidária.

Na área da cultura, vimos a institucionalização do Festival, da saúde e dos esportes indígenas. São 1.106 emendas. Podem ver a diversidade. Há uma característica nessas emendas. Geralmente são relacionadas a políticas públicas sociais. Essa é uma característica. Outra característica é que são relacionadas a públicos que tinham um certo distanciamento dos mecanismos deliberativos, ou da Assembleia ou do governo. São catadores de materiais recicláveis, povos indígenas, militantes da assistência, militantes da criança, quilombolas, agricultura familiar. Esse é um ponto que fica para reflexão. Os empresários, a Fiemg, a Faemg, o agronegócio, o sindicato das indústrias extrativistas, as mineradoras já têm acessos historicamente construídos, seja em que nível de governo for, federal, estadual, municipal. Eles têm seus mecanismos. Essa participação é muito voltada para públicos excluídos da agenda governamental. Essa é uma característica que temos de mencionar. São emendas plurais, de diversas áreas, mas num grande guarda-chuva de políticas públicas sociais.

Outra reflexão - já estou colocando desafios - é sobre áreas muito grandes com vinculação orçamentária, porque não têm um nível de participação tão grande. Educação e saúde não têm um nível de participação tão grande. A negociação salarial e folhas também não são discutidas. Temos uma parcela das prioridades sendo discutida. No caso da educação e da saúde, segmentos se organizam para discutir. Saúde indígena é saúde. A questão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan - foi muito discutida, mas é saúde. Quem fazia essa discussão eram militantes da segurança alimentar, povos indígenas. Ela não era necessariamente vinculada àquela política pública diretamente. A área da criança era discutida na educação, mas isso era feito pelos militantes da frente de defesa das crianças. Isso não era feito pelas organizações da educação. Essa é uma reflexão que também fica. Eles têm vinculação orçamentária, e acho que o conteúdo das políticas precisa ser mais bem discutido.



Essas emendas, com certeza, aperfeiçoaram as práticas democráticas e as relações estabelecidas entre Executivo e Legislativo, permitiram essa expressão de preferência, constituíram espaço de discussão e negociação da agenda governamental, conferiram transparência à peça orçamentária, fomentaram a necessidade de avaliação e monitoramento de políticas públicas, exigiram institucionalização de espaços de formação. É óbvio que nessa caminhada aperfeiçoamos muitas coisas. Isso foi mencionado aqui ontem. Vocês têm cursos prévios de qualificação pela Escola do Legislativo e pela consultoria para essa participação, que são as mais próximas às audiências de revisão. Vocês tiveram mudanças internas na Assembleia, de criação de gerências específicas, aliás para fazer esse tipo de trabalho e acompanhamento.

Houve também uma reorganização institucional para isso. Podemos ver aí: ampliação de recursos, publicização de informações, apropriação de ferramentas de planejamento pelos movimentos sociais, sistemas de acompanhamento de política pública pelo governo do Estado - o Leonardo deve falar disso. Recentemente, chegamos a essa grande conquista, que foi o lançamento do portal Políticas Públicas ao seu Alcance, da Assembleia.

Vamos direto para os desafios, por causa do tempo. Entendo que podemos e devemos melhorar em alguns aspectos, pois algumas emendas populares têm um bom nível de execução orçamentária, e dei o exemplo da assistência. Às vezes, a aprovação de uma emenda cria uma ação nova, que não era originalmente prevista pelo órgão gestor. A assimilação dessa nova prioridade pelo órgão gestor não é automática, e isso representa um desafio. Não diria que há resistência, mas, às vezes, não é uma prioridade. Essa assimilação da interferência, na agenda governamental, por um ente da sociedade civil às vezes soa estranho ao órgão gestor. Esse é um desafio.

Ampliar a interiorização para todas as regiões. Realizamos audiências descentralizadas, mas não são realizadas nas 10 macrorregiões. Muitas vezes, o próprio planejamento do Estado, em algumas áreas, tem um nível de regionalização aquém do praticado em outras políticas. Aperfeiçoar o monitoramento envolvendo as comissões permanentes da Assembleia é outro desafio. Esse processo não é automático. No Brasil, temos a cultura da emenda parlamentar. É necessário fazer uma mudança cultural no Legislativo e discutir o conjunto do orçamento, ainda que a discussão não tenha um retorno imediato para a região do parlamentar, para o seu mandato, do ponto de vista político, pois isso não é automático. Envolver as comissões permanentes nesse trabalho é outro desafio institucional.

Quem sabe, para o próximo PPAG, independentemente de quem estiver no governo estadual ou federal, possamos criar um processo de participação prévio. Tenho o sonho de, antes de o governo mandar o plano para a Assembleia, que seja realizado um grande debate sobre planejamento participativo prévio. O pessoal da consultoria discutirá com o Prof. Ricard Gomà a experiência de Barcelona. Ontem isso foi mencionado, e talvez possamos jogar algumas luzes quando da sua elaboração, em um processo prévio mais amplificado, com o conjunto do Estado. A Assembleia seria uma espécie de revisora ainda na elaboração, participando da discussão com os conselhos, com autoridades locais, prefeitos, vereadores. Esse é o nosso grande desafio.

Essa é uma experiência que ano a ano tem conquistado os seus resultados. Ainda há muitos desafios de execução orçamentária em algumas áreas. As áreas mais organizadas têm uma execução orçamentária maior; áreas menos organizadas e emendas que não têm aquela base de conselhos, de fóruns, de frentes têm mais dificuldades em ser executadas. Isso também demanda uma organização da sociedade.

Também temos o desafio de haver uma incidência maior no conjunto orçamentário. Destacaria aqui o ganho qualitativo. É muito bom o Legislativo criar instrumentos para que a sociedade entenda e participe do planejamento público. Quem tiver condições, nas câmaras municipais, ouse. O primeiro planejamento foi uma tensão absoluta. Não sabíamos como seria, mas deu certo. Vamos acumulando experiência ano a ano, mas não deixem de fazer, pois o próximo PPAG nas câmaras será feito só daqui a quatro anos. E incluem a revisão anual para aperfeiçoarem esse planejamento.

Agradeço aos funcionários da Assembleia, pois este trabalho não seria possível sem a estrutura técnica da Casa, sem a consultoria, sem o trabalho da Regina e sua equipe, sem o trabalho da GPI, sem o assessoramento da comissão, da RP, da imprensa, da TV Assembleia, da Escola do Legislativo e do gabinete. É um trabalho integrado, uma força-tarefa dos deputados e das comissões. Imaginem: temos sete ou oito dias para analisar 500 propostas. Não é fácil, mas, graças a Deus, esse trabalho tem surtido resultados, e queremos avançar muito mais com a contribuição de vocês. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, deputado André Quintão. Assim como o deputado André Quintão, agradeço à nossa consultoria, à Regina, a toda a equipe da GPI. Há emendas apresentadas na última hora, enviadas pelas pessoas e por entidades, e a equipe faz esforço para atendê-las.

Lembro-me da década de 1990, nos governos Hélio Garcia, Azeredo e, depois, Itamar, quando eram realizadas audiências regionais, das quais participei, inclusive coordenando algumas delas. Houve depois o orçamento participativo, quando voltávamos com demandas que representavam quase duas vezes o orçamento do Estado. Vivíamos numa total irrealidade durante esse tempo. Com a revisão do PPAG, passamos a ter outra realidade, que se inaugurou com a manifestação popular e se transformou num projeto estruturador, visando à inclusão social de famílias vulnerabilizadas.

Nunca imaginei que a área do esporte, as associações e os clubes se unissem para apresentar reivindicações. Em 2003, o orçamento do Estado para o esporte era de R\$200.000,00. Não sei se foi no ano passado ou no retrasado que fechamos com R\$50.000.000,00. Um projeto estruturador para o esporte, o Minas Olímpica, realizou várias ações, entre elas o Campos de Luz. Temos 800 campos de futebol amador iluminados no Estado de Minas Gerais. Isso é importante, porque se trata de lazer para a população mais pobre. Além disso, a pessoa que recebeu a recomendação médica para caminhar pode fazer isso em volta de um campo iluminado. E pode caminhar com segurança à noite, porque um campo de futebol amador tem 6.000m² iluminados. A Polícia Militar fez um levantamento que apontou a diminuição de ocorrência criminal em 73% nessas áreas.



Houve uma lei de incentivo ao esporte, com uma conta social na Secretaria de Esportes. Esse financiamento é proveniente da dívida ativa do Estado, que é de quase R\$30.000.000.000,00. Uma das empresas devedoras do Estado investiu no esporte, comprometendo-se, por 10 anos, a fornecer material esportivo e de educação física para 300 escolas públicas de Minas Gerais.

Citarei outra ação importante, que é o xadrez como atividade na escola. Uma professora de matemática, em Governador Valadares, tinha problemas com seus alunos nessa matéria e introduziu o xadrez como atividade na escola. Essa atividade trabalha a inteligência da criança, ajudando-a a fazer contas. Já temos um campeão brasileiro de xadrez proveniente de uma escola pública do Estado de Minas Gerais. Começamos fornecendo tabuleiro e peças de xadrez, uma ação dentro de um projeto estruturador do esporte.

Gostaria de lembrar, em razão da presença da deputada Maria Tereza Lara, que lutou por ações para combater a violência no trânsito, que realizamos o ciclo de debates Siga Vivo - Pelo Fim da Violência no Trânsito. Desse ciclo nasceu o Observatório do Trânsito, que hoje tem à frente o subsecretário de Defesa Social.

Essa ação é muito importante. Significa monitorar no Estado esses lugares. Já sabemos, deputada Maria Tereza Lara, que Montes Claros, por exemplo, é um drama. No ano passado houve 780% mais acidentes de trânsito com moto na cidade. Tem de ser feita alguma coisa. O acidente de moto é mais terrível, porque o tanque de gasolina e o guidão se chocam com a barriga do condutor. Aí a primeira coisa que deve ser feita é lavar a barriga da pessoa e começar a cortar os membros dela, em razão desse tipo de acidente.

Quero citar o Zé Carneiro, líder dos caminhoneiros, que lutou para que o Dnit colocasse uma rampa de escape na descida do Anel Rodoviário, do Olhos d'Água para o Betânia. Ele dizia a mim e à deputada Maria Tereza Lara que radar e placa não paravam carreta sem freio, que a única coisa que poderia fazê-lo era uma rampa de escape. São 100m de brita e areia. Barcelona, na Espanha, é cheia de rampas de escape. O Brasil tem duas: uma na Via Anchieta e outra no Paraná. O Dnit as proibiu aqui porque as pessoas roubariam a brita e a areia. Aí não adiantaria colocá-las. O Zé Carneiro, líder dos caminhoneiros, morreu na BR-040, num local em que ele defendia fosse colocada uma rampa de escape; um caminhão de areia sem freio passou por cima do seu Uno. Fazemos até uma homenagem ao Zé Carneiro, que lutou tanto para que pudéssemos ter mais segurança no trânsito.

Desculpem-me ter falado tanto, eu não tinha nem de falar, mas o André Quintão me entusiasmou, a culpa é dele. Com a palavra, o Sr. Leonardo Ladeira, diretor central de Coordenação da Ação Governamental da Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que disporá de até 30 minutos para a sua exposição sobre o tema "A experiência do ciclo orçamentário".

Palavras do Sr. Leonardo Ladeira

Bom dia a todos. Meu nome é Leonardo, sou técnico do governo de Minas, formado na Fundação João Pinheiro. Fiz meu mestrado junto com a Edite na ciência política e até aproveitei para cumprimentá-la, saudando também os deputados e o Adriano, que está presente desde a primeira audiência pública da sociedade civil mais organizada.

O que vou expor é complementar à fala do deputado André Quintão; são várias as semelhanças, mas vou destacar um pouco a parte do Estado e da valorização desse instrumento de participação democrática. Quero apenas ressaltar que é um prazer falar para o Prof. Gomà, que é minha referência bibliográfica em todos os estudos. É muita emoção estar aqui com o senhor.

Resgatei um desenho antigo do Rattner, de 1979, que era um modelo ideal triangular de planejamento público muito defendido até nos Estados Unidos na época. Ele apresenta três figuras principais: o povo, os políticos e os planejadores. Na nossa relação democrática - a democracia hoje como a melhor forma de governo possível; alguns estudiosos dizem que não há nada melhor e nada pior que a democracia, mas, como não encontramos o melhor, ainda seguimos com ela -, essa relação entre o povo e os políticos é muito clara. O povo demonstra suas aspirações e reivindicações, os políticos apresentam planos, os quais são aprovados em um momento específico - o eleitoral. Essa relação é bem estabelecida, alcançamos um avanço significativo. No Brasil, felizmente, já atingimos 20 anos de democracia.

Entre políticos e planejadores a relação também é clara. Os políticos têm equipes técnicas fixas, especialistas. Os políticos apresentam seus objetivos, e os especialistas, como a subsecretária Albanita, aqui presente, terão de oferecer a eles as alternativas viáveis para implementar aquelas políticas. No entanto, a relação que falta - já era a crítica do Rattner em 1979 e ainda é a dos maiores defensores da participação e da deliberação até hoje, muitos deles especialistas de Barcelona, como o prof. Gomà - é entre planejadores e povo.

Os planos políticos não são muito claros nesses detalhes. Então, os planejadores precisam ter uma relação de observação e controle mais direta das necessidades, e o povo tem que ter um espaço para mostrar mais claramente seus problemas e necessidades a esses planejadores que vão tomar a decisão mais importante da política pública, que é a decisão do dia a dia da política pública. Então, é nesse cenário que o governo, por exemplo, na hora de estabelecer prioridades, tem que conseguir examinar quem ganha com uma dada política pública, qual é a natureza do ganho, quem se sacrifica, o que vai deixar de ganhar, qual é a renúncia gerada por aquela decisão para outros grupos. Nesse sentido, as preferências políticas que permeiam todo o processo de implementação da política pública expressam não apenas a prioridade de um governo, mas vários *tradeoffs*, várias escolhas trágicas para a própria população. A verdade é que essas escolhas, essas opiniões têm que ser consideradas num processo decisório amplo que envolva a população. Há os que defendem essa posição, como o Prof. Carneiro, que já citei.

É nesse cenário que começa a ser defendida uma série de instrumentos de participação democrática. Nesse sentido, no Brasil, a Constituição de 1988 traz as audiências públicas, a proposta de iniciativa pública de projeto de lei e estabiliza conselhos e conferências como ferramentas prioritárias. O Brasil começa a ser um grande celeiro dessas transformações no sentido da participação democrática. Esse é um dos bons assuntos de gestão pública em que o nosso País é referência para outros. Aí vem o Orçamento Participativo como um grande instrumento que se torna referência cada vez mais valorizada no cenário mundial.

O que observamos no avanço dessas experiências é que elas reestruturam o papel do Legislativo no sentido em que o senhor estava defendendo, da sua importância. O pensamento contemporâneo, quando valoriza a participação política, recoloca o Legislativo como entidade máxima de representação de interesse político, porque, se o governo é um candidato eleito, esse candidato tem que ter uma estrutura administrativa muito grande, que não foi eleita para tomar decisões. A verdade é que o Legislativo é todo eleito pela



população, então ele representa mais de perto esses interesses. É isso que defendia a teoria política clássica do Locke e do Rousseau, que dizia que o Legislativo era mesmo a casa do povo, como ouvimos reforçado no discurso da Assembleia. Essa relação de equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo é muito relevante nesse cenário de participação democrática. E a audiência pública é um instrumento muito favorecido para fazer essa discussão, para representar e para concretizar essa participação do povo na intermediação entre o Executivo e o Legislativo.

O que temos em Minas Gerais é um *case* de sucesso, com certeza, tanto da parte do Executivo quanto da parte do Legislativo. A valorização desse processo, que hoje está sendo comemorado nesse ciclo de debates, seus 10 anos, é um grande avanço para a população mineira e um grande exemplo para toda a população brasileira e para os demais países nessa relação entre Executivo e Legislativo. Vou aprofundar um pouco para mostrar como, do lado do Executivo, isso interfere de fato nos planos governamentais. Tenho um interesse acadêmico, faço pesquisa nessa área, e trouxe um pedacinho de um estudo que fiz há mais tempo, em que aprofundei bastante a avaliação das emendas populares que foram aprovadas e como elas transformaram ou não a execução governamental. Esse artigo foi escrito com o meu amigo Rafael.

Retomando a fala do deputado André Quintão, o governo de Minas, junto da Assembleia, tomou uma decisão estratégica que o tornou referência de gestão pública internacional: valorizar mais os planos de governo. Então, os instrumentos de planejamento do governo de Minas tratam de curto, médio e longo prazos. A longo prazo, há o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, que é uma inovação. Vários governos já o têm, mas Minas é pioneira, como Estado, a elaborar um plano de 20 anos para começar a pensar o que um governo tem que fazer.

Na verdade, esse plano mineiro não é uma iniciativa de 2013; ele já vem desde o governo Itamar Franco, mas foi valorizado a partir do momento em que se ligou mais fortemente ao plano plurianual, com o PPAG 2004-2007. O plano mineiro traz uma visão de futuro e metas de longo prazo, então estabelece redes de políticas públicas que trabalharão as questões públicas. Ele tem um horizonte de 20 anos, e a primeira coisa que o governo faz, no primeiro ano de governo, é pensar nesse horizonte. A partir dele, montará a proposta de plano plurianual. Portanto, esse plano contém, de fato, os programas, com as metas físicas e financeiras que permearão o que o Executivo fará em seus quatro anos de governo.

A lei orçamentária é um instrumento de curto prazo que detalhará os programas previstos no plano plurianual. Na realidade da administração pública brasileira, esse plano existe desde a Constituição e é obrigação de todos os entes: municipais, estaduais e federal. No entanto, muitas vezes, era colocado na gaveta, ou seja, era feito no primeiro ano de governo e ficava na gaveta de alguma câmara, assembleia ou até mesmo do próprio prefeito ou governador; não era colocado em prática a cada lei orçamentária. No caso de Minas Gerais, o governo decidiu que a lei orçamentária refletiria claramente o plano. Com essa história das audiências da Assembleia de Minas, já contada pelo deputado André Quintão, ele sofre revisões anuais dentro desta Casa, por isso é muito ligado à lei orçamentária.

Então, essa é a estrutura de planejamento de governo, que, no caso de Minas Gerais, é detalhada com os órgãos em um acordo de resultados, que ainda detalha cada estrutura prevista na Lei Orçamentária Anual, o que permite ao governo ter informações qualificadas. A Secretaria de Planejamento acompanha essas informações, o que também é uma vantagem, um avanço que favorece o processo de participação promovido pela Assembleia.

O plano plurianual é o principal objeto discutido nas audiências públicas. O governo de Minas divide-o em três tipos. Os programas estruturadores são os prioritários e estão ligados às estratégias estabelecidas a longo prazo, 20 anos. Então, essa é a grande prioridade do governo. Existem ainda os programas associados com uma atuação mais complementar em relação à estratégia, e os especiais, que são de estrutura de governo, pagamento da dívida, pagamento dos servidores, etc. Ou seja, estão mais ligados à sustentação dos demais programas executados.

Essa estrutura de projeto, processo, subprojeto e subprocesso é de gestão interna do governo e fica ligada ao acordo de resultados. O que importa ali é que houve uma decisão da Assembleia de, nas audiências públicas, tratar dos programas prioritários de governo, decisão muito acertada, já que, se são prioridades, devem ser tratadas com a população, com uma maior interferência dela mesma. Isso significa que, por meio das audiências públicas, Executivo, Legislativo e sociedade civil, no caso de Minas Gerais, estão ligados em todas as fases do ciclo de planejamento: desde o primeiro ano de governo, em que se constrói a proposta; passa pela execução e o monitoramento, instituído também por audiência pública; e chega à avaliação e revisão anual.

É muito importante haver uma informação qualificada para se fazer isso. Como disse, no governo de Minas hoje existe uma estrutura qualificada de informações. Além disso, o plano plurianual, a cada ano que passa, tem um detalhamento de regionalização muito maior. Aquele gráfico mostra a vocês que, ao longo de todo esse processo de evolução das audiências públicas, o governo conseguiu aumentar sua capacidade de mostrar resultados regionalmente. O plano plurianual, que, em 2008, tinha 12% das ações com um percentual acima de 70% de regionalização, de municipalização, hoje já atinge 84%. Essa foi uma das reações à pressão das audiências públicas.

Minas Gerais tem isso, e outros estados não têm. O governo federal ainda não tem. O governo federal hoje tem 5% da sua despesa no acompanhamento regionalizado. Então Minas já consegue chegar a 84%, o que favorece a comunicação com a sociedade. Lembro que, nas primeiras audiências públicas, quando o cidadão chegava, enxergava tudo na região central e perguntava por que tudo estava na região central. Ele era de alguma outra região e queria ver sua região dentro do plano. E o governo respondia que era daquele jeito por não ter havido o planejamento correto regionalizado. Agora o governo está aprendendo a fazer o planejamento regionalizado e com isso conseguirá melhor prestar contas à população.

Com essa tentativa de regionalizar cada vez mais o planejamento, a Assembleia começou a promover audiências públicas regionalizadas, embora ainda não consigamos atingir as 10 regiões de planejamento, e o governo também cada vez mais tenta dar uma resposta. Hoje o governo tem um projeto gerenciado por mim chamado Governança em Rede, que tenta ir às regiões e tratar mais fortemente as necessidades de cada uma delas através de comitês regionais e de participação com a população e monitoramento, com a população conseguindo de fato acompanhar o que está sendo executado. Hoje, aliás, temos esse portal da Assembleia, que consegue



traduzir a informação que está nesse plano. Temos um sistema de gerenciamento, que é um sistema técnico com que o governo preenche as informações, o qual sempre foi disponibilizado para a Assembleia. Hoje a Assembleia traduz essas informações e as coloca abertamente para a população nesse portal, que tem de ser muito valorizado, até por esses movimentos sociais que estiverem aqui presentes e por todos os acadêmicos que podem, assim, acompanhar mais de perto a estrutura e as ações do governo.

Eu também coloquei a mesma tabela do deputado que mostra a evolução das emendas, mas fiz uma comparação das propostas surgidas e o que elas geraram de emendas, seja no PPAG, seja na LOA. O gráfico mostra uma grande evolução nesses últimos anos. Através do gráfico consigo mostrar que de 2003 a 2007 tínhamos apenas cerca de 40% das propostas viabilizadas tecnicamente como emenda e, no último quadriênio, passamos para 60%. Hoje temos 60% das propostas que surgem nas audiências públicas interferindo diretamente no plano de governo como emenda. Atribuo isso a uma qualificação maior das propostas. Essa qualificação maior tem tudo a ver com essa capacitação que a Assembleia tenta promover com a participação do governo. Agradeço à Regina e à Suzane, que já me convidaram para vir aqui ensinar às pessoas o que significa o plano para fazerem uma emenda mais qualificada. A participação democrática exige maturidade, que também é um dever dos governos.

Por fim, queria mostrar essa análise que fizemos em 2008 sobre como afetar, de fato, um programa de governo, essa programação plurianual. Não precisam enxergar aquela tela porque é só uma estrutura maior do que é um programa de governo. Lá em cima eu tenho o programa e embaixo tenho a ação orçamentária. Esse é um programa que contém diversas ações, e essa é a peça discutida na audiência pública. A ação tem um produto, e para esse produto há uma meta física e financeira para o horizonte de quatro anos planejado regionalmente. Uma emenda popular ou parlamentar ao plano pode modificar o programa, pode criar um novo programa, como o deputado nos mostrou que aconteceu em 2003; pode criar uma nova ação dentro do programa, pode alterar o produto do programa, pode alterar a regionalização. Se tenho 100 para serem executadas e distribuo em algumas regiões, a emenda pode alterar essa distribuição por regiões. Pode alterar os textos de objetivo, de descrição do produto, pode alterar tudo isso. Então, esse estudo conseguiu mostrar que algumas propostas afetam mais diretamente os governos do que outras. Quando você cria um programa novo, obviamente é a maior de todas as propostas, porque ali o Executivo ainda não estava preparado para aquilo. O Executivo vai ter de se preparar para desenhar todo esse programa.

É claro que isso é um pouco pesado para os governos, já que eles têm menos tempo de se planejar para dar uma boa resposta. Uma ação nova também é uma capacidade de atuação mais direta no plano. Metas físico-financeiras vão de fato mexer no dinheiro do governo e no que ele terá de fazer.

No tocante à regionalização, à mudança de produto, de escopo para se alterar um pedaço do texto legislativo, de fato isso significa pouco na alteração de uma política pública. Essa questão tem muito a ver com a capacidade de influência direta da proposta oriunda de emenda popular, para alterar alguma atuação direta do governo. Já as mudanças integradas, que alteram produtos, regionalizações e ações, essas possuem deliberações mais gerais, como é o caso das emendas que o deputado citou. Estou-me referindo à criação do monitoramento e da revisão.

O estudo que fizemos em 2008 mostrou que, das propostas oriundas das emendas populares, 33% alteravam somente o escopo geral, o que significa, dentro do objetivo, criar, por exemplo, uma frase a mais ou uma palavra a mais, podendo, sim, afetar a ação governamental, mas com um potencial muito menor. Não muda quase nada. O que será feito não será mudado, nem mesmo a quantidade de dinheiro aplicado. Isso mexe menos com o planejamento. Vinte e oito por cento das emendas estão ligadas à regionalização, que é complexa porque muitos dos planos dependem de aprovação das prefeituras, ou melhor, de convênio com as prefeituras. Além disso, isso ainda precisa ser viabilizado numa determinada região, o que não depende tanto da vontade política ou da vontade da população, mas, sim, da realidade do programa. Às vezes, o governo também não consegue dar essa resposta, e isso só será possível por meio de uma emenda que altere a regionalização. Nesse caso, também consideramos emendas que afetem menos a ação governamental.

O gráfico mostra que as ações novas totalizaram 12%, e as alterações físico-financeiras, 19%. Ele também mostra as porcentagens relativas ao escopo geral e às ações mais integradas, de apenas 5% e 2%. Aliás, essas são as que de fato conseguem afetar mais. Nesse estudo, também fizemos uma comparação entre as emendas populares e as emendas dos deputados. As emendas dos deputados, que são as que aparecem em vermelho no gráfico, vão direto aos pontos chamados de ações novas e metas físico-financeiras. Há alterações em metas físico-financeiras. Isso significa que o deputado, com uma equipe qualificada de assessores, consegue de fato saber o que vai ou não fazer diferença na ação governamental.

Gostaria de ter mais tempo para estudar a evolução e espero que existam acadêmicos tentando estudar isso, mas desde já posso afirmar-lhes que a evolução vai mostrar que as pessoas estão aprendendo como interferir de forma mais efetiva nos planos governamentais, na medida em que elas começam a entender como os planos funcionam. Essa é a grande contribuição que a audiência pública pode conceder à população para que ela entenda como o governo funciona e qual é a linguagem governamental, que é complexa. Aí, sim, vamos conseguir interferir e aumentar a efetividade da participação democrática.

Nos últimos anos, constatamos a possibilidade concedida ao gerente do projeto, que é o técnico. O técnico passou a ver e ouvir a população diretamente afetada. Isso é muito importante porque agora a população pode conhecer o gerente, já que o governador ela já conhece. O povo participa do processo de aprovação do pleito eleitoral. Então agora a população vai poder conhecer o gerente e o que ele pensa, bem como a realidade do programa. Aliás, a audiência pública consegue fazer essa aproximação, que é muito saudável e necessária à administração pública e à participação democrática efetiva e qualificada.

Gostaria de registrar ainda que a mesa que compomos após a audiência pública é muito significativa, porque é nessa hora que o governo vai se sentar, depois de apresentadas as emendas e as propostas de emendas, para ouvir a qualificação das referidas emendas. Em seguida, a Assembleia vai defender a população, porque ela representa a população. No início da minha carreira no governo, eu ficava fascinado por participar dessas mesas, deputado. Aliás, juntos, nós participamos de muitas mesas, deputado. O nosso trabalho era tentar entender o que a população estava querendo dizer com determinada demanda. Todos os cidadãos sabem o quanto é glorioso



ver o Executivo e o Legislativo tentando entender o que a população está querendo. Essas mesas eram realmente significativas. Naquela época, também já pensávamos na capacidade de execução.

Há algumas emendas que não são executáveis. A população quer essas emendas porque ela não tem informação qualificada. Há uma simetria de informações. Lembro-me de uma: educação superior para professores. Queriam um dinheiro que não era suficiente. Eles colocaram ação nova com meta física e financeira, dinheiro para pagar curso superior para professores que não o tinham. Meta física: 15 mil. Nós nos sentamos com a educação e vimos que não existiam 15 mil professores sem curso superior em todo o quadro de professores da educação pública em Minas Gerais. Então o que era aquilo? Uma falta de conhecimento da informação. Por isso, os governos costumam dominar os planos governamentais. Eles têm informação qualificada, e a população, não. Então naquela mesa conseguimos qualificar e direcionar para atender o objetivo para o qual aquela emenda foi feita. Quiçá no futuro consigamos, aliás, ter a população também sentada nessa mesa para explicar melhor suas demandas.

Termino com os efeitos potenciais desse processo que são aqueles que toda literatura de participação e deliberação defende. Acho que temos aqui um *case* real com esses efeitos. Legitimidade e razoabilidade das decisões públicas. É óbvio que esses planos, depois de passarem por um processo como esse de audiência pública, tornam-se muito mais legítimos, e essa legitimidade é o cerne do que consideramos democracia. Então naturalmente não é preciso explicar demais que esse processo é fundamental.

Sustentabilidade. É muito importante dar esse processo de continuidade dos governos, e sobre isso, deputado, passaremos por uma mudança no ano que vem. Tenho a certeza de que é muito difícil que esse processo volte atrás. Isso gera uma sustentabilidade. Essa relação sociedade-governo, Executivo-Legislativo deve ser contínua - e ela está sendo contínua nesses 10 anos -, porque com participação gera-se mais continuidade. É difícil que isso vire um projeto político. É difícil um governo chegar e ter um projeto político diferente de continuar com a participação. Isso é para todos os instrumentos.

Aumento da eficácia e eficiência das políticas. Naturalmente, quando a política consegue atingir a realidade diante dos cidadãos, também consegue ser mais eficaz do que se ficasse apenas na mão de um técnico que pensa a política. O técnico não tem todos os elementos que especialmente a população organizada possui para contribuir. Aprimoramento da concepção dos programas. O exemplo que o deputado citou sobre a assistência social é claramente o de uma política muito mais qualificada, depois de passar pelo processo de participação social.

Aumento do capital social. Espero ouvir na fala do Adriano que participar de todo esse processo foi bom também para a ONG da qual ele faz parte e o movimento no qual ele está inserido, pois isso com certeza qualifica o movimento. Este começa a conhecer mais o governo e a se sentar mais com as pessoas certas a fim de tomar as decisões corretas de governo. *Accountability*. O governo consegue muito mais mostrar o que faz. Como temos uma população que por causa de toda a nossa trajetória histórica e cultural é desinteressada dos governos, conseguimos que o governo mostre melhor, sem precisar de *marketing* político, o que está fazendo e deixe a população entender isso melhor, dando maior transparência também para as decisões públicas. Isso é, com certeza, favorável a todos os governos.

Acesso às informações governamentais. Os cidadãos que participam - e vejo aqui vários que estavam em vários processos de audiências, pois temos os cidadãos militantes que são históricos - conseguem tornar-se referência para a população de como funcionam os governos e onde se consegue aquela informação qualificada de que se precisa. Isso é muito saudável. Compreensão do funcionamento da máquina administrativa. Na verdade, nesse processo de capacitação promovido pela Assembleia Legislativa, mostra-se à população como funcionam a sociedade em que ela vive e as estruturas de governo.

Um dos resultados disso é este último efeito: apropriação de interesses tradicionalmente excluídos, o que é muito relevante. Conseguimos ter esses interesses nos governos atendendo aos planos de governo, o que para os técnicos é muito favorável porque conseguem mostrar assertivamente o que deve ser feito. Assim, esse processo amadurece dos dois lados, seja do lado dos cidadãos, seja do lado dos governos, considerando-se, então, Legislativo e Executivo em uma grande parceria. Acho que essa parceria aconteceu nesses últimos 10 anos e foi muito efetiva. Espero que ela continue acontecendo, pois poderá gerar resultados muito satisfatórios. Digo isso não só como técnico e acadêmico, mas como cidadão. Essa parceria gera um resultado muito satisfatório para a população de Minas Gerais, que ainda tem muitos desafios, como disse o deputado. Contudo, ela já tem também um caminho e um instrumento real para seguir enfrentando esses desafios. Então, essa era a minha contribuição. Quero dizer que a Secretaria de Planejamento e o governo de Minas ficam muito satisfeitos com a posição da Casa Legislativa, da Assembleia em todo esse processo, e também por conseguirem contribuir para esse processo com o nível de informações gerenciais e com a forma de monitoramento que hoje temos das nossas políticas. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao Sr. Leonardo Ladeira. Agradecemos também as perguntas recebidas até agora. Registramos a presença da promotora Dra. Santa Gema, representando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Com a palavra, a Sra. Edite Cunha, mestre em ciências políticas e coordenadora de apoio à gestão da extensão na Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, que disporá de até 30 minutos para a sua exposição sobre o tema "A experiência do ciclo orçamentário".

Palavras da Sra. Edite Cunha

Bom dia a todos e a todas. Peço licença para ficar sentada à Mesa. Cumprimento a deputada Maria Tereza Lara, os deputados André Quintão e João Leite, os Srs. Leonardo Ladeira, colega de discussões e estudos na UFMG, Adriano Guerra e o Prof. Gomã, que também me tem sido uma grande referência nos estudos que tenho desenvolvido.

Parablenzo a organização do evento pela comemoração dos 10 anos de funcionamento da Comissão de Participação Popular, pela criação dessa oportunidade de refletir sobre as suas práticas e discutir os caminhos trilhados até então. Agradeço à comissão organizadora do evento o convite, que aceitei com muita honra, e pela expectativa de contribuir com os debates realizados.

Minha discussão traz algumas reflexões desenvolvidas em um estudo que realizei em 2007, por ocasião do meu mestrado. Naquele momento, buscava compreender o potencial da Comissão de Participação Popular para influenciar, na perspectiva da sociedade, a



formulação do orçamento estadual da assistência social e os resultados deliberativos sobre essa matéria. Esse estudo se concentrou no período de 2003 a 2005, e é nesse recorte temporal que farei as minhas observações.

Inicialmente considero que a Comissão de Participação Popular incorpora uma tipologia tradicional de instituições do Legislativo, que são as comissões. Adota uma forma de organização tradicional, e é composta exclusivamente por deputados estaduais. Como órgão integrante da estrutura do Legislativo, seu funcionamento é determinado pelo Regimento Interno da Assembleia, atendendo aos preceitos legais relacionados ao funcionamento da Casa.

No entanto, como bem expôs o deputado André Quintão, a Comissão de Participação Popular possui algumas particularidades que a diferenciam das outras comissões e a potencializam como canal importante de interlocução entre o Poder Legislativo e a sociedade, especialmente no processo orçamentário, que é o tema que debatemos nesta manhã.

Quais são essas particularidades que a diferenciam das demais comissões e possibilitam a viabilização da participação da sociedade no Poder Legislativo, mais especificamente no orçamento público? Como isso já foi apresentado aqui, não me alongarei nessas particularidades das atividades desenvolvidas pela comissão. Gostaria apenas de resgatar três aspectos importantes para esta nossa discussão.

Primeiro, a comissão possibilita que entidades da sociedade civil apresentem formalmente sugestões de projeto de lei e outros tipos de proposições legislativas em um processo muito mais ágil; segundo, ela tem a função de receber e deliberar sobre sugestões de proposições que, quando aprovadas, passam a tramitar no Legislativo; terceiro, ela tem a prerrogativa legal, frente à Comissão de Fiscalização Financeira, de promover a discussão e a apreciação do orçamento estadual com a sociedade.

Identificadas essas particularidades, busco discutir alguns aspectos considerados importantes para a viabilização da participação da sociedade no processo orçamentário. O primeiro diz respeito às regras de organização e dinâmica de funcionamento, que envolvem as competências, a composição e as formas de interação que a Comissão de Participação Popular desenvolve com outras instituições e também os recursos e capacidade de influência desta comissão, envolvendo temas por ela tratados e resultados deliberativos.

Em relação a regras de organização e dinâmica de funcionamento da comissão, destaco especialmente que sua regulamentação permite o estabelecimento de uma dinâmica participativa e plural ao prever a realização de reuniões abertas e públicas, de uma mobilização das organizações da sociedade e da população em geral e de realização de plenárias e audiências públicas ampliadas em regiões do Estado, para informações e debates públicos sobre o conteúdo das leis orçamentárias.

A regulamentação também permite a adoção de algumas estratégias, especialmente no processo de discussão do orçamento e de realização de cursos sobre planejamento, orçamento público e monitoramento, abertos a representantes da sociedade civil, e também a realização de reuniões preparatórias para apresentação de demandas durante as audiências e avaliação da execução orçamentária. Essa dinâmica, essa regulamentação possibilita, ainda, que a composição seja restrita aos membros da comissão em si, a ampliação e inclusão de vários atores.

A comissão tem a competência de discutir e encaminhar para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária a proposta resultante de suas audiências públicas, sob a forma de emendas ou subemendas, como bem esclareceu o deputado André Quintão. Vê-se, portanto, que essas regras que orientam o funcionamento da Comissão de Participação Popular configuram elementos importantes para a ampliação do processo de participação e inclusão de diversos interesses da sociedade durante a discussão e apreciação do orçamento e na apresentação de demandas à proposta orçamentária, que é apresentada pelo Executivo ao Legislativo.

Destaco, também, as formas de interação da comissão com outras instituições, não só instituições tradicionais do sistema político, mas inovações institucionais criadas a partir de 1988. Ela amplia significativamente o número de participantes no decorrer do seu funcionamento, quando recebe em suas reuniões representantes de diversas políticas públicas e da sociedade, quando participa de fóruns, conferências e plenárias de conselhos e outras instituições participativas e quando realiza reuniões e audiências públicas.

Ao trazer e envolver novos atores em processos de negociação e deliberação do orçamento público, a Comissão de Participação Popular desenvolve uma dinâmica de funcionamento e formas de interação que constituem indicadores relevantes de suas possibilidades para promover a participação nas discussões e nas decisões que são tomadas pelo Legislativo no processo orçamentário.

Destacados esses elementos, passo a tratar dos resultados da comissão. A partir da exposição do deputado André Quintão, ressalto a definição do orçamento da política de assistência social, que, a meu ver, é um caso simbólico que mostra como a comissão, no período de 2003 a 2005, gerou a definição do orçamento estadual no campo das políticas públicas, em especial, da assistência, porque, talvez, esse seja um período de maior estruturação e adensamento institucional da política de assistência social. O fato de a comissão possibilitar, nesse processo de discussão orçamentária, que a assistência social passe a se constituir como um projeto estruturador do Estado foi um impulso significativo na implementação do Sistema Único de Assistência Social - Suas.

É importante destacar que a proposta orçamentária da área da assistência social é apresentada pelo gestor dessa política, ou seja, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e, depois, submetida à apreciação das suas instâncias deliberativas: Conselho Estadual de Assistência Social e suas conferências.

Além de passar por toda essa discussão no órgão gestor, em suas instâncias deliberativas do Suas, foi nesse processo, juntamente com a Comissão de Participação Popular, que se conseguiu, para 2004, a expansão de um orçamento de R\$1.000.000,00 para mais de R\$19.000.000,00. Naquele momento houve uma convergência dessa mobilização, com efetiva participação de atores da área da assistência social para a criação desse projeto estruturador, que passou a orientar os recursos na área da assistência.

Esses resultados são significativos e expressam a participação viabilizada pela comissão no processo orçamentário do Estado. Portanto, concluo pelo seguinte: mesmo que a composição da Comissão de Participação Popular não evidencie uma participação direta dos cidadãos na sua constituição, ela desenvolve uma dinâmica de funcionamento que possibilita a ampliação e a pluralidade da participação de pessoas e organizações da sociedade civil em espaços de construção do interesse público, a inclusão de temas relevantes e de caráter diferenciado na agenda pública e a incorporação de agendas temáticas que produzem decisões no âmbito mais



amplo e de regulação social. A Comissão de Participação Popular possibilita a influência no debate e nas decisões legislativas e, em especial, no caso que acompanhei na área de assistência social.

O apoio das equipes da Assembleia Legislativa, disponível para os integrantes da comissão e os participantes das audiências públicas no processo de discussão do orçamento, é fundamental e determinante para a compreensão e o processamento das deliberações que a comissão promove. Essa especificidade, essa tecnicidade do orçamento público precisa ser traduzida. Nesse estudo ficou muito evidente o papel dessa equipe que dava todo um suporte e processava o que chamo de gramática orçamentária, que não é de fácil compreensão para nós, pobres mortais. Realmente, é uma área muito técnica, mas isso não deve ser impedimento para o envolvimento e a discussão do orçamento.

A participação da sociedade no processo orçamentário impõe alguns desafios. Para mim, dois são mais significativos. Um deles é o acompanhamento e avaliação. Naquele período, quando foram iniciadas as atividades da comissão, ficava muito evidente esse acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, mas hoje vejo que esse acompanhamento não deve se restringir ao alcance das metas financeiras, que também é importante.

É preciso avançar na avaliação do impacto das transformações que esses recursos possibilitam ao viabilizar ações nas políticas públicas. Quais os efeitos? O que esse investimento gera de fato para a vida das pessoas, para a inclusão social e política? Esse é um desafio. Lembro que o orçamento é autorizativo. Realmente, se o que foi deliberado está sendo efetivamente realizado, isso é de fundamental importância.

Uma segunda questão é a formação e a capacitação continuada das pessoas envolvidas nesse processo, que é fundamental para possibilitar o rompimento com a assimetria informacional entre o Estado e a sociedade e assegurar a participação propositiva e argumentativa dos diversos atores envolvidos no processo deliberativo, seja nas reuniões ordinárias, seja em momentos de grandes mobilizações, como nas audiências públicas.

Não vou me estender, pois muito do que identifiquei nesse trabalho já foi abordado. O importante é continuar a conversa durante o debate. Registro como uma inovação institucional a Comissão de Participação Popular, que possibilita inovar e contribuir para a democratização do planejamento público participativo e deliberativo do orçamento. Esta é uma inovação: modificar a dinâmica desse processo de deliberação do orçamento, que é tão complexo e envolve tantas relações, tantos atores numa cadeia de prazos, de burocracias que nem sempre são acessíveis à compreensão das pessoas. A comissão também tem a capacidade de inovar na ampliação do espaço democrático entre a sociedade e o Estado. Por fim e fundamentalmente, consegue romper com o tradicional monopólio dos interlocutores habituais na discussão e decisão sobre o orçamento, incluindo pessoas, instituições, temas e possibilidades de ação, num processo compreensível para todos, o que é de fundamental importância. Agradeço a atenção. Continuaremos a conversa no debate. Muito obrigada.

O presidente - Agradecemos à ilustre expositora. Com a palavra, o Sr. Adriano Guerra, integrante da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, que disporá de até 30 minutos para a sua exposição sobre o tema “A experiência do ciclo orçamentário”.

Palavras do Sr. Adriano Guerra

Bom dia. Primeiro quero agradecer ao deputado André Quintão este espaço de representação, em nome da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, fórum que represento aqui hoje. Ele, por meio da Comissão de Participação Popular, nos convidou para participar deste momento de reflexão sobre a trajetória da participação no processo orçamentário. Cumprimento também os colegas que estão na Mesa, o Leonardo, a Profa. Edite, a Deputada Maria Tereza Lara e o deputado João Leite.

A história, a trajetória da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, instância que reúne organizações da sociedade civil que atuam na política da infância no Estado, confunde-se com a história da Comissão de Participação Popular. Em 2003, no primeiro momento de acompanhamento da discussão do PPAG, no momento em que a comissão estava surgindo, fomos convidados a participar do processo. Na época, a Escola do Legislativo promoveu um curso para as lideranças políticas e sociais, a fim de nos ajudar a entender o processo orçamentário. O interesse da área da infância pelo tema é anterior. Temos experiências no âmbito nacional de acompanhamento do Orçamento Criança e Adolescente - OCA -, que surgiu em meados da década de 90, a partir da atuação da Unicef, da Fundação Abrinq e de outras entidades. Naquele momento, esses atores começaram a perceber a importância de se levar a discussão da política da infância para o orçamento, uma vez que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente a definiram como prioridade absoluta. Isso não seria viável se não fosse traduzido no âmbito orçamentário. Desde então, essa vem sendo a nossa luta. Ainda hoje não podemos dizer que a infância e a adolescência no Brasil, em Minas Gerais e nos diversos municípios do Estado e do País, são prioridade absoluta. Essa é uma luta política que as organizações da sociedade civil e o governo têm empreendido para assegurar que essa prerrogativa esteja traduzida no orçamento.

Num primeiro momento, gostaria de apresentar alguns dos desafios que vivenciamos nessa trajetória de participação. Como disse o deputado André Quintão, é um processo de aprendizado da sociedade civil aprimorar a sua capacidade de atuação no âmbito orçamentário. O primeiro desafio teve relação com a nossa dificuldade de entender o documento, as peças orçamentárias e de traduzir aquilo aos nossos pares. Nesse momento, foi fundamental o apoio da Escola do Legislativo. Ao longo dos anos, o investimento de outras organizações da sociedade civil, que foram se aprimorando no processo com oficinas, cursos e grupos de discussão em torno do documento orçamentário, foi-nos permitindo entender paulatinamente, decifrar de alguma forma o documento orçamentário e perceber que não era meramente técnico. Fomos nos apropriando dele e percebendo que era um documento político, em que estão expressas as prioridades dos governos em relação às diferentes demandas da sociedade. Como disse o deputado André Quintão, ele é finito. Se por um lado, fizemos pressão, vamos dizer assim, para garantir que a nossa agenda política em prol da infância fosse assegurada, também percebemos que nós, entes da sociedade civil, precisávamos nos organizar, nos articular. Muitas vezes, o que sobra efetivamente para se investir na política social, nas políticas que reivindicamos, é muito restrito.



Não temos volume de recursos suficiente para todas as políticas. Então era necessário conseguirmos priorizar nossas demandas. Há movimento indígena, da criança, de segurança alimentar e diversas agendas e pautas sociais, que também eram vistas aqui nos momentos de discussão em audiências. De alguma forma, a Assembleia, nas etapas de formulação, também se transformava numa arena da sociedade civil, ao mesmo tempo em que viabilizava nosso diálogo, tanto com os parlamentares quanto com os gestores. E aí vinha outro desafio, a assimetria informacional que tínhamos em relação aos gestores. Muitas vezes chegávamos à audiência e solicitávamos, por exemplo, 15 mil escolas, além da formação de diversos professores.

Essas demandas, quando reverberavam na Mesa ou entre os gestores que estavam nos ouvindo, soavam como absurdas. Ali, de alguma forma, fomos refinando nossa capacidade de propor, de entender e fazer as proposições adequadas. Se, por um lado, não tínhamos tanta informação sobre o documento orçamentário, sobre o tipo de proposta que era necessária, de outro lado conhecíamos muito bem a realidade. A possibilidade de fazer o nosso diálogo, ainda que o nível de informação que tínhamos fosse restrito, facultava-nos trazer para a gestão política um pouco da realidade que estávamos observando na execução dessa política.

Entendo que, ao longo do tempo, o próprio processo de planejamento do governo federal foi sendo aprimorado. Isso refletiu também no entendimento da nossa leitura desses documentos. Víamos que, por mais que houvesse um planejamento bem-estruturado - e o governo de Minas tem feito um bom trabalho no formato, na linguagem e na estrutura -, a execução ainda deixava muito a desejar. Sabemos que muitas políticas sociais ainda não são prioridade, não só em Minas, mas também em outros estados e em outras cidades, como Belo Horizonte, município que temos acompanhado. Esses desafios são muito importantes.

Há um desafio interno da sociedade civil: a mobilização, a qual não podemos deixar de considerar. É muito árido discutir o orçamento. Tínhamos dificuldades - e continuamos tendo - de mobilizar nossos pares para estarem presentes nos momentos de discussão, nas audiências, para a formulação e revisão do PPAG, revisão do monitoramento. A agenda de incidência política, no âmbito do orçamento, é muita intensa, contínua. Todo ano, no primeiro e segundo semestres, há um processo contínuo de participação na formulação das leis orçamentárias e no acompanhamento de sua execução. Neste ano, especificamente, isso aconteceu, no caso dos municípios, na formulação do PPAG.

É difícil manter um nível de mobilização nesse processo, em função da dificuldade de acompanhar o orçamento em si e do esvaziamento dos espaços de participação da sociedade civil. Nesse sentido, quero falar um pouco sobre como tem reverberado o que a Profª. Leonora chamou de “Jornadas de Junho”, no âmbito da sociedade, e como isso causa impacto em nossa mobilização. Acho que é importante refletirmos sobre isso.

No processo de participação, no âmbito do Estado de Minas Gerais, nossa atuação e nosso diálogo foram constantes com a Comissão de Participação Popular. Destaco ainda a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança, que sempre foi um ator. Tivemos a possibilidade de dialogar com os dois entes, uma vez que o deputado André Quintão estava à frente dos dois espaços. A frente parlamentar não é um espaço formal da Assembleia, mas uma instância de articulação dos parlamentares que apostam na política da infância como uma política relevante. Esse diálogo com a Comissão de Participação Popular sempre foi muito rico, muito profícuo, porque nos possibilita acessar informações difíceis de serem acessadas, bem como possibilita o diálogo político, porque tínhamos dificuldade de efetivar nossas demandas.

De alguma forma, como disse no início, chegavam demandas muito absurdas, por não haver ainda o entendimento de como traduzir uma realidade social, para a programação política do governo. A Comissão de Participação Popular foi essa arena em que conseguimos fazer o nosso para casa e construir o nosso entendimento do que seria necessário, que tipo de emenda deveria ser feita. Ao longo dos anos, estamos conseguindo aprimorar muito esse processo. A institucionalização do espaço de participação aqui na Assembleia vem evoluindo ao longo dos anos. O fato de as comissões da Casa promoverem também essa discussão, de essa discussão não ficar restrita ao âmbito da Comissão de Participação Popular, também é um desafio para nós, porque, por algum motivo que temos de entender, isso desmobiliza a sociedade civil. Vamos esvaziando um pouco a nossa capacidade de estar aqui presentes nestes momentos que estão sendo criados pela Assembleia.

Um fato importante nesse processo, dos últimos 10 anos, desse acompanhamento, tem a ver com o nosso acesso às informações sobre a execução orçamentária. Em um primeiro momento esse acompanhamento era realizado trimestralmente quando conseguíamos acessar o relatório da execução orçamentária da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança; agora é realizado quadrimestralmente. Ali conseguimos perceber de que maneira a política da infância vinha sendo executada, com que índice de execução vinha acontecendo. Lembro que, num primeiro momento, era um grande desafio acessar essa informação. Se não me engano, a consultoria técnica da Minoria é que conseguia acesso ao Siafi e, a partir desse acesso, gerava um relatório. Contávamos com voluntários, que faziam o processamento dessa informação. Era um grande volume de dados, em uma planilha gigantesca, e fazíamos a classificação do orçamento para determinarmos quais políticas tinham relação direta ou indireta com crianças e adolescentes. A partir desse processo, gerávamos o relatório que servia de insumo para nosso debate na Assembleia. Isso acontecia e continua acontecendo quando participamos da discussão política com os parlamentares, com os gestores que estão aqui nas audiências. E, de alguma forma, conseguimos apontar quais são as lacunas que percebemos na execução da política, ainda que a execução orçamentária em si nos aponte de que maneira ela tem acontecido.

Ao verificar o documento, percebemos claramente que, ao longo dos anos, pela pauta do Movimento da Infância, há reivindicação por mais investimentos, o que sempre foi pouco priorizado no âmbito orçamentário do governo do Estado. Nos últimos anos estamos demandando mais investimentos para nossos centros socioeducativos para atendimento ao adolescente que comete ato infracional, pois ainda estão sem condições de atender à demanda. Não falo apenas dos centros de internação, mas também das políticas de atendimento em meio aberto, que continuam sendo, ainda que observemos uma evolução do número de vagas e do atendimento à política, muito deficientes. Ficamos sabendo, por exemplo, que vários adolescentes estão sendo assassinados, estão morrendo nos centros socioeducativos e também estão em situação precária nesses centros. Esse é um exemplo de política pública que o Movimento da Infância vem reivindicando ao longo dos anos, a partir desse trabalho de acompanhamento do orçamento e de diálogo com a Comissão de Participação Popular.



De alguma forma, estamos aprendendo também a dialogar entre nós mesmos. Como disse antes, a sociedade civil às vezes não conversa entre si. Temos de fazer autocrítica. Muitas vezes temos dificuldade de articular nossas agendas. Velhas práticas ainda acontecem na discussão do orçamento, com discussões restritas a grupos pequenos, entre quatro paredes, com negociações entre segmentos da sociedade civil, parlamentares e o Executivo.

Trazer a discussão política da sociedade civil para a Assembleia sempre foi um desafio para nós, a fim de chegarmos aqui, na audiência, alinhados com nossos pares, sabendo que muitas vezes teremos de abrir mão da nossa demanda; teremos de negociar determinada política que defendemos - que poderá ficar em segundo plano - a partir do momento em que percebemos a relevância de outra demanda que, naquele momento, pode ser mais estratégica. Essa é uma dificuldade que vivenciamos, mas também um aprendizado que vimos construindo ao longo dos anos.

Gostaria de refletir sobre como aprimorar o processo de participação no âmbito da Assembleia e do Parlamento de maneira geral. Conversando com vários companheiros e percebemos a dificuldade de mobilização que enfrentamos nos últimos anos, o que se reflete no esvaziamento das audiências. Isso se dá devido a uma conjuntura do movimento social. Muitas organizações que pertencem à frente de defesa são institucionalizadas, e sua própria necessidade de sobrevivência nos leva a fazer conveniamento público e a buscar recursos para sustentar nossos projetos. E isso, de alguma forma, tira nossas organizações desses espaços políticos de participação. Esse é um desafio que ocorre dentro do movimento social.

Por outro lado, a partir das manifestações de junho, houve esvaziamento não só das instituições políticas como o Parlamento - a Assembleia, a câmara -, mas também das próprias ONGs que atuam politicamente no âmbito das demandas setoriais, como as referentes a crianças e adolescentes. Esse ir às ruas reivindicar trouxe uma ebulição de pautas que gerou interferência na decisão de vários governos nos âmbitos municipal e estadual, mas também esvaziou os movimentos tradicionais, como é o caso da frente, dos fóruns, das instâncias de articulação da sociedade civil. E isso vem sendo um desafio vivenciado cotidianamente, desde então, pelos movimentos da sociedade civil. Isso se reflete na mobilização que conseguimos trazer para esta Assembleia.

Por outro lado, as pautas foram deslocadas para o âmbito da cidade. A discussão política se deslocou fortemente para o que poderíamos englobar num grande guarda-chuva, no direito da cidade. São as questões pertinentes ao transporte público, à mobilidade, à saúde. A pauta política centrou-se nas questões da cidade, o que esvaziava a discussão no âmbito estadual. Se é difícil para a própria Assembleia interiorizar a discussão, é muito mais difícil para a sociedade civil levar suas pautas para o interior do Estado. A frente de defesa sempre está em articulação com fóruns regionais, mas, nos últimos anos, notamos também o esvaziamento desses fóruns. Hoje poucos fóruns conseguem sobreviver mantendo-se ativos na atuação e na articulação política. Esse é um desafio, porque a pauta estadual não é prioridade dos movimentos. Instituições como a frente de defesa, o Fórum de Segurança Alimentar e outros que atuam no âmbito do Estado certamente vêm lidando com esse grande desafio de trazer a pauta política do Estado para o debate. E, com esses movimentos de junho e o processo deflagrado a partir dessas mobilizações, isso fica ainda mais difícil, na medida em que a discussão política se desloca para a cidade.

Praticamente um terço da população mineira é formado por crianças e adolescentes de até 10 anos, que é o recorte que o IBGE faz. A nossa pauta continua muito relevante no âmbito das políticas públicas sociais. Trata-se de um segmento da população extremamente relevante do ponto de vista quantitativo, mas, principalmente, do ponto de vista da priorização das políticas, conforme estabelece a Constituição. Continuamos fortemente conectados com a agenda política do orçamento. A Comissão de Participação Popular tem sido o espaço estratégico de diálogo, a partir do qual conseguimos entrar no processo legislativo de deliberação das políticas do orçamento, mas também conseguimos fazer uma mediação com os gestores da política.

Esses dois aspectos têm sido muito importantes. Quando reivindicamos e conseguimos uma reunião, é produtivo, mas, quando o gestor integra a mesa de trabalhos, a apresentação das nossas questões é facilitada. Esse papel de mediação que a comissão vem fazendo e a abertura que vem gerando no nosso diálogo com o governo do Estado têm sido fundamentais, mas ainda há muito a aprimorar. Primeiro, em relação à nossa capacidade de acompanhar mais especificamente a qualidade da execução da política. Esse é um ponto em que temos tido muitas dificuldades.

Considerarei interessante a iniciativa do portal Políticas Públicas ao seu Alcance. Foi um grande ganho no acesso à informação, que ainda é um desafio que estamos conseguindo superar em função até da Lei de Acesso à Informação. O fato de conseguirmos acessar pela internet os dados da execução orçamentária, de cumprimento de meta física e informações sobre a política tem sido fundamental. Porém, ainda temos dificuldade de fazer um monitoramento mais qualitativo da execução da política. Esse é um ponto que podemos aprimorar, e certamente a Assembleia e a Comissão de Participação Popular podem oferecer uma grande contribuição nesse aspecto.

Outro ponto em que temos muito a avançar é em relação ao uso das tecnologias como forma de chegar a territórios que dificilmente alcançaríamos fisicamente. A internet tem sido cada vez mais o meio de diálogo e de debate público. No entanto, existem muitos riscos, já que ela provoca uma confusão de vozes e de atores que se reflete na qualidade das pautas políticas. Prova disso é que as mobilizações mostraram uma profusão de pautas. Por exemplo: de um lado, alguns defendem a redução da idade penal; de outro, pessoas são contrárias. Era uma grande salada de reivindicações. Precisamos canalizar essas demandas para as instituições políticas - no caso, a Assembleia e as câmaras municipais. É bom saber que há vereadores aqui, porque este ano existe uma pauta importante, que são os planos plurianuais municipais, que com certeza vão refletir as reivindicações que surgiram.

Por fim, queria fazer alguns destaques. Propusemos várias emendas e, pela informação que recebi, significariam quase 30 milhões. Nesse caso, o recurso financeiro não é tão relevante, mas sim a oportunidade de inserirmos as demandas no orçamento. A campanha Proteja a Criança e o Adolescente praticamente surgiu de uma proposta de emenda popular. A partir daí é que ela emergiu e o governo do Estado dela se apropriou. O fortalecimento de conselhos tutelares também é uma pauta importante. Visa a oferecer infraestrutura, automóveis, computadores. Temos viabilizado uma série de conquistas. Muitas vezes não são recursos muito vultosos, mas conseguimos inserir várias dessas pautas no volume total e, a partir daí, batalhar no âmbito do governo estadual, para que sejam executadas - e várias não o foram, é importante ressaltar. Devo destacar que, se por um lado, temos conseguido inserir nossas pautas no planejamento, por outro percebemos que muitas delas não saem do índice mínimo de execução - isso quando ele não é zero. A



demanda social é muito grande, e a prioridade do investimento público, muitas vezes, não está canalizada para ela. Temos ainda uma luta muito intensa a travar no âmbito da incidência política, para garantir maior execução das políticas da infância, maior volume de recursos dedicados a essa política e maior eficiência e qualidade na sua execução. Acontece de a política estar sendo executada de forma ineficiente.

Esse diálogo tem sido fundamental para continuarmos monitorando. Eu me sinto muito feliz de participar de um pedaço dessa história, nos últimos 10 anos, de acompanhamento do orçamento e de controle social das políticas da infância.

Agradeço, mais uma vez, a possibilidade de estar aqui fazendo essa representação em nome da sociedade civil. Esse trabalho é um desafio e tem um grande simbolismo, porque já estivemos aqui em vários momentos. Quero destacar também que o Ministério Público tem sido um ator central nesse processo pela qualificação dos seus técnicos. A Silmara também está aqui. Ao longo dos anos, vimos fazendo várias discussões, aprimorando a nossa capacidade de diálogo, de atuação no orçamento, e o Ministério Público tem sido um par muito importante. Nós formamos um grande coletivo, não só da sociedade civil, mas também dos técnicos da própria comissão, dos mandatos mais conectados, como é o caso do mandato do deputado André Quintão. Somos um grande grupo de trabalho que vem atuando em prol da política da infância. Muito obrigado pela possibilidade dessa representação. Espero que a Comissão de Participação Popular se renove e consiga incorporar novas ferramentas para fortalecer a atuação da sociedade civil. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre Debates

O presidente - Neste instante daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam sucintos, dispensando as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente - Temos algumas demandas apresentadas, que serão encaminhadas à Comissão de Participação Popular ou para a comissão que tenha a ver com a demanda para se transformar em requerimento, em proposições e encaminhamentos da Assembleia Legislativa.

O Paulo de Almeida Machado, vereador de Governador Valadares, solicita seminários sobre a Comissão de Participação Popular em Governador Valadares e a interiorização de audiência pública sobre participação política. Vamos encaminhar essa demanda à Comissão de Participação Popular, do deputado André Quintão

Rosilene Cristina, estagiária de psicologia do Cras Havaí, na Ventosa, solicita a construção de projeto sobre o uso abusivo de drogas ilícitas, especialmente na Vila Ventosa. Vamos encaminhar a demanda.

Adiel Elias de Souza, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, e a Ana Lúcia Guimarães Couto, da ONG Vertente Solidária, solicitam incluir no orçamento recurso destinado ao custeio de despesa referente a hospedagem, passagem e alimentação para oportunizar maior participação da sociedade civil e dos movimentos sociais. Também encaminharemos a demanda ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Sabemos que, em vários momentos, a Assembleia Legislativa faz isso.

A primeira intervenção oral é da Alessandra Santos Souza, do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, de Minas Gerais. Peço a ela que se encaminhe para um dos nossos microfones para sua manifestação.

A Sra. Alessandra Santos Souza - Bom dia a todos. Gostaria de ressaltar a importância da pergunta da Comissão de Participação Popular para o Fórum Estadual Lixo e Cidadania, porque a atuação do fórum coincide com as atividades da Comissão de Participação Popular, tendo em vista o trabalho do deputado André Quintão, que, desde a sua época de assistente social, acompanha as atividades do fórum.

A pergunta é: como a Comissão de Participação Popular pode contribuir para sensibilizar as demais comissões da Casa e as Secretarias de Estado para os nossos temas, não só os do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, que atua com programas de coleta coletiva e inclusão de catadores, mas também com os dos índios, das crianças, da segurança alimentar e outros? Muitas vezes percebemos que, mesmo com as emendas aprovadas e executadas, existem muitas ações isoladas das Secretarias que vêm ao encontro dessas emendas. Então, falta sensibilização do governo do Estado em relação a esses temas. O Leonardo Ladeira disse que, no governo do Estado, existe uma sensibilização grande em relação aos temas excluídos, aos que não estão na pauta, mas, na prática, percebemos que acontece um pouco diferente.

O presidente - Pedirei ao deputado André Quintão que responda a esse questionamento e também ao do Marco Antônio dos Santos, da Fundação Metodista: "Qual é a proposta do deputado André Quintão para que os municípios coloquem as crianças como prioridade em seus orçamentos?". Além disso, a Regina Magalhães solicita que ele fale um pouco sobre "o papel da proposta de ação legislativa, para explicitação dos argumentos relativos ao processamento técnico e político das sugestões populares sob a sua forma de acolhimento, tornando pública essa argumentação para a população". O deputado André Quintão dispõe de até 30 minutos para responder.

O deputado André Quintão - Alessandra, o desafio - e ontem o mencionei na abertura -, primeiro, é envolver as comissões permanentes da Assembleia Legislativa nos processos institucionalizados de monitoramento e acompanhamento de políticas públicas. E esse desafio pode ser superado em um processo gradual. Lembro-me de que, quando começou o monitoramento, pouquíssimas comissões o abraçavam. Hoje, percebemos que algumas já interagem melhor com esse grande processo de acompanhamento das políticas públicas.

Analisemos isso sob um aspecto mais interno da Assembleia: qual era a cultura política das comissões na Assembleia Legislativa, naquela modernização que mencionei e que já era um avanço naquele momento? Eram as audiências públicas. As comissões se especializaram, além de sua tarefa normal de dar parecer de mérito para os projetos em tramitação, em realizar audiências públicas, interiorizando sua ação, o que foi um grande avanço. Agora, além disso, queremos trazer as comissões permanentes para um



acompanhamento mais sistemático das políticas públicas, ou seja, queremos sair um pouco do varejo, por mais que ele, muitas vezes, signifique o atendimento de questões fundamentais. Darei um exemplo: a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial já tem uma participação substancial tanto na revisão do PPAG quanto no seu monitoramento. Essa é uma conquista.

Agora, esse é um processo gradual, e você tem inteira razão: não vejo muito sucesso no monitoramento. Ai, Regina, podemos refletir sobre esse calendário que realmente sufoca a sociedade civil. A Adriana mencionou a sua dificuldade, pois o calendário é muito intenso: monitoramento, revisão e vida cotidiana. E ele sufoca também a nós, deputados. Eu, por exemplo, gostaria de ir a todas as audiências de monitoramento, mas tenho que escolher em que área atuar, pois, às vezes, uma delas coincide com a discussão de um projeto de lei, com uma reunião de Plenário, etc. É difícil, mas a Assembleia Legislativa está certa em realizar o monitoramento. Esse é o ponto de partida.

Respondendo a uma observação do Adriano, na minha análise o monitoramento é o espaço de discutir a qualidade da política pública. Na terça-feira houve o monitoramento das políticas de assistência. Discutimos conteúdo, o que está sendo feito com o piso mineiro. Vimos o monitoramento como espaço de qualidade.

A questão do governo também é processo. Depende muito dessa pressão e da mobilização popular, dos conselhos, dos fóruns. De fato, todo governo tem uma característica de heterogeneidade, principalmente com as amplas coalizões e alianças que são realizadas. Eu até reconheço que o órgão gestor, a Seplag, tem sensibilidade para esse processo. Compartilho esse ideia porque acompanho o processo de negociação em que os técnicos da Seplag que acompanham as diversas áreas participam. Existe essa sensibilidade. A Sedese, por exemplo, tem uma construção junto até da política pública. A área da assistência social tem um contato direto com o próprio governador. Sou da oposição e relatei o Fundo de Erradicação da Miséria. Há um reconhecimento. Mas existem áreas em que não há. Temos de pressionar.

Vou dar o exemplo da questão da incineração. A pedido do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, fizemos um debate público na Comissão de Participação Popular sobre a parceria público-privada de resíduos sólidos. O presidente Dinis Pinheiro estava presente, e nós conseguimos cadeiras de todas as áreas da Assembleia porque havia mais de 1.500 catadores de materiais recicláveis na Assembleia. Naquele dia foi solicitado um projeto de lei contra a incineração. Eu e o deputado Dinis Pinheiro subscrevemos na hora o projeto sugerido pela sociedade civil, e ele está tramitando. Já passou na Comissão de Constituição e Justiça e tem petição pela internet. Isso significou alguma coisa para o governo. Eles terão de refletir.

A Regina pergunta sobre a proposição com relação ao PPAG. Esse processo é importante. Temos de ter qualificação prévia. Antes dos eventos principalmente de revisão, é importante agregar os cursos feitos pela consultoria e pela Escola do Legislativo, porque, quando a proposta chega mais bem-formulada, mais dirigida, tem maior capacidade de ser acolhida. Mas isso não é pré-condição. Toda audiência pública tem uma equipe técnica da Assembleia. O cidadão que não tem ideia técnica da gramática orçamentária pode apresentar a sugestão, e essa sugestão vai ser traduzida em proposta de ação legislativa. Esse mecanismo é interessante. O cidadão fala o que ele quer, e o técnico da Assembleia vai identificar aquela demanda no conjunto do orçamento e vai tentar salvar o máximo, transformando cada sugestão em proposta. Depois, nessa concertação técnico-política, a proposta poderá ser acatada ou não. Muita coisa vai para requerimento, muita coisa depende do governo federal, tem proposta política geral que não depende do governo do Estado e tem coisa que pode ir para o orçamento. Então, esse processo de produção de fato é muito correto.

Deputado João Leite, acho que perdi a segunda pergunta referente ao PPAG. Escrevi a resposta. Neste ano, os municípios vão discutir o PPA para os próximos quatro anos. Já existe uma metodologia de orçamento, que o Adriano mencionou, que é o OCA, que poderemos disponibilizar. Também podemos fazer a planilha do orçamento da criança por município. O importante é vocês identificarem, em cada município, o que o governo está investindo em ações direta ou indiretamente relacionadas às crianças. A Câmara Municipal será um importante e fundamental espaço para isso, já que o vereador pode aprovar, rejeitar ou emendar o plano, e as mobilizações serão essenciais. Aliás, conhecemos as relações do Executivo com o Legislativo.

Por fim, quero chamar a atenção para o orçamento e para o PPAG dos municípios.

O presidente - Gostaria de ilustrar a fala do deputado André Quintão. Presido a Comissão de Segurança Pública da Assembleia, e o monitoramento sobre as políticas de segurança está marcado para o dia 11 de setembro, às 9h30min, na Assembleia Legislativa. Entretanto, também sou relator da CPI da Telefonia, cujo presidente convocou uma reunião para às 10 horas do mesmo dia 11. E como tentar ir montado em dois cavalos? É a coisa mais difícil do mundo: às 9h30min, haverá o monitoramento das políticas de segurança e, às 10 horas, como sou o relator da CPI da Telefonia, preciso comparecer à reunião. Era só para ilustrar o que o deputado disse.

Com a palavra, Rafael Maia, que fez inscrição para intervenção oral. Com a palavra, Adiel Elias de Souza, do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros. Por favor, utilize o microfone.

O Sr. Adiel Elias de Souza - Bom dia. Sou presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros. Aqui estou representando a sociedade civil.

A minha primeira pergunta é para o deputado André Quintão e diz respeito ao monitoramento da oferta de serviços dos governos estadual e federal para as políticas públicas na área da assistência social. O nosso conselho em Montes Claros tem grande dificuldade em fazer esses monitoramentos, porque não contamos com veículo próprio. Nesse caso, sempre precisamos solicitar à Sedese que agende dia e horário para o monitoramento. Automaticamente, quando vamos executar o monitoramento e a avaliação do trabalho que está sendo ofertado, o pessoal já está nos esperando, por isso não conseguimos fazer o monitoramento de forma adequada, como fiscalizadores.

Também tenho uma pergunta para o Sr. Adriano, que, como assistente social, tem interesse em defender a criança e o adolescente. Pela minha ótica, posso concluir que, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o índice de criminalidade tem aumentado, e muito. Não tenho números e dados para apresentar, mas vemos na mídia o crescente número de infrações. Quero saber como nós, cidadãos, poderemos ajudar o Legislativo e o Executivo, apesar de já existir a participação da sociedade organizada. Digo



isso porque não podemos nos esquecer de que existem pessoas que não fazem parte de nenhuma organização governamental, mas que também querem participar.

Vemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente retirou, em alguns casos, a autoridade do pai e a possibilidade de respeito dos filhos. Antigamente o pai olhava para o filho, e este já entendia o que ele queria. Não defendo a ideia de que o pai deve chicotear o filho, mas, a partir do estatuto, o pai perdeu um pouco a autoridade.

Gostaria que comentassem um pouco sobre o que aconteceu após o estatuto. Esse é um trabalho sobre o qual deveríamos pensar. Agradeço, em nome do Conselho Municipal de Assistência Social e de todos os moradores de Montes Claros. Muito obrigado e parabéns aos deputados por este ciclo de debates que comemora 10 anos da Comissão de Participação Popular. Obrigado por trazer a população para participar junto ao Legislativo. Muito obrigado e bom dia.

O presidente - Obrigado, Adiel, que traz o nome de Deus em seu nome. Com a palavra, o Pedro, do Instituto Pauline Reichstul.

O Sr. Pedro Moreira - Sou diretor do Instituto Pauline Reichstul e faço parte, a partir deste ano, do Conselho Estadual de Economia Solidária. Quero fazer algumas provocações aos deputados e ao governo. Inicialmente quero parabenizá-los pela engenharia institucional que a Comissão de Participação Popular conseguiu fazer. Acho que esse é um modelo talvez nacional e até internacional para pensar a institucionalização da participação popular no monitoramento e na constituição das peças orçamentárias.

Contudo, apesar dessa engenharia, existe um problema básico, que é orçamentário. O orçamento não é feito de nomes nem de metas, mas de dinheiro. Dizemos que a Comissão de Participação Popular avançou muito. Se são R\$13.000.000,00 na média dos 10 anos, esse valor representa 0,02% do orçamento. Isso não tem nenhum impacto concreto na eficácia da política pública. O que temos? Temos dois grupos possíveis de impacto. Um são aquelas políticas invisíveis para o Estado. A economia solidária não tem dinheiro do fundo estadual. Se colocamos uma emenda parlamentar de R\$505.000,00, ficará "massa": conseguiremos fazer 10 feiras no Estado. O que isso muda na vida daquela pessoa que tem um empreendimento popular? Nada. Temos um pequeno avanço, que, para essas pautas invisíveis, é positivo e causa às vezes algumas ações perversas. Por exemplo, quando a emenda popular entra, o fundo e a política do Estado às vezes saem. No caso da economia solidária, aconteceu isso de forma concreta, e posso falar com certeza desse caso específico. Talvez aí esteja a pista do motivo pelo qual não vêm a educação e a saúde. O custo de participação é muito alto, como disse o Adriano. Então não justifica debater R\$13.000.000,00, se um médico custa quase R\$400.000,00 ou R\$500.000,00 por ano para uma prefeitura pequena. Os valores não têm consequência.

Como sempre somos provocados a apontar um caminho para aumentar o volume de recursos, quero dizer algo aos nobres deputados. Hoje as emendas parlamentares representam cerca de R\$300.000.000,00 no Estado de Minas Gerais, o que corresponderia a 0,5% do orçamento do Estado. Se pensarmos em transformar isso em emenda popular, nesse processo de reforma política, o impacto concreto em algumas políticas e em algumas áreas invisíveis poderá ser um grande salto qualitativo. Então gostaria que vocês comentassem um pouco o papel da emenda parlamentar e, como alternativa, da emenda de participação popular.

Conversando um pouco mais com os gestores e acadêmicos, gostaria de saber como conseguiremos, nesse monitoramento, avaliar o impacto concreto dessas políticas públicas, uma vez que os índices são de gestão. Também sou formado em ciências sociais e tenho pós-graduação na João Pinheiro. Incomoda-me muito o fato de não conseguirmos ir aos locais. Quando construímos uma cisterna em Januária, por exemplo, e temos de andar 150km de areal para levar o negócio - e está no mesmo lugar da planilha de outros lugares -, gostaria de saber como conseguiremos, de fato, fazer isso? Muito obrigado.

O presidente - Com a palavra, a Sra. Ana Lúcia Guimarães Couto, da ONG Vertente Solidária.

A Sra. Ana Lúcia Guimarães Couto - Bom dia a todos e a todas. Fiquei muito feliz ao perceber a aprovação da alimentação escolar para o ensino médio, que veio do Parlamento Jovem. Incomoda-me e preocupa-me como fica essa questão orçamentária, uma vez que ontem já citei aqui, e volto a falar enfaticamente, que o governo de Minas não investe um único centavo na aquisição de gêneros alimentícios. Então, isso me preocupa muito. Gostaria de saber como fica essa questão. Eu também não sei se nesse momento... Acho que o deputado João Leite já se referiu à questão do recurso para participação aqui. Obrigada.

O presidente - Com a palavra, o Sr. Leonardo Ladeira, para responder a algumas perguntas.

O Sr. Leonardo Ladeira - Na verdade, são muitos desafios. Citarei diversas vezes meu chefe André Reis, que semana passada esteve aqui, na abertura desse monitoramento. É muito difícil para o Estado dar resposta. Faz parte da estrutura federativa do País, faz parte da nossa estrutura orçamentária. Por que 0,5% é relevante? Porque por volta de 80% a 90% do orçamento é vinculado, não se decide o que fazer com esse orçamento. O orçamento está vinculado para o pagamento de pessoal do governo. Como vocês sabem, chega a níveis de 50% a 60% de todo o orçamento do Estado - 25% têm de ir para a educação, 12% para a saúde, 1% para a pesquisa científica. Então, essas amarrações, que são conquistas de direito no nosso país, dão pouca discricionariedade para o recurso ser aplicado.

Uma das grandes novidades, um dos avanços da audiência pública em relação a um instrumento como o Orçamento Participativo, é que no Orçamento Participativo você escolhe que obras serão feitas de pontos específicos. Ali na audiência está todo o planejamento de governo, inclusive os 25% e os 12%, em cuja forma de gastar você pode tentar interferir. André e eu tentamos calcular o quanto foi gasto em emenda, mas é muito subjetivo, e, de fato, não significa o quanto foi afetado. Cito o exemplo da merenda escolar, que por emenda popular passou a se chamar alimentação escolar, por uma questão conceitual apontada pela própria sociedade, uma vez que se alterou o produto. Posteriormente, muitos recursos foram aplicados na alimentação escolar e, hoje, apesar de o volume de recursos ser grande, não é mais considerado emenda popular. Enfim, originou-se aqui. Então, há essa limitação para o Estado conseguir responder.

Na verdade, consegui encontrar respostas para muitas perguntas em todos os nossos portais de informação de que dispomos, mas não tenho essa resposta para você agora. Posso dizer que o governo tem um grande projeto de incentivo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae -, junto com a Emater, com a saúde e com as escolas, e tem avançado muito na aquisição de alimentos da agricultura familiar, que é uma grande dificuldade.

Um espaço como o da audiência pública contribui para tudo isso no direcionamento e no esclarecimento dessas questões. Então, hoje o Estado de Minas Gerais tem tido grandes avanços na execução dos 30%, o que é muito difícil mensurar. Ai já respondo também



à segunda provocação do Pedro, de como se enxerga o resultado da política pública. Como vamos mensurar, Pedro? Essa é uma questão intrigante para o mundo inteiro. Outro dia, o gabinete do parlamento inglês, do primeiro-ministro, trouxe para nós as mesmas questões que temos enfrentado, que é como estabelecer os indicadores que vão mostrar se nossa ação está sendo efetiva ou não.

Conto a vocês que há o caderno de indicadores do governo de Minas Gerais, que é justamente uma tentativa de ver se a política está ou não funcionando. Bons indicativos salientam alguns problemas e informam se se está indo bem. Obtivemos uma melhora significativa nos indicadores da educação de Minas Gerais nos últimos anos, mas obtivemos uma piora na segurança. Isso tem mostrado o caminho que o governo tem de seguir. O caminho são os indicadores. Por isso é necessária a parceria com as universidades para que estas possam auxiliar o governo nesse processo de entendimento de como executar e de qual é o resultado a ser obtido na ponta. Essa questão é mundial, intrigante e desafiadora. Por isso adoro estar onde estou, trabalhando para isso. Esse é um grande desafio que todos nós enfrentaremos.

Alessandra, sobre o processo de inclusão de demandas, obtivemos grandes avanços na questão do lixo, que é um dos exemplos de que, nesse processo de troca de informações entre governo e sociedade, conseguimos enxergar as limitações. Por exemplo, você sabe que o lixo não é de competência estadual, mas municipal. Assim, passamos a entender o que cabe à União, aos estados e aos municípios nesse nosso desenho federativo. Mesmo assim, o Estado deu respostas importantes. Houve o Projeto Estruturador Resíduos Sólidos, que implantou o Centro Mineiro de Referência em Resíduos. A proposta do próprio presidente desta Casa para o programa Bolsa Reciclagem virou uma lei, que já está em implantação. Esse programa distribuiu recursos para as associações de catadores de lixo. Têm de ir para os catadores 90% desse recurso, e 10% podem servir para o custeio da organização. Mais de 1.100 catadores de 58 organizações em Minas Gerais receberam R\$8.000.000,00 até fevereiro deste ano. Esse avanço, com certeza, adveio da pressão social que a audiência pública provocou nesse número grande de pessoas organizadas. Naturalmente, os movimentos mais organizados conseguem uma resposta mais positiva do governo, que tem de escolher o que fazer primeiro. Isso é muito saudável para a democracia, pois, quando há uma oportunidade como essa, em que a própria sociedade expõe o que deve ser prioridade, o governo tem muita capacidade de dar uma melhor resposta. Creio que temos feito isso. É impossível atender a todas as demandas.

Recebi uma pergunta sobre o programa Papo Legal. “Por que ele não aparece no portal Políticas ao seu Alcance?” Adoro esse desafio. Nós, da Secretaria de Planejamento, temos a difícil tarefa de orientar todos os órgãos, pois a estrutura é gigante. Somente na Cidade Administrativa, 17 mil servidores trabalham diariamente com a questão, para que esses órgãos sejam mais transparentes e apresentem a informação de forma mais estruturada. Por exemplo, esse programa, que é executado em parceria com uma organização da sociedade civil de interesse público, a Oscip Terra da Sobriedade, está incluído em uma ação orçamentária, mas, de fato, ele não aparece.

A título de informação ao Ronaldo Guilherme, que perguntou sobre esse programa, peço que acesse a Ação nº 4.030 e entre no tema “Transversão drogas”, no Políticas ao seu Alcance, que verá que essa ação dispõe de R\$8.000.000,00 para 2013, com uma meta financeira de atender 445 pessoas. Assim, você conseguirá acompanhar a execução do programa, embora, de fato, o nome Papo Legal não apareça, o que é uma falha administrativa dos nossos setores.

Chamei a Assembleia para ir lá falar a todos os nossos gestores administrativos sobre o portal. O nosso recado foi: agora vocês estão sendo mais vigiados. O governo tem de se abrir mais. Esse processo é cultural. Trata-se de uma mudança cultural significativa. No dia a dia, o servidor administrativo não está acostumado a prestar contas do que faz e a pensar na linguagem mais acessível a ser usada. Hoje a Secretaria de Planejamento apresentou grandes avanços, mas muitos órgãos ainda estão muito atrás. Conseguiremos melhorar isso ao longo do tempo.

A partir de todas essas intervenções, concluo que o governo tem melhorado significativamente nessa capacidade de resposta e de conseguir entender e responder às prioridades que vieram da população mineira, que é cada vez mais regional. Há uma pergunta sobre investimento nas comunidades rurais de difícil acesso, que enfrentam um problema com drogas muito importante. Em nossos diagnósticos, cada vez mais temos descoberto esse problema.

Felizmente, por meio de uma operação de crédito criada este ano, estamos conseguindo instaurar várias patrulhas rurais, que é o acesso da segurança, da Polícia Militar, no campo, que ainda era muito pequeno no Estado de Minas Gerais. Também temos tido uma articulação favorável nesse sentido, que ainda tem muito para crescer no Estado. Estamos conseguindo responder ao desafio, mas é preciso fazer com que a sociedade civil organizada traga demandas tão estruturadas quanto às do lixo e da cidadania, quanto às da criança e do adolescente, porque, quando a sociedade se organiza, ela consegue vencer essa guerra de demandas, que sempre vamos ter - e isso é saudável -, na democracia, ainda mais em um estado com 853 municípios, com realidades completamente distintas. Acho que o caminho é favorável e passa por essa comemoração que estamos fazendo hoje das audiências públicas.

O presidente - Roges, você quer fazer um questionamento? Por favor, queira ocupar o microfone.

O Sr. Roges Carvalho - Meu nome é Roges Carvalho. Primeiro, quero saudá-lo, deputado João Leite, porque, depois de vencerem a Libertadores, vocês devem estar muito felizes.

O presidente - Campeão de todas as Américas.

O Sr. Roges Carvalho - Você também, não é deputado André Quintão? Quando o deputado André Quintão falou sobre o PPAG, fiquei com uma dúvida. No caso dos municípios, a princípio, é o governo que coloca o PPAG. Mas quando ele faz isso, passa por um diagnóstico antecipado também, por iniciativa do próprio governo? Antes de ele construir esse PPAG? Esta é a primeira pergunta. Só para esclarecimento, até para as pessoas que estiverem nos acompanhando, o diagnóstico do PPAG tem a contribuição das pessoas. Ele vem para a Assembleia; depois, para os municípios. As câmaras deveriam se esforçar e chamar a comunidade para debatê-lo? Seriam duas instâncias no ponto de vista participativo? Mais uma vez, deputado João Leite, quero cumprimentá-lo.

O presidente - É só alegria. Com a palavra, a promotora Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, representando o Ministério Público.

A Promotora Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, sou promotora de justiça da Infância e da Juventude e não poderia deixar de estar hoje aqui para parabenizar esta iniciativa. Primeiro, porque sou um exemplo



vivo da importância da Comissão de Participação Popular. Registro aqui o tanto que aprendi e o tanto que foi importante para o exercício da minha profissão na área da infância e juventude participar das audiências públicas. Tão importante quanto apresentar as emendas, ter sucesso na aprovação e na execução delas, são os temas trazidos ao debate. Muitas vezes, vejo as pessoas dizerem que o recurso foi pouco, que o percentual foi pequeno. Mas não podemos dizer que isso também não provoca na sociedade a sua responsabilidade de estar aqui, de sensibilizar o Parlamento, especialmente o gestor. Tem essa parte nossa também, não só como promotora de justiça, mas como cidadã. Como promotora, as nossas intervenções contribuíram e contribuem muito. Hoje - digo isso com orgulho -, não ajuizamos mais uma ação civil pública sem antes mostrar para o Poder Judiciário o valor e onde está o recurso. Depois que passamos a utilizar esse mecanismo, não perdemos mais nenhuma ação. Para mim, essa é uma grande vitória, porque a nossa forma de participar é mais técnica.

A Comissão de Participação Popular foi um ator importantíssimo, porque fez nascer a necessidade de um maior entendimento do papel do parlamento, tão criticado pela sociedade, que, muitas vezes, também não está aqui para verificar o que acontece e contribuir para a melhoria do trabalho do Legislativo. Esse também é o nosso papel como cidadãos. E a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem feito esforço para abrir a Casa para debater com a população.

Existem muitos desafios. Como disse o Adriano, estamos participando do bolo desta festa, deste momento de comemoração. Essa contribuição é importante para o exercício da cidadania. Trabalhamos aqui; digo trabalhamos porque participamos dessas audiências. Os recursos ainda são pequenos, mas também verificamos que, dentro daquilo que é possível, estamos fazendo a nossa parte ao apresentar emendas, cumprir o que determina o ECA em seu art. 4º, § único, letras "c" e "d", da destinação privilegiada de recursos. Esse é um exercício que estamos tentando fazer. Por que achamos que ainda estamos tendo sucesso? Porque, a partir de uma emenda parlamentar, fizemos várias reuniões com o gestor e estamos alcançando muito sucesso. Um exemplo disso, como o próprio Adriano disse, são as questões relativas à proteção da criança e do adolescente e à violência sexual. Hoje existe um protocolo de humanização para o atendimento de vítimas de violência sexual, que começou com um recurso de R\$150.000,00. Hoje esse trabalho está despontando em todo o Brasil. Tenho a vaidade, deputado, de acreditar que o trabalho de Minas Gerais fez com que a presidente Dilma elaborasse uma legislação para o atendimento a vítimas de violência sexual na área hospitalar e na área da Justiça.

Para o Ministério Público - não falo em nome do Ministério Público, mas da Promotoria da Infância e Juventude -, conseguimos, com o procurador-geral de justiça, inserir no curso de formação dos promotores de justiça aulas desvendando o ciclo orçamentário, porque verificamos que as experiências de Belo Horizonte e de Minas Gerais deveriam ser repassadas a todos os atores de todas as áreas, especialmente as do sistema de garantia da infância e juventude.

Estamos tentando replicar em Belo Horizonte, junto à Câmara de Vereadores, essa experiência exitosa. Verificamos que havíamos avançado muito - apesar de outros avanços necessários - na questão da Comissão de Participação Popular. Estamos começando a ter sucesso. Fizemos recomendações ao presidente da Câmara Municipal para que se espelhasse nesta Casa, a fim de dar maior transparência e voz ao cidadão belo-horizontino, passando por todas as comissões o orçamento de Belo Horizonte, realizando maior discussão da política pública, especialmente da gestão. Também é um desafio nosso que as emendas, após aprovadas, sejam executadas. Assim podemos acompanhar essa gestão.

Em razão do trabalho da Comissão de Participação Popular, hoje estamos buscando uma parceria com a UFMG para capacitar membros e servidores do Ministério Público na área do ciclo orçamentário. Tenho algumas sugestões, deputados. Se for possível, quando houver a prestação de contas - o gestor, evidentemente, vai escolher programas, projetos, ações de maior interesse -, que a sociedade civil, os cidadãos também possam escolher alguns projetos a respeito da execução para serem debatidos na Casa.

Gostaria também de sugerir que voltasse, nas audiências públicas sobre orçamento e ciclo orçamentário, o protagonismo juvenil, que foi uma das etapas mais concorridas na participação do PPAG. Vimos que, ao longo dos anos, isso não está sendo tão incentivado. É muito importante a participação de crianças, adolescentes e jovens nesse processo. Sugiro que a Escola do Legislativo - que nos ministrou cursos, como mencionou o Adriano - também ofereça cursos a esse público. E maior participação das mídias, principalmente da televisão, quando a Comissão de Participação Popular estiver debatendo assuntos de interesse da sociedade. Parabéns à Assembleia Legislativa, aos senhores, principalmente ao André Quintão, que muito tem trabalhado pela Comissão de Participação Popular e pela Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente, a fim de que o cidadão tenha poder e voz dentro desta Casa. Muito obrigada.

O presidente - Com a palavra, Adriano Guerra, para quem foram apresentadas algumas questões.

O Sr. Adriano Guerra - Recebi uma pergunta. Vou responder primeiro a essa questão também em debate na sociedade, que tem relação com uma ideia equivocada em consequência da forma como vem sendo abordada pela mídia, que é o argumento que o estatuto contribui para aumentar a criminalidade no Brasil. Na verdade, isso é uma falácia. Adiel, permita-me discordar, porque, na verdade, o estatuto assegurou uma série de direitos para crianças e adolescentes e também responsabilização. Essa ideia de que não existe responsabilização é equivocada. No Brasil, a partir de 12 anos de idade, um adolescente já pode ser responsabilizado. O que acontece, muitas vezes, é que o sistema de atendimento socioeducativo, que deveria funcionar, conforme previsto, não tem o necessário investimento.

Na verdade, estamos condenando algo que ainda não foi implantado. O estatuto é uma legislação muito avançada; é uma aposta feita pela sociedade brasileira, desde a década de 90, acreditando que a infância e a adolescência são prioridades para o país. A partir desse momento, em que as consideramos prioridade, há uma série de medidas a implementar. Muitas delas ainda não foram efetivadas. Se observamos o volume de crimes cometidos no Brasil, salvo engano, menos de 5% são praticados por adolescentes. Do total de crimes praticados pelos adolescentes - acho que em levantamento feito pelo CNJ -, 9% são homicídios, ou seja, a maior parte dos delitos, das infrações são crimes contra o patrimônio, questões relacionadas a tráfico de drogas. Muitas vezes, o Judiciário brasileiro encarcera esse meninos. Se você for aos centros socioeducativos, verá que estão lotados. Recentemente, uma emissora de tevê veiculou práticas de tortura nesses espaços. É a realidade que observamos. Tem-se a ideia de que prender os adolescentes resolverá os problemas, e não resolverá. Queremos colocar os adolescentes nas atuais cadeias públicas por crimes praticados contra o



patrimônio? Se o adolescente é negro e pobre, vai para o centro socioeducativo; se é de classe média e tiver bons advogados, vai conseguir se safar mais facilmente. Gostaria de tentar demovê-lo dessa ideia. Como gestor, como conselheiro da assistência social, você tem um papel importante, o de mobilizar os pares para entender que o estatuto precisa ser efetivado, e não condenado.

Recebi uma pergunta do Marco Antônio, da Fundação Metodista, sobre o que pode ser realizado para envolver o CNDCA na participação dos orçamentos públicos estadual e municipal. Essa questão é muito relevante. Considero como o primeiro passo o CNDCA cumprir o dever de casa: fazer o diagnóstico da situação da infância, fazer o plano de ação afinado com o diagnóstico e construir também um plano de aplicação do fundo da infância. Essas são as três prerrogativas básicas que o conselho municipal tem que exercer. A partir desse instrumental, a discussão deve ser levada para dentro do Legislativo.

Este é um ano estratégico. Sabemos que os conselhos municipais dos direitos da criança são, em geral, muito fragilizados. Há dificuldades, logo a formação dos conselheiros é outro importante eixo de atuação. Hoje existem no Estado organizações que investem nisso. A frente de defesa vem fazendo esforço para a formação dessas instâncias, de conselheiros da sociedade civil. O Ministério Público também é um ator importante para dialogar. Precisamos manter o processo de formação e buscar nos municípios vereadores mais sensíveis à causa da infância. Isso também é importante. Sabemos que o Legislativo é permeado por vários perfis de parlamentares e, no caso dos municípios, de vereadores. Temos de buscar os que, de alguma forma, têm maior abertura e, a partir deles, começar o diálogo.

Depois, se você quiser, passo-lhe os contatos. Uma série de organizações têm feito processos formativos que podem ajudar os conselhos. Há muito material didático, muita informação. Obrigado.

O presidente - Vamos passar a palavra à Profa. Edite Cunha, para as suas considerações finais. Após a Profa. Edite, você pode falar.

A Sra. Edite Cunha - Gostaria apenas de considerar rapidamente a questão provocada pelo Pedro, a avaliação dos impactos das políticas públicas. Sabemos que talvez esse seja um gargalo no processo de implementação das políticas. É importante estarmos atentos a isso e provocarmos essa discussão a partir da consideração do nosso conselheiro de Montes Claros e da interpretação de que o estatuto está provocando aumento da violência. Vocês já imaginaram o que seria uma avaliação de impacto do estatuto? Quantos fatores, quantas variáveis existem para se pensar o que seriam os impactos da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente?

Compartilho as considerações do Adriano e gostaria de reforçar que tenhamos sempre essa preocupação na agenda, ao se discutir orçamento. É óbvio que essa avaliação não é atribuição da Comissão de Participação Popular nem do Legislativo, mas é algo que não pode sair do horizonte.

No mais, quero agradecer à Casa o convite. Espero que estes dois dias de discussão rendam muitos frutos e propostas para o prosseguimento e o fortalecimento do trabalho da Comissão de Participação Popular.

O presidente - Pode falar, mas, primeiro, diga o seu nome completo.

A Sra. Ivânia Augusto dos Santos Rodrigues - Sou de Venda Nova. Gostaria de pedir que fosse aumentado o número de conselheiros tutelares. Como fazem muito plantão, sempre falta um. É muito pouco cinco conselheiros para uma população de cerca de 285 mil pessoas. Isso não ocorre apenas em Venda Nova, mas também em outras cidades. Peço também que os conselhos tenham sede própria. Em Venda Nova, há um espaço escolhido, mas a sede ainda não foi construída. Com isso, paga-se muito aluguel, o nosso dinheiro vai para o ralo. Queremos que a prefeitura e o Estado façam com que o dinheiro público renda em outras áreas. Obrigada.

O presidente - Ainda bem que deixamos você falar. É tão importante! Vou passar a sua solicitação ao deputado André Quintão, que vai considerá-la por meio da Comissão de Participação Popular, para aumentar o número de conselheiros tutelares. Pensei que fosse o salário deles, o que também deve ser preciso. O deputado André Quintão vai falar sobre isso e fazer as suas considerações finais, para encerrarmos esta parte deste ciclo.

O deputado André Quintão - Vou começar por uma questão que o Pedro expôs, apesar de ele não estar aqui no momento. Ele abordou um assunto muito relevante. Gostaria, assim, de fazer algumas reflexões, porque é um assunto recorrente, mesmo no processo de balanço de 10 anos.

A primeira observação é que construir uma engenharia institucional envolvendo o Legislativo, sociedade civil, técnicos e governo já é uma grande conquista. Não é fácil desenhá-la. Quem acompanha políticas públicas sabe disso. Temos de cuidar, com muito carinho, dela, pois foi ela, por exemplo, que garantiu que a Assembleia hoje pudesse ter um portal de políticas públicas ao seu alcance. Num processo de consequência da comissão, eu diria que é um ganho imaterial. É material também, mas não é orçamentário. É uma ferramenta fundamental. Daqui a alguns anos, todo o mundo vai dizer o quão bom é termos essa ferramenta no Legislativo. Esse é o primeiro ponto.

No segundo aspecto, vou reiterar como terminei. O ideal é que, na elaboração do plano, onde se define o conjunto das prioridades, que se possa haver a participação popular. Não haverá um papel revisor na Assembleia, simplesmente, do plano elaborado pelo governo. Vai-se ter um papel de colocar a deliberação popular no conjunto das prioridades. O ideal é que, na elaboração, antes do envio da Assembleia, seja feito um processo participativo. Essa é uma atribuição do Executivo, e não do Legislativo. Temos, assim, essa limitação.

O terceiro ponto é que essa questão dos números é interessante. Eles podem ser usados da forma que for conveniente. Esse encontro não é para comemorar e transformar a comissão na melhor coisa do mundo. Pelo contrário, o que mais anoto aqui são os desafios e as sugestões. Sabemos da dimensão dos avanços, das limitações, que não são poucas, e dos desafios.

O Pedro voltou. Estou respondendo às suas indagações. Por exemplo, se anualizarmos valores de ações que foram conquistadas em anos anteriores com emenda popular, eu poderia colocar na transparência mais de um R\$1.000.000.000,00. O Piso Mineiro da Assistência Social é no valor de R\$54.000.000,00; o Bolsa Reciclagem, R\$3.000.000,00. Os projetos estruturadores, que são o foco principal, são da ordem de R\$5.000.000.000,00. Neste ano, 60% são de recursos de empréstimos. Então são R\$2.000.000.000,00 de recursos próprios. Assim, eu poderia dizer que, em vez de 0,02%, temos 1% do valor do Tesouro investido em projeto estruturador. Vê-se, então, que os números servem, muitas vezes, para maquiagem. Podem-se usar para mais ou para menos.



Quando ao que você expôs, Pedro, eu disse que o ideal é discutir na elaboração, pois aí se discute tudo. Eu disse também que há ganhos materiais decorrentes da engenharia institucional, que é muito complexa. Ela levou, por exemplo, à construção do portal Políticas Públicas. Quando se monitora uma política pública, discutem-se impacto, qualidade e resultado. Isso é muito importante. Não adianta eu garantir um orçamento de X bilhões e não saber se esse dinheiro está sendo bem aplicado. Tenho, então, muito receio da discussão do valor. Por que a experiência da Assembleia Legislativa com Orçamento Participativo deu errado? Eu era vereador em Belo Horizonte e acompanhei isso. O governador separava uma cota e dizia que para ela haveria audiências públicas. Por exemplo, dizia que, para o Triângulo haveria tantos milhões; para o Norte, tantos milhões. Então, havia uma cota.

Cada município queria puxar a sardinha para seu lado, porque ainda não havia o orçamento. O deputado João Leite disse que vinha um caminhão de demanda três vezes maior que todo o orçamento do Estado. Era audiência para inglês ver. Depois, estabeleceram uma cota, e aí acontecia o engalfinhamento de lideranças e prefeitos. Pensamos em avançar. Pegaram a cota e a ratearam, virou rateio. Lembro-me de que fui representar a Câmara Municipal de Belo Horizonte em audiência da região metropolitana. Realizamos audiência na câmara, discutimos prioridades para Belo Horizonte no orçamento do Estado, chegamos lá, e eles disseram que seriam R\$137.000,00 para cada município. Era um rateio, e, ao final, haveria o sorteio de uma ambulância. A cidade de Belo Horizonte ganhou a ambulância, com Romeu Queiroz. Mas houve pressão dos municípios para que eu abrisse mão da ambulância, alegando que Belo Horizonte tinha muitas ambulâncias. Os delegados populares de Belo Horizonte me pediam para não abrir mão da ambulância, que era para mandá-la para Venda Nova, que estava precisando dela. Houve uma saída salomônica: o número de Belo Horizonte no sorteio era um, e o presidente da Assembleia, deputado Romeu Queiroz, vendo minha saia-justa, disse que havia ocorrido um erro, que não havia sido sorteado o número um, mas o número sete. Ganhou uma cidade menor, e o problema foi resolvido.

Sabe Pedro, isso aconteceu porque havia cotas. Morro de medo de cotas, porque se é estabelecida uma cota para se discutir, renunciamos à discussão do conjunto do orçamento. Se pegássemos a cota de emenda parlamentar, ainda seria um valor muito pequeno. Não quero monitorar R\$300.000.000,00, mas R\$70.000.000.000,00, que é o orçamento total do Estado de Minas Gerais.

Essa é uma discussão relevantíssima, por isso devemos fazê-la juntos, desde o início. Só assim vamos superar nossos problemas. Dra. Maria de Lurdes, pensei em um exemplo, pois às vezes a emenda é de valor pequeno, mas com importância inimaginável para a política pública. A emenda de protocolo de humanização do atendimento à mulher vítima de violência sexual gerou toda a construção integrada desse atendimento, reunindo Polícias Civil e Militar, hospitais que atendem ao chamado banco de custódia, disponibilizando médico, perito e tratando do recolhimento do DNA do agressor, esturador. E essa emenda era no valor de R\$100.000,00. Hoje existe uma estrutura de atendimento integrado a partir de uma emenda de R\$100.000,00. Se colocarmos na balança, o valor foi apenas o chute inicial.

Por exemplo, este ano, fui a Carmésia, para os jogos indígenas. Havia uma emenda popular dos pataxós. Eram realizados os jogos indígenas durante o dia, e, à noite, havia assembleia dos povos indígenas, quando eles discutiam propostas para o PPAG deste ano, realizavam avaliação de política pública e a integração entre etnias. Havia um valor político de cidadania indígena que extrapola os jogos.

A cada emenda popular, eu poderia agregar um valor em si de política pública. Por isso, não gosto da discussão só sobre valores, até por que esta é uma Casa política. O Pedro vai concordar comigo em relação a isto: no dia em que o valor absoluto de dinheiro novo da Comissão de Participação Popular for superior ou próximo ao de emenda parlamentar, o risco de a Comissão não mais existir será grande. O movimento não é pegar o valor de parlamentar e trazê-lo para a CPP, mas pegar o da CPP e dividir com os parlamentares. Estamos em uma Casa política, portanto não vamos também dourar a pílula. Sabemos qual é a relação de forças, como se dá a discussão sobre a política pública, os orçamentos, etc.

Parabenizo o Pedro pela questão que levantou, porque eu mesmo fico pensando: mas a gente faz isso tudo, e quando vamos ver o valor de dinheiro novo... Mas não há somente o dinheiro novo, há as ações guarda-chuvas. Houve um programa, há uns três anos, em que a regionalização de sistema de abastecimento de água no semiárido era apenas para o Norte de Minas. Realizamos uma audiência no Jequitinhonha, e o pessoal do governo quase saiu correndo, porque não havia regionalização para o Jequitinhonha. Não era dinheiro novo, era um grande orçamento para saneamento, em que houve um compartilhamento.

Adiel, a nova norma operacional básica do Suas, em vigor neste ano, garante que, no mínimo, 3% do orçamento do IGD - Índice de Gestão Descentralizada da Assistência - seja aplicado em infraestrutura e mobilidade para os conselhos. Portanto, você pode cobrar do gestor de Montes Claros, que este ano também está sendo beneficiada pelo Piso Mineiro da Assistência Social.

A última resposta é para o Roges. Pelo critério relação número de habitantes e número de conselhos tutelares, precisaríamos ter muito mais conselhos em Belo Horizonte. Portanto, a demanda é mais que legítima. Caso se aplique a resolução do Conanda, no tocante ao número de conselhos em relação à população, Belo Horizonte, em vez de 9, deveria ter 25 conselhos tutelares. Cobrem do prefeito Márcio Lacerda.

Quando à última questão, levantada pelo Roges, os municípios têm de encaminhar o plano plurianual, alguns até 30 de agosto, outros até 30 de setembro, dependendo da lei orgânica de cada município. Quando da sua elaboração, pode ser feito o diagnóstico prévio, a consulta à população, isso varia de município para município. Na média, os municípios não consultam a população, não fazem o diagnóstico prévio. Alguns até contratam consultorias para elaborar o plano e, às vezes, fazem um plano padrão, como uma vez fizeram com a Lei Orgânica de Belo Horizonte. À época, o Patrus era o seu relator, e ela foi considerada uma das melhores. Em nossa lei orgânica, havia o tombamento da Serra do Curral. Muita gente pegou a Lei Orgânica de Belo Horizonte e a vendeu no interior, e houve várias "Serras do Curral" tombadas em municípios do interior, já que não tiveram o cuidado de compreender melhor a lei. Portanto, há muita venda de plano plurianual. Mas o que pode ser feito é o seguinte: quando o plano chegar à Câmara, ela, independentemente de ter comissão de participação popular, pode convocar uma audiência pública, fazer a mobilização, discutir com o Executivo.

Falarei da experiência de nosso querido deputado Carlin Moura. Ele, que é prefeito de Contagem, foi membro efetivo da Comissão de Participação Popular e resolveu, por sua vivência aqui, antes de enviar o plano plurianual, fazer juntamente com a Câmara



Municipal de Contagem assembleias nas várias regiões, a fim de discutir o que foi colocado previamente no plano, eleger delegados populares nas referidas assembleias e, assim, permitir à câmara municipal deliberar após o processo participativo realizado pelo governo e a câmara. Fui lá fazer a abertura do Planejamento Participativo de Contagem. Foi algo interessante. Mas onde não for possível fazer isso, deve-se conseguir um bom consultor, assessor, apoiador ou os próprios vereadores para ajudar. Estudem o plano, articulem-se com a área da criança, da assistência etc. e apresentem uma emenda de revisão anual, porque, caso contrário, o plano será aprovado e só poderá ser alterado daqui a quatro anos, período longo demais.

Agradeço as perguntas. É sempre bom estar em uma Mesa conduzida pelo deputado João Leite, que é muito competente e bem-humorado, o que ajuda nesta aridez da Assembleia. Quero agradecer à Edite e ao Adriano, e parabenizar a frente de defesa e todas as instituições, incluindo o Ministério Público e os representantes do governo estadual. Ontem eu mencionei que o segredo da Comissão de Participação Popular é que ela não pode ser nem comissão palanque da oposição nem comissão linha auxiliar do governo. Ela tem de ter o cuidado de expressar fielmente as demandas populares e construir uma metodologia institucional técnica e política de convencimento, a fim de atingir os melhores e maiores resultados possíveis no planejamento do Estado - não é, Leonardo? Esses dois dias têm sido destinados a recolher sugestões da sociedade civil, como mencionaram a Dra. Maria de Lurdes e o Pedro, e também a lançar desafios novos. Temos de reciclar, renovar a nossa atuação. Muito obrigado.

O presidente - O deputado André Quintão me fez lembrar a coordenação de uma audiência regional. Antes do Orçamento Participativo e da revisão do PPAG, havia as audiências regionais. Na década de 1990, eu coordenava uma audiência regional. Já estávamos na bagagem com o asfaltamento de Turmalina, passando por Virgem da Lapa, Coronel Murta, até Araçuaí. Essa obra quase que acabava com todo o orçamento, era até numa estrada federal. Estava prevista também a revitalização de todas as estações da ferrovia Bahia-Minas. Em determinado momento, chegou um aviso para mim na Mesa: "Os professores vão entrar aqui!". Disse: "Têm de entrar, fazer o quê?". No final, depois de tudo isso, foi sorteada a ambulância. Nesse momento foi cunhada a frase famosa: "Depois da tempestade, vem a ambulância". Foi justamente aí, em Minas Novas, depois dessa audiência regional.

Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição do dia 14 de setembro, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br.

O deputado André Quintão - Deputado, vou quebrar o protocolo só por causa dessa história da ambulância. Houve um outro detalhe, um caso verídico. Eu não sei dirigir automóvel, só moto. E a ambulância era *in loco*, a pessoa te entregava a chave. Então, ainda havia o problema de pegar a chave, porque, como não sei dirigir, não conseguiria. A ambulância ia ficar lá do mesmo jeito, deputado João Leite.

O presidente - Era legal: os prefeitos ganhavam a ambulância e já saíam com a sirene ligada.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/8/2013

Presidência do Deputado André Quintão e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do presidente - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras da Sra. Ruth Schmitz de Castro - Palavras do Sr. Lucas Junqueira Vitelli - Palavras do Sr. Alexandre Eustáquio Teixeira - Palavras do Sr. Rildo Cosson - Palavras do Sr. Sérgio Antônio Peres Dutra - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Maria Tereza Lara.

Abertura

O presidente (deputado André Quintão) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Dez anos da Comissão de Participação Popular, que tem os seguintes objetivos: possibilitar a reflexão sobre os mecanismos de participação popular no Poder Legislativo; conhecer e discutir boas práticas nacionais e internacionais de participação popular no Legislativo; apresentar experiência de prática participativa na Comissão de Participação Popular da Assembleia de Minas Gerais; constituir um acervo de trabalhos acadêmicos cujo objeto de estudo seja justamente a participação popular no Poder Legislativo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Ruth Schmitz de Castro, gerente-geral da Escola do Legislativo desta Casa; os Exmos. Srs. Alexandre Eustáquio Teixeira, coordenador do Núcleo de Políticas Urbanas e Sociais da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas; Rildo Cosson, pós-doutor em Educação pela UFMG e professor do Programa de Pós-Graduação do Centro

de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados; Sérgio Antônio Peres Dutra, coordenador do Parlamento Jovem de Minas na Câmara Municipal de Juiz de Fora; e Lucas Junqueira Vitelli, graduado em Ciências Sociais pela PUC Minas e ex-participante do Parlamento Jovem de Minas; e a Exma. Sra. deputada Maria Tereza Lara, vice-presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Palavras do Presidente

Boa tarde a todas e a todos. Agradeço muito a presença de todos os integrantes do ciclo de debates. Vejo um bom número de vereadoras e vereadores presentes. Quero cumprimentá-los em nome dos vereadores de Olímpio Noronha. É muito importante a participação do Legislativo municipal neste evento, até porque a temática de hoje, “Parlamento Jovem”, é realizada em parceria com câmaras municipais. Esperamos que as câmaras municipais adiram ao Parlamento Jovem.

Com a Mesa composta, quero dizer que, nós, da comissão organizadora do ciclo de debates, escolhemos duas experiências exitosas da Comissão de Participação Popular: a participação popular no ciclo orçamentário e o Parlamento Jovem, que, sem dúvida alguma, é uma experiência exemplar.

Antes de passar a palavra para a deputada Maria Tereza Lara, gostaria de externar todo o nosso agradecimento para quem hoje coordena essa experiência na Assembleia, na Escola do Legislativo, a Ruth. Então, gostaria de cumprimentá-la, em parceria com a PUC e com as câmaras municipais. É com muito carinho que me lembro de que o processo de implantação da Comissão de Participação Popular surgiu em junho, julho e agosto de 2003.

Fui procurado nesse período por alguns ex-professores da PUC Minas, a Beth Marques, a Cristina Vilani e o José Márcio. As duas primeiras foram minhas professoras no serviço social da PUC. O José Márcio eu conhecia da gestão do patrimônio cultural na Prefeitura de Belo Horizonte. Eles apresentaram uma ideia de desenvolver um projeto com estudantes da PUC sobre acompanhamento de políticas públicas de juventude. Essa foi a gênese do Parlamento Jovem. Ficaram sabendo que eu acabava de implantar uma comissão de participação popular e vieram apresentar essa proposta. Imediatamente eu disse que uma proposta dessa monta, de acompanhamento de políticas públicas, de formação para a cidadania, precisava aqui na Assembleia de um suporte que a comissão ainda não tinha. Ela não tinha sequer esse acúmulo ainda, pois estava começando a ser implantada. Agora temos a Escola do Legislativo, que já tem várias iniciativas de formação para a cidadania. Vamos, então, acertar aí essa conversa com a Escola do Legislativo. A Comissão de Participação Popular tem o maior interesse, até porque, se é uma proposta de participação mais efetiva, com sugestão de proposta, o regimento da Comissão de Participação Popular pode acolher essa proposta como sugestão de iniciativa popular.

Então começou aí, em 2003. A partir disso, a Escola do Legislativo e a PUC Minas começaram a esboçar talvez o mais importante programa, hoje, de protagonismo juvenil da Assembleia Legislativa. Felizmente, vocês verão pelas exposições, o quanto avançamos. Então, agradeço muito à PUC Minas, à Escola do Legislativo, às escolas de ensino médio e, hoje, às câmaras municipais.

Com muita alegria, fizemos questão de delegar à deputada Maria Tereza Lara a coordenação desta Mesa por vários motivos. Primeiro porque ela é educadora, é da área de educação. Sabemos que esses projetos de formação para a cidadania têm na educação um *locus* privilegiado. Ela é uma mulher guerreira, batalhadora pela cidadania, já foi presidenta da Comissão de Participação Popular nos anos de 2005 e 2006 e hoje é vice-presidente atuante da Comissão de Participação Popular. Participou de várias edições do Parlamento Jovem, inclusive da última, na semana passada, recebendo as sugestões da edição deste ano. Então, esta Mesa terá a coordenação de uma deputada muito querida, muito competente, muito comprometida.

A Comissão de Participação Popular é resultado de um trabalho coletivo. Hoje pela manhã tivemos a presença do deputado João Leite; agora temos aqui a presença novamente, pois esteve durante a manhã, da deputada Maria Tereza Lara.

Então, deputada Tereza, já que o deputado João Leite usou, pela manhã, a metáfora do futebol com a Adriana, que estava no aquecimento para falar, a bola está com você a partir de agora. Vou acompanhar atentamente os expositores e as expositoras.

Temos de avançar, não é, Ruth, pois esse caráter do ciclo de debates da comissão não é para falar só do que está bom, mas do que está bom, do que não está e do que podemos melhorar daqui para frente. Mas reiteramos que a Escola do Legislativo nesta experiência tem protagonismo maior. Estamos, aliás, viabilizando as edições, Alexandre, do livro editado pela PUC da pesquisa sobre o Parlamento Jovem para quem teve essa disponibilidade de acompanhar hoje. Sabemos que é cansativo ter dois dias de ciclo, mas estão aí à disposição para que vocês voltem também com um material de reflexão muito bem-feito pela PUC Minas sobre o Parlamento Jovem.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente (deputada Maria Tereza Lara) - Boa tarde a todas e a todos. Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora”, disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa.

Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, clicar sobre o botão “Participe Agora”, preencher o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Agradeço as palavras de incentivo, de carinho do deputado André Quintão. Ele propôs a criação e foi presidente dessa Comissão de Participação Popular durante todo o período do seu funcionamento, menos 2005 e 2006, quando tive oportunidade de presidir essa comissão, quando ele foi líder da nossa bancada. Há um reconhecimento da nossa bancada e de toda a Casa do comprometimento e da competência do deputado André Quintão em relação à participação popular e ao parlamento.

Quero deixar isso registrado e agradecer a ele por ser um companheiro que realmente orgulha a nossa bancada e esta Casa.

Quero reforçar o que ele disse em relação a esse projeto: que tem sucesso e é executado pela Assembleia por meio da Escola do Legislativo - aproveito para parabenizar a Ruth; por meio da PUC Minas, que também está em Betim e tem crescido e prestado relevantes serviços ao nosso estado e ao nosso país, nesta Mesa sendo representada pelo prof. Alexandre Eustáquio; e das câmaras municipais, que vieram depois de 2010, pois de 2004 até 2010 o projeto só existia na Capital e depois se estendeu a todo o Estado.

Este evento é organizado pela Escola do Legislativo e pela GPI. Aproveito para cumprimentar esse setor e todos os profissionais, que são muito competentes e que nos ajudam a organizar todos os grandes eventos, as audiências, as sessões especiais e os ciclos de debates. Sem esses profissionais, não teríamos condições de executar nossa tarefa.

As entidades parceiras deste evento são: Fundação Avina, Fundação João Pinheiro, PUC e UFMG.

Antes de passar a palavra aos expositores, quero lembrar um fato. O objetivo do Parlamento Jovem é a formação política. E lembro que ontem o deputado André Quintão disse que o Parlamento Jovem deste ano foi esplêndido. Como os jovens adquiriram uma consciência de participação, eles com certeza serão futuros parlamentares, vereadores, prefeitos, deputados.

Mas também há uma questão que pontuamos. Se hoje no Brasil fizermos uma consulta popular, infelizmente pode ser que escolham fechar o parlamento. Pois existe uma mentalidade de generalização, de que todo político é corrupto; nenhum político trabalha, é corrupto. Deputado André Quintão, pelo que V. Exa. percebeu, isso já avançou muito, mas a defesa do político ainda não, ainda há aquela mentalidade generalizando. Isso é um desserviço à democracia. Se colocarmos todos os parlamentares como negativos, se houver essa consulta popular, a população poderá pedir o fechamento dos parlamentos municipais, estaduais, nacionais. E se fecharmos o parlamento, qual será o sistema de governo, a forma de governo? A ditadura. E tenho certeza de que todos, ou a grande maioria, não querem isso.

A democracia é o sistema de governo que até hoje é o mais avançado, mesmo com todas as contradições. Temos de avançar, mas ainda não descobrimos outro sistema melhor que a democracia. Daí a grande importância do Parlamento Jovem.

Também quero cumprimentar todos os vereadores e vereadoras. Por favor, passem-nos seus nomes. Faço questão de nominá-los, pois é importante a ação dos vereadores. Está aqui o Sérgio, de Juiz de Fora, representando os vereadores na Mesa. Cumprimento também todos os movimentos sociais, todos os segmentos.

Agora passo a palavra aos nossos ilustres expositores, que disporão de até 20 minutos. Peço que se atenham ao tempo, pois depois queremos que haja um debate.

Com a palavra, a Sra. Ruth de Castro, a quem, desde já, parabenizo pelo trabalho no Parlamento Jovem.

Palavras da Sra. Ruth Schmitz de Castro

Boa tarde a todos e a todas. É um prazer e uma alegria estar aqui representando toda a equipe envolvida no Parlamento Jovem, que não é pequena - a Marta, coordenadora pela Escola do Legislativo, o Júlio, a equipe da GPI, a equipe da Consultoria, entre outros. Ou seja, estou aqui para, em nome de uma equipe enorme da Assembleia e das Câmaras Municipais, falar de um projeto realizado a muitas mãos. Vou tentar dar a vocês uma visão de como se realiza esse projeto, cujo formato não é simples, mas complexo e até sofisticado. Portanto, precisamos dar algumas explicações para que vocês entendam como o Parlamento Jovem funciona e percebam quão diferente de outras iniciativas similares ele é.

O deputado André Quintão já antecipou essa parte da história, mas o Parlamento Jovem nasceu de um senso de oportunidade ou de uma confluência dos astros, digamos, que permitiu que, no momento em que se criava a Comissão de Participação Popular, a PUC procurasse a Assembleia e encontrasse, na pessoa do deputado André Quintão, alguém que já conhecia bem o trabalho da Escola do Legislativo e que, portanto, sabia do que já realizamos em termos de formação para a cidadania. Em sua primeira edição, no ano de 2004, o Parlamento Jovem veio compor um projeto que se chamava Conexão Assembleia, que era um projeto em aberto - tínhamos a possibilidade de fazer projetos em aberto com as universidades e já tínhamos realizado algumas edições do Conexão Assembleia. O Parlamento Jovem nasce, então, como uma edição especial do Conexão Assembleia, ganha independência e se torna até maior do que o primeiro, em vista do que se passou na história dessas 10 edições, que vou contar para vocês.

Minha fala, então, vai tentar localizar, dentro dos projetos da Escola do Legislativo, o que move um Parlamento para a educação para a cidadania. Em outras palavras, quais são as ideias que orientam uma Casa Legislativa a, por meio de sua escola, abraçar a educação política do cidadão, em especial do jovem. Assim, na primeira parte, vou apresentar as linhas gerais que nos orientam nesses diversos projetos de formação política. Em um segundo momento, vou apresentar, o mais rápido possível, o formato do Parlamento Jovem. Por fim, vou tecer algumas considerações, aguardando que vocês possam contribuir conosco para aprimorar o modelo desse projeto, que é dinâmico. Aliás, se eu tivesse que escolher, eu diria que a sua principal característica é o dinamismo, pois ele se reinventa a cada edição. Tenho certeza de que o ciclo de debates sobre os 10 anos da Comissão de Participação Popular vai contribuir muito para que o Parlamento Jovem do ano que vem seja melhor do que o deste ano. É esse o desejo que nos move.

Para falar de educação, cidadania e Legislativo, temos de descrever de que Legislativo estamos falando, de que educação estamos falando e de que cidadania estamos falando.

De que Legislativo estamos falando? Um Legislativo que assuma seu papel na construção de uma sociedade melhor e que se apresente como poder e voz do cidadão, ou seja, um Legislativo que exerça a representação com a participação da sociedade na elaboração das leis e na avaliação das políticas públicas. Quer dizer, é um Legislativo que valoriza a participação popular - os 10 anos da Comissão de Participação Popular mostram exatamente isso.

De que educação estamos falando? Uma educação que tenha lugar no interior do parlamento, esse lugar privilegiado das construções coletivas e que se assume como espaço de construção de conhecimento.

Do Parlamento mineiro, se olharmos as várias experiências dos eventos institucionais, as experiências da Escola do Legislativo, os projetos da escola, os trabalhos da escola com os municípios mineiros, percebe-se o trabalho de educação que se faz no Parlamento, também através da escola. Quer dizer, nada melhor do que educar para a cidadania do que fazer, do que fomentar o exercício da cidadania. Os eventos de participação popular fazem isso. Essa educação que tem como objetivo, que tem como telos, como fim a



construção da autonomia, da capacidade crítica e da consciência cidadã. Uma educação que se pauta em valores como solidariedade, espírito cívico, altruísmo, ética e respeito pelo bem comum, uma educação para e pela cidadania. Ainda: uma educação que prepara para o que não está pronto. O ano que vem, a gente não sabe como vai ser o Parlamento Jovem. Algumas regras se mantêm, um formato que tem flexibilidade suficiente para se adaptar às várias realidades do Estado, mas a gente pretende que seja a cada ano melhor do que foi no ano anterior. Quer dizer, é uma educação que prepara para aquilo que não está pronto, para aquilo que está por vir, para o que se constrói no fazer diário e na reflexão comprometida com a superação dos conflitos, por meio da participação, do diálogo e da construção do consenso, sempre inspirados nos ideais republicanos e com vistas ao bem comum.

De que cidadania estamos falando? Cidadania, conceito amplo, aberto, polissêmico, que tenha inúmeros sentidos, que se reconfigure a cada contexto e que pressuponha a busca por modos de viver e conviver solidariamente, respeitando e fazendo respeitar cláusulas acordadas. Cidadania que gire em torno do estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada que lhe confere direitos e obrigações e a um mundo que desejamos preservar. Cidadania que pressuponha pluralismo de opinião e livre acesso à expressão pública. Uma cidadania que resgate a ideia de participação ativa dos cidadãos nos assuntos da comunidade, ideia essa já presente no conceito de cidadania grega, de cidadania romana, mas que alargue o conceito de cidadão, que tanto na Grécia quanto em Roma eram muito excludentes ainda. Nossos sonhos são de uma cidadania ampla em todos os sentidos, cidadania que continue alargando os direitos dos indivíduos, mas que revele também os compromissos desses indivíduos com a coletividade. Cidadania diferenciada e profunda, marcada por múltiplas vozes e linguagens num mundo também múltiplo e que é o ponto de partida para uma variedade ético-política em que Babel, essa confusão de vozes, de linguagens, de discursos, seja mais uma oportunidade e menos um desastre. Quando se pensa em muita gente falando ao mesmo tempo, pensa-se em confusão, mas, a partir da construção da cidadania, a gente tem conseguido e, cada vez mais, vamos conseguir fazer de Babel mais uma promessa do que uma ameaça.

Aí eu cito um trecho de um documento do Reino Unido, da década de 1980, que nos lembra que “a cidadania, tal como qualquer outra coisa, tem que ser aprendida. Os jovens não se tornam bons cidadãos por acidente, da mesma forma que não se tornam acidentalmente bons enfermeiros, bons engenheiros, bons condutores ou bons informáticos. A nossa preocupação é a necessidade de proporcionar aos jovens os encorajamentos necessários para aprenderem a ser bons cidadãos”. Ou seja, a cidadania também se aprende e se ensina. Na verdade, os projetos de educação para a cidadania que desenvolvemos e que o Parlamento abraça são concebidos a partir de três dimensões da cidadania. Quer dizer, é preciso desenvolver o letramento político necessário para se viver em sociedade.

É preciso desenvolver o letramento político necessário para se viver em sociedade, ou seja, é preciso que todos tenham informações que são necessárias para se viver em sociedade. É preciso que se desenvolva a competência para participar em comunidades democráticas, e é preciso desenvolver também a capacidade de pensar criticamente e de agir responsável e responsivamente num mundo pluralista.

Estou falando sobre as três dimensões que nos propõe uma estudiosa portuguesa chamada Maria Eduarda Vaz Muniz dos Santos, que fala sobre essa educação para a cidadania, que na verdade se divide em três: educação em cidadania ou sobre cidadania, que nos leva ao exercício de nos conhecer como cidadãos; educação pela ou na cidadania, que nos leva a desenvolver habilidades para que atuemos como cidadãos - o conhecer como cidadão, o atuar como cidadão -; e a educação para a cidadania completa, que abarca as outras duas e que nos leva a pensar como cidadãos. Ou seja, conhecer como cidadão nos dá uma perspectiva cognitiva que tem como meta a aquisição de um letramento político. Requer promover a informação e a capacidade do cidadão de se pronunciar sobre temas fundamentais da cidadania. Atuar como cidadão nos mostra uma perspectiva presente, uma abordagem experiencial. Aprende-se cidadania praticando a autonomia, a participação, a cooperação. E pensar como cidadão é uma perspectiva futura, que compreende tanto a educação em cidadania quanto a educação pela cidadania. Potencializa a habilidade de encarar novas situações, de fazer escolhas e enfrentar novos dilemas com autonomia, senso crítico e responsabilidade com a vida e com o mundo.

Dito isso, acho que já podemos tentar conhecer um pouco mais o Parlamento Jovem. Está aí uma foto da plenária final de uma das edições, depois a entrega do documento à Comissão de Participação Popular. Como a deputada Maria Tereza Lara já lembrou, o objetivo do Parlamento Jovem, que até a edição de 2010 era só da cidade de Belo Horizonte, e, a partir daí, passou a ser o Parlamento Jovem de Minas, é contribuir para a formação política e cidadã dos estudantes e propiciar a vivência de práticas participativas junto aos Legislativos Municipal e Estadual. Ou seja, educar para a cidadania, significando a educação sobre cidadania e educação pela cidadania. Então não são só informações que são passadas, a vivência da participação política é fundamental no projeto do qual estou falando agora.

Parceiros desse projeto: a Assembleia, sob a coordenação da Escola do Legislativo, mas por meio de vários dos seus setores - Gerência de Projetos Institucionais, Gerência de Consultoria Temática, Gerência de Relações Públicas - quer dizer, a Escola do Legislativo coordena várias outras equipes internas da Assembleia -; o Instituto de Ciências Sociais da PUC Minas; e as câmaras municipais de Minas Gerais. Esses são os parceiros, para eu não ficar aqui a tarde inteira citando os inúmeros outros nos municípios, em parcerias com as câmaras municipais.

Na sexta-feira passada terminamos a edição do projeto de 2013, mas já começamos a edição de 2014. Quer dizer, a edição do ano que vem já começa este ano. Sempre damos os primeiros passos no ano anterior à realização do projeto. Já tivemos algumas reuniões de discussão sobre o que faremos ano que vem, e já estamos pensando no tema que será abordado. A cada ano, o projeto discute um tema específico. Este ano discutimos cidades sustentáveis, e já estamos pensando e articulando o tema a ser tratado no próximo ano. Este ano também teremos a formação de coordenadores municipais.

Na etapa municipal, o calendário de março a julho depende do ano de realização. Essa é a datação do projeto no ano de 2013, e haverá modificações para o ano de 2014 por causa das peculiaridades, pois será um ano com Copa do Mundo, eleições. E é um ano em que ousaremos fazer uma mudança no projeto. É o caráter dinâmico do projeto se manifestando novamente.

A ideia é que, no próximo ano, o projeto se regionalize, que a participação municipal aconteça também a partir das macrorregiões, ou seja, que haja uma etapa intermediária entre a etapa municipal e a estadual, como uma tentativa de viabilizar a participação de maior número de municípios. O que acontece na etapa municipal? Os municípios escolhem as escolas de ensino médio e os monitores que vão atuar nos municípios. Essa escolha é feita pela câmara. Orientamos nessa escolha, mas a câmara possui completa autonomia, dependendo do município em que o projeto esteja se realizando e as peculiaridades locais. Depois de escolhida as escolas e os municípios, são escolhidos os alunos nas escolas.

Normalmente o critério que orienta a maior parte dos participantes é a adesão. As pessoas não são obrigadas a participar do projeto, elas aderem a ele, se oferecem para participar dele e, para isso, cumprem alguns requisitos de participação e obedecem a algumas regras. Estas são poucas mas orientam e permitem que os vários municípios do Estado que estão afastados e não têm proximidade garantam uma participação mais homogênea e que possam fazer o mesmo projeto. É preciso ter algumas regras que garantam essa unidade.

No período do primeiro semestre do ano em que o projeto se realiza, há também a formação dos monitores e dos estudantes, a qual oferecemos, Escola do Legislativo, Assembleia de Minas e PUC Minas, por meio da educação à distância. Nesse período também se faz a produção do material que será divulgado e trabalhado pelos alunos. Todo esse período de discussão, estudo e elaboração de proposições que serão apresentadas ao poder público municipal culmina com uma plenária municipal, quando vai acontecer a discussão, a aprovação das propostas e a escolha das que serão apresentadas na etapa estadual. Durante três ou quatro meses, sob a orientação da câmara, com o apoio das universidades locais, com monitores que normalmente vêm dessas universidades, alunos do ensino médio discutem política, soluções para questões que eles identificam e apresentam propostas para solucionar os problemas identificados. Essas propostas são apresentadas inicialmente, em um documento, ao poder público municipal.

Na etapa municipal, depois de apresentar essas propostas ao poder público municipal, discutem-se as que serão encaminhadas ao poder público estadual e analisadas aqui, na Assembleia. A etapa estadual inicia-se com o final da etapa municipal, com o recebimento dessas propostas encaminhadas por cada município participante. Prepara-se um documento básico composto por essas propostas, e os alunos começam a estudá-las. Quando eles vêm a Belo Horizonte em representação - este ano vieram seis estudantes de cada município -, trabalham em grupos de discussão para construir o documento-base, que é também discutido em uma plenária final. Nessa plenária final, a que os deputados André Quintão e Maria Tereza fizeram referência, a qual ocorreu na semana passada, são discutidas e votadas as propostas que vão compor o documento que será entregue à Comissão de Participação Popular. A plenária final termina com a entrega desse documento à comissão. Na sexta-feira, o documento deste ano foi entregue ao deputado André Quintão, que, como nos anos anteriores, por meio da Comissão de Participação Popular, dá o encaminhamento possível a essas propostas.

Para não ficarmos somente apresentando números, apesar de eles mostrarem muito o que queremos, para terem uma ideia do tamanho do projeto, vou falar apenas os números da edição estadual, a partir do momento em que o Parlamento Jovem assumiu uma dimensão estadual, ou seja, 2010, 2011, 2012 e 2013. Antes disso, a Regina apresentou ontem, no evento, resultados da pesquisa que foi feita por professores da PUC. Mostrarei os números que já são da edição estadual e os municípios participantes.

Em 2010, na primeira edição, participaram 12 municípios; na segunda, foram 16; depois, 15 e, neste ano, contamos com a participação de 18 municípios. Número de escolas participantes: foram 50 escolas, no primeiro ano; 71, no segundo; 76, no terceiro, e 77, neste ano. Gostaria de esclarecer que participaram tanto escolas públicas quanto privadas. O número de escolas com que cada município trabalha é definido pelo próprio município. Isso não é uma regra geral, mas depende da capacidade de trabalho das equipes locais. Quanto ao número de estudantes: no ano de 2010, foram 815 estudantes envolvidos; em 2011, foram 2.253; em 2012, foram 921; e em 2013, houve um total de 941 estudantes no projeto. Normalmente os monitores são estudantes do ensino superior, servidores das câmaras municipais ou professores das escolas participantes. São eles que nos ajudam no trabalho de formação política dos estudantes na etapa municipal. O número de monitores, em 2010, foi 112; em 2011, 142; em 2012, 99; e, em 2013, 111 monitores.

Na cartilha que receberam sobre a CPP consta essa informação, mas gostaria de registrá-la, de chamar a atenção para isso. Optei por mostrar alguns dos resultados obtidos, dos desdobramentos de propostas do PJ. Diversas propostas de natureza administrativa tiveram encaminhamentos para os mais diversos órgãos da administração pública. Não vou listá-los aqui, mas diversos requerimentos para órgãos públicos foram feitos a partir de proposições levantadas pelos estudantes.

Em 2004, tivemos a inclusão no Conselho Estadual da Juventude de representantes de um dos órgãos da representação estudantil: Ubes, UNE, UEE ou DCEs. Essa proposta foi incorporada ao projeto de lei que culminou com a edição da Lei nº 18.136, de 2009, ou seja, uma proposição que surgiu no Parlamento Jovem foi incorporada ao texto de uma lei editada por esta Casa, que é exatamente a lei que institui a política estadual de juventude e que determina que o Poder Executivo envie projeto de lei reestruturando o Conselho da Juventude.

Outra proposição de 2004 também subsidiou um projeto de lei. A proposta solicitava a inclusão, na lei que melhor conviesse, de dispositivo estabelecendo ações preventivas nas escolas estaduais com relação ao uso de drogas, bem como solicitando a presença de profissionais especializados nos colegiados das escolas para a concepção de ações preventivas do uso de drogas. Essa proposta ratificou debates em torno do então projeto de lei, hoje a Lei nº 16.683, de 2007, que autoriza o acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

Em 2006, foi sugerida e já foi atendida pela TV Assembleia a criação e divulgação de programas de TV destinados ao público jovem relativos à formação política. Neste ano, no mês de julho, exibimos o programa *É você quem faz política*, que será reexibido no mês de outubro, resultado dessa indicação retirada de uma proposta do Parlamento Jovem.

Em 2007, houve outra proposta de distribuição obrigatória, pela Secretaria de Educação, de merenda escolar gratuita para os alunos do ensino médio da rede pública. Isso foi apresentado na forma de emenda ao PPAG, e hoje é lei federal.

Outra emenda do PPAG de 2008-2011 é a implementação de agência de estágio e de emprego para jovens, com encaminhamento para mercado de trabalho.



O Parlamento Jovem tem resultados concretos. Esta Casa dá encaminhamento. O Parlamento Jovem é um instrumento de participação popular, como outros que temos na Casa - ciclos de debates, seminários legislativos, fóruns técnicos -, com a particularidade de visar um segmento da sociedade, que é o público jovem.

Nas minhas considerações finais, gostaria de chamar atenção para algumas conclusões a respeito desse trabalho desenvolvido ao longo das 10 edições. Por meio do Parlamento Jovem, o Legislativo Mineiro dá voz a um segmento específico da sociedade, instrumentaliza o debate e subsidia discussões que fortalecem a democracia participativa. Além disso, tem a capacidade de promover a criação de outras redes de participação articuladas.

As câmaras municipais que participam desse projeto passam a se articular como casas legislativas para outras ações e também desenvolvem a capacidade de promover e valorizar a participação popular. É um diálogo que se estabelece entre as câmaras a partir do Parlamento Jovem. E não são apenas os alunos que estão aprendendo, mas nós, legisladores mineiros, estamos aprendendo a promover a participação popular. E as instituições de ensino envolvidas, universidades e escolas de ensino médio, também têm a possibilidade de se articular entre si e com o poder público. É a educação das instituições. É aquela educação sobre, pela e para a cidadania. As instituições também aprendem.

Para os jovens, o projeto possibilita a formação política e o exercício democrático. O jovem constrói o entendimento sobre o que é uma assembleia legislativa, uma câmara municipal, o Poder Legislativo e o poder público: é a educação sobre a cidadania. O jovem vivencia o dia a dia do parlamento, apresenta suas propostas e desenvolve a capacidade de formular argumentos técnicos e políticos: é a educação pela ou na cidadania.

Por fim, o projeto incentiva posturas ativas e espírito cidadão, uma vez que é visível, como mostraram os resultados da pesquisa apresentada pela Regina ontem, o comprometimento dos jovens participantes com a elaboração coletiva de soluções. Há ampliação do entendimento sobre democracia e participação política. Eles conhecem, atuam e pensam como cidadãos. Ou seja, estamos realmente desenvolvendo uma educação para a cidadania.

O meu tempo se esgotou, mas vocês verão um exemplo disso em seguida, com o depoimento de um ex-aluno, ex-estagiário, cidadão participante dos debates que acontecem nesta Casa. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

A presidente - Obrigada Ruth, gerente-geral da Escola do Legislativo, que fala sobre esse projeto com tanto entusiasmo, o que é muito importante para nós.

Com a palavra, o Sr. Lucas Junqueira Vitelli, para sua exposição sobre o tema "O Parlamento Jovem de Minas".

Palavras do Sr. Lucas Junqueira Vitelli

Boa tarde. Primeiramente, gostaria de agradecer aos deputados André Quintão e Maria Tereza Lara e a todos o convite que me foi feito pela Assembleia.

Pedirei licença para uma fala mais informal, porque contarei um pouco da minha história, que é meio diferenciada e apresenta um caráter bastante importante. Durante minha carreira inteira, esse projeto foi um dos mais importantes, pois me fez pensar como hoje estou pensando e também desenvolver os trabalhos que desenvolvo.

Essa história volta a 2004, ao primeiro Parlamento Jovem. Nessa época eu cursava o 3º ano do ensino médio. Fui convidado a participar da primeira edição do projeto. Eu já possuía algum tipo de interesse na área social e em discussões sobre política. Como não tinha muito conhecimento, fiquei bastante intrigado com o que acontecia, com as possibilidades daquilo que estava sendo apresentado no momento. Em 2004, tive oportunidade de participar, pela primeira vez, desse projeto, junto à Escola do Legislativo e aos monitores do curso de ciências sociais da PUC. Para mim a experiência foi bastante importante e chamou muito minha atenção. Foi a primeira vez que tive contato com o Legislativo, com esta Casa. Pela primeira vez, entendi como funcionava de fato a participação dos deputados e da população na Casa. O projeto à época abriu-me os horizontes. Fiquei bastante empolgado com a possibilidade de apresentar alguns anseios que os jovens geralmente têm.

Eu estava com 18 anos. Tínhamos muitos anseios sobre determinadas temáticas que discutíamos. O projeto foi muito importante para mim porque tive a oportunidade de propor, de fato, algumas coisas. Discutimos os direitos sociais e coletivos, as cotas dentro das universidades. O tema foi superpolêmico na época. Nós nos preparamos muito para a apresentação que faríamos aqui, mas no dia houve quase uma guerra. Tudo foi bastante interessante para mim, que nunca havia visto isso.

Aquela foi a primeira oportunidade que tive de saber da existência da Comissão de Participação Popular, que não sabia haver na Assembleia. Tudo foi muito bacana. Quando saí, fiquei com uma impressão muito boa. Eu, que estava tentando o vestibular, resolvi logo fazer ciências sociais, porque essa área chamou muito a minha atenção. Eu já pensava em cursar algo nessa linha, como história. Passei no vestibular e tive a oportunidade de fazer ciências sociais na PUC. Logo no primeiro período, a Bete e a Regina, que falaram aqui ontem, convidaram-me para ser o monitor da segunda edição do projeto, que discutiria a redução da maioridade penal.

Esse momento foi muito interessante também, porque comecei a compreender melhor as coisas. Eu estava começando a estudar o que era ciência política, como funcionavam os Poderes, qual era o papel do Legislativo dentro do governo e da sociedade. O projeto despertou em mim um sentimento de querer participar cada vez mais e de propor coisas. Descobri que a Assembleia tinha um complexo de eventos institucionais, como os seminários legislativos, os fóruns, as audiências, a Comissão de Participação Popular. Tudo era novo no momento para mim.

Eu comecei a aprender um pouquinho mais sobre o funcionamento de cada um deles, sobre as possibilidades que tínhamos, no momento, de apresentar as propostas e aprender o que seria cidadania, esse papel do cidadão, possuidor de direitos e deveres, como a Ruth mencionou.

Na PUC tive o primeiro contato com essa formação básica, que os monitores têm. Foi aí que comecei a descobrir os primeiros conceitos de cidadania e a dimensão dos deveres e direitos dos cidadãos, tanto civis quanto sociais. Também comecei a descobrir o que seria participação popular. De fato, isso é algo que eu não exercia antes. Eu apenas possuía esse desejo, mas não tinha a



oportunidade de expressá-lo nem era tão engajado nessa questão. Tudo isso foi bastante importante para mim, porque comecei a atuar, de fato, em várias temáticas que me foram de grande valia na época, como as questões dos direitos sociais e da redução da maioria penal. Pude até mesmo opinar e colocar algumas coisas. Naquela época havia essas questões polêmicas, e foi a primeira vez que tive contato com esses jovens, que estavam no lugar em que eu estava em 2004. E isso para mim foi um choque, porque pensava: como vou passar conhecimento para esses jovens, se, no ano anterior, eu é que o recebia? Tudo isso ocorreu nesse ano.

O parlamento tem o caráter de apresentar essa formação para os monitores, e isso é bastante importante para mim, porque foi a partir daí que desenvolvi vários conhecimentos que hoje tenho, e agora eu os aproveito e aplico constantemente.

Essa minha história é muito engraçada porque acabei participando, em 2004, 2005, 2006 e 2007, praticamente de quatro ou cinco edições. Dentro de cada uma dessas edições, como o parlamento é muito dinâmico - a Ruth abordou isso aqui -, ele me possibilitou aprender um pouco mais sobre o próprio Estado, a sua organização, a própria questão da democratização do Estado e dos seus Poderes e também a questão do que seria participação popular. Isso foi tão importante que eu era, cada vez mais, conquistado por essas questões. A participação popular foi abrindo a minha cabeça de determinada maneira que, a cada ano que passava, eu ia pensando, mais e mais, no que eu poderia fazer, como eu poderia ajudar e como a sociedade poderia, de fato, influir no Legislativo e trazer mecanismos possíveis para isso. Na Assembleia de Minas, existem vários desses mecanismos, e tive a oportunidade, posteriormente, de voltar a estudar alguns deles, e estudei bastante. Então essa experiência foi algo que me abriu as portas totalmente. Durante esse tempo, tive a oportunidade de adquirir outros conhecimentos, primeiramente em 2004 e 2005. Apreendi sobre essa questão da aprendizagem, da política, o que era cidadania, o que era ser um cidadão e, principalmente, o que era participação e democracia, conceitos básicos para essa matéria. Comecei a aprender isso nos primeiros anos, depois fui desenvolvendo esse conhecimento ao longo dos anos posteriores. Eu não possuía esses interesses, fui despertando para eles ao longo dos anos. A partir daí, pude ter um contato muito direto com a Assembleia. Particpei de outras edições do Parlamento Jovem e tive papéis variados dentro dessa participação, dentro da lógica de funcionamento do parlamento. Na época nem era Parlamento Jovem de Minas, mas apenas Parlamento Jovem de Belo Horizonte.

Tive a oportunidade de dar monitoria em várias escolas de Belo Horizonte, tanto públicas quanto particulares, e também tive contato com vários jovens que estavam discutindo muitas coisas e engajados naquilo. A cada edição que passava do projeto, eu entendia, cada vez mais, o seu caráter educacional e como ele havia sido importante. Hoje, para mim, essa é uma das principais características dele.

Atualmente tenho contato com muitos desses alunos que participaram comigo. Eles estão desenvolvendo trabalhos nessa temática e se tornaram jovens muito mais preocupados com as questões que envolvem os meios sociopolíticos. Cada vez mais, eles têm atuado. Vimos, nos últimos meses, várias manifestações desses jovens. Eles estão quase sempre nas ruas. Tive oportunidade de lhes passar alguns conhecimentos sobre democracia e participação. E agora vejo que eles estão superengajados nisso.

Para mim esse caráter de aprendizado é o principal. Dentro desse projeto, como disse, tive a oportunidade de participar como vários atores, em posições diferentes. A primeira foi como monitor do projeto, transmitindo conhecimento e muitas vezes aprendendo muito com esses jovens. A segunda, em 2006, foi como coordenador do grupo de trabalho, dentro da lógica de funcionamento da dinâmica do próprio projeto. No grupo de trabalho, além de eu ser monitor, fui coordenador, com alguns alunos dentro de uma das temáticas que estavam sendo discutidas no ano. Em 2006, discutia-se “Ética na vida pública e cidadania”, que passava muito pela temática que eu já estava estudando, portanto foi bastante interessante ver a posição dos jovens. Esse foi um desafio muito grande para mim, porque eu nunca tinha falado em público. Nunca tive essa oportunidade, a não ser aquela primeira vez em que participei como aluno, quando já foi uma dificuldade falar neste microfone. Até hoje ainda acho que tenho muita dificuldade nesse sentido, mas vamos aprendendo ao longo da vida.

Em 2007 pude cumprir outro papel dentro do projeto. Esse papel foi de coordenador-geral da plenária final. Estive nesta Assembleia, na Mesa, coordenando toda a dinâmica do trabalho. Foi uma das experiências mais interessantes, pois comecei a aprender melhor ainda a dinâmica de funcionamento desses mecanismos e de todas as possibilidades que poderiam surgir. Também foi um desafio, porque tive de falar para quase 200 jovens. Era muita coisa. Lembro que, na época, a deputada Maria Tereza Lara era presidente da comissão. No final eu lhe entreguei as propostas como representante da Comissão de Participação Popular. Tudo era muito novo para mim e foi muito importante para consolidar um pouco desse conhecimento que venho desenvolvendo.

Volto a ressaltar que o Parlamento Jovem para minha carreira, pessoalmente, foi um divisor de águas. Por meio do Parlamento Jovem, comecei a despertar para essa questão da participação popular. O que é a participação popular? Quais são suas possibilidades? Como os mecanismos de que dispõe a Assembleia podem contribuir para que as políticas públicas sejam melhor construídas? E fui levando esse conhecimento ao longo de toda a faculdade. Formei-me em 2010, mas antes tive duas possibilidades proporcionadas pelo Parlamento Jovem. Uma delas foi conhecer a Escola do Legislativo de Brasília. O Prof. Rildo é de lá. Na época, tive a oportunidade de conhecê-lo e de fazer um estágio lá, o que me proporcionou acumular mais conhecimentos acerca do Legislativo. Essa experiência foi muito interessante. Logo depois, vim fazer estágio na Assembleia, na Gerência de Projetos Institucionais, que é responsável por desenvolver os eventos institucionais e também ajuda na realização do Parlamento Jovem. Isso é muito bacana. O pessoal da Assembleia, principalmente da Escola do Legislativo, deu-me condições de aprender outras coisas às quais eu não estava totalmente ligado. Durante esse período, tive a chance de acompanhar audiências da própria Comissão de Participação Popular e reuniões do Parlamento Jovem. Na verdade, pude ser proponente de algumas propostas que saíram do Parlamento Jovem dentro da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental. Tudo isso me possibilitou um aprendizado em todos os sentidos: Orçamento Participativo; como participar desse orçamento; como participar dos eventos; como entender o funcionamento da própria Assembleia; a questão da legislação, como é o seu trâmite desde a apresentação até a aprovação; as possibilidades de apresentação das leis; e a possibilidade de a sociedade apresentá-las. Esse caminho foi-me de grande valia.

Também tive a oportunidade de fazer estágio nesta Casa, fazendo levantamento de todos os eventos institucionais, o que foi muito importante para mim. Pude avaliar toda a participação da sociedade, de 1989 a 2009, e verificar algumas propostas do Parlamento



Jovem que foram encaminhadas à comissão e aprovadas. A Ruth citou algumas delas. Em 2005, foi encaminhado requerimento da bancada mineira à Câmara dos Deputados tratando da redução da maioria penal; em 2007, com a temática “Educação, inclusão e qualidade”, foram apresentadas emendas como as de nºs 91, 101 e 102, tratando da ampliação da faixa etária do público-alvo dos programas de educação de 18 para 29 anos; proposta de priorização do transporte coletivo nas políticas públicas formuladas em âmbito municipal, considerando a melhoria das estradas vicinais; em 2008, foram apresentadas duas emendas ao PPAG: uma dispendo sobre a área de resultados Protagonismo Juvenil, criando uma fonte, a intermediação para o mercado de trabalho, com a finalidade de implantar agência de estágio; e outra de alteração da finalidade da ação, objetivando democratizar o acesso dos alunos das escolas públicas à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar.

Fizemos o levantamento ao longo dos anos e vimos que várias propostas apresentadas pelos alunos - tive a oportunidade de participar de algumas delas - tiveram o encaminhamento da comissão, tornaram-se lei e hoje estão em vigor. Isso é muito importante. Quando eu era mais novo e estava no projeto, percebi que essa possibilidade era fundamental, pois o nosso trabalho de fato fazia diferença, o que foi bastante interessante.

Como disse anteriormente, eu falaria de forma informal. Para concluir, quero deixar claro que a temática da participação e o projeto Parlamento Jovem têm me proporcionado muitas oportunidades. Tenho incorporado bastante o detalhamento político, a educação política. Sou um exemplo disso, pois esse projeto fez uma diferença enorme na minha vida. Hoje, sou uma pessoa muito mais contestadora, que participa de fato das ações e dos debates, procuro fazer o melhor na profissão que escolhi, que é das ciências políticas. A minha monografia foi na área de participação popular, os eventos da Assembleia Legislativa. Tudo isso colocou uma centelhazinha dentro de mim, que não se apagará tão cedo. Pretendo continuar estudando, principalmente sobre o impacto das metodologias participativas. O Parlamento Jovem foi o projeto que mais me abriu portas e me ajudou na vida, até para que eu estivesse aqui falando hoje. Agradeço a todos. Estou um pouco nervoso porque esta é a primeira vez que falo em público.

A presidente - Agradecemos ao Lucas Junqueira, ex-participante do Parlamento Jovem, por seu depoimento, por mostrar a forma como o projeto interferiu na sua vida e certamente na vida de outros jovens.

O deputado André Quintão - Daqui a pouco o Lucas estará no nosso lugar, viu deputada?

A presidente - Com certeza. Esperamos que dessa turma surjam não apenas deputados, mas deputadas também, deputado André Quintão.

Com a palavra, o Sr. Alexandre Eustáquio Teixeira, para a sua exposição sobre o tema “O Parlamento Jovem de Minas”. A PUC foi parceira de primeira hora nesse projeto, não é isso, Lucas?

Palavras do Sr. Alexandre Eustáquio Teixeira

Meus cumprimentos à deputada Maria Tereza Lara, ao deputado André Quintão e a todos os presentes.

Na minha fala pensei em um aspecto específico a respeito do parlamento, um pouco na proposta do André Quintão de apresentar não só questões mais descritivas, mas também um aspecto do projeto, visualizando ou vislumbrando a sua possível expansão nos próximos anos com a nossa proposta de regionalização. Tomarei a liberdade de ler e fazer comentários por causa do tempo. Creio que assim fica um pouco mais claro.

Pensar táticas ou estratégias para o fortalecimento da sociedade civil, de forma que ela apresente uma atuação política mais efetiva e assertiva junto a agentes e instituições estatais, implica pensar necessariamente em processos de formação que tenham como princípios o desenvolvimento da capacidade de análise crítica para o debate público de ideias e para a constituição de grupos e associações. Esse processo formativo, que visa ao empoderamento e à autonomia da sociedade civil frente ao Estado, que pode se dar de diferentes formas, é uma das ações necessárias para o fortalecimento da democracia, entendida não só como um tipo de regime formal da lei e da ordem, mas como um único tipo de regime político capaz de criar, consolidar e garantir direitos.

O que proponho nesta minha rápida fala é uma análise, ainda inicial, de um elemento crítico do trabalho de formação política e para a cidadania desenvolvido no projeto Parlamento Jovem de Minas, desde a sua estadualização em 2010, qual seja: a ampliação de uma forma de pensamento e de ação social vinculados a uma escala local para uma forma de pensamento e ação social que contemplem a diversidade de perspectivas e atuações, que estão postas pela escala regional e estadual.

De uma forma um pouco mais clara, o que temos observado, ao longo desses anos de estadualização - já em sua quarta edição -, é um embate entre uma perspectiva de compreensão de problemáticas locais - já que em todos os municípios onde ocorre o projeto Parlamento de Minas há uma edição local e há uma mentalidade, uma lógica de construção e de organização e uma percepção da realidade que são locais - e a transposição dessa discussão, em um segundo momento, por uma escala mais ampla, que é a escala do Estado. Então, o que estou propondo pensar é como trabalhar ou desenvolver estratégias exatamente para otimizar essa transposição de escalas, já que ela ocorre num intervalo de tempo muito curto, muito rápido. E pensando isso no contexto da formação política, essa questão é fundamental. Afinal, se estamos pensando na formação política como uma ação de empoderamento, essa ação tem de contemplar diferença, tem de contemplar alteridade, tem de contemplar a diversidade inerente a qualquer grupo social e a qualquer associação, que, na verdade, no Estado se apresenta - extremamente no Estado mineiro - de uma forma bem clara e acentuada, por causa de suas dimensões e da sua história.

Essa questão foi pensada a partir das atividades de planejamento, organização e execução do projeto, já que componho a equipe de coordenação, representando a PUC Minas, que é parceira do projeto, juntamente com a Escola do Legislativo, desde a sua criação em 2004. Neste ano, o parlamento completou a sua 10ª edição, e poderíamos afirmar, sem sombra de dúvida, que este ano o projeto alcançou o seu ápice. Não tanto um ápice do ponto de vista quantitativo - isso tem sido uma discussão nossa nas avaliações -, mas o ápice do ponto de vista qualitativo.

Este ano foram 18 municípios, 940 jovens do ensino médio e mais de 100 monitores. Esses são os aspectos quantitativos que a Ruth muito bem apresentou. Também tivemos, pela primeira vez - quem participou do processo acompanhou isso -, uma apropriação das temáticas e a condução dos trabalhos. Isso aconteceu no Canto da Siriema, onde os grupos de trabalho estiveram reunidos durante



dois dias, e aqui no Plenário, no final dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes. A incorporação de 18 municípios nessa edição, de diferentes regiões do Estado, com uma perspectiva promissora de ampliação desse número nas próximas edições, representará para nós um desafio.

Só para ressaltar, o Estado de Minas Gerais tem dimensões nacionais. O Estado tem um PIB de 350 milhões e mais de 590.000km². O Estado de Minas Gerais é maior que vários países latino-americanos - ontem saiu uma estimativa populacional - e já ultrapassamos 20 milhões de habitantes. Incorporar novos municípios deste Estado significa incorporar, na verdade, diferenças locais e regionais que vão se embater dentro do projeto Parlamento Jovem.

Só a título de exemplificação: 1.100km separam Espera Feliz, na Zona da Mata, e Iturama, na região do Triângulo Mineiro. São dois municípios que participaram da edição neste ano. Nós, da equipe da PUC Minas, e a equipe da Assembleia visitamos todos os municípios na edição de 2013. Mas, obviamente, não é só questão da distância geográfica que separa esses dois municípios. Soubemos que muitos estudantes que participaram da etapa municipal em Espera Feliz, no contato com eles durante a visita, nas conversas, nas dinâmicas, nas atividades de trabalho, soubemos que não conheciam Belo Horizonte. Eles têm uma identidade muito mais forte com o Rio de Janeiro, por uma questão de proximidade, e com municípios cariocas do que com municípios mineiros. Não tinham, até a entrada do projeto, a menor ideia de onde ficava Iturama. Se formos pensar de outra maneira, poderíamos citar uma série de outros exemplos. Capelinha, que fica no Norte de Minas, tem uma lógica de funcionamento e uma história totalmente diferente da de Poços de Caldas.

Enfim, estamos lidando com heterogeneidades sociais e culturais que são representativas do Estado. Então, ampliar a escala do projeto significaria abrir a participação para uma maior diversidade cultural e social, com a qual teremos de nos haver no momento de pensarmos as oficinas e as atividades de trabalho.

Antes de avançar na questão, acho importante colocar uma ressalva. Estou falando sobre a expansão e a incorporação de novos municípios, o que implicaria um aumento da diversidade social e cultural. Isso não significa dizer que, até 2010, quando o projeto ocorria apenas em Belo Horizonte, essa heterogeneidade e essa diversidade não existissem nos municípios. Obviamente, em Belo Horizonte, com uma dinâmica metropolitana no contexto da contemporaneidade e com a diversidade de perfis de estudantes de instituições escolares que eram escolhidos para participarem do projeto, há uma diversidade social e cultural também presente. Mas a diversidade social e cultural na escala do Estado é de outra ordem. É de uma ordem de percepção, de compreensão. É de uma ordem, poderíamos dizer, quase que não só comportamental, mas também física, corporal.

Essa ideia de diversidade cultural, para nós, que somos cientistas sociais, é preciosa, acho, para pensarmos o projeto, as dinâmicas e as atividades, porque obviamente uma nova questão se coloca em cena ou ressalta na cena e na vida social a partir da segunda metade do século XX.

Apesar de os Municípios de Espera Feliz e Iturama serem muito distantes geograficamente, do ponto de vista histórico compartilham elementos culturais estaduais e nacionais, apesar de ambos serem atravessados por elementos culturais transnacionais. Então, há uma complexidade no pensamento, porque jovens de Capelinha possuem telefone celular, sabem o que é *iPod*, desejam os tênis X, Y, *Nike*, mas, ao mesmo tempo, apresentam peculiaridades e características locais. Então, eles compartilham algo, pertencem à mesma geração, portanto possuem uma identidade geracional comum. Esses jovens compartilham elementos culturais. Nós, cientistas culturais, dizemos que eles pertencem à lógica do supermercado cultural global, em que há produtos produzidos pelas grandes corporações e que se tornam objetos de desejo. Eles atravessam todas as fronteiras, mas, mesmo assim, continuam possuindo peculiaridades ou particularidades locais, que são apresentadas para nós quando vêm a Belo Horizonte, para os três dias de execução e realização da etapa estadual.

O ponto que gostaria de desenvolver brevemente é exatamente este: com a estadualização e a expansão, as diversidades estarão cada vez mais presentes, apesar de os elementos culturais compartilhados, resultantes do caldo cultural proveniente do Estado e do mercado, estarem presentes em qualquer situação, em qualquer quadro social.

Então, a questão é: como ampliar a formação política para além do reconhecimento da forma e da atuação dos poderes ou dos mecanismos de participação popular para o reconhecimento da alteridade e da diversidade que eles trazem e utilizam no momento da construção das proposições e dos debates?

Ao longo desses quatro anos de Parlamento Jovem de Minas, dessas quatro edições de estadualização, vimos que um conjunto de ações tem sido utilizado para romper com as lógicas locais e as perspectivas mais individualizadas de atuações dos participantes. As atividades são diversas: formação de monitores, visitas de assessoramento e de acompanhamento, atividades de entrosamento, oficinas teatrais, entre outras.

Vou ater-me apenas a duas estratégias que penso serem fundamentais e que merecem ser apresentadas com maior destaque para serem discutidas num segundo momento: uso das redes sociais como ferramenta de articulação entre as diferenças locais para a transposição dessas diferenças; e atuação de monitores extensionistas. No nosso caso, são alunos da PUC Minas que pertencem à mesma geração, têm a mesma idade geracional dos alunos que participam da etapa estadual nos três dias de trabalho em Belo Horizonte.

O uso das redes sociais vem apresentando para nós um desafio: percebemos que os *blogs* e o Facebook operam e funcionam muito melhor para a promoção do debate e a interação na escala do município. Então, quando visitamos os perfis e as páginas dos parlamentos municipais, vemos os compartilhamentos e uma interação mais efetiva dos participantes do município do que dos participantes do Facebook criado para o projeto estadual. Tenho uma hipótese que explica isso: não podemos compreender as ferramentas como criações de outras realidades, elas são extensões do que ocorre na vida social. Ou seja, a ligação entre *on line* e *of line*, na verdade, é muito mais forte do que imaginamos. Então, na verdade, as redes, aparentemente, são sintomáticas das interações que ocorrem no município e, em nosso caso, na escala estadual, são sintomáticas da ausência de interação que ocorre antes do início da etapa estadual propriamente dita.



Depois se vocês quiserem entrar na Fanpage do projeto estadual, verão que a página é extremamente interessante, é alimentada quase cotidianamente. Há uma produção e um trabalho gráfico de sensibilização, de linguagem. Então, a ferramenta foi produzida e pensada para o perfil do público, mas não tem conseguido, efetivamente, até o presente momento, propiciar uma interação. Ela tem sido utilizada, pelo que temos visto, muito mais como um meio para obtenção de informação e compartilhamento de informações na escala do Município, mas como meio de interação propriamente dita ou trocas não. Então, isso seria uma ferramenta estratégica para a qual poderíamos pensar uma melhor forma de potencializá-la pensando a ampliação do projeto com a regionalização.

O segundo ponto é a atuação presencial de jovens extensionistas nos três dias de realização da etapa estadual. Quando a Regina Medeiros era coordenadora do PJ, discutíamos muito essa temática. Sempre participamos, juntamente com a equipe da escola, das atividades de trabalho da etapa estadual nos três dias. Deve ser uma questão geracional o fato de os jovens se sentirem muito mais à vontade para dialogar com os monitores, que são mais próximos geracionalmente, do que para procurar a nós, que somos mais velhos e que encarnamos papéis institucionais. Então, o trabalho dos monitores, nesses três dias, tem se mostrado muito interessante exatamente nesse aspecto. Eles, além de atuarem como facilitadores das atividades planejadas pela Escola do Legislativo e pela PUC Minas, orientando e estimulando os jovens a participarem das dinâmicas, também estabelecem laços de reciprocidade e confiança que extrapolam esse papel de acompanhamento, de assessoramento, de facilitação. Funcionam como pontes, não entre os jovens e extensionistas, mas entre os diferentes grupos que vêm de diferentes municípios.

Como essa questão nos foi mostrada? Pensando no que eu ia falar, duas imagens são muito fortes e acho que poderiam ser tomadas como pistas dessa minha colocação. Entrando no Facebook esses dias, há uma grande movimentação nas redes, principalmente nas páginas dos parlamentos municipais de divulgação e de compartilhamento de informações dos trabalhos que foram desenvolvidos aqui na semana passada, o que é extremamente interessante. Há, basicamente, dois conjuntos de informações e de imagens. Há imagens e informações que são institucionais, produzidos pelos acompanhantes dos municípios, enfim, pela TV, por fotografos oficiais e discursos de representantes das câmaras. Esse é um conjunto de imagens, um discurso mais institucional, formal. Por outro lado, há também um conjunto muito grande de materiais sendo compartilhados por eles, que são experiências, relatos, acompanhados de imagens, que eles mesmos produziram durante os três dias aqui em Belo Horizonte. Eu estava observando que nós, de outras gerações, quase nunca aparecemos nas fotos. Eles tiram fotos com os monitores.

Concluindo a minha fala, o que isso representa como dado ou como informação para pensar essa estratégia de formação para a cidadania que contemple a alteridade e a diferença? Isso aponta que, como o projeto ocorre num curto intervalo de tempo e eles provêm de realidades locais, onde a experiência do lugar é muito mais forte do que uma concepção abstrata - porque a concepção da entidade estadual, da escala do estado é muito abstrata -, os elementos ou atores que conseguem construir essas pontes entre eles são, em parte, as redes sociais, nessa perspectiva que estou analisando aqui, e os alunos, pelo fato de terem uma proximidade geracional. Há várias outras atividades, que elenquei no início, que obviamente constroem esse quadro, toda a atividade de formação, de preparação, as oficinas, os materiais didáticos, que também servem ou potencializam esse trabalho de construção de uma identidade mais comum.

Gostaria de ressaltar esses dois elementos, bem como a participação de atores, que são mais próximos geracionalmente dos participantes.

Por fim, gostaria de colocar mais uma questão, que é a possibilidade que o projeto nos traz para pensarmos os desafios colocados pelo presente. Nos últimos três meses o País atravessou uma série de protestos e movimentações sociais. E o projeto Parlamento Jovem, apesar de ser desenvolvido por duas instituições muito tradicionais - Assembleia Legislativa e PUC Minas -, tem um compromisso com a formação política e cidadã. Esses desafios que os tempos do presente nos colocam, tanto para o pensamento como para a ação, precisam ser trabalhados com seriedade por nós, da universidade, por esta Casa e pela Escola do Legislativo. Pois enxergamos que este é um momento de captura de novos interesses.

Para finalizar e quebrando um pouco o protocolo, quero fazer um convite a todos. Essa atividade de comemoração da Comissão de Participação Popular e este ciclo de debates de certa forma continuarão na universidade na semana que vem, pois iremos celebrar as 10 edições do Parlamento Jovem dentro do seminário de extensão da PUC Minas. Essa atividade ocorrerá no Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, e as inscrições são gratuitas. A ideia dessa atividade é convidar todos os estudantes que participaram das 10 edições. As Profas. Dora e Elaine organizaram esse evento pois também participaram das 10 edições. O objetivo é compartilhar um pouco as experiências para que consigamos apreender pessoalmente a biografia e o rumo que cada um tomou, bem como pensar os desafios dentro da minha proposta, o futuro do projeto em uma escala mais regional e mais estadual. Obrigado.

A presidente - Por favor, Alexandre, fale a data da atividade.

O Sr. Alexandre Eustáquio Teixeira - Fiz o convite e não falei o dia e o horário. Há uma brincadeira que diz que isso é convite de mineiro.

A atividade será realizada no dia 13 de setembro de 2013, às 14 horas, no auditório do Museu de Ciências Naturais, que fica na Rua Dom José Gaspar, Coração Eucarístico. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no dia e na hora do evento.

A presidente - Obrigada, Alexandre, que representa a PUC Minas. Agradecemos as perguntas recebidas até agora. Com a palavra, o Sr. Rildo Cosson.

Palavras do Sr. Rildo Cosson

É algo que a Assembleia de Minas tem mesmo de celebrar e de que tem de se orgulhar, porque é uma experiência exitosa, em vários aspectos, e única, em vários sentidos, mesmo sem levar em conta as particularidades do programa de Minas, que é verdadeiramente singular em sua configuração.

Também estou comemorando hoje os 10 anos em que tenho estudado o Legislativo sob a ótica do letramento político, que é a perspectiva educacional do parlamento. Assim, minha fala passa por essa perspectiva, basicamente: não falo de política, mas de educação; é claro que de educação política, mas, em primeiro lugar, de educação.



Talvez muitos de vocês já saibam, mas o parlamento jovem tem vários modelos. Mesmo no Brasil, há uma diversidade grande de parlamentos jovens. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, o parlamento jovem segue o modelo de São Paulo, porque ele se realiza por uma resolução aprovada pela casa. Na verdade, portanto, é praticamente uma lei. Ou seja, o modelo adotado ali, sobre o qual alguém perguntou ontem, é o modelo que está em lei. Esse modelo é diferente do modelo de Minas Gerais, que é diferente do de Santa Catarina, que é diferente do Rio Grande do Sul, e assim por diante. Ou seja, há uma variedade enorme de parlamentos jovens. Mas, para que fique claro para todos, o parlamento jovem funciona como um índice de democracia. Não há país democrático no mundo que não tenha um programa similar, de um *continuum* entre simulação e participação. Fiz um levantamento sobre isso, em 2007, e fiquei surpreso em ver que, em países que começavam a normalização da vida democrática, como a África, a primeira coisa que faziam era criar um parlamento jovem. Ou seja, da mesma forma que podemos pensar nas lojas McDonald's como índice de capitalismo, o parlamento jovem é um índice de democracia. Mesmo em países onde não temos uma tradição democrática, a tendência é que se preocupem com isso, e por uma razão muito clara: apenas as democracias se preocupam em educar os seus cidadãos; as ditaduras, os governos autoritários, obviamente, querem as pessoas o mais longe possível da vida política, das questões de poder. Como a Ruth disse no início, a democracia precisa ser ensinada. Indo além, acho que ela precisa também ser cultivada. Larry Diamond, um pensador americano, tem uma metáfora muito bonita para isso: a democracia é como um jardim; se não cuidarmos dele, ele não floresce. Essa é bem a ideia. Em minha fala, então, vou tratar do Parlamento Jovem, pensando no conjunto de parlamentos jovens que existem no Brasil e não apenas no de Minas, embora eu tenha algumas ponderações específicas sobre ele.

Em primeiro lugar, o Parlamento Jovem é uma experiência de aprendizagem. Como um programa de letramento político, ele tem contribuições para o aprendizado da vida democrática e, obviamente, algumas extensões. Primeiro, traz um aprendizado sobre os procedimentos do Legislativo. É quase desnecessário dizer que, em geral, sabe-se pouco sobre o funcionamento do parlamento. Não estou falando das minúcias do processo legislativo, como o número de sessões necessárias para aprovar alguma coisa, mas do lugar do parlamento na estrutura do Estado, do Legislativo como um Poder. A visão mais comum, que se encontra de norte a sul do País, é que o parlamento é apenas um auxiliar do Executivo, quando não um empecilho para o bom funcionamento da sociedade. Em geral, as pessoas se perguntam por que eles ficam atrapalhando as coisas, porque não compreendem bem como ele funciona.

Outra aprendizagem que o parlamento jovem proporciona é sobre o papel dos legisladores.

Toda vez que vejo um jornal nacional - não o da Globo, mas qualquer jornal de cunho nacional - dizendo que os deputados não fazem nada, que deveriam bater ponto, que deveriam votar todos os dias, durante oito horas seguidas, seguir um padrão taylorista de trabalho, ou, pior, quando vejo um mandato parlamentar sendo medido em termos de produção, à ideia de produtividade, contado pelo número de projetos que ele apresentou, o número de projetos que foram votados, fico extremamente preocupado e pensando: quantas pessoas não se beneficiariam se elas pudessem passar por um parlamento jovem para compreenderem que nem tudo se resolve por lei e que o papel de um deputado não é apenas votar, mas discutir, analisar, debater, ouvir e argumentar; e que tudo isso não pode ser feito sem reflexão, como parece supor parte da imprensa?

É claro que esses aprendizados que o Parlamento Jovem proporciona às pessoas que participam dele, quer os universitários, quer os jovens do ensino médio, trazem uma tensão, porque esse aprendizado se dá normalmente de forma isolada. Quando digo isolada é porque ficam apartados do mundo político, ou seja, o contato com os parlamentares, o contato com a realidade da vida política normalmente nesses programas é pequeno. E as questões que vêm daí trazem essa distância.

Como mais um apelo para o corpo político, para os deputados, é preciso que se aproximem mais dessas ações de letramento político que a própria instituição proporciona, que elas não fiquem apenas a cargo do presidente da vez da comissão de legislação participativa, que é o nome da comissão de participação popular no Congresso.

Uma terceira aprendizagem é sobre as forças e os conflitos postos durante a elaboração de leis e trabalhos legislativos em geral. Ainda que no Parlamento Jovem não haja propriamente a presença do *lobby*, as várias fases que envolvem a seleção do tema e a discussão final podem ser uma experiência indicativa quando percebidas como próprias do espaço legislativo, como próprias do modo de ser do legislativo.

Outra aprendizagem é sobre a questão pública. O que é uma questão pública? O tema que serve de base para realização do Parlamento Jovem é estudado, debatido e aprofundado para além da informação que é oferecida a qualquer cidadão por meio da imprensa ou mesmo o conhecimento escolar, porque é vivido intensamente pelo jovem. Então, ali, o jovem aprende como e o que é uma questão pública.

Uma quinta aprendizagem é sobre o debate público. Durante as várias fases do programa, os participantes aprendem não apenas sobre o tema em discussão, mas também como esse tema deixa de ser um assunto, um tópico que se pode discutir no bar, em casa ou em qualquer lugar para se transformar em uma questão pública, um problema que interessa a todos, uma questão que precisa ser socialmente compartilhada e que deve ser levada ao Estado.

Os alunos não saem sabendo apenas sobre cidades sustentáveis, mas como a sustentabilidade deixa de ser uma questão de um grupo de pessoas preocupadas com questões ecológicas para ser uma questão social, uma questão que deve interessar a toda a sociedade. Em suma, eles aprendem como um tópico se transforma legitimamente em *res publica*, em coisa pública.

E há aqui uma outra tensão, que é da duração. Eu chamo de duração a questão de um projeto aparentemente longo, porque ele é pensado durante um grande tempo e, normalmente, ele se encerra no seu ápice. Sinto que, em geral, os programas de parlamento jovem pensam-se como um antes e um durante e não se pensam como um depois. Então, a multiplicação daquilo que foi feito, que poderia ser igualmente sistematizado e organizado, como se faz no antes e no durante, não tende a acontecer.

Uma sexta aprendizagem é sobre as competências necessárias para participar da vida pública. E aqui estou pensando em habilidades diversas, como a capacidade de falar em público, a competência para tomar decisões coletivas, a disposição para entender e fortalecer as leis e as regras como parte da convivência social, a capacidade de resolver conflitos com base na argumentação, a competência para reconhecer formas de manipulação e persuasão, a habilidade de defender um ponto de vista, a competência de dialogar, de ouvir o outro, entender e aceitar as diferenças como parte da vida em comum, o respeito pela dignidade e equidade humana. Em suma, quem



aqui participa do Parlamento Jovem pode ver neste Plenário como os jovens praticam tudo isso, aprendem e traduzem tudo isso numa aprendizagem sobre os valores deles, sobretudo sobre os valores que são próprios da democracia.

Há uma sétima aprendizagem, essa extremamente importante, porque é uma aprendizagem sobre quem somos enquanto membros de uma comunidade, e a responsabilidade moral e social que temos pela existência dessa comunidade, seja ela a escola, a vizinhança, a cidade, o estado, a nação ou mesmo o mundo. É a responsabilidade tornada evidente em um programa como o Parlamento Jovem, que fortalece a cidadania ativa e dá sentido à existência de um espaço no Legislativo, como a Comissão de Participação Popular. Até porque só quando assumimos essa responsabilidade coletiva é que o mundo político e as instituições democráticas são fortalecidas para cumprir o papel para o qual elas foram criadas.

Quero chamar a atenção para a ideia de que se pode medir o sucesso dessas atividades pelo que contribuem para a participação política. Acho que o mais importante e mais essencial no Parlamento Jovem não é o que foi aprovado pela Comissão de Participação Popular, não é o que se conseguiu incluir na legislação. Isso é importante, mas, para mim, o mais importante mesmo é a vivência, a experiência de democracia, o letramento de cunho político que proporciona aos jovens que dele participam.

Com isso - e já me encaminho ao encerramento -, aproveito as palavras de Ruth, Patrícia e Eugênia, num texto que elas escreveram perguntando sobre a quem cabia cuidar da formação política do cidadão, formação da qual o Parlamento Jovem é testemunha. Aproveito as palavras delas para dizer que, quando o parlamento, um lugar privilegiado da reconstrução do sentido coletivo, assume a função de cuidar da educação política, ele se reinventa e reinventa a própria política.

Desejo então que a Comissão de Participação Popular veja, no exemplo do Parlamento Jovem, um caminho para que a Assembleia de Minas encontre, valorize e aprimore essa função de cuidar da educação política, aquilo que é talvez a sua função primeira, porque cidadãos não nascem prontos, eles devem ser educados. Obrigado.

A presidente - Obrigada, Dr. Rildo Cosson, que representa o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Ficamos muito felizes com a sua vinda de Brasília para propor essa reflexão, que nos ajuda na caminhada no Parlamento Jovem. Muito obrigada mesmo.

Com a palavra, Sérgio Antônio Peres, que falará sobre o tema Parlamento Jovem de Minas e a experiência que eles estão tendo sobre o projeto em Juiz de Fora e em todas as outras cidades de Minas. Vejam como o Parlamento Jovem deixou de ser só de Belo Horizonte e atingiu toda a nossa Minas Gerais.

Palavras do Sr. Sérgio Antônio Peres Dutra

Boa tarde. Aos membros da Mesa cumprimento na figura da deputada Maria Tereza Lara, que preside os trabalhos, e cumprimento também todo o público presente.

É um pouco difícil ser o último a falar, primeiro porque está todo o mundo cansado, e tudo o que eu tinha pensado em dizer, a Ruth, o Alexandre e o Rildo já disseram. Mas tentarei focar muito na questão das câmaras, em como o Parlamento Jovem serve de experiência para nós e o que acrescenta ao trabalho das câmaras municipais.

Ao sermos convidados a participar do Parlamento Jovem, no primeiro momento fomos convidados para conhecer o que ele era.

Isso foi ao encontro de um trabalho que já desenvolvíamos na câmara Juiz de Fora. Em 2000 houve reformulação da estrutura da câmara e foi criado o Centro de Atenção ao Cidadão, órgão da câmara pensado para fazer diálogo com a sociedade civil de Juiz de Fora. Nesse órgão trabalha uma equipe multiprofissional, um sociólogo, que sou eu, advogados e assistente social. Então há atendimento ao público, e prestamos assessoria aos vereadores. Às vezes há algum tema em debate, discussão, aí estudamos, organizamos seminários, fazemos grupos de estudos, discutimos com a sociedade civil para subsidiar o trabalho dos vereadores.

Também temos outra linha de ação a que chamamos de Educação para Cidadania. Temos a Câmara Itinerante, escola de cidadania voltada a palestras para lideranças comunitárias, a Câmara Mirim, uma iniciativa da câmara de Juiz de Fora, voltada aos alunos do ensino fundamental, e o Parlamento Jovem, do qual participamos como parceiro da Assembleia, voltado aos alunos do ensino médio. Além disso, temos o projeto Diversidade, em que trabalhamos a questão do deficiente, racial. Temos todo esse trabalho que já realizávamos na câmara para atender ao chamado da escola.

Gostaria de ressaltar que, quando o Parlamento Jovem foi estadualizado, acabou encontrando uma realidade muito diferente em cada município, como Capelinha, no Norte de Minas; Juiz de Fora, na Zona da Mata; Pouso Alegre, no Sul de Minas; Uberlândia, no Triângulo. Cada uma dessas câmaras tem uma realidade diferente. Os municípios têm realidades diferentes. Matias Barbosa, cidade situada a 10km de Juiz de Fora, participa pela primeira vez este ano. Lá existe uma escola de ensino médio, e, em Juiz de Fora, são mais de 70, incluindo escolas públicas e privadas. Juiz de Fora possui uma estrutura muito semelhante à desenvolvida em Belo Horizonte. Lá temos a universidade federal, que possui um departamento de ciências sociais, e um número muito grande de escolas. Então, construímos mais ou menos o mesmo modelo do Parlamento Jovem quando ele ocorria apenas em Belo Horizonte.

A questão das parcerias é muito importante nesse trabalho, como a parceria da câmara com a Assembleia, que dá todo o suporte com sua equipe técnica, o pessoal da Escola do Legislativo e da GPI. Então, toda dificuldade que as câmaras possam ter em relação à execução do Parlamento Jovem, eles estão aí para resolver e ajudar na elaboração dessa proposta, mesmo que não haja essa estrutura de que falei de Juiz de Fora. Por exemplo, Capelinha, com certeza, é amparada pelos técnicos da Assembleia.

Então as parcerias com as escolas nos municípios são muito importantes, porque, se não houver uma parceria benfeita, se a escola não se envolver e não tiver um professor dedicado para orientar e acompanhar os alunos durante o trabalho, fica difícil. A câmara de Juiz de Fora possui parceria com a universidade federal. Os alunos do curso de ciências sociais são monitores, trabalham o tempo todo nas escolas, e aí há a questão da facilidade do diálogo que se desenvolve no parlamento, porque os monitores têm mais ou menos a mesma faixa etária dos alunos do ensino médio. Assim, o diálogo ocorre com mais tranquilidade. A universidade também está envolvida. Além da capacitação que a Escola do Legislativo promove para os participantes, para os monitores, há complementação de uma professora do departamento de ciências sociais, que coordena o trabalho dos monitores em Juiz de Fora.



Outra questão que acho essencial para o Parlamento Jovem são as outras parcerias. Há a temática da logística, do transporte, porque, se você vai fazer um evento, é preciso levar os alunos da escola até a câmara ou até outra escola onde costumamos fazer alguns eventos. Então, há parceria com as secretarias de educação estadual e municipal, com o Poder Executivo nos ajudando a participar disso. Às vezes, as câmaras não têm disponibilidade grande de recursos, então, a Prefeitura, que geralmente tem um ônibus, transporte, nos auxilia na execução do Parlamento Jovem.

Outra questão é que, para que o Parlamento Jovem funcione, ele tem de ser um projeto da instituição câmara. Sei que aqui há alguns vereadores, e não estou falando da ação deles, mas, quando há um projeto institucionalizado, ele tem mais legitimidade para a sociedade. É muito mais fácil na hora que vai se apresentar a proposta às escolas, além de ter a garantia de continuidade do parlamento. Juiz de Fora participa desde o primeiro momento em que esse programa foi estadualizado. Como estamos na 4ª edição, conhecemos a história de alguns municípios, cuja participação tornou-se difícil. Se virem, tivemos a participação de 12 municípios, de 16, depois 15, e, agora, são 18. O número de municípios que participam tem variado muito. Alguns participam um ano, dois, e depois, por causa dessa falta de continuidade, de institucionalização, fica difícil e inviabiliza-se a participação. Por quê? Porque se for projeto de um vereador, se ele não for reeleito ou não fizer parte da Mesa, dificulta-se o processo. Agora, quando se faz isso institucionalmente, há uma equipe que dará prosseguimento aos trabalhos. Acho que a nossa experiência e as notícias que recebemos de cada câmara ficam como lição para aprendermos mais.

Outra coisa importante: como os municípios são diferentes, o formato do Parlamento Jovem também é diferente, apesar de o princípio e os objetivos serem os mesmos. Às vezes, há municípios que não têm nenhuma faculdade, nenhum curso superior que atenda à necessidade de fornecer os monitores. Então, quem acaba trabalhando como monitor são os próprios servidores da câmara. Isso não impede a execução nem o andamento do programa e ainda é uma característica que devemos trabalhar. Na verdade, como foi dito anteriormente, o objetivo não é a importância das propostas que são elaboradas, mas o exercício de cidadania que estamos levando aos estudantes.

Quais são os desdobramentos do Parlamento Jovem nos municípios? Uma coisa interessante que a Assembleia fez - não sei se isso foi feito já pensando nisso - foi a Escola do Legislativo chamar as câmaras até aqui na tentativa de estimular a formação de escolas de cidadania nas câmaras municipais, que é uma forma de institucionalizar o Parlamento Jovem. Acho que isso é importante. Há exemplos de municípios que participam do Parlamento Jovem, e a presença e a ação da Escola do Legislativo dentro das câmaras são fatores preponderantes para o sucesso do programa. Como estamos juntos há quatro anos, posso citar Montes Claros e Pouso Alegre, que são municípios que estão sempre à frente do Parlamento Jovem.

Uma coisa interessante nesse projeto, porque às vezes pensamos só na questão do letramento político dos estudantes de ensino médio, é que, na verdade, se o município é muito pequeno, o Parlamento Jovem acaba virando um evento na cidade e mobiliza toda a sociedade civil. Em Capelinha, por exemplo, quando discutíamos a questão das drogas, isso se transformou num debate na cidade, porque tínhamos um problema com usuários de *crack*, e isso causou uma mobilização. Vejam: inicia-se um programa, um projeto visando a uma questão específica e ele vai se estendendo. Vamos trazendo cada vez mais a sociedade civil para participar das discussões do parlamento. Acho que isso é uma coisa importante nessa iniciativa, ou seja, ela abre essas novas frentes, essas novas possibilidades de interlocução das câmaras com a sociedade civil.

Outra questão é que, quando trabalhamos com esse formato, em que estudantes e alunos das ciências sociais participam do Parlamento Jovem, eles têm uma base, um material de estudo muito bom. Já há produção de alguns trabalhos de conclusão de curso que focam o Parlamento Jovem, tanto aqui na PUC Minas quanto na Universidade Federal de Juiz de Fora. Há alguns trabalhos produzidos por alunos das ciências sociais que usam o Parlamento Jovem como fonte de estudo. Eles já tem material feito e alguns artigos publicados em congressos e em conferências.

Isso é muito importante, porque também promovemos essa capacitação dos estudantes. Está aqui o Lucas, que é um exemplo, pois participou dessa fase que estou mencionando.

Quais desafios temos no Parlamento Jovem daqui para a frente? A Ruth já disse, mas não custa reforçar que agora precisamos fazer a regionalização. Está aumentando o número de câmaras interessadas em participar, o Estado tem mais de 850 municípios e há 18 participando neste ano. Como vamos atingir o Estado inteiro? A regionalização é importante, pois vai auxiliar nesse trabalho. Quanto maior for o número de municípios em que conseguirmos levar essa proposta, mais isso será interessante por causa desses outros desdobramentos que mencionei, pois se abre a possibilidade de a câmara desenvolver outras ações.

O Parlamento Jovem tem uma outra questão muito importante. É um instrumento de educação para a cidadania, trabalha pelo letramento político dos estudantes e sempre visa à ação autônoma desses. Se pensarmos em como está a educação no País hoje, há uma dificuldade de a escola desempenhar o seu papel, porque, dentro do ambiente escolar, há a convivência de duas culturas. A pesquisadora Miriam Abramovay diz que duas culturas convivem dentro do ambiente escolar: a cultura da escola, que entende a juventude como um grupo homogêneo, vulnerável e apático; e a cultura juvenil, que é muito diversa, os jovens têm muitas necessidades e estão o tempo todo se atualizando, são dinâmicos e têm grande necessidade de construir uma identidade e viver em bando. São quase uma tribo própria, com linguagem própria, com seu jeito de vestir, que usam para confrontar a situação. Às vezes, esquecemos que fomos jovens e como foi viver a juventude, em que existe uma sociedade pronta, construída, mas cheia de defeitos que queremos modificar. Esta é a hora. E a escola pensa que os jovens são todos iguais, apáticos e sem capacidade de articulação e discussão dos problemas da sociedade. Ela não conhece nem consegue entender a identidade e a diversidade social desses jovens. Então, a escola acaba despindo o jovem dessa condição, que deixa de ser sujeito e passa a ser aluno, e ela trabalha somente nessa questão.

O Parlamento Jovem vem ajudar a romper com tudo isso, porque discute a formação política, o letramento político, a autonomia para se discutir. E, quando se chama o jovem para discutir uma questão da sociedade em que está inserido, certamente ele estará plenamente capaz de discutir e dar sua contribuição. E assim vai se formando.



Para concluir, o Lucas é um exemplo, mas temos outros casos de adolescentes que participaram do Parlamento Jovem em Juiz de Fora. Um deles é o Douglas, que era um aluno problema até entrar para o Parlamento Jovem. Ele participou na escola pública e foi escolhido para participar da etapa estadual. Num depoimento gravado no primeiro ano em que foi estadualizado o Parlamento Jovem, ele disse: “Entramos de um jeito no Parlamento Jovem e saímos de outro”. As professoras não tinham como controlá-lo em sala de aula, mas, após participar do Parlamento Jovem, sua postura mudou. Fomos procurados pela direção da escola para saber o que havíamos feito com ele. Na verdade, creio que ele se descobriu dentro do Parlamento Jovem e viu que podia pensar e discutir a sua postura e a sociedade que estava construindo. Obrigada.

A presidente - Agradeço ao Sérgio, da Câmara de Juiz de Fora, que fez sua exposição, também de maneira brilhante.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do “Diário do Legislativo”, na edição do dia 14 de setembro, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br.

Debates

A presidente - Com a palavra, o deputado André Quintão.

O deputado André Quintão - Já entrando no debate, pois já há algumas inscrições, farei a exposição das perguntas que guardei aqui.

Há uma pergunta da Conceição, do Conselho Regional de Psicologia: “Partindo da abordagem das redes sociais, das ”jornadas de junho”, com a participação de jovens, em sua maioria, o clamor das ruas se apresenta por uma desconfiança em relação ao Legislativo. Como relacionar essa questão ao Parlamento Jovem?” Essa é uma pergunta para a Mesa, a qual complementarei.

Ontem voltei com aquela reflexão sobre a pesquisa da Regina, que concluiu o seguinte: “Quem participa do Parlamento Jovem sai com mais estímulo à participação, mas não altera sua visão sobre os políticos”. Acho que esse é um ponto sobre o qual temos de pensar. Faço uma análise do Parlamento Jovem. O Parlamento Jovem é um projeto institucional da Casa. Isso, como o Sérgio mencionou, é muito bom, o que reitero. Concordo com ele em gênero, número e grau; todavia, talvez pela dinâmica do Parlamento Jovem, há pouca interação entre os jovens e os parlamentares. Basicamente a interação ocorre aqui, na etapa final. Fazemos uma Mesa de abertura - e tem de ser assim - e só posteriormente retornamos. Acompanhamos tudo, mas sem intervir. Recebemos a proposta. Acompanhamos pela TV Assembleia, mas sem interação, sem vivência. Ontem foi muito discutida aqui a questão da vivência. Lógico que não é só isso. Imaginem o jovem que participou do Parlamento Jovem e o considerou ótimo, ao ver a votação, anteontem, na Câmara dos Deputados, do caso Donadon. Ele dirá que política é horrível mesmo. Há outros fatores intervenientes. Fica a reflexão. Isso me incomoda. Não altera nada?

Quanto ao Alexandre, engraçado, tive uma percepção, sobre a qual falei com muitas pessoas. Na etapa final dessa edição do Parlamento Jovem, cujos debates acompanhei, senti no ar uma apropriação - termo que você usou -, uma alegria maior, uma coisa meio subjetiva. Os jovens estavam menos tímidos, mais ambientados na Assembleia. Senti uma energia diferente.

“As jornadas de junho têm a ver com isso, no sentido de empoderar mais os jovens no espaço público?” Essa é a pergunta. A terceira observação é para o Lucas, que acompanhei. O tempo passa. O Lucas era novinho, adolescente. Adolescente, não, pois já tinha 18 anos. Estava saindo da adolescência. Pela lei, de 12 a 18 anos é adolescente. Qual a importância do Parlamento Jovem para nós, deputados? Todo o mundo falou sobre a importância para o jovem.

Houve uma oportunidade em um Parlamento Jovem em que nos chegou a proposta: “Obrigado as escolas a garantir espaço para funcionamento de grêmios”. Na hora em que li a sugestão, na etapa final da proposta, pensei em como aquilo era fantástico, pois daria um projeto de lei ótimo, de iniciativa popular. Posteriormente veio o parecer da consultoria, afirmando que já existia a lei, que era absolutamente desconhecida. Muitas vezes, a lei não é cumprida. Qual foi a providência? Informar a todos os diretores das 4 mil escolas de Minas Gerais que existia essa lei, que havia a obrigação de disponibilizar espaço se houvesse demanda para funcionamento de grêmios.

Então, como há leis de mais, às vezes, até nós ficamos perdidos.

Algo me chamou muita atenção. Tive uma informação da consultoria de que, no *site* Políticas Públicas ao Seu Alcance, vocês também acharão na opção Parlamento Jovem, um espaço para discussão das questões, tanto estaduais, quanto locais. Isso também foi mencionado pelo Alexandre. O livro já está lá fora. Será um por cidadão. Há quantidade suficiente para todos. Quando o pessoal for embora, poderá levar esse livro muito importante.

Gostaria de dizer ao Rildo que o nome da sua cidade nos lembra muito Chico Mendes, e também que temos um dos melhores restaurantes de comida mineira, aqui em Belo Horizonte, que se chama Xapuri. Se vocês não conhecem, eu conheço.

O Sérgio e o Alexandre vieram de longe para falar. Vejo também pessoas de Januária, do extremo Norte e do extremo Sul. A distância deve ser de, mais ou menos, 1.100km também, viu Alexandre? Essa é uma dimensão interessante de Minas.

No mais, gostaria de parabenizar todos os expositores.

Tenho aqui uma pergunta da Conceição: “Impacto nas ruas do Parlamento Jovem. Por que esta contradição: a juventude conhece a instituição, está motivada a participar, mas não altera a visão sobre os políticos?”. Essa questão, para mim, é estruturante neste debate.

A presidente - Obrigada, deputado André Quintão. Vamos passar agora para aqueles que querem fazer perguntas e vamos fazer isso em blocos. Ouviremos, primeiramente, todas as perguntas. Peço aos expositores para anotarem as perguntas afetas a cada um deles, e depois nós lhes passaremos a palavra, para responderem em bloco, devido ao tempo. Hoje é sexta-feira, e o trânsito é péssimo no final do dia. Vocês estão aqui o dia todo, e quero parabenizá-los por isso e também pela participação e pela contribuição.



A primeira pergunta será para o Lucas: "Parabéns por sua trajetória no projeto. Atualmente, qual é sua função na política?". Você responderá no momento oportuno. Agora, vou passar a palavra para aqueles que quiserem fazer questionamentos. Por favor, identifiquem-se ao microfone.

Com a palavra, o vereador da Câmara Municipal de Viçosa, Sávio José.

O vereador Sávio José - Boa tarde. Parabéns, deputado André Quintão e deputada Maria Tereza. Sou vereador de Viçosa e estou no meu primeiro mandato. Sempre acompanhei o Parlamento Jovem. Viçosa também aderiu ao Parlamento, desde que ele se tornou estadual, há quatro anos. Eu o acompanhava de fora. Nunca fui monitor nem participante. A minha idade é um pouquinho elevada para isso, sou um pouco mais velho que o Lucas, mas achei esse projeto interessante e sempre o acompanhei de fora. Este ano, tive o privilégio de acompanhá-lo como vereador, no meu primeiro mandato. Vou tentar contribuir um pouco para este debate, depois farei uma pergunta.

O deputado André Quintão acabou de falar sobre uma pergunta que eu iria fazer. Ela seria sobre a questão da aproximação e do distanciamento. Eu também notei isso. Embora os jovens conheçam a instituição, por dentro, eles ainda têm a dificuldade da aceitação, do convívio e do entendimento do próprio Legislativo. Acredito, deputado André, que esse fato se deve à tomada de decisões. No Parlamento Jovem, embora existam as proposições, aquelas decisões não dependem exclusivamente desse Parlamento. Elas são encaminhadas para o Legislativo Municipal e podem chegar ao Executivo. Tanto nas câmaras municipais, quanto na Assembleia Legislativa, os deputados e vereadores estão envolvidos com tomadas de decisões, e elas são muito polêmicas, por exemplo, a não cassação do deputado em Brasília. É isso que separa o jovem, mesmo ocupando o parlamento, porque, para toda proposição, ele faz um estudo, vamos dizer assim, da parte bonita do processo legislativo. Na hora de tomar uma decisão, de cassar ou não um colega, de aprovar ou não um empréstimo, de destrinchar ou não um orçamento, de direcioná-lo para a saúde ou para a educação, quem faz isso é o legislador.

Muitas vezes, como não existe sintonia com a população, o legislador realmente comete erros, por isso existem os julgamentos.

Para tentar colaborar com o debate, minha pergunta é direcionada ao Alexandre e ao Sérgio. Viçosa é uma cidade de 100 mil habitantes, com sua população flutuante, portanto não se compara, em tamanho, a Juiz de Fora e Belo Horizonte. Uma questão que considero interessante é que temos a Universidade Federal de Viçosa, cujo Departamento de Ciências Sociais presta, junto à câmara municipal, esse serviço do Parlamento Jovem. Quero saber se em Belo Horizonte e Juiz de Fora acontece o mesmo. Temos um número grande de estudantes que são de fora de Viçosa: São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, e de várias cidades de Minas Gerais. Geralmente esses estudantes não participam da vida política e social da cidade, mal conhecem os colégios de Viçosa, pois ficam muito no meio universitário. O Parlamento Jovem promove a interação entre universidade e a cidade de Viçosa. Então, os estudantes, que muitas vezes ficam só na universidade, no refeitório, na biblioteca e nas festas de universitários, "entram" nas escolas estaduais e particulares, ocorrendo uma interação maior com o município. Quero saber se isso é perceptível em Juiz de Fora e se a PUC também tem esse panorama de estudantes de fora que têm mais contato com os problemas de Belo Horizonte?

Mais uma vez, agradeço a iniciativa do deputado André Quintão e a presença da deputada Maria Tereza Lara. Viçosa ainda não tem uma Comissão de Participação Popular, portanto pretendo levar esse debate à câmara municipal. A única lei de iniciativa popular de Viçosa é a do Orçamento Participativo, que nunca foi implementada. Essa é uma das nossas lutas. Na próxima semana, vamos começar a recolher assinaturas para a segunda lei de iniciativa popular, que será sobre protocolo de atendimento às mulheres que sofreram violência sexual. Repito, ela será a segunda lei de iniciativa popular. Estamos à frente desse trabalho. Acredito que a Comissão de Participação Popular já contribuiu muito nestes 10 anos, e tem muito a contribuir ainda, espalhando boas ideias pelo nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado e boa tarde.

A presidente - Obrigada, vereador Sávio. Além da questão da participação popular estar à frente em Viçosa, há também a preocupação com a violência contra as mulheres. Nós, mulheres, agradecemos sua iniciativa e seu interesse em nos ajudar a conquistar os nossos direitos.

Com a palavra, a Gabriela, da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - Amefa.

A Sra. Gabriela Santos - Boa tarde. Primeiramente, parabenizo o deputado André Quintão pelos 10 anos da Comissão de Participação Popular. Nós, da Amefa, há tempos participamos das audiências do PPAG, que garantiu recursos às nossas 17 escolas agrícolas do Estado e tem trazido outros benefícios, como o projeto de reforma das escolas. Atualmente está havendo uma ampliação do debate nas escolas sobre as proposições ao orçamento público. Estamos com um projeto de intervenção com mulheres, aprovado por meio do PPAG. Comemorar isso é uma grande alegria.

Pensando no debate da participação popular que ocorre aqui nesses dias - e foi levantado até mesmo durante a jornada de julho -, ressalto que a população tem de se posicionar não só como demandante do poder público, mas como agente que deseja atuar politicamente, propondo e fiscalizando. Ao escutar a experiência do Lucas, ex-integrante do Parlamento Jovem, fiquei pensando como podemos levar essa discussão às escolas do campo, especificamente às escolas-família agrícolas, que são comunitárias.

Deixo a experiência da Amefa em educação no campo à disposição de vocês, do Alexandre e desta Casa. Podemos conversar sobre essa ampliação. Colocamo-nos à disposição desta Casa, como sociedade civil e movimento social, para levarmos esse debate ao campo. É isso. Obrigada.

A presidente - Obrigada, Gabriela. Sua proposta é interessante. Depois, os expositores irão comentá-la. Com a palavra, o Sr. Roges Carvalho, do sindicato dos psicólogos, a quem cumprimento pelo seu dia.

O Sr. Roges Carvalho - Aproveito para saudar todos os psicólogos do Estado de Minas Gerais, assim como o sindicato. A nossa luta, deputada Maria Tereza Lara e deputado André Quintão, tem-se pautado por discussões não somente sobre a organização de trabalhadores, de políticas públicas e de movimentos sociais. Algumas das nossas linhas de discussão são a democracia, a participação, a parceria, a política. Esse é o nosso caminho. Os psicólogos estão de parabéns. Muito obrigado por ter se lembrado do nosso dia.

A presidente - Diga-nos qual foi o Dia do Psicólogo.



O Sr. Roges Carvalho - Dia 27 de agosto. A comemoração foi muito grande, houve socialização e muita coisa boa. Os psicólogos têm avançado muito, com participação efetiva em relação ao ato médico, ao programa Mais Médicos, do governo federal, à luta pelas 30 horas e à luta contrária à terceirização. Juntamente à CUT, buscamos melhores condições nas relações de trabalho.

Fui aluno do grêmio da minha escola. Na reunião da manhã, faltou dizer que os grêmios são de cabal importância para a participação política dos estudantes. Parece que eles acabaram depois da ditadura. Acharam que aquele momento era mais importante nas escolas, meteram a foice e acabaram com a discussão política, que era enriquecedora na vida de todo acadêmico. Havia literatura, livro, discurso, crítica, enfim, práticas muito positivas. Podemos retomar essa ideia. Aliás, ela pode ser encampada pela Comissão de Participação Popular, como estímulo às escolas. Temos tudo para fazer isso. A força está na participação popular.

Parabenizo todos os oradores, pois as falas foram objetivas e claras. Precisamos disso. Quero tecer um comentário: é difícil entender a razão de numa Mesa de debates só haver homens, não haver uma mulher, assim como é difícil entender o fato de não haver participação dos jovens em qualquer mobilização ou instância da vida. Isso é diretamente proporcional. Como pode 10 homens falarem numa mesa de debates, sem a participação de uma mulher? Depois dizem: “Vamos convidar fulana para vir aqui”. Muitas vezes, a discussão é política, e não há presença de jovens. Os conceitos são marcados, constroem, pontuam e criam preconceitos. As pessoas costumam dizer que os jovens são o futuro. Pessoal, os jovens são o presente! A vida é uma construção. Os conselhos e controles sociais da saúde, educação, assistência social, enfim, todos os conselhos do Brasil não contam com a participação de jovens. Isso é terrível para nós! Se você disser que é preciso convidar os jovens para participarem de plenárias, conferências, congressos, as pessoas não entenderão. Há certo preconceito.

Deputado André, na parte da manhã, falamos sobre o conceito de democracia participativa e de democracia representativa. Sem participação popular, as coisas não vingam. Essa é uma participação presencial e tem caráter decisório, com presença e aconchego. Na representação, há distanciamento.

A medida que cresce a representação, aplica-se muito mais a questão do distanciamento por causa da decisão, do envolvimento. Embora saibamos que a participação dá sustentação para a representação, há esse distanciamento, esse descolamento. É com isso que temos de lidar hoje, mas precisamos desenvolver mais essa questão da participação popular, porque é ela que tem fogo, que tem clima, que tem aquela chama de as pessoas se manifestarem com livre expressão e dizer para que vieram. Já na representação, não sou mais eu porque a própria representação é plural.

Para finalizar, gostaria que pudéssemos entender, André Quintão, a ausência dos jovens, embora saiba que não é culpa desse excelente parlamentar, da querida Maria Tereza Lara e de vocês que estão envolvidos nessa questão. Todos estão de parabéns por este evento aqui hoje, mas não tivemos jovens aqui. Percebemos que os jovens não vieram escutar. Será que a Assembleia não bancou financeiramente? “Investirei um pouquinho para trazer uns jovens dos municípios.” Escapou isso. Não faço uma crítica negativa, mas espero que, nos próximos encontros - daqui a três anos, quando fizerem outro ciclo de debates - nós, adultos, possamos estar aprendendo com os jovens, escutando-os, pois jovem é o presente. Se não investirmos neles, o futuro não terá sentido algum.

Você tocou numa coisa que achei interessante. Por exemplo, no Parlamento Jovem, as pessoas que lá ficaram, aprenderam, cresceram e hoje estão convivendo na vida política. Aquele assunto aconteceu lá, onde o sujeito foi passado a limpo, mas acabou apoiando o cidadão, e esse cidadão acabou com o seu mandato parlamentar. Aí, o jovem diz assim: “É por isso que a política não presta”. Ora, não é por aí. Acho que muitas vezes isso escapa porque não há formação política certa para que se faça uma avaliação do ponto de vista ético da responsabilidade e de que as coisas têm de mudar. Queremos mudanças, e quem as faz certamente não será eu, ainda mais com essa idade. Serão os jovens.

Obrigado. Parabéns pelo evento. Fiquei muito feliz, tanto é que estou aqui até agora. Estão de parabéns o Parlamento Jovem, a Comissão de Participação Popular, a Maria Tereza Lara e o meu colega André Quintão. Vamos à luta. É na luta que fazemos acontecer.

A presidente - Na oportunidade, Roges, quero parabenizá-lo também, porque está sempre presente nesta Casa, representando o sindicato e os psicólogos. Enquanto você falava, vinham à minha memória os psicólogos com quem convivi e que passaram na minha vida, quando trabalhava como diretora na Escola Nossa Senhora do Carmo. Tivemos professores psicólogos que foram brilhantes, como a Rosa Marcelino; Estanislau Vilela; Conceição Resende, do Conselho Nacional de Saúde; Maria do Carmo Lara, que foi prefeita de Betim. Todos psicólogos, não é mesmo? Então vemos que os profissionais de saúde são muito importantes. Não só os médicos são importantes, mas também os outros profissionais.

Também quero lhe agradecer a defesa das mulheres. Nesta Casa somos 5 em 77 parlamentares, ou seja, menos de 10%, viu Ruth? Já somos 52% da população, então, isso merece um debate - e é o que temos feito nesta Casa. Nesse sentido, Roges, fizemos um requerimento nesta Casa, requerimento da bancada feminina, pedindo que nenhuma reunião especial da Casa fosse feita sem a presença na Mesa de, no mínimo, uma mulher. Vigiamos isso. Depois de um bom tempo, conseguimos com a Mesa da Assembleia, que o deputado Dinis Pinheiro assumisse esse compromisso. A nossa bancada também reforçou a nossa reivindicação. Ainda bem que a Ruth, nossa debatedora, está junto com os ilustres expositores.

Para encerrar, deputado André Quintão, gostaria de dizer que, quando vereadora de Betim, também tive a felicidade de apresentar um projeto de lei que foi aprovado, garantindo o direito à organização dos grêmios estudantis nas escolas. Nenhum direito de organização V. Exa. pediu - mas, na verdade, nem direito havia, não é mesmo? Em algumas escolas, a direção proibia a organização em grêmios. Então, na época, apresentamos essa proposta de legislação, que foi aprovada.

Com a palavra o Sr. Adiel Elias de Souza, do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros. Muito bem. Temos pessoas do Estado inteiro. Obrigada pela sua presença e contribuição, Adiel.

O Sr. Adiel Elias de Souza - Eu que lhe agradeço. Agradeço também o convite enviado ao Conselho Municipal de Assistência Social. Venho aqui representando a sociedade civil. Queria lançar uma pergunta para todos refletirem. Falamos de cidadania, e em 1886 uma escritora chamada Ellen White escreveu que a personalidade de um cidadão é formada até os 7 anos. E, há pouco tempo, foi confirmado, sim, que realmente aos 7 anos a personalidade da criança está formada.

Foi bem exposto pelo representante da Câmara de Juiz de Fora. Só ele citou o ensino fundamental, em que o Parlamento Jovem está inserido.

Lucas, você teve o privilégio de ter chegado aos 18 anos, pôde aproveitar, conhecer e também ser uma das pessoas que foram apreciadas pela Assembleia com um projeto, porque muitos jovens não conseguem chegar à idade que você chegou para iniciar e conhecer esse projeto.

A Sra. Ruth Schmitz falou sobre a cidadania. Trazemos a cidadania da nossa casa para os nossos filhos. Quando se coloca o Parlamento Jovem para o ensino médio, esse jovem já conheceu o lado negro que hoje a sociedade negativamente oferta. O ensino fundamental passou, ele não aprendeu a ser cidadão, ele não aceitará a democracia. É o meu modo de ver.

Onde está a democracia, o voto obrigatório? O negro, o pobre, o índio e outras comunidades são discriminados. Falamos muito de democracia, que os Estados Unidos da América são um país livre, democrático. Agora acabamos de vê-los monitorando o mundo todo e segregando os outros países por dar apoio a quem denunciou a sua ditadura.

Então, é para refletirmos sobre esse assunto, sobre cidadania, democracia, por onde começa. Será que nós, ao trazermos o jovem para o projeto Parlamento Jovem no ensino médio, não estamos errando em não atendê-los na atenção primária, ou seja, na escola, ensinando-os a serem cidadãos? Por quê? Porque, em Montes Claros, hoje - não é isso, vereador Eduardo Madureira? -, a decepção está sendo comentada no Facebook, em telefonemas que recebemos. Hoje teria uma votação na Câmara Municipal de interesse popular. Os vereadores foram eleitos pela sociedade, por meio da participação popular, com o voto. Os eleitores acham que aquele vereador em que votaram defenderia seus interesses. Eles abandonaram a câmara municipal e não votaram o projeto que era de interesse da comunidade.

Desde já agradeço a oportunidade que nos foi dada de estarmos aqui também participando, dando nossa colaboração. Agradeço muito a todos. Parabéns pelo trabalho.

A presidente - Obrigada, Adiel. Agora há uma pergunta do Alessandro, da PUC Minas, para o Rildo: de acordo com sua fala, como fazer o acompanhamento do jovem participante do projeto Parlamento Jovem? Outra pergunta do mesmo Alessandro para a Ruth: existe alguma atividade que ainda deve melhorar no Parlamento Jovem?

Há outra pergunta, do cidadão Ricardo Paolinelli, que vou passar à Mesa para os que quiserem se manifestar: “como vocês avaliam o fato de, nas paredes de um estado laico, ainda haver símbolo religioso preferencial? O Parlamento Jovem discute as bases de um estado verdadeiramente laico”. Antes de passar a palavra aos expositores, gostaria de informar que o livro *Educação política da juventude* - a experiência do Parlamento Jovem está disponível na antessala do Plenário. Também é possível acessá-lo, em versão *online*, no portal da Assembleia, na página Educação para a Cidadania, no *link* Publicações e Multimídia.

Informamos também que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo* do dia 14 de setembro e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa, www.almg.gov.br.

Vamos passar agora a palavra para os expositores responderem às perguntas que lhes foram feitas. Podem fazer as considerações finais. Por favor, façam considerações finais breves, em razão do pouco tempo que nos resta. Vamos começar pelo Sérgio.

O Sr. Sérgio Antônio Peres Dutra - Vou começar respondendo a Sávio, de Viçosa, que pergunta a respeito de Viçosa, uma cidade universitária com estudantes de diferentes partes do País. Essa é uma característica de toda cidade universitária, Juiz de Fora também vive isso. Muitos dos monitores do Parlamento Jovem não são de Juiz de Fora, mas a eles são passadas todas as informações para que possam trabalhar nas escolas. Então, isso não é um impedimento, pelo contrário, é positivo.

Quanto às minhas considerações finais, acho que esse ciclo de debates serve para refletirmos sobre uma ação que a Assembleia vem desenvolvendo. Nesses quatro anos, o projeto se estadualizou, estamos fazendo as ações e não paramos para fazer uma avaliação como esta, apesar da publicação de um livro, ano passado, com a análise de professores da PUC, da Regina, da Beth Marques e de mais alguns alunos que produziram o trabalho acadêmico. Então, acho importante este evento porque temos oportunidade de explicar a vocês, sociedade civil, o que fizemos. E vocês, a partir do conhecimento, podem nos sugerir o que precisa ser melhorado e ampliado. Exemplo claro disso é a ideia da extensão das escolas rurais, mostrada pelo André, que merece ser pensada. É interessante incluir esse outro público. Agradeço o convite da Assembleia, a oportunidade de falar sobre a experiência do Parlamento. Parabenizo o trabalho que vem sendo feito. É um mérito da Assembleia, que organiza as câmaras municipais e se dedica a levar esse trabalho aos municípios. Obrigado.

A presidente - Muito obrigada, Sérgio, da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Passo a palavra a Alexandre Eustáquio Teixeira, da PUC Minas.

O Sr. Alexandre Eustáquio Teixeira - Por causa do tempo, serei breve. Começarei de trás para frente. Primeiro, falarei a respeito da colocação do Adiel.

Como um projeto de formação política, acredito que na escola a confecção seja também essa. Achamos que, no processo educativo, de formação - dentro da PUC temos essa convicção -, só é possível sermos educadores se acreditamos que somos capazes de educar qualquer tipo de indivíduo, de qualquer realidade, em qualquer tempo, ou seja, temos de ser capazes de ensinar, de aprender numa perspectiva de transformação. É um projeto de formação política que, no formato em que se apresenta, tem como fundamentação essa crença. Somos capazes de educar para a cidadania e para a política, independentemente da faixa etária. O projeto foi desenhado para alunos do ensino médio. E aí você questionou se não seria necessário levar o projeto a outros níveis educacionais. Temos outras realidades juvenis, juventudes rurais, como a representante que falou antes de você muito bem mencionou. É possível, mas não é esse o projeto.

Quando trabalhamos com ações de educação, na verdade podemos ter um objetivo comum, mas as ações educativas têm de ser pensadas de acordo com as faixas geracionais específicas ou particulares, porque muda todo o universo das ações práticas, mudam conteúdo, atividades, concepções. Então, seria possível pensar uma ampliação do projeto em relação a outras faixas geracionais? Seria, mas com certeza não seria esse Parlamento Jovem, com o desenho com que ele se apresenta hoje. Acho que a referência à ampliação do projeto diz respeito à incorporação de outros tipos de juventude. Nas ciências sociais há toda uma discussão sobre as



juventudes rurais, que são pouco atendidas nos estudos e nas práticas. Achei sua observação perfeita e aí já pulo para a primeira questão mencionada pelo André, que também tem relação com a segunda questão. Não vou ser capaz de responder com propriedade porque não temos nenhum estudo, apenas uma percepção de qual seria o impacto dos movimentos, dos protestos que ocorreram no Brasil no projeto e sobre essa questão de que a participação no projeto não altera a visão sobre a política. Acho que há uma relação direta com o que o Rildo apresentou em sua fala. Isso lembra um pouco o que Bauman fala sobre a separação entre as esferas: uma coisa é a política, outra coisa é o poder.

Talvez fosse necessário pensar algo para que essa participação produzisse efetivamente uma alteração de perspectiva sobre o político. Que conseguíssemos produzir, além de uma formação política, também um empoderamento com vistas ao poder. O que significa isso? Que pensássemos alguma atividade de continuidade do projeto. A PUC e a Escola do Legislativo já têm pensado isso. Uma ideia que a gente havia cogitado seria a criação de grupos sociais, da sociedade civil, constituído por jovens participantes do projeto para acompanhamento do trabalho legislativo, ou seja, você cria grupos e apresenta metodologias de acompanhamento. Seria uma forma de você ter uma formação política e uma formação do ponto de vista da incorporação de poder.

Minhas considerações finais. Acho que este tipo de debate é extremamente interessante, fundamental, importante para que a gente possa avançar nos mecanismos de participação e nas formas de fortalecimento da democracia. O Adiel mencionou a questão do voto, mas gostaria de voltar a minha fala inicial. A democracia não pode ser entendida apenas como um regime formal da lei e da ordem. O voto, por si só, não caracteriza, ou não garante, ou não sustenta uma democracia, que se caracteriza por ser um modelo de regime político que garante a inclusão, a participação, que garante direitos, que amplia direitos, que é aberto à pluralidade, que é aberto à diversidade. Este tipo de debate tem exatamente esse objetivo. Obrigado.

A presidente - Agradecemos ao Alexandre. Antes de passar a palavra à Ruth, quero lhe passar uma questão feita pela internet. Só houve duas no processo, e uma foi para você.

“Seria possível, em cada edição do Parlamento Jovem em Minas, inserir estudo sobre o funcionamento do Parlamento? Na minha cidade, temos procurado inserir os jovens parlamentares nos conselhos de cidadania, levando-os a conhecer os projetos sociais da cidade”. Essa pergunta foi feita pelo Luiz Carlos Marinete, do Município de Espera Feliz, que está presente. Obrigada pela presença. Com a palavra, a Ruth, para responder às questões e fazer as considerações finais.

A Sra. Ruth Schmitz de Castro - A preocupação da Andreia é sobre a desconfiança dos jovens em relação aos parlamentares, a qual não diminui com o projeto. Na verdade esse é um desafio que teremos de encarar nas próximas edições. Há a necessidade de se promover uma aproximação do jovem com o político.

Lembramos que o Sérgio falou sobre o sucesso do projeto nos municípios e o fato de ele ser institucionalizado. O Sávio, de Viçosa, também tocou nessa questão. Quanto a essa nossa fala de que o projeto tem de ser institucionalizado, isso pode parecer que carregamos muito na mão na condução do projeto, que criamos a separação entre político e técnico, entre instituição e representante eleito pelo voto. Na verdade temos essa preocupação. O projeto não pode servir de vitrine para os políticos fazerem sua promoção eleitoral. Ele não pode virar isso, mas, ao mesmo tempo, não pode ser desvinculado da figura do político. Ele é um projeto para discutir a política, que, no caso das instituições políticas, é feita em grande parte pelos representantes eleitos pelo povo. Esse é um desafio.

Recebemos alguns municípios que desejam integrar a próxima edição. Um professor da Universidade Federal de Uberlândia, parceiro da Escola do Legislativo de Uberlândia, fez-me a seguinte pergunta: “Que garantia vocês têm de que esse projeto é isento de interesses eleitorais?”. Enfrentamos essa questão, que é importante, pois o projeto tem de ser isento nesse sentido. Não podemos deixar de promover a aproximação, que inclusive faz parte da vivência que queremos proporcionar ao estudante. Precisamos enfrentar esse desafio. Estamos dispostos a discutir essa questão e abertos a sugestões. Concordo plenamente com a necessidade da aproximação com os parlamentares. Ela deve acontecer, precisa acontecer também no projeto.

O André falou sobre uma energia diferente que também sentimos. Talvez isso tenha acontecido por causa do amadurecimento das equipes, ou talvez por causa da jornada de junho. Nesta edição tivemos oportunidades e, numa das noites que eles passaram conosco no hotel em que ficaram hospedados, fizemos uma atividade que estava fora da programação. Nela discutimos a jornada de junho. Existem especulações, mas vamos deixar para outro momento.

Mas certamente a participação desses jovens neste momento teve esse dado a mais.

Voltando à fala do Sávio, foi muito importante para nós ouvirmos seu depoimento sobre a importância do projeto para a atuação do jovem universitário em Viçosa, uma cidade universitária. Isso tem a ver com o que eu disse sobre as redes de articulação que o projeto é capaz de criar. Não é simplesmente uma relação do jovem com o Legislativo ou uma articulação da câmara municipal com as escolas. As articulações são muito mais múltiplas do que supõe a nossa vã filosofia. Isso é o que há de mais rico no projeto: as possibilidades que ele abre são muito maiores do que as que podemos imaginar. E você me dá mais uma prova disso, com esse depoimento sobre a importância do projeto para a aproximação do universitário em Viçosa da própria cidade.

Com relação à fala do Roges, do Sindicato dos Psicólogos, concordo plenamente com ela: a ausência dos jovens é imperdoável. O Lucas veio tentar suprir essa ausência na Mesa, mas não conseguimos fazer o mesmo na audiência. Isso foi muito bem apontado, e de certa forma sentimos a mesma coisa nos eventos promovidos pela Casa. Hoje, a Escola do Legislativo responde por um projeto estratégico da instituição que visa exatamente pensar na educação para a cidadania que a Assembleia proporciona. Quer dizer, este é um Parlamento que se propõe a pensar na formação política e cidadã dos jovens. Então, estamos debruçados em um projeto, que vai nos acompanhar nos próximos dois anos, para levantar questões.

Uma das questões que aparecem como objeto da nossa preocupação nesse projeto, além de garantir um espaço privilegiado para o jovem, que é o Parlamento Jovem, é que também precisamos garantir sua participação nos outros espaços de participação da Casa. É preciso que haja um jovem em todos os nossos ciclos de debates, seminários legislativos etc. Não é o fato de termos um evento bem sucedido, que garanta a participação do jovem, que vai nos eximir da responsabilidade de trazer o jovem para os espaços de



participação popular que esta Casa abre. Foi muito bem lembrado, Roges. Obrigada por isso. Esse é um desafio, e estamos abertos a sugestões e encaminhamentos que nos ajudem a resolver o problema.

Sobre a questão do Adiel, muito bem respondida pelo Alexandre, quero apenas complementar a resposta lembrando que o projeto foi pensado para o ensino médio. Se fosse para o ensino fundamental, seria outro, porque para cada faixa etária precisamos de um desenho diferenciado. Ele lembrou que na Escola do Legislativo há algumas atividades voltadas para o ensino fundamental. Mas sua fala me lembrou uma observação que a Eleonora fez ontem: não são só os projetos que a Assembleia desenvolve ou que a Escola desenvolve; nessa questão da cidadania, temos de nos colocar como pais, irmãos, tios, amigos etc. Ou seja, de que maneira podemos despertar o cidadão em nossas relações pessoais? Somos muito exitosos ao fazer com que nossos filhos cuidem da própria vida. Mas como fazê-los cuidar da *res publica*, das questões que dizem respeito à coletividade? Isso é um desafio para todos, em todos os campos, em nosso campo de relacionamento.

A pergunta do Ricardo é difícil, não vou respondê-la: “Como vocês avaliam o fato de que, nas paredes de um estado laico, ainda tenhamos um símbolo religioso preferencial?”. A sua pergunta mostra que essa não é uma questão fácil. Quer dizer, que incomodou. Eu não vou respondê-la, mas vou falar que é pertinente responder a esse tipo de questão no Parlamento Jovem, e não só no Parlamento Jovem, mas é uma questão que precisa ser discutida, e a participação popular pode levantar um debate como esse. Quer dizer, longe de nós quisermos responder a todos os problemas que são apresentados, mas, quando um parlamento se abre à participação popular, ele está disposto a enfrentar esse tipo de questão, por mais difícil e complicado que seja. Creio que isso é o que eu posso responder, Ricardo.

Escolhi terminar com a fala do Alessandro porque a questão feita por ele me permite responder e fazer, ao mesmo tempo, as minhas considerações finais. Ele pergunta se existe alguma atividade que ainda deve melhorar no Parlamento Jovem.

Alessandro, por mais exitoso que seja o projeto, por mais orgulho que nos deem os bons resultados que o projeto apresenta, ele não está e nunca estará pronto. A democracia, a educação, a cidadania, essas coisas que nos movem, que nos fazem estar aqui, às cinco e vinte da tarde de sexta-feira, são coisas inacabadas, são construções permanentes. Se existe alguma atividade que deve ser melhorada no Parlamento Jovem, o próprio Parlamento Jovem precisa ser melhorado a todo dia, a todo momento, a todo ano. Aqui, hoje, já tivemos algumas indicações de sentido, onde atacar. Quer dizer, essa questão da pouca interação dos jovens com os políticos, a questão do pós-Parlamento Jovem, apresentada pelo Rildo, a questão da faixa etária, será que a gente não pode pensar num projeto semelhante ao Parlamento Jovem que atinja uma outra faixa etária, quer dizer, a todo momento estamos abertos, como educadores preocupados com a formação cidadã da juventude. E como servidores de uma casa legislativa que se propõe a abraçar esse desafio, o que me resta dizer, nas minhas considerações finais, é que nada está pronto, principalmente no que diz respeito à construção da democracia.

É isso. Já estou me estendendo muito; devolvo a palavra à deputada Maria Tereza Lara.

A presidente - Obrigada, Ruth. Antes de passar a palavra ao próximo expositor, quero ler, deputado André Quintão, uma mensagem que chegou para a Comissão de Participação Popular e que nos incentiva a continuar os trabalhos. Veio de São Pedro dos Ferros, de Luci Ramos Privat: “Parabéns pelo seu brilhante desempenho e dos demais membros na Comissão de Participação Popular no decorrer desses 10 anos. Fico feliz em ver o excelente trabalho do Parlamento Jovem e a contribuição que tem dado aos jovens na sua formação política. Seria um motivo de orgulho ter uma equipe do Parlamento Jovem em nossa cidade, portanto peço, se possível, uma visita da Comissão de Participação Popular para estar mobilizando os cidadãos do Município de São Pedro dos Ferros”.

Então, ela faz uma solicitação a nós, deputado André Quintão, que é presidente da comissão, e eu sou vice. Quero agradecer à Luci as palavras de incentivo e de carinho e dizer a ela que tenho alguns amigos aí em São Pedro dos Ferros, aonde tenho ido. Conheço a Ana, o vereador Topeca. A todos vocês, de São Pedro dos Ferros, um grande abraço nosso, da Comissão de Participação Popular.

Com a palavra, o Sr. Rildo Cosson, do Centro de Formação e Treinamento da Câmara dos Deputados. Ele não é deputado federal, mas vai ser, vou profetizar.

O Sr. Rildo Cosson - Dificilmente, deputada. Eu gostaria de pontuar três questões importantes. Antes de falar, eu tenho aqui uma mensagem da Ruth para o Luiz Marinetti. Ele pergunta se é possível inserir o funcionamento do parlamento. Na verdade, isso sempre é feito, desde o primeiro momento do Parlamento Jovem, que é o conhecimento sobre o parlamento. A Ruth reforça isso, e é muito bom lembrar, isso pode acontecer.

A minha fala tem três pontos. Primeiro, esta questão que conhecemos mais tecnicamente como cinismo dos jovens, não no sentido popular da palavra, mas no de um termo técnico, filosófico, que significa descrença em relação à atuação dos políticos, infelizmente, como vários estudos já têm demonstrado, isso é um efeito colateral de muitos programas de letramento político, programas como o Parlamento Jovem e outros. Uma das causas que se apontam para isso é justamente o insulamento que eu citava antes, essa distância do programa, que é feito basicamente pelos técnicos e por pessoas da Casa, separado dos parlamentares. Quando os parlamentares são envolvidos nesses projetos, esse cinismo tende a diminuir consideravelmente. Alguns estudos, em vários países, têm mostrado que, quanto mais distantes do mundo político, mais há efeito colateral indesejado dos programas.

Dando continuidade a isso, há uma ideia nossa, cultural, mas muito forte dentro do parlamento, de que basta fazer uma lei para que as coisas se resolvam, e não é bem assim. Tomarei o exemplo da lei do grêmio para mostrar-lhes uma experiência diferente de como um parlamento pode atuar. A Assembleia Nacional de Québec, no Canadá, tem uma fundação chamada Jacques Bonenfant, que é responsável pela relação do parlamento com o sistema escolar. Então, não só existe a lei que manda fazer o grêmio, como a nossa, mas também há o acompanhamento para que as coisas funcionem. O que fazemos é justamente aprovar as leis e nos esquecer delas. Pensar que já está aprovada e que tudo está resolvido. Quando o parlamento compreender que não basta aprovar a lei, que é preciso acompanhá-la, verificar como está sendo aplicada e ajudá-la a ser executada, talvez as coisas fiquem diferentes. Porque a nossa institucionalização não pode ser meramente formal. O papel institucional do parlamento tem de ir além disso.

Outro ponto importante é a continuidade, como poderia ser feito o acompanhamento dos participantes após a realização do evento. Há muitas maneiras. Quando estudamos os diversos modelos de parlamento, verificamos que cada casa arranja uma maneira diferente



de fazê-lo. No caso do Parlamento Jovem de Minas, acompanhamentos por grupos sociais são uma coisa bem sofisticada, uma coisa boa de fazer. Espero que consigam o que o Alexandre sugeriu, acho excelente a ideia. Mas também podem ser feitas coisas bem mais simples, como o participante funcionar como um elo para o levantamento de temática; passar a faixa aos novos participantes; fazer com que eles se integrem numa cadeia de participação ou que possam atuar como conselheiros das pessoas selecionadas. Há muitas formas para que ele possa continuar integrado ao programa, e acho que essas formas deviam ser exploradas, até porque, como programa de longa duração, em vários momentos ele pode ser chamado de volta a participar, se não mais como protagonista, como auxiliar. Acho que tudo isso pode ser implementado de maneira até mais simples e imediata.

Outra coisa interessante, que a Ruth falou, mas acho importante acentuar, é que há muitos modelos de programas de letramento político nas nossas casas legislativas, graças a Deus.

Praticamente não há casas legislativas no Brasil, assembleias pelo menos, que não tenham programas de letramento político. Hoje há cerca de 20 programas diferentes voltados, infeliz e basicamente, para atuação escolar. Talvez isso focalize esta visão de que só a escola, só o jovem precisa dessa formação. Fico sempre reclamando disso. Pensem que, na verdade, a educação política é necessária não apenas para o jovem, mas para todos, sindicatos, idosos, para todo o mundo, sobretudo para nós, brasileiros, dada a nossa tradição ainda pequena em termos de democracia. Talvez as casas pudessem investir nisso, que é algo interessante.

Para concluir minhas considerações finais, desejo, não apenas para a Comissão de Participação Popular daqui, mas também para todas as outras, inclusive a federal, que pensem e possam compreender que a função maior ou uma das maiores das comissões de participação popular não é apenas acolher o desejo da população, mas também educá-la para que ela possa participar. Só assim teremos, de fato, uma democracia com participação popular fortalecida, unindo, como disse ontem o professor da Suíça, a relação complementar entre democracia representativa e democracia participativa. Obrigado.

A presidente - Obrigada, Rildo Cosson, pela contribuição. Veio de longe também, de Brasília para nos ajudar. Com a palavra, o Lucas Junqueira Vitelli, membro participante e atuante do Parlamento Jovem logo no início do projeto, para as respostas e as considerações finais.

O Sr. Lucas Junqueira Vitelli - Primeiramente vou responder à pergunta que me foi dirigida: "Atualmente qual é a sua função ou trabalho na política?". Atualmente tenho trabalhado no terceiro setor, com Oscips, em um programa de prevenção ao uso de drogas, desenvolvido junto ao Executivo e que trabalha com foco na questão dos conselhos municipais, outra metodologia participativa nesse sentido, um outro espaço, só que no Poder Executivo. Venho trabalhando com isso há alguns anos.

Gostaria de fazer algumas considerações sobre a questão da descrença. Talvez seja uma descrença com o político, como o deputado André expôs, mas também vejo como um desafio, como a Ruth expôs. Quando participei, nós, alunos que estávamos aqui, tínhamos esse contato direto com os técnicos, na própria Casa Legislativa, mas às vezes ficávamos um pouco distante do político, dos deputados. Apesar de estarem presentes, apesar de estarem de alguma maneira envolvidos, acabavam ficando um pouco distanciados mesmo. Mas acho que essa descrença com o político talvez seja por falta de informação, por ser o primeiro contato dele com esse tipo de mundo. Talvez por isso haja essa certa dificuldade para assimilar. No entanto, quando vê a possibilidade de participar, ele a considera mais importante que passar para uma outra pessoa. Não sei, não posso fazer uma exposição nesse sentido.

Acho muito bacana algumas coisas comentadas aqui. Nos últimos trabalhos que desenvolvi, viajei muito por Minas Gerais. Falaram da educação no campo, e isso é muito importante porque grande parte dos municípios mineiros está concentrada na zona rural. Então, talvez uma expansão desse tipo de coisa seja interessante.

Para concluir - acho que as outras perguntas já foram respondidas -, quero dizer que venho estudando, nos últimos tempos, sobre essa questão da participação popular, tenho me debruçado sobre isso um pouquinho. Com o passar do tempo, vi que é necessário democratizar, cada vez mais, essa democracia.

A expansão dos mecanismos de participação, como a Comissão de Participação Popular e projetos como o Parlamento Jovem, são muito importantes para que, cada vez mais, tenhamos a população agindo não só pela via da democracia representativa mas também por uma forma mais direta, onde pessoas, grupos, movimentos e jovens que se debruçam sobre essas questões sejam ouvidos, como o que vimos nesse período de junho. Tenho visto que mecanismos e projetos como esse são de extrema importância para esse aprendizado. É preciso motivar esses jovens cada vez mais a participar, e mostrar a eles locais, caminhos para fazerem isso. Acho que nesta Assembleia de Minas há vários exemplos. Como disse, tive oportunidade de estudar um pouco esses mecanismos, que são muito importantes.

Tenho visto de perto - e posso falar sobre isso com um pouco de propriedade - que muitos e bons resultados estão saindo disso. Eu mesmo sou um deles. Se sou um deles, porque outras pessoas não podem ser? Sinto também um pouco de pena de este Plenário não estar cheio de jovens. Acho que já estou saindo um pouco dessa fase, mas este Plenário poderia estar bem mais cheio. A mobilização desses jovens para que participem desse evento realmente é democracia e faz parte dessa discussão. Agradeço a oportunidade. Obrigado.

A presidente - Obrigada, Lucas. Agora passo a palavra ao deputado André Quintão, para que faça suas considerações ou responda a alguma pergunta.

O deputado André Quintão - Lembrei-me do deputado João Leite: "Tenho 40 minutos para as considerações finais?". Um assunto que permeou aqui é um para casa para nós da Assembleia e tem a ver com a reflexão que a Regina fez ontem. Dialogando com a Ruth, a Regina e com os técnicos da Assembleia, percebi que teremos de achar um ponto de equilíbrio. Essa é uma reflexão que já fiz e tenho feito. A Assembleia tem grande reconhecimento pelo seu nível crescente de institucionalização de processos. Acho que esse é um ponto inarredável. Escola do Legislativo, Consultoria, GPI, TV Assembleia, enfim, todos os setores têm o cuidado de não ser instrumentalizados partidariamente nem eleitoralmente. Acho que essas são conquistas de que não podemos abrir mão e são pontos pacíficos. A gente parte daí, para não ficarmos - e vou usar uma gíria - com o freio de mão puxado. Essa é a verdade. E não é fácil, porque esta é uma Casa multipartidária, com vinte e tantas comissões e vários perfis, mas sinto que, às vezes, esse freio de mão puxado segura determinada propagação de bons resultados.



Estou sendo muito sincero, porque comentava com o Prof. Alexandre sobre o tratamento que é dado ao Legislativo pela mídia, que é um tratamento de noticiário negativo. Se a própria instituição, para não melindrar o partido A ou as demais comissões, vai segurando as coisas, fica difícil darmos essa publicização das boas práticas, como as que são feitas nas várias comissões e nas várias iniciativas. Estou falando da Comissão de Participação Popular, porque hoje estamos falando dos 10 anos. Então, teremos de achar o ponto de equilíbrio.

Eu, por exemplo, considero a vivência com os jovens boa para nós e para eles. O Prof. Alexandre comentava sobre um debate. Qual é o nível de diálogo que iremos travar para que as repercussões do movimento de rua tenham resultados dentro das instituições? Porque isso vai depender de orçamento, vai depender de política pública, então, tem de ter vivência, tem de ter o contraditório. Senão, poderemos cair no seguinte caso: a instituição é boa, mas os políticos, não; apesar dos políticos. Não podemos cair nisso. Sinto que há um nível de constrangimento, e precisamos ser mais ousados. Não estou falando de eleitoralismo. Participei de um longo debate com integrantes da Assembleia Popular Horizontal, e achei muito engraçado quando uma amiga me contou que uma pessoa que ouviu minhas posições disse: “Nossa, ele tem uma visão progressista, e é deputado”. Ou seja, apesar de ser deputado. Existe uma visão preconceituosa a respeito do deputado. Como quebramos isso? Na prática, conversando, indo a campo.

Estou dizendo isso porque, para o Parlamento Jovem, teremos de mesclar a participação com o contato. Eles precisam conhecer os deputados, vamos fazer mesas de debate. Se o tema for saúde, vamos chamar a Comissão de Saúde para debater. Se o tema for o movimento das ruas, vamos chamar um deputado do PSDB, outro do PT, etc. Vamos fazer uma mesa de debates para haver interação. Faremos assim também com a política de comunicação, quando fizermos uma cartilha, por exemplo. Se o pessoal da França disser que a nossa experiência no ciclo orçamentário é a melhor, então vamos identificar a Comissão de Participação Popular, vamos colocar no *site*. Não vamos deixar o sujeito indefinido ou oculto para que alguém busque a informação, busque saber quem faz. Isso vale para as outras comissões.

A Comissão de Direitos Humanos é quase uma ouvidoria de alta relevância social. São impressionantes as audiências e todos os problemas que abordam. Então, vamos expor as coisas boas em cada comissão. E se houver comissão que não faz nada, o problema é dela. Não podemos deixar de divulgar o trabalho de umas, porque as outras ficarão melindradas. Isso seria dar um tiro no pé.

Essa é uma visão que estou expondo para uma reflexão aberta. Penso que, depois de 10 anos, temos um nível razoável de autoridade para fazer esse debate na própria Assembleia. Como vou cobrar da grande mídia que não divulgou ou divulgou poucas linhas sobre determinado evento, se dentro da própria instituição também enfrentamos certa restrição? Precisaremos fazer essa discussão dentro da Assembleia.

Antes de encerrar, quero parabenizar os psicólogos pelo dia 27 de agosto e os nutricionistas pelo dia 30 de agosto. O Roges disse que é ótimo estar na CPP, que é ótimo isto e aquilo. Só faltou dizer que, melhor que isso, é só comer um peixe frito na beira do Velho Chico, em Januária, de preferência no mês de julho, que dá praia. Pensei que você iria dizer que isso também era ótimo.

A Gabriela não está mais aqui, mas essa ideia de buscar um município que tenha escola família agrícola para se integrar ao Parlamento Jovem é interessante. É lógico que depende do município, da câmara querer fazer o projeto, mas a pedagogia da alternância é outro universo, com mais diversidade e outra ambiência. É legal, é uma proposta muito interessante.

E penso, não só em relação ao Parlamento Jovem, que precisamos possibilitar ao cidadão e ao jovem a capacidade de diferenciação. Quando a Regina diz que se motiva a participação política, mas existe uma visão negativa generalizada dos políticos, é importante frisar que faz parte da educação política fornecer subsídios para a diferenciação política. A indiferenciação política nesse modelo e nesse sistema eleitoral é um mecanismo de reprodução e reeleição dos maus políticos. Todos sabem disso. Se não houver diferenciação, eliminam-se os bons, e com o poder econômico, nessas regras atuais, os outros se perpetuam. Precisamos dizer isso, ou não estaremos contribuindo para a democracia. Eu queria deixar essa mensagem.

Ao final, faço também meus agradecimentos. Quanto a esses 10 anos, reitero a capacidade institucional e técnica da Assembleia, que foi imprescindível para esses resultados. Poderíamos ter aqui os melhores deputados e deputadas do mundo, mas se não houvesse a capacidade institucional... Não teríamos um Parlamento Jovem exitoso, se não fosse a Escola do Legislativo, que teve a ideia, por sugestão da PUC. Já havia o *know how* e depois foi avançando, avançando. Ela é muito importante.

Corremos o risco, quando mencionamos nomes, de cometer injustiças. Cito, todavia, a Regina Magalhães, que, com toda a sua equipe, tem um papel importantíssimo. Não ficarei aqui mencionando todos os nomes. Temos a Érica, o Mário, o Dalton e o Júlio, da GPI. É muito bom esse corpo técnico da Assembleia. Hoje de manhã eu estava falando: imagine caírem 500 sugestões populares, e termos 10, 15 dias, para negociarmos com o governo, com os órgãos e redigirmos parecer, que será publicado no diário oficial, que estará na internet. Isso não é brincadeira. Registro esse trabalho.

A GPI organiza as audiências. Ela organizou este ciclo. Lembro-me da Miriam, que se aposentou. Hoje estão aqui o Júlio e o Dalton. O Ricardo esteve na conferência sobre igualdade racial. Cito também toda a área de comunicação, imprensa, TV, rádio, RP, cerimonial. Ouvimos aquela voz portentosa. Há o trabalho do Guilherme, fotógrafo. Temos também a fotógrafa. Há muita gente nova. Ainda não decorei o nome de todos, só dos mais antigos, de cerca de 10 anos. Cito toda a equipe da Assembleia.

Os materiais são aqui produzidos, como a cartilha da Comissão de Participação Popular, que pediremos seja publicada em grande número, para que possamos mandá-la para as câmaras municipais, para o cidadão que participa aqui. Essa equipe também é muito importante.

Temos também a assessoria da comissão. Lembro-me da Celise, que foi a primeira assessora. Depois tivemos a Ana Lúcia. Mais recentemente contamos com a Alexandra, que continua na Assembleia. A Celise e a Ana Lúcia já se aposentaram. O povo não pode é me aposentar daqui a pouco também. A Ana Lúcia é de Três Pontas. A Alexandra continua. Mando um abraço para ela, que está fazendo aniversário neste final de semana. Atualmente contamos com a Luíza. Ela é a atual assessora da comissão. Parabenizo, na pessoa dela, toda a equipe de assessoramento. Além das assessoras, há o apoio. É muita gente. Também em razão do tempo não mencionarei todos. Menciono também o pessoal do gabinete, na pessoa da Ana, que está aqui. Praticamente toda a equipe esteve aqui. A Ana coordena a parte institucional e faz essa interlocução.



Registro que esse é um trabalho coletivo. Peço às câmaras municipais que apoiem e fortaleçam suas equipes técnicas. Foi dito aqui algo pelo Sérgio, que reitero. Esses projetos exitosos não podem ser personalizados ou partidarizados. Como falei hoje pela manhã, não são nem da oposição nem do governo. Eles têm de ter continuidade. Temos de valorizar quem deles participa, do ponto de vista da representação política, mas não tem de haver carimbo de ninguém. Reitero isso e agradeço a todos aqui.

Também agradeço a direção da Assembleia, o secretário-geral da Mesa, José Geraldo, a quem dedico essa avaliação final. Ele tem ajudado muito a Comissão de Participação Popular. Da mesma forma agradeço o diretor-geral da Casa, Eduardo Moreira, e o presidente Dinis Pinheiro.

Agradeço a todas as entidades que participaram conosco, que estiveram representadas, a todos os que participaram desta Mesa de trabalhos na parte da tarde e aos deputados que já participaram e participam da comissão, na pessoa da deputada Maria Tereza Lara, que já exerceu a presidência.

Muitos deputados que participam da comissão são do interior, a agenda deles é de lá, e, pela data, não puderam comparecer. Poderia falar dos deputados Bosco, Duarte Bechir e João Leite. Eles são deputados muito ativos da comissão, mas, por motivo de agenda da Assembleia no interior, não puderam estar presentes.

Gostaria de dizer que o ciclo de debates da Assembleia foi muito interessante para todos nós. Agradeço ao José Geraldo. Ele deveria estar nos acompanhando pela TV em sua sala e despachando. A Secretaria-Geral da Mesa, além de competente, sempre teve muita sensibilidade para com as realizações da Comissão de Participação Popular. Saímos daqui com um arsenal de reflexões em relação a esses movimentos de rua. É isso que eu queria dizer, Regina. Hoje temos esse portal, Políticas Públicas ao Seu Alcance, que é uma ferramenta valorosa de atuação.

Gostaria de agradecer a todos e a todas e dizer que foi um prazer estar com vocês nesses dois dias. Vamos refletir e agir muito. Convido todos para o monitoramento das políticas públicas, que continua até setembro. O calendário está na página da Assembleia. Quem quiser poderá acompanhá-lo também pela TV.

Em novembro, teremos a revisão do plano plurianual. Realizaremos várias audiências públicas. Vocês poderão ter acesso aos trabalhos que estão expostos. As funcionárias Grazielle, que é jornalista, Sara e várias pessoas da Assembleia têm trabalhos apresentados, então queria agradecer-lhes muito.

Espero que a Comissão de Participação Popular tenha vida longa nesta Assembleia Legislativa, que tenha cada vez mais resultados e que seja voltada para o interesse público. Muito obrigado, e parabéns a todos os que resistiram até este horário, quase 18 horas, numa sexta-feira.

A presidente - Deputado André Quintão, agradeço a você - permita-me falar "você", já que é um deputado companheiro e presidente da Comissão de Participação Popular -, porque teve realmente a iniciativa de solicitar este ciclo de debates, que é vitorioso, por todas as pessoas envolvidas, sobre as quais já falou muito bem.

Deputado, realmente V. Exa. fez justiça mencionando nominalmente quem está nos bastidores. Muitas vezes nos esquecemos dessas pessoas, e você as nominou detalhadamente. Se alguém não foi nominado, sintam-se nominados, por intermédio dessas pessoas tão importantes.

Muitas vezes esquecemos nossas assessorias. Você falou da Ana, e temos aqui também a Cacá, o Sérgio, o Hugo, a Márcia e a Cândida. Às vezes não falamos deles, mas é muito importante lembrá-los. O José Geraldo está ali. Eu estava me lembrando de que ele é coordenador, secretário-geral da Casa. Recebemos informações dele em tempo real, nas mensagens de celular. Ele realmente nos encaminha várias mensagens de convocações. Se os deputados não comparecem aos compromissos, não é porque não ficaram sabendo. Ocorreu uma coisa interessante, que não acontece normalmente, mas que desta vez aconteceu. Recebi um telegrama para a eleição do 1º vice-presidente. Esse telegrama chegou atrasado, mas o José Geraldo já me havia enviado 10 mensagens; então, mesmo se eu quisesse, não teria como falar que não havia recebido a informação. Temos o maior respeito por seu trabalho, José Geraldo. É um trabalho que realmente respeita a situação e a oposição. O deputado já o mencionou, e quero, na sua pessoa, agradecer e parabenizar toda a equipe desta Casa, que já foi amplamente nominada. O deputado André Quintão já mencionou os outros parlamentares.

Quero relembrar as entidades parceiras deste evento, a Fundação Avina, a Fundação João Pinheiro, a PUC Minas e a UFMG, que atuaram juntamente com a Assembleia de Minas e com os órgãos já mencionados.

Antes de terminar, permita-me fazer uma reflexão que talvez gere polêmica, mas não se refere ao debate de hoje. O Ricardo Paolinelli indagou sobre o símbolo religioso preferencial nos órgãos públicos. Quero concordar com a Ruth no que diz respeito ao debate. Acho que o debate público não pode vetar nenhum assunto. Quero aproveitar para mencionar algumas questões e expressar uma opinião pessoal, fruto da minha experiência.

Primeiro, a legislação brasileira prevê que não haja discriminação religiosa, portanto não podemos, de forma alguma, em um debate, privilegiar uma religião ou outra. A questão do símbolo, que também está sendo debatida na Câmara Federal, do meu ponto de vista, mostra uma tradição da nossa sociedade. Por longo tempo, os católicos foram ampla maioria em nosso país, agora já não o são mais. Nós, os evangélicos, estamos crescendo em número, e outras religiões também. Então gostaria de registrar esse aspecto. Os recursos são destinados à preservação das igrejas históricas não pelo fato de elas serem da religião católica, mas por serem um patrimônio da sociedade, independentemente da religião. Vejo assim a questão do símbolo.

Quero comentar também mais duas questões, e ressalto que esse é meu ponto de vista, e não o da Casa ou o da Mesa. A primeira diz respeito à liberdade religiosa, que, como eu disse, é um bem maior. Temos de respeitar a liberdade religiosa. Quando os países não respeitam essa liberdade, muitas vezes isso leva à guerra religiosa, que é a pior. Por causa da religião, estamos matando uns aos outros. A segunda questão se refere à espiritualidade. Não falo de nenhuma religião. O que é a espiritualidade? É ter valores de fraternidade; é crer na existência de um Deus e aceitar que cada um pode percebê-lo de maneira diferenciada. A espiritualidade é muito importante para que tenhamos uma sociedade mais fraterna, justa e igualitária. Estou convencida disso. Ela nos leva a viver essa fraternidade, a nos perceber como irmãos e companheiros. Tenho um assessor que acompanha, como voluntário, um trabalho em



um centro de internação para adolescentes infratores. São 40 adolescentes infratores, jovens de 13 e 14 anos já mataram quatro pessoas. Fizeram uma pesquisa, e nenhum deles teve alguma experiência com Deus em sua vida, com a espiritualidade. Então acredito que a espiritualidade ajuda nessa construção.

Recentemente vi, em um canal de TV, que existem pesquisas científicas comprovando que as pessoas que têm fé - não falo de religião, mas de fé, cada um à sua maneira -, quando doentes, superam com muito mais frequência a doença e, por muitas vezes, se curam. E, quando não se curam, têm mais forças para vivenciar aquela dor, aquele momento mais difícil, sem se desesperar. Queria partilhar essa opinião. Estou falando assim não por causa de livro, mas pela minha experiência. Então esse é um debate que precisa ser feito. Devemos ouvir várias pessoas, o contraditório, para podermos construir essa sociedade, que, com certeza, todos nós queremos: mais justa, igualitária, fraterna e democrática.

A presidência manifesta, mais uma vez, a todas e a todos os agradecimentos pela honrosa presença - aos ilustres expositores, aos participantes, aos telespectadores da TV Assembleia, às entidades parceiras, à Casa e aos parlamentares.

Encerramento

A presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 2 de setembro, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/9/2013

Presidência dos Deputados Dilzon Melo e Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do deputado Dilzon Melo - Entrega de placa - Lançamento de selo - Palavras do Sr. Robério Oliveira Silva - Palavras deputado Antônio Carlos Arantes - Entrega de placa - Palavras do secretário Elmiro Nascimento - Premiação de concurso de redação - Palavras do presidente - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bosco - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Juarez Távora - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Dilzon Melo) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Tiago Ulisses, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Organização Internacional do Café - OIC - pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Robério Oliveira Silva, diretor executivo da Organização Internacional do Café - OIC; Elmiro Nascimento, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, representando o prefeito, Marcio Lacerda; deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa; deputados Gustavo Corrêa, Juarez Távora, Tiago Ulisses e Ulysses Gomes, coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem; Antônio Henrique Saporì, vice-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater; e Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg.

O presidente - Cumprimento os componentes da Mesa. Os deputados Gustavo Corrêa e Tiago Ulisses estavam conosco em Londres e também fizeram questão de estar aqui, em nome da Assembleia, prestando esta homenagem à OIC.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Exmo. Sr. Florindo Dalberto, presidente do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar; das Exmas. Sras. Soraia Vieira, prefeita de Guidoal; e Vilma Diniz, prefeita de Morro do Pilar; dos Exmos. Srs. Almir José da Silva Filho, vice-presidente do Sindicafé; Leandro Rabelo, secretário de governo da Prefeitura de Varginha; e Gabriel de Almeida, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais; das Exmas. Sras. Maria Cláudia Peixoto, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação, representando a entidade; e Maria Amelia Guzmán Martínez-Valls, conselheira comercial da Embaixada da Espanha, na pessoa da qual estendemos as nossas saudações a todos os que nos visitam e compõem a OIC, representando, neste ato, diversos países, como Vietnã, Togo e Angola; dos Exmos. Srs. Arnaldo Bottrel Reis, presidente da Associação dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Sul de Minas; embaixador Marcos Pinta Gama, representante permanente do Brasil junto a organismos internacionais; Orlando Leite Ribeiro, chefe da divisão de agricultura e produtos de base do Ministério das Relações Exteriores; e vereador Pablo César, mais conhecido como Pablito. A todos, o nosso agradecimento pela presença.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo músico Pereira da Viola.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O presidente - Ao fazer meu pronunciamento, quero passar a presidência desta reunião ao deputado Ulysses Gomes, que, sendo coautor do requerimento, a presidirá em nome dos deputados Gustavo Corrêa, Tiago Ulisses e Juarez Távora, que, como nós, subscreveram o requerimento.

O presidente (deputado Ulysses Gomes) - Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Dilzon Melo, 1º-secretário desta Casa, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Deputado Dilzon Melo

Boa noite, senhoras, senhores, convidados, presidentes de entidades e de órgãos sindicais, secretários adjuntos, secretários municipais, caros prefeitos, enfim, todos os que acompanham de perto essa luta referente ao café. Nossa saudação especial ao diretor executivo da OIC, Robério Oliveira Silva, na pessoa do qual, com certeza, estamos homenageando toda a OIC pelos seus 50 anos, pelo que representa no cenário internacional como legítimo representante dos cafeicultores e do Brasil. Ele é certamente merecedor desta homenagem, que lhe presta todo o povo mineiro.

Saúdo o caro secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nosso ex-companheiro Elmiro Nascimento, representando aqui o governador Antonio Anastasia, também mestre na área de produzir café, o qual conhece muito bem o sentido desta homenagem; o secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, nosso companheiro Marcelo de Souza, representando aqui o prefeito Marcio Lacerda; o presidente da Comissão de Política Agropecuária desta Casa, companheiro Antônio Carlos Arantes, também um grande batalhador nessas causas, principalmente por ser do Sul de Minas e acompanhar de perto toda a luta em prol da cafeicultura.

Robério, há aqui uma particularidade: estão subscrevendo esse requerimento em sua homenagem cinco deputados, dos quais quatro não trabalham com café: os deputados Ulysses Gomes, Tiago Ulisses, Gustavo Corrêa e Juarez Távora. O único sofredor da arte sou eu, que tive o prazer de, como eles, assinar o requerimento para fazer esta homenagem a você, em nome dos 77 deputados que constituem esta Casa Legislativa.

Quero saudar ainda o companheiro e presidente da Faemg, Roberto Simões, que também esteve em Londres para ver de perto o grande trabalho que a OIC desempenha, particularmente o Robério; e o vice-presidente da Emater, Antônio Henrique Saporì, aqui representando o seu presidente.

Robério, começo dizendo que esta homenagem tem um sentido todo especial, principalmente pelo fato, como disse anteriormente, de os subscritores do requerimento em sua homenagem não serem produtores de café. Mas, estando em Londres, naquele movimento acontecido em março, eles puderam sentir de perto o trabalho que você desempenha na OIC.

Nesta importante solenidade em comemoração do cinquentenário da OIC, gostaria de dizer algumas poucas palavras em homenagem a um personagem muito importante na história recente da entidade intergovernamental: seu diretor executivo, Robério Oliveira Silva. O diretor executivo é o principal funcionário administrativo da organização, sendo responsável pela implementação, em todo o mundo, das disposições dos acordos internacionais e das decisões do conselho.

Ao assumir o posto em novembro de 2011, este economista formado pela UFMG já acumulava grande experiência no setor da cafeicultura, tendo atuado nos setores público e privado. Ao longo de 25 anos, este mineiro de Pedra Azul ocupou posições de destaque nos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como na Câmara de Comércio Exterior, na Associação dos Países Produtores de Café e na Federação Brasileira de Exportadores de Café. A sua nomeação para o posto máximo na OIC foi fruto de uma bem-sucedida campanha, que contou com a orientação e o suporte do governo federal, por meio do Ministério das Relações Exteriores.

Com habilidade, o Executivo foi conquistando o apoio de importantes países produtores, como a Colômbia e o Vietnã, além dos países africanos. Após conseguir a adesão de produtores de peso, o brasileiro angariou o apoio dos maiores consumidores de café, como a França, a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos, sendo, finalmente, eleito por aclamação dos 77 países membros. A sua posse representou uma vitória para o Brasil, maior produtor de café do Planeta, com 43 milhões de sacas do grão, dando ao País a oportunidade de contribuir para o fortalecimento da relação entre produtores e consumidores e para a reafirmação da OIC como ponto de convergência dos debates do setor cafeeiro, sendo motivo de orgulho para Minas Gerais e especialmente para nossa querida Pedra Azul.

A projeção do País no cenário internacional, que tem íntima relação com o prestígio e o empenho de Robério Silva, é evidenciada pela escolha de Belo Horizonte para sediar as celebrações do aniversário da OIC, cujas reuniões normalmente ocorrem em Londres. Gostaria de lembrar que o primeiro diretor executivo da organização, que desempenhou a função entre 1963 e 1968, João Oliveira Santos, também era brasileiro. Naquele momento, os principais objetivos da entidade eram trabalhar para o equilíbrio entre a oferta e a demanda de café e ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países que, como o Brasil, produziam café por meio da manutenção dos preços em níveis equitativos e do incremento do consumo do produto.

Hoje o mercado cafeeiro evoluiu, e, embora siga firme em sua luta para promover o produto por meio da cooperação internacional, os desafios são outros. A OIC já não busca adotar práticas de regulamentação rígidas, fixando quotas e negociando preços. Em consonância com a nova realidade econômica mundial, empenha-se em tornar mais transparentes as transações, buscando novos países membros e estimulando o intercâmbio de conhecimento e tecnologia. Além de priorizar a circulação de informações sobre o mercado cafeeiro que auxiliem consumidores e produtores a tomar decisões econômicas fundamentadas, a organização liderada por Robério Silva tem dado prioridade à solução de problemas ambientais, como as consequências das mudanças climáticas ou a ferrugem do café; e sociais, como a melhoria das condições de vida dos trabalhadores envolvidos na agroindústria, especialmente em países em desenvolvimento. Tem enfatizado também a cooperação com outras organizações internacionais e a promoção da equidade entre os países membros.



Parabenizo, em nome do Parlamento de Minas Gerais, estado que é o principal produtor de café do Brasil, Robério Silva por sua atuação à frente da OIC. Sua liderança é e continuará sendo fundamental para o fortalecimento desse importante setor de nossa economia, reafirmando o lugar de nosso estado e de nosso país no cenário mundial.

Robério, quando de nossa ida a Londres - todos que aqui lhe prestam esta homenagem em nome deste Parlamento Mineiro -, pudemos constatar de perto a sua fundamental importância no equilíbrio daquela organização, principalmente para o Brasil. Quando, junto com o secretário Elmiro Nascimento, fomos a Londres fundamentar as razões de trazer para Minas o simpósio internacional que se realiza no Expominas, pudemos verificar de perto a sua atuação líder para que fosse determinante toda essa decisão. Pudemos ver, na sua forma mineira de ser, muito quieto e tranquilo, como sua palavra é influente naquela organização. Por isso, sentimos no dever de homenageá-lo, reconhecendo por meio deste Parlamento o trabalho que vem prestando a Minas Gerais e ao Brasil.

Esperamos, na verdade, que esse simpósio que acontece em Belo Horizonte, de que participam os envolvidos na produção e na comercialização do café, possa trazer ensinamentos marcantes. Entretanto, mais que isso, possa significar avanços para que os produtores tenham reconhecido seu trabalho. Com tristeza, vemos a Colômbia, um pequeno país produtor de café, quase artesanal, investir US\$55.000.000,00 na divulgação do produto no exterior, enquanto o Brasil, sendo o maior produtor mundial, não investe sequer a metade. Por quê? Porque a política não pode ser feita apenas para consumo interno. Com uma produção de 50 milhões de sacas e com um consumo interno de 20 milhões, o que faremos com os demais 30 milhões de sacas? Aí reside a estabilidade e a garantia do produtor de café, que não pode ficar à mercê da oferta e da procura, mas sim deve sentir a valorização e o reconhecimento do seu trabalho.

No Brasil, vivemos hoje uma fase diferenciada, pois nunca se viu tanto aperto numa única atividade. O governo federal estabeleceu preços mínimos, mas, lamentavelmente, a lei da oferta e da procura abaixou o preço. Quando se dizia que o preço era R\$307,00, comprávamos café a R\$280,00, R\$270,00. Quem sabe esses avanços que podem se dar em Belo Horizonte, com a participação de todos, daqueles que reconhecem a importância do café não só como *commodities*, mas como gerador de emprego e renda, possam significar o reconhecimento da atividade. É o que esperamos de Belo Horizonte, que de maneira pioneira tem dado exemplos significativos e marcantes para todo o Brasil. É o que esperamos de Belo Horizonte.

Parabenizamos o secretário Elmiro Nascimento pela atuação na pasta da Agricultura, não só no comando dos segmentos vinculados, mas por reconhecer, inclusive como produtor que é, as dificuldades que nossa cafeicultura enfrenta. Vamos dar as mãos, porque entendemos que apenas dessa forma conseguiremos algo mais. Se a economia no país não está muito bem, e quem conhece sabe que não está, não se pode penitenciar os produtores de café que sofrem ano a ano. Que esta homenagem que fazemos a você, Robério, seja um incentivo a mais para todos que podem, por meio da elaboração de boas leis, proteger aqueles que realmente trabalham e que mantêm a mesa das cidades urbanas. Parabenizo-o pela atuação. Estaremos sempre juntos em Londres, no Brasil, em Minas Gerais, incentivando, como bons mineiros, a tomada das melhores decisões para essa classe que tanto sofre. Aos meus companheiros Juarez Távora, Gustavo Corrêa, Tiago Ulisses e Ulysses Gomes, agradeço a colaboração, estando em Londres e fazendo o relatório final, para conhecimento desta Casa, de tudo que lá aconteceu e mais ainda do que acontece aqui, trabalhando juntos para a Assembleia dar conta do recado. Parabéns, Robério, receba nossa simples, mas justa homenagem pelo muito que representa na OIC para o Brasil e para nós, mineiros. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Ulysses Gomes, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao diretor executivo da Organização Internacional do Café - OIC -, Robério Oliveira Silva, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Produzido em mais de 60 países, o café é uma das bebidas mais consumidas no mundo, devido ao seu aroma e sabor inigualáveis. Por sua importância econômica, criou-se, em 1963, sob os auspícios da ONU, a Organização Internacional do Café - OIC. A missão da entidade é fortalecer o setor e promover sua expansão sustentável no mercado, mediante cooperação entre governos exportadores e importadores de café. Para isso, a OIC busca aprimorar a qualidade do produto, incrementar seu consumo e coordenar políticas intergovernamentais que promovam o equilíbrio e o desenvolvimento da economia cafeeira. Em reconhecimento ao trabalho dessa organização, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta justa homenagem pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação".

O presidente - Convido os deputados coautores do requerimento para, juntos, entregarmos a placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Lançamento de Selo

O locutor - O Sebrae-MG e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançam agora o selo personalizado em homenagem à realização da Semana Internacional do Café no Brasil, no ano de comemoração dos 50 anos da Organização Internacional do Café. O selo postal personalizado lançado neste momento é composto por duas partes. A primeira parte é o selo de porte comercial e contém a imagem da bandeira do Estado de Minas Gerais sobre as montanhas mineiras. A segunda parte do selo retrata a logomarca dos 50 anos da Organização Internacional do Café e menciona a realização da Semana Internacional do Café em Minas Gerais. Neste momento, convidamos para conduzir o ato de lançamento do selo a Sra. Alessandra da Silva Araújo, gerente de vendas corporativas dos Correios, representando neste ato o Sr. Pedro Amengol, diretor regional dos Correios em Minas Gerais.

Para realizar a primeira obliteração do selo, convidamos o deputado Ulysses Gomes, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa; para realizar a segunda obliteração do selo, convidamos o Sr. Robério Oliveira Silva; para realizar a terceira obliteração do selo, convidamos o secretário Elmiro Nascimento; para realizar a quarta obliteração do selo, convidamos o deputado Dilzon Melo; para realizar a quinta obliteração do selo, convidamos o deputado Tiago Ulisses; e para realizar a sexta obliteração do selo, convidamos o deputado Juarez Távora.

- Procede-se às obliterações do selo.

Palavras do Sr. Robério Oliveira Silva

Boa noite, Exmos. Srs. deputado Dilzon Melo, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que nos deu a honra de nos visitar em Londres, juntamente com os deputados que nominarei em seguida; Elmiro Nascimento, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, homem que fez esta festa possível - ele se empenhou ao máximo para dar à OIC a acolhida que os delegados merecem em Belo Horizonte. Muito obrigado, Sr. Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, representando o prefeito Márcio Lacerda; deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; deputado Gustavo Corrêa, meu querido amigo que também nos acompanhou em Londres; deputado Tiago Ulisses; deputado Ulysses Gomes, que nos acompanha sempre em Londres; deputado Juarez Távora; Antônio Henrique Saporì, vice-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado; e Roberto Simões, meu querido presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais; prefeitos; delegados da OIC; embaixador Marcos Pinta Gama, representante permanente do Brasil junto aos organismos de produtos de base em Londres; e ministro Orlando Leite Ribeiro, chefe da Divisão de Produtos de Base; senhores produtores, senhoras e senhores que vivem do café; senhores jornalistas, senhoras e senhores.

A Organização Internacional do Café nasceu há 50 anos para atender às necessidades de mundo mais estável e mais justo em termos de café. Estamos completando 50 anos com o empenho redobrado de trabalhar pelo equilíbrio do mercado cafeeiro, pelo desenvolvimento do café em todos os países produtores e pela remuneração justa para os produtores e também para os consumidores.

É com redobrado ânimo que recebemos esta homenagem em nome da OIC para continuar a conduzir o trabalho para o qual fomos levados a Londres, de nos empenharmos para desenvolver o setor cafeeiro de maneira estável e justa. Ao receber esta homenagem, faço-o em nome de todos os delegados que nos acompanham nesta ocasião e que nos visitam. Gostaria de agradecer a presença de todos os senhores delegados da OIC. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Gostaria, neste momento, quebrando um pouco nosso protocolo, de convidar o deputado Antônio Carlos Arantes para fazer a leitura da carta aprovada pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que posteriormente será entregue ao diretor executivo da OIC.

Palavras do Deputado Antônio Carlos Arantes

Cumprimento o Exmo. Sr. deputado Ulysses Gomes, representando o nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro; e o deputado Dilzon Melo, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, a quem parabeno pela iniciativa. Cumprimento os deputados Tiago Ulisses, Gustavo Corrêa, Juarez Távora, Anselmo Domingos, Adelmo Carneiro Leão. Cumprimento também o Sr. Marcelo de Souza e Silva, aqui representando o nosso prefeito Marcio Lacerda; o Dr. Roberto Simões, presidente da Faemg; o Sr. Antônio Henrique Saporì, vice-presidente da Emater; e o nosso querido homenageado, Dr. Robério Oliveira Silva, diretor da OIC. Cumprimento também o deputado Fabiano Tolentino; e o Dr. Elmiro Nascimento, nosso secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na pessoa de quem cumprimento e parabeno toda a equipe pelo trabalho, pela organização e competência com que se está realizando esse grande evento, o maior evento da OIC, que está acontecendo no Brasil.

Quero fazer aqui a leitura de uma carta. Antes, porém, quero apresentar um rápido resumo da experiência de quando estive em Londres, há quatro anos. O nosso grupo de brasileiros estava ali presente, e o Sr. Gilson Ximenes, grande líder da cafeicultura, provocou um grupo de africanos, um pessoal de Angola, se não me falha a memória. Disse que precisávamos ali fazer uma organização, uma união muito grande para conseguirmos proposta que melhorasse o preço do café no mundo, que estava em um momento muito difícil. Se não me engano, o Breno estava lá conosco. Uma africana respondeu assim: "Política de café no mundo quem faz é o Brasil. Se o Brasil fizer bem-feito, o mundo inteiro ganhará. O café melhora no mundo". Então, a nossa responsabilidade com o café não é só com o produtor brasileiro, é com o mundo, é com os produtores, tantos e tantos produtores pobres que dependem do café.

Vou ler esta carta - talvez algumas pessoas vão interpretar - num momento tão importante de homenagear a organização mais importante do mundo do café, a OIC. Temos a honra e o orgulho de ter como diretor executivo dessa organização o nosso grande amigo, Dr. Robério Oliveira Silva, competente, sério, que está fazendo um trabalho fantástico, para fazer uma OIC melhor e para proteger melhor o setor da cafeicultura no mundo. Nós fizemos uma carta na Casa do povo mineiro, que fala de reivindicações, de angústia e sofrimento do produtor. Porém, nós - eu, como presidente da Comissão de Política Agropecuária, e vários deputados parceiros - não poderíamos deixar de manifestar a nossa preocupação com o empobrecimento da cafeicultura principalmente nas montanhas de Minas Gerais. (- Lê:)

"A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e parlamentares comprometidos com a cafeicultura mineira vêm, diante do histórico momento em que Minas Gerais sedia o maior evento mundial do setor, buscar políticas de ação efetiva para que a cafeicultura mineira se coloque em um nível superior ao atual. A ausência de planejamento de médio e longo prazos para políticas cafeeiras no Brasil, somada à morosidade na tomada de decisões do governo, fez com que a divulgação do preço mínimo e o programa de compra de opções públicas não tivessem o efeito esperado pelo setor, somando a quantidade de 3 milhões de sacas, que são insuficientes para regularizar o mercado.

A agricultura tem o tempo certo de plantar e de colher. Nesse mesmo sentido, o setor necessita que as linhas de financiamento e demais políticas públicas não sejam anunciadas intempestivamente. O anúncio tardio e tímido do preço mínimo de R\$307,00, abaixo da média de R\$336,00 projetada pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, fez com que o governo desacreditasse em sua própria instituição, ao atribuir arbitrariamente um preço abaixo da média dos custos de produção.

A safra de 48 milhões de sacas que são colhidas, somada à necessidade do produtor rural de honrar débitos com terceiros, fez com que as vendas do grão ocorressem antes do anúncio do governo federal de compra de opções públicas. A comercialização ocorreu a cotações abaixo do preço mínimo governamental e ainda mais defasado, quando comparado aos custos de produção. Mesmo se o preço reagir hoje, a maioria dos pequenos produtores já vendeu o seu café e está endividada. Ainda que haja a compra de 3 milhões de

sacas ao preço de R\$343,00 para março de 2014, transferindo os estoques das mãos dos produtores e cooperativas para o governo, vale a pena fazer um esforço maior para a estruturação e a efetiva aplicação de uma política pública mais abrangente e forte, como a ampliação do volume de sacas adquiridas nos contratos de opções.

Dado o exposto, ações baseadas num planejamento estratégico para o setor são cada vez mais necessárias, desde que efetivas para o produtor rural. Dessa forma, vimos trazer este documento dos parlamentares mineiros junto à Organização Internacional do Café - OIC - durante a Semana Internacional do Café, realizada em Belo Horizonte, externando a preocupação do parlamento, já que o café é a base da nossa economia, pois 600 municípios e 4 milhões de mineiros dependem direta ou indiretamente da atividade cafeeira, que gera renda e emprego. Grande parte desses municípios se encontra em áreas de montanhas, e o preço mínimo não paga o custo de produção, acarretando o empobrecimento do setor e a penúria do produtor. Vejo com muita preocupação que se não houver uma política de longo prazo para a cafeicultura, as cidades do Sul de Minas correrão sério risco de empobrecimento irreversível.

O governo deveria conhecer a realidade do produtor que está pobre e endividado. O governo se acanha em suas ações e não estabelece regras que o produtor clama, a tempo e a hora. Precisamos fazer coro com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg -, que propôs o Pacto do Café, para que, diante da crise, possamos fazer aumentar oportunidades para o enfrentamento deste momento delicado. O governo federal há de estabelecer uma política agrícola permanente para o café que permita ao produtor utilizar com segurança um instrumento essencial em qualquer negócio: planejamento. Há que haver regras definidas para o setor e cronogramas de instrumentos de políticas públicas, como liberação de financiamento para formação de estoques, plantio e colheita de safra, a serem rigorosamente cumpridos.

Concluo dizendo que o ministro da Agricultura Antônio Andrade está com muita boa-vontade. Se as ações dependessem dele, a nossa cafeicultura não estaria nessa situação. Mas, infelizmente, no Brasil, o Conselho Monetário Nacional, o Ministério da Fazenda e o Banco Central é que definem as regras do jogo, e não conhecem a nossa situação. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o deputado Ulysses Gomes, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, acompanhado dos deputados coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão a entrega ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Elmiro Nascimento, de placa em sua homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Maior produtor do Brasil, Minas Gerais é a origem de 17% de todo o café consumido no mundo. O sucesso da cafeicultura mineira se deve muito ao trabalho de homens como Elmiro Nascimento. Natural de Patos de Minas, deputado estadual por três mandatos e hoje secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Elmiro é um dos responsáveis pela realização, em Belo Horizonte, da Semana Internacional do Café, principal acontecimento mundial do setor cafeeiro em 2013. Reconhecendo o relevante esforço de Elmiro Alves do Nascimento pelo desenvolvimento da cafeicultura mineira e nacional, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta a ele justa homenagem”.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Secretário Elmiro Nascimento

Exmos. Srs. Deputado Dilzon Melo, 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Robério Oliveira Silva, diretor executivo da OIC; Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda; deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; deputados Gustavo Corrêa, Tiago Ulisses, Ulysses Gomes e Juarez Távora, graças aos quais temos o orgulho de ter esta assembleia em Belo Horizonte, que, sem dúvida alguma, está enobrecendo muito, muito mesmo, a cafeicultura de Minas Gerais e, por que não dizer?, do Brasil; Antônio Henrique Saporì, vice-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater; Roberto Simões, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, nosso grande parceiro, na pessoa do qual cumprimento todos os diretores da Faemg presentes.

Cumprimento, também, os familiares do Robério; Marcos Pinta Gama, nosso embaixador, na pessoa do qual cumprimento todo o corpo diplomático que muito bem representa seus países na OIC; os deputados, minhas senhoras, meus senhores, presidentes de cooperativas e meus prezados produtores.

Um motivo de muito orgulho para todos nós, mineiros, nos traz hoje a esta Casa: Belo Horizonte, a capital do Estado que é o maior produtor brasileiro de café, torna-se, nesta semana, a capital mundial do café. Aqui se encontram reunidos os representantes de praticamente todos os países produtores e consumidores. Irmanados por meio da OIC, esses países buscam pensar juntos os rumos dessa atividade de importância ímpar na economia mundial, pois ela é a 2ª maior *commodity* transacionada no mundo, perdendo apenas para o petróleo. De todas as bebidas preparadas, é a mais consumida. Antes dela, apenas a água. O café tem espaço como uma das figuras centrais na cultura de diversos povos.

Para o Brasil, em particular, a atividade cafeeira representou, em passado não muito distante, a mola propulsora do crescimento, na medida em que as divisas geradas com a sua exportação possibilitaram financiar o próprio desenvolvimento industrial do País. A riqueza gerada permitiu aos cafeicultores o investimento na educação de seus filhos. Muitas gerações foram beneficiadas, e a sociedade evoluiu no conhecimento e no bem-estar. A cafeicultura contribuiu, ainda, no Brasil, em muitas outras dimensões, quais sejam a cultural, a educacional, a social e a política. Quem não se lembra do período “café com leite”?

Mas foi aqui, nas alterosas, que a cafeicultura encontrou seu ambiente mais propício. Há aproximadamente dois séculos, o café aqui aportou e fixou raízes. Hoje está presente em mais de 500 municípios, em uma área de mais de 1 milhão de hectares, e ocupa, direta e indiretamente, mais de 2 milhões de pessoas, com uma safra superior à metade de toda a produção brasileira. Se fosse um país, ainda assim nosso estado seria o maior produtor mundial. A história do café aqui se confunde com a história de Minas. Mas não é apenas o tamanho da nossa cafeicultura que merece destaque. Em Minas Gerais, o café é plantado desde 300 até 1.600m de altitude, numa infindável gama de microclimas. Temos a maior diversidade do Planeta, em termos de ambientes onde se produz café, e um banco



genético monumental, resultando na oferta de sabores e aromas inigualáveis. Não bastasse isso, o emprego de tecnologia na exploração e nos processos produtivos, o profissionalismo e o esmero dos cafeicultores mineiros fazem com que tenhamos também produtos da mais alta qualidade. O maior é também o melhor.

Ao migrar de Londres para o Brasil, mais especificamente para Minas Gerais, para celebrar seu cinquentenário, a OIC, tão bem conduzida pelo mineiro Dr. Robério de Oliveira Silva, traduz essa importância e nos brinda com singular gesto.

Concomitantemente com esse evento de primeira grandeza, o governo de Minas, juntamente com os parceiros - Faemg, governo federal, Sebrae e Café Editora -, está realizando a Semana Internacional do Café. São diversos eventos técnicos de alto nível, rodada de negócios, campeonatos de baristas, encontros temáticos, visitas técnicas, exposições em *stands*, enfim, uma série de atividades que atraem desde apreciadores até profissionais, acadêmicos, empresários, produtores rurais e lideranças do setor, que farão deste o maior evento da cafeicultura brasileira e, possivelmente, do mundo em 2013.

Quero cumprimentar efusivamente a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela iniciativa de realizar, a requerimento dos eminentes deputados Dilzon Melo, Gustavo Corrêa, Juarez Távora, Tiago Ulisses e Ulysses Gomes, esta cerimônia de homenagem à OIC. Permitam-me a honra de compartilhá-la. Com a importância política de ser a principal entidade mundial do café e a legitimidade que lhe é dada pelo seu caráter intergovernamental, ela merece de todos nós, pela sua história de profícuas contribuições ao setor, esta respeitosa saudação.

Por outro lado, essa mesma legitimidade lhe confere uma imensa responsabilidade: a de estar atenta e atuante na busca de soluções equilibradas e justas e no estabelecimento de políticas eficazes e relações do tipo ganha-ganha para produtores e consumidores. Aliás, para fazer frente aos graves problemas enfrentados pela cafeicultura nos dias atuais, são necessárias providências urgentes de todos os setores envolvidos, cada um na sua competência. Ao produtor cabe praticar uma cafeicultura competitiva, com qualidade e produtividade, com critérios de responsabilidade social e ambiental, uma cafeicultura sustentável; aos *traders* e consumidores, o reconhecimento e a valorização dos produtores com essas características; e aos governos, a adoção de políticas eficazes e tempestivas de apoio ao setor.

A propósito, Dr. Robério, o governo de Minas, em consonância com as justas demandas de representantes da cafeicultura mineira, encaminhou três proposições, que, submetidas ao Conselho Deliberativo da Política do Café, foram enviadas para apreciação do plenário da OIC em sua reunião anual em Belo Horizonte. Destaco, neste momento, um resumo delas: que a OIC realize levantamentos e estudos para uma estimativa oficial de safra mundial. As múltiplas e desencontradas estimativas existentes são fatores de insegurança, com fragilização negocial para os segmentos com menor poder de barganha, ou seja, os produtores. O trabalho estatístico, de caráter oficial, feito pela mais importante e confiável instituição do setor no mundo, terá maior credibilidade.

As crescentes exigências dos mercados consumidores por padrões de sustentabilidade no setor de produção precisam ter um parâmetro mundial mínimo de referência. Como é hoje, com os *standards* de certificação adotando como exigência mínima as legislações nacionais de cada país, cria-se uma distorção que penaliza os países cujas leis sociais e ambientais são mais exigentes, como o Brasil, onerando os custos de produção e tirando-lhes capacidade competitiva em relação aos de países de legislação mais permissiva. Que o Comitê de Promoção e Marketing da OIC desenvolva, no âmbito do projeto de incentivo ao aumento de consumo de café no mundo, uma ação de valorização das origens e dos arábicas.

Não poderia deixar de destacar o apoio que tem sido dado pelo governador Antonio Anastasia ao setor cafeeiro em Minas, no que tem recebido o reiterado respaldo desta Assembleia Legislativa. Esse apoio se materializa em diversos programas e políticas, como o bem-sucedido Programa de Certificação de Propriedades Cafeeiras - Certifica Minas Café -, já reconhecido internacionalmente; o Fundo Estadual do Café; e a eficiente atuação da Emater-MG na assistência técnica e extensão Rural, da Epamig na pesquisa agropecuária e do IMA na defesa sanitária. Destaca-se o trabalho, em curso, de georreferenciamento do parque cafeeiro do Estado, que vai possibilitar conhecermos com maior precisão o tamanho, a distribuição espacial e os atributos dos cafês de Minas, entre tantos outros trabalhos.

Quero salientar minha surpresa ao receber, ao lado de personalidades como o Dr. Robério Silva, homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Casa em que tive o orgulho de conviver com os colegas deputados por mais de 20 anos, quase 30 anos, não somente como parlamentar, mas também como servidor. Só posso atribuir tamanha gentileza, mais do que a qualquer mérito pessoal, ao incansável, porém, gratificante trabalho de conduzir a Secretaria de Agricultura de Minas, por incumbência recebida do governador Anastasia, com o suporte de parcerias e de uma equipe de trabalho aplicada e competente, com quem divido esta reverência.

Aproveito este momento para enaltecer e parabenizar os alunos vencedores do concurso de redação "A força histórica, cultural e econômica do café em Minas Gerais", promovido pelas Secretarias de Estado de Agricultura e de Educação e pela Emater. Peço aos ilustres alunos que se levantem e recebam os aplausos de todos, em reconhecimento à magnitude de seus textos, que traduziram com perfeição a força e a importância do café para nosso Estado: Mateus de Oliveira Ferreira Durães, aluno do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Doutor João Porfírio, de Salinas; Giovanna Maria Isidoro, aluna do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual João Lourenço, do Município de Areado; e Carla Mariana da Silva Pinheiro, do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Professor José Hugo Guimarães, de Carmo do Paranaíba. Parabéns a vocês.

Ao finalizar, quero expressar a todos, especialmente aos cafeicultores, o compromisso de permanecer ao seu lado na incessante busca de fortalecer a atividade e, assim, assegurar melhores dias para todos nós. Tenham a certeza de que essa é a nossa mais importante missão. Muito Obrigado.

Premiação de Concurso de Redação

O locutor - Como parte das comemorações da Semana Internacional do Café, o governo de Minas, em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Educação e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado - Emater, promoveu um concurso de redação sobre a importância histórica, econômica e cultural do café para Minas



Gerais, do qual participaram alunos do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino. Neste momento, o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Elmiro Nascimento, acompanhado pelos Srs. Antônio Henrique Saporì, vice-presidente da Emater, e Almir Filho, vice-presidente do Sindicafê, e da Sra. Maria Cláudia Peixoto Almeida, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação, farão a entrega de um *tablet* a cada um dos autores das três redações vencedoras: Matheus de Oliveira Ferreira Durães, aluno do 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Doutor João Porfírio, da cidade de Salinas; Giovanna Maria Isidoro, aluna do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual João Lourenço, de Areado; e Carla Mariana da Silva Pinheiro, aluna do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Professor José Hugo Guimarães, de Carmo do Paranaíba.

- Procede-se à entrega dos *tablets*.

Palavras do Presidente

Cumprimento o deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem; o querido amigo Robério Silva, diretor executivo da OIC, na pessoa de quem estendo as saudações a toda a equipe da organização e a sua querida família, que sempre o acompanha. Nos olhos de seu irmão e pai, que tive a oportunidade de conhecer, está refletida a honra e a alegria pelo bellissimo trabalho que você, ao longo de sua trajetória, constrói a favor do desenvolvimento do País, em especial do café. Cumprimento ainda os Exmos. Srs. Elmiro Nascimento, secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando, nesta solenidade, o governador Antonio Anastasia; Marcelo de Souza, secretário adjunto municipal de Desenvolvimento Econômico, que representa o prefeito Marcio Lacerda; Antônio Carlos Arantes, companheiro e amigo, presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial desta Casa; deputados Gustavo Corrêa, Juarez Távora e Tiago Ulisses, coautores deste ato que homenageia a OIC. Agradeço e registro a presença dos deputados Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino, Anselmo José Domingos e Bosco. Cumprimento o Sr. Antônio Henrique Saporì, vice-presidente da Emater; e o amigo Roberto Simões, presidente da Faemg. De forma especial, cumprimento o embaixador Marcos Pinta Gama e sua equipe. Registro o agradecimento da comitiva brasileira e sobretudo de nós, deputados, que, em Londres, participamos de reuniões da OIC. V. Exa. cumpriu sua tarefa e nos recebeu cordialmente. Cumprimento ainda o nosso amigo Orlando Leite Ribeiro e comitiva. Meus cumprimentos se estendem a produtores e delegados que visitam nosso país pela participação nesta sessão de homenagem à OIC; que completa 50 anos.

Robério, com muita honra tenho a oportunidade de presidir esta sessão. Uma alegria pelo que o café representa para o Brasil e sobretudo para Minas Gerais. De forma particular, digo da alegria de ter à frente dessa homenagem à OIC uma pessoa da magnitude, do gabarito e da experiência do nosso amigo Robério. Tive a honra e a satisfação de participar da assembleia da OIC conduzida pelo embaixador Marcos Pinta Gama e com o então embaixador Valdemar, que o elegeu presidente da OIC. Toda a articulação, todas as conversas levaram os países produtores e consumidores a entenderem que esse tão importante momento porque a economia mundial, mas sobretudo o café, passava, precisava ter à frente alguém com as condições e com a história que você, Robério, se assim me permite dizer, tem. Quero parabenizar todos os delegados e todos os representante da OIC por essa escolha, que hoje nos dá a oportunidade de, em terras brasileiras, sobretudo em terra mineira, poder homenagear a OIC e, em seu nome, fazer essa bellissima homenagem.

Senhoras e senhores, o Brasil não somente produz e exporta a maior parte do café consumido no planeta, como também é o segundo maior mercado mundial para o produto. O peso brasileiro no cenário internacional levou à escolha da capital do Estado de Minas Gerais, maior produtor do País, para sediar os eventos comemorativos dos 50 anos da Organização Internacional do Café - OIC -, cujas reuniões normalmente ocorrem na cidade de Londres.

As celebrações do cinquentenário acontecem durante a Semana Internacional do Café, que reúne, em Belo Horizonte, delegados de 70 países membros da OIC, para o debate de temas como tendências de mercado, melhoria da qualidade do grão e instrumentos financeiros de sustentação do agronegócio. A Assembleia de Minas tem muito orgulho em participar dessas solenidades, pois reconhece a enorme relevância da OIC, que, há cinco décadas, atua como fórum para a formulação de políticas e soluções para o setor cafeeiro global, lutando sempre para o seu fortalecimento e prosperidade.

O mercado cafeeiro é, por natureza, suscetível a flutuações, com tendência a um desequilíbrio persistente entre a produção e o consumo, levando à oscilação dos preços e ao acúmulo de estoques onerosos. Tal situação pode levar a graves problemas, comprometendo a política de gestão da expansão econômica tanto nos países produtores quanto nos consumidores.

Nos anos de 1930 e 1940, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial haviam levado a uma retração na demanda por café, ocasionando uma queda nos preços, que se refletiu na produção. Assim, com o fim do conflito e a recuperação na demanda, os estoques do produto, já baixos, se mostraram insuficientes, situação agravada nos anos 1950 pela guerra da Coreia e por fatores climáticos no Brasil. No afã de aumentar a produção de modo a atender à demanda mundial, houve aumento do plantio, levando ao excesso de oferta, o que derrubou novamente os preços no início da década de 1960.

Para fazer frente a esses problemas, foi fundada em 1963 a Organização Internacional do Café, por meio de um convênio internacional celebrado sob a égide da Organização das Nações Unidas. A ideia era criar um organismo intergovernamental, com representantes dos países produtores e consumidores de café em nível mundial, que ajudasse na estabilização do mercado e na manutenção dos preços. Procurando cumprir a sua missão, no decorrer de seus primeiros 25 anos de existência, a OIC pautou a sua atuação na regulação do mercado, dando ênfase à fixação de sistemas de quotas para comercialização do café e à negociação de faixas de preços. Essa política obteve, a longo prazo, resultados palpáveis, mostrando que a cooperação entre os membros podia trazer grandes benefícios a todos.

É claro que houve na história da OIC momentos difíceis, a exemplo do início de 1970, quando a conjuntura internacional desfavorável, com geadas no Brasil e turbulências políticas na África, levou a um impasse sobre alargamento das faixas de preço. Não sem muita polêmica, os países membros prorrogaram o Convênio Internacional do Café, mas suprimiram todas as disposições econômicas, esvaziando em grande medida o papel da OIC, que foi obrigada a reduzir drasticamente o seu quadro de pessoal.



A sobrevivência da OIC, em meio a esse e outros percalços, comprova a sua grande relevância e o reconhecimento obtido em razão do importante papel por ela desempenhado. Cinco décadas depois da sua fundação, a organização continua atuando para equilibrar oferta e demanda e para conseguir preços justos para produtores e consumidores, por meio de mecanismos menos rígidos.

O que mudou foi que, em nossos dias, a estabilização do mercado não é alcançada por meio de fixação de cotas ou estabelecimento de acordos para restringir a produção. Hoje a OIC trabalha para eliminar barreiras tarifárias e garantir livre acesso a mercados para o café. A prioridade é a cooperação técnica e o compartilhamento de informações entre os membros. Certamente, a transparência contribui para que os agentes econômicos tomem decisões munidos de informações, tornando as atividades mais rentáveis. Por isso, a produção de conhecimento e a divulgação de dados confiáveis sobre o setor cafeeiro também são objetivos claros da organização.

Sustentabilidade e redução da pobreza estão no centro das ações da entidade, que tem feito a sua parte para a consecução das metas de desenvolvimento do milênio propostas pelas Nações Unidas. A OIC procura disseminar entre os países membros a consciência das vantagens ambientais do café, arbusto perene que auxilia na estabilização do solo e no sequestro de carbono, permitindo a preservação da biodiversidade nas áreas de cultivo, mas busca também informá-los sobre as práticas nocivas ao meio ambiente, como o processamento por via úmida, que gera poluição hídrica.

A OIC tem procurado ajudar os cafeicultores a encontrar alternativas para os problemas decorrentes das mudanças climáticas, que tornam improdutivas regiões tradicionalmente dedicadas ao grão. Ela tem também apoiado os países da América Central no combate à ferrugem do café, cuja rápida propagação tem gerado graves prejuízos. Ciente da importância social da agroindústria cafeeira, a OIC também incentiva a adoção de práticas de cultivo, processamento, armazenamento, transporte e comercialização que promovam a manutenção do emprego no campo e a estabilidade das comunidades envolvidas.

Outra preocupação importante da entidade é a redução das desigualdades regionais, com a melhoria dos padrões de vida nos países produtores, especialmente os pequenos. Para a consecução desse objetivo, mantém projetos, como o de participação múltipla na África Oriental, que procura fortalecer a capacidade da região nas áreas de certificação e verificação do café.

Embora esteja profundamente envolvida com os desafios enfrentados pelos países membros no presente, a OIC tem apurada visão de futuro. Assim, norteia as suas ações com vistas ao porvir, quando provavelmente haverá um grande aumento no consumo da bebida, especialmente em países emergentes, que não têm tradição desse consumo, mas também com a expansão dos mercados dos países produtores.

Pela sua trajetória e pelo seu importante papel no mundo contemporâneo, congratulo-me, em nome de toda esta Casa, em especial do presidente, deputado Dinis Pinheiro, com a OIC, parlamento global dos países produtores de café, por essas cinco décadas de existência. Parabênzo, na pessoa de seu diretor executivo, Robério Oliveira Silva, todas as pessoas que, por meio de seu trabalho e de sua dedicação, fazem e fizeram a história dessa notável instituição. Cumprimento também o nosso secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Elmiro Nascimento, peça-chave para a realização desse grande evento em nossa capital mineira, que tanto tem feito pela prosperidade da cafeicultura mineira.

De forma muito especial, parabênzo, mais uma vez, cada um e cada uma das senhoras e dos senhores aqui presentes que nos deram oportunidade de, neste ato, homenagear esse importante organismo internacional na nossa terra, sobretudo na terra do nosso querido mineiro Robério Silva. Muito obrigado e boa noite.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir mais uma apresentação do músico Pereira da Viola. A canção é *O meu fraco é a viola*, de sua autoria, em parceria com João Evangelista Rodrigues.

O Sr. Pereira da Viola - Boa noite. Está todo o mundo meio quietinho. Boa noite! Assim ficou excelente, maravilha. No ano passado, fiz parte de um projeto maravilhoso chamado Europália, que aconteceu na Bélgica, e eu encerrava os concertos lá com essa canção que tocarei.

Em toda cozinha se passa um cafezinho e, por isso, normalmente há uma violinha ali por perto. Quando não é o café, é uma cachacinha, mas nesse caso aqui é o café. Então, *O meu fraco é a viola*.

- Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial também de amanhã, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/8/2013

Às 8 horas, comparece na Sala das Comissões o deputado Elismar Prado (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do MSC), membro da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Liza Prado e o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a criação da região metropolitana do Triângulo mineiro, e a deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Raul José de Belém, prefeito de Araguari; Paulo Piau Nogueira, prefeito de Uberaba; Carlos Antônio de Brito Machado, vereador, representando Sr. Sebastião Joaquim Vieira, presidente da Câmara Municipal de Araguari; Gustavo Medeiros, assessor de Gestão Estratégica e Inovação da Secretaria de Estado de Extraordinária Gestão Metropolitana, representando o Sr. Alexandre Silveira, secretário dessa pasta; Paulo Romes Junqueira, secretário da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e



Turismo de Uberlândia, representando o Sr. Gilmar Machado, prefeito municipal de Uberlândia e presidente da Associação dos Municípios do Vale do Paraíba; Sebastião dos Santos Totó, presidente da Câmara de Diretores Lojistas de Araguari; Mauro Cunha, presidente do Sindicato de Alimentação da Fiemg de Araguari, e Ten.-Cel. PM Volney Halan Marques, do 53º Batalhão da PM de Araguari, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, coautor do requerimento que deu origem à audiência, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais coautores do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Elismar Prado, presidente.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2013

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Glaycon Franco e Ivair Nogueira (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Maria Tereza Lara. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Flávia Maria de Sá, representante da Escola Infantil Educarte, prestando informações acerca da matrícula de alunos com deficiência na instituição; da Sra. Rosângela Reis, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, convidando os membros desta comissão para participarem da reunião de monitoramento da política estadual de assistência social, a ser realizada em 27/8/2013, às 14h30min, no auditório desta Casa; do deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos, convidando os membros desta comissão para participarem da reunião de monitoramento da política estadual de direitos humanos, a ser realizada no dia 18/9/2013, às 9h30min, no auditório desta Casa; da Sra. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, convidando os membros desta comissão a participarem da explanação acerca do *software Bus Alert*, aplicativo para dispositivos móveis que auxilia o embarque de passageiros com necessidades especiais no transporte público, a ser realizada no dia 28/8/2013, às 9 horas, na Casa dos Direitos Humanos; do Sr. Marcos José Mendes de Carvalho, chefe de gabinete do secretário de Saúde, publicado no *Diário do Legislativo* de 5/7/2013; da Sra. Danúbia Helena Soares Quadros, delegada de polícia, publicado no *Diário do Legislativo* de 3/8/2013; do Sr. Luiz Otávio Caetano da Fonseca, secretário de Obras e Serviços Urbanos de Contagem, publicado no *Diário do Legislativo* de 8/8/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.143, 5.213, 5.214, 5.226, 5.227 e 5.301/2013. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.101/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Liza Prado (4) em que solicita seja realizada nesta Casa a semana da pessoa com deficiência, por ocasião do dia nacional e estadual de luta da pessoa com deficiência; seja realizada audiência pública para debater a inclusão laboral da pessoa com deficiência, tendo em vista que 2013 foi declarado o Ano Ibero-Americano de Inclusão Laboral da Pessoa com Deficiência; seja realizada audiência pública para debater a política estadual de defesa dos direitos da pessoa com deficiência a partir do monitoramento de programas e ações do exercício 2013 do PPAG 2012-2015 relativos a essa política, e sejam convidadas a participar da referida audiência as Comissões de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas, do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Direitos Humanos; do deputado Fabiano Tolentino em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Divinópolis para debater as propostas de fechamento das Apaes e de modificações na meta nº 4 contidas no Projeto de Lei Complementar nº103/2012, de autoria da presidenta da República, que aprova o Plano Nacional de Educação; e do deputado Cabo Júlio em que solicita seja encaminhado aos senadores e deputados federais mineiros pedido de apoio ao Projeto de Lei nº 250/2005, do Senado Federal, de autoria do senador Paulo Paim, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência. A seguir, a presidente passa a palavra às Sras. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Laides Batista dos Santos Silva, mãe de aluno do Instituto São Rafael, e Fabiana Cruzelina da Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2013.

Ana Maria Resende, presidente – Glaycon Franco – Maria Tereza Lara.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/8/2013

Às 10h50min, comparecem na Câmara Municipal de Muriaé os deputados Vanderlei Miranda, Doutor Wilson Batista e Braulio Braz (substituindo este ao Deputado Marques Abreu, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo



número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e que é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento ao *crack* e outras drogas e a discutir e votar proposições da Comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Raquel Nunes de Paula, presidente do Conselho Municipal de Políticas Antidrogas de Muriaé, e os Srs. Aloysio Aquino, prefeito municipal de Muriaé; Ten. Cel. PM Cláudio Nazário da Silva Machado, comandante do 47º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais da 4ª RPM; pastor Wellington Vieira, presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil, e Rangel Martino de Oliveira Paiva, delegado da 4ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Muriaé, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Braulio Braz, autor do requerimento que deu origem ao debate. Em seguida, passa a palavra ao deputado Doutor Wilson Batista. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Vanderlei Miranda, Doutor Wilson Batista e Braulio Braz (4), em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que sejam transformados em leis todos os decretos sobre prevenção, tratamento e reinserção social de dependentes químicos; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a criação e implementação de um programa de reestruturação e adaptação das comunidades terapêuticas com vistas à integração dessas instituições à rede de atendimento aos dependentes químicos; sejam encaminhados ao ministro Fernando Damata Pimentel pedido de providências para solução dos problemas gerados pelo crescente uso de drogas no Município de Muriaé e na região da Zona da Mata e as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, realizada no dia 27/8/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Muriaé; sejam encaminhadas ao juiz diretor do Foro da Comarca de Muriaé e à diretora da Secretaria das Promotorias de Justiça do Ministério Público Estadual na Comarca de Muriaé as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, realizada no dia 27/8/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Muriaé; Doutor Wilson Batista e Braulio Braz (4), em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para agilizar a implantação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III - Caps-Ad III - no Município de Muriaé; seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para a implantação do Serviço Residencial Terapêutico - SRT -, bem como Equipes de Consultório de Rua, no Município de Muriaé, tendo em vista a crescente necessidade desses atendimentos na região; seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a implantação de câmeras "Olho Vivo" no Município de Muriaé, para ampliar o monitoramento e ações de prevenção à criminalidade no Município; seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para expandir as ações do Programa "Aliança pela Vida" no Município de Muriaé, especialmente no que se refere à ampliação dos convênios para disponibilização dos recursos do "Cartão Aliança pela Vida" no Município e região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente - Marques Abreu - Glaycon Franco.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/8/2013

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2012 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 22, o relator, deputado Sargento Rodrigues, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro parecer. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 23/2012 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 28. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para discutir sobre a Resolução nº 245, de 27 de julho de 2007, do Contran, que dispõe sobre a instalação de equipamento obrigatório, denominado antifurto, nos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e estrangeiros, e Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares rodoviários que participaram da operação que culminou na apreensão de 2.408,5 toneladas de maconha em carros de luxo na BR-364, em Frutal, no Triângulo mineiro. É recebido requerimento do deputado Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública no Barreiro, nesta capital, para discutir sobre os frequentes furtos e roubos a residências e comércio da região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2013.

João Leite, presidente - Leonardo Moreira - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada - Cabo Júlio.



ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/8/2013

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Deiró Marra e Gilberto Abramo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Deiró Marra, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.670/2012 e 3.770, 4.110, 4.114, 4.123 e 4.135/2013 (Gilberto Abramo); e 4.188, 4.190, 4.194, 4.195 e 4.201/2013 (Deiró Marra). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.670/2012 e 3.770, 4.110, 4.114, 4.123, 4.135, 4.188, 4.190, 4.194, 4.195 e 4.201/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente - Luiz Humberto Carneiro - Deiró Marra - Rômulo Viegas.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/8/2013

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de correspondência do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que informa sobre o relatório de sugestões para a agenda da ALMG 2013-2015. O documento apresenta a contextualização das políticas públicas relacionadas aos temas, compilação das propostas apresentadas nos encontros regionais, bem como a análise da viabilidade de implementação e incorporação dessas demandas nas atividades da Casa por meio das comissões. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.338/2013, em turno único, do qual designou como relator o deputado Romel Anízio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.262 e 4.265/2013, que receberam parecer por sua aprovação, votando “sim” os deputados membros da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.349/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública para debater o descumprimento dos mandados de reintegração de posse de propriedades rurais por parte da Polícia Militar de Minas Gerais; Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Paulo Guedes, Tadeu Martins Leite e Luiz Henrique (2) em que solicitam seja encaminhado aos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior manifestação de protesto em relação à importação de frutas de outros países, em especial com relação à banana vinda do Equador, e seja encaminhado ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para a realização de estudo sobre eventuais riscos sanitários ocorridos na importação de bananas do Equador; e da deputada Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater a rescisão de contratos ocorrida entre a empresa Brasil Food S.A. e produtores rurais produtores de peru no Município de Monte Carmelo e região e a possível transferência da empresa para o Estado de Goiás. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Inácio Franco – Glaycon Franco.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/8/2013

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Maria Tereza Lara e Luzia Ferreira e os deputados Antônio Carlos Arantes, Sargento Rodrigues e Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A presidência informa que a reunião se destina a ouvir os representantes do Movimento Carlos Chagas – Vereadores Unidos por Justiça Social, composto por vereadores de 25 municípios, sobre denúncias de suposta falta de motivação das perícias realizadas pelo INSS que resultam no indeferimento de benefícios solicitados por segurados, bem como de maus serviços prestados por esse instituto. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Júnia Aparecida Guimarães, supervisora médica pericial, representando o Sr. Carlos José do Carmo, superintendente regional do INSS



em Minas Gerais; e os Srs. Estevão Ferreira Couto, defensor público da União do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva em Belo Horizonte; Lucas Diz Simões, defensor público da Defensoria Pública de Direitos Humanos, representando Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; e Leonardo Ananias Leão, presidente da Câmara Municipal de Oliveira e presidente do Movimento Carlos Chagas, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente e os deputados Rômulo Viegas e Sargento Rodrigues, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais, cada um por sua vez. Logo após, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo (3) em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o assédio moral e as violações de direitos humanos praticados contra Fátima Santos Ferreira e outros educadores no Município de Paracatu; seja encaminhado ao superintendente regional do INSS e ao defensor público da União pedido de providências para que sejam implementadas melhorias do atendimento ao segurado no Estado a partir da análise da denúncia acerca de perícias médicas recebida na comissão; e sejam encaminhadas ao procurador-chefe do Ministério Público Estadual de Previdência Social, ao procurador-chefe do Ministério Público Federal em Minas Gerais e aos titulares das entidades convidadas para esta reunião as notas taquigráficas da referida reunião; e Rômulo Viegas em que solicita seja realizada audiência pública para dar continuidade ao debate sobre a denúncia de suposta falta de motivação das perícias realizadas pelo INSS no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/9/2013

Às 8h30min, comparecem na Câmara Municipal de Frutal o Deputado Zé Maia (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR), membro da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a criação da Região Metropolitana do Triângulo Mineiro e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Mauri José Alves, prefeito municipal de Frutal; Sebastião Custódio Couto Júnior, presidente da Câmara Municipal de Frutal; Gustavo Medeiros, Assessor de Gestão Estratégica, representando o Sr. Alexandre Silveira, Secretário Extraordinário de Gestão Metropolitana; Paulo Piau Nogueira, Prefeito Municipal de Uberaba e Presidente da Amvale; Maurício Cassimiro, assessor de Integração da Secretaria de Gestão Estratégica, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Uberlândia, representando o Sr. Gilmar Alves Machado, prefeito municipal de Uberlândia; e Antônio Sebastião de Oliveira, Assessor de Projetos Estratégicos da Prefeitura de Uberaba, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Liza Prado, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2013.

Elismar Prado, presidente - Zé Maia.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/9/2013

Às 11h25min, comparecem no Auditório da Faculdade Unimontes os deputados Vanderlei Miranda, Arlen Santiago (substituindo o deputado Marques Abreu, por indicação da Liderança do BAM), Duarte Bechir (substituindo o deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BTR) e Paulo Guedes (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e dá-a por aprovada, sendo subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o alto índice de criminalidade em decorrência do uso de *crack* e outras drogas na região e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Karen Castro dos Montes, juíza diretora do Foro da Comarca de Januária e Adriana Gonçalves Ribeiro, assistente social do Programa Liberdade Assistida da Prefeitura Municipal de Januária, representando Elisa Dias Marques de Deus, secretária municipal de Desenvolvimento Social de Januária; e os Srs. Manoel Jorge de Castro, prefeito municipal de Januária; Ten.-Cel. Geraldo Welington Gonçalves, comandante da 30ª Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; Raimundo Nonato Gonçalves, delegado regional de Polícia Civil de Minas Gerais; Alberto Tenório Cavalcante Filho, delegado de Polícia de Tóxicos e Entorpecentes de Januária; Sidnei Magalhães Pereira, presidente da OAB-MG - 123ª Subseção de Januária; Onedes Bruno Lopes de Souza, secretário municipal de Saúde de Januária; Kléber Moreira Martins, secretário municipal de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Itacarambi, representando Ramon Campos Cardoso, prefeito municipal de



Itacarambi; vereador Leonardo Valério França Pinheiro, presidente da Câmara Municipal de Manga; vereador Valter Ribeiro de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Itacarambi; vereador Êmerson Barbosa Macedo, Câmara Municipal de Itacarambi, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Vanderlei Miranda, Rogério Correia, Tadeu Martins Leite e Paulo Guedes (5) em que solicitam seja encaminhado ao defensor público geral do Estado pedido de providências para que seja instaurada Defensoria Pública no Município de Januária, tendo em vista a carência da população e a demora na prestação jurisdicional por falta de assistência jurídica gratuita; seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que seja implantado um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps-Ad - no Município de Januária; seja encaminhado ao secretário de Defesa Social e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja implantado um posto policial no Distrito de São Joaquim em Januária; seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de providências para que seja implantado um Centro de Internação de Adolescentes no Município de Januária; seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Defesa Social e ao chefe da Polícia Civil pedido de providências para que seja aumentado o número de servidores efetivos da Polícia Civil nos cargos de escrivães, peritos e investigadores no Município de Januária; Rogério Correia, Tadeu Martins Leite e Paulo Guedes em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Defesa Social e ao chefe de Polícia Civil pedido de providências para que sejam disponibilizadas novas viaturas para o Município de Januária para serem utilizadas no combate à criminalidade e que sejam designados mais médicos-legistas para atuarem no Posto de Perícia Integrada do referido município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente - Marques Abreu - Glaycon Franco.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/9/2013

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Perrella, Almir Paraca e João Leite (substituindo este à Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Perrella, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de cartão do Cel. José Henrique Fernandes de Souza Ramos, Chefe da 13ª Circunscrição de Serviço Militar, justificando sua ausência na audiência pública desta Comissão, ocorrida em 30/8/2013; e de cartão do Gen.-Bda. Luiz Carlos Pereira Gomes, comandante da Escola de Sargentos das Armas, publicado no *Diário do Legislativo* de 24/8/2013. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.091/2013, em turno único, do qual designou como relatora a deputada Ana Maria Resende. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.300, 5.326, 5.331, 5.342 e 5.353/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

Gustavo Perrella, presidente - Tadeu Martins - Tiago Ulisses.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia e Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sávio Souza Cruz, Bonifácio Mourão, Adalclever Lopes, Duarte Bechir e Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Viegas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as contratações feitas pela MGS e por instituições privadas de saúde e consórcios em geral, que estariam incorrendo em irregularidades e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Carlos Alberto Pereira da Costa solicitando o apoio desta comissão em relação a suposto prejuízo causado por seu advogado constituído, que não ingressou com ação de reparação de danos; João Batista Moreira Pinto, coordenador de pesquisa do Instituto DH, solicitando a participação desta comissão na pesquisa sobre o mapeamento da rede de promoção e defesa dos direitos humanos em Minas Gerais e no Espírito Santo; Evilásio Amaro Alves, vereador da Câmara Municipal de Manga, solicitando a intercessão desta comissão perante a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Manga para apuração de suposta contratação de professores não habilitados para atuar na rede municipal de ensino; Aécio Neves, senador da República, agradecendo o encaminhamento das notas taquigráficas da 32ª Reunião Extraordinária dessa comissão; Flávia Martins F. Nunes, chefe de gabinete do Ministério da Cultura, prestando informações relativas ao assunto objeto das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta Comissão; do Cel. BM Ivan Gamaliel Pinto, chefe de Estado Maior do Corpo



de Bombeiros Militar, informando a impossibilidade de seu comparecimento a audiência desta comissão em 28/8/13; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, em 29/8/2013: ofícios dos Srs. Wander da Costa Ribeiro, presidente do Sindojus-MG; Luiz Audebert Delage Filho, corregedor-geral de Justiça; Andréa Abritta Garzon Tonet, defensora pública-geral; Ramon Victor Cesar, presidente da BHTrans; Luiz Antônio Sasdelli Prudente, corregedor-geral do Ministério Público; Josué Costa Valadão, secretário de Governo de Belo Horizonte; e Alceu José Torres Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Adriana Fernandes Sebastião, ex-funcionária da MGS, lotada na Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas; e os Srs. Breno Eduardo Elias dos Santos, gerente do Processo de Gestão e Operação da UAI - Seplog, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Helter Verçosa Morato, superintendente jurídico da MGS; José Silveira Júnior, superintendente de Recursos Humanos da MGS, representando a Sra. Luzia Soraia da Silva Ghader, presidente da MGS; Jobert Fernando de Paula, diretor do Sindieletro-MG; Leonardo Zegarra Mendes, coordenador estadual do Movimento Luta de Classes; Antônio de Pádua Araújo, funcionário da MGS, lotado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Ezedequias Ventura, ex-funcionário da MGS, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença do deputado Durval Ângelo. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de logo mais, às 13 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as deputadas Maria Tereza Lara, Liza Prado e o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a Política Estadual de Saúde, a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013, e comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Bonifácio de Andrada e Júlio Delgado, deputados federais (29/08/13). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos deputados Carlos Mosconi, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e da deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Governo, solicitando a realização de esforços para regulamentação da Lei nº 13.647, de 13/7/2000, que torna obrigatória a manutenção de departamento médico e ambulância em conjunto de estabelecimentos comerciais, a fim de garantir sua aplicabilidade em todo o Estado. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes convidados: Maurício Rodrigues Botelho, subsecretário de Políticas e Ações de Saúde, representando Francisco Antônio Tavares Júnior, secretário adjunto da SES-MG e gestor das Ações de Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde e Vigilância Alimentar e Nutricional; Júnia Guimarães Mourão Cioffi, presidente da Fundação Hemominas e gestora da Ação Centro de Tecidos Biológicos de Minas Gerais - Cetebio; Marta de Souza Lima, chefe de gabinete da SES-MG, representando Hilda Maria Silveira Mesquita Zschaber, gerente das Ações Gestão da Política Hospitalar - Complexo de Saúde Mental; Complexo de Reabilitação e Cuidado ao Idoso; Complexo de Urgência e Emergência; Complexo de Especialidades; Complexo de Hospitais Gerais e Complexo MG Transplantes da Fhemig; Wagner Fulgêncio Elias, superintendente de Atenção Primária à Saúde da SES-MG; Daniela Souza Lima Campos, diretora de Promoção à Saúde e Agravos Não Transmissíveis e Gerente do Projeto Travessia da SES-MG; Nara Lúcia Carvalho da Silva, gerente do Projeto TeleMinas Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Tiago Lucas da Cunha Silva, gestor dos Projetos Implantação de Hospitais Regionais; Manutenção de Hospitais Regionais; Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do Sistema Unic da Secretaria de Estado de Saúde; Flávia Ferreira Persechini Valle, gerente do Projeto Saúde na Copa da Secretaria de Estado de Saúde; Hellen Fernanda Souza, gerente do Projeto Rede de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado de Saúde; Ângela Ferreira Vieira, assessora da Superintendência de Vigilância Sanitária - Visa - da SES-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao Sr. Maurício Rodrigues Botelho e à Sra. Júnia Guimarães Mourão Cioffi, para que façam suas exposições. A presidência suspende os trabalhos em virtude de votação no Plenário. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos deputados Carlos Mosconi e Doutor Wilson Batista. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e sugere que a exposição dos demais convidados seja transferida para o dia 11/9/2013, às 9h30min, em virtude de ser necessária a presença dos deputados em Plenário para votação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente - Duarte Bechir - Arlen Santiago.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Glaycon Franco e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Marques Abreu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de ofícios do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, encaminhando o relatório de sugestões para a agenda da ALMG 2013-2015; deputado João Leite, presidente da Comissão de Segurança Pública, convidando os membros da Comissão para participarem da reunião de monitoramento da política estadual de segurança pública, a ser realizada no dia 11 de setembro, às 9h30min, no auditório desta Casa e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.971/2013 (23/8/2013); do Sr. Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.070/2013; da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.418 e 4.420/2013 (24/8/2013). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada a Marcha de Combate ao Crack no Município de Coronel Fabriciano. É recebido requerimento do deputado Célio Moreira em que solicita seja realizada audiência pública da comissão no Município de Couto de Magalhães para debater o enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas na região. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente - Glaycon Franco.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 10h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, relatório de sugestões para a agenda da ALMG 2013-2015, que apresenta a contextualização das políticas públicas relacionadas aos temas, a compilação das propostas apresentadas nos encontros regionais, bem como a análise da viabilidade de implementação e incorporação dessas demandas nas atividades da Casa por meio das comissões; do Sr. Carluty Ferreira, presidente do Movimento de Teatro de Grupo de Minas Gerais - MTG -, convidando para o III Encontro Estadual Minas de Grupos, que acontecerá em Uberlândia nos dias 4, 5 e 6 de outubro, e solicitando apoio para o transporte de representantes de grupos do interior; e do Sr. Cristiano dos Santos, de Belo Horizonte, publicada no *Diário do Legislativo* de 24/8/2013. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.083 e 4.266/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Votaram "sim" a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado e Luiz Henrique. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para apurar se bens do patrimônio histórico material e imaterial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que estavam cedidos ao parque Walter World, do Município de Poços de Caldas, já foram devolvidos ao patrimônio cultural da Polícia Militar de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Elismar Prado, presidente - Tiago Ulisses - Luiz Henrique.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BAM) e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Lafayette de Andrada e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo*, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Carlos Leonardo de Araújo Delgado, gerente da gtes/defin/af do BNDS (2) (29/8/2013) e Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado (2) (30/8/2013). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados



mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.295/2013 (deputado Lafayette de Andrada); 4.296/2013 (deputado João Vítor Xavier); 4.297/2013 (deputado Jayro Lessa) e 4.303/2013 (deputado Romel Anízio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados de pauta por determinação do Presidente da Comissão os Projetos de Lei nºs 276 e 1.257/2011 e 2.964 e 3.621/2012, por não cumprirem pressupostos regimentais, e 3.342/2012, por haver sido apreciado em reunião anterior. O Projeto de Lei nº 3.721/2013 é retirado de pauta atendendo-se a requerimento do deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela ratificação do Convênio de ICMS nº 48/2013, encaminhado pela Mensagem nº 490/2013 por meio de projeto de resolução apresentado (relator: deputado Jayro Lessa, em virtude de redistribuição), e são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.295/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Lafayette de Andrada); 4.296/2013 (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição); 4.297/2013 (relator: deputado Jayro Lessa) e 4.303/2013 (relatora: deputada Liza Prado, em virtude de redistribuição). Os Projetos de Lei nºs 370/2011 e 2.887/2012 são convertidos em diligência, respectivamente, à Seplag e à Sedese. Os pareceres sobre os Projetos de Lei Complementar nºs 23/2012 e 41/2013 e o Projeto de Lei nº 3.754/2013, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Lafayette de Andrada e Zé Maia. A Presidência registra a presença da Sra. Míriam de Oliveira Galuppo, do Sindepominas, e dos Srs. Denilson Martins, Marcelo Armstrong da Silva e Experidião Izidoro Afonso Porto, respectivamente presidente e diretores regionais do Sindpol; Emerson Mota Rocha, diretor do Sinopol; Antônio Marcos Pareira; Walney José de Almeida, presidente da Acemg; Wilton Ribeiro de Sales, presidente do Sindpecri; Marco Antônio Chedio, presidente do Sindepo; Marco Antônio de Paula Assis e André Pelli, do Sindepominas; Wellington Kalil, presidente da Associação dos Escrivães de Minas Gerais; Weudson Garcia Pereira, delegado especial de polícia; Fernando Soares e Raul Pinto Assis, vice-presidentes do Sinddep-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião de hoje às 20 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Romel Anízio - Rogério Correia - Cabo Júlio.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Celinho do Sinttrocel, Doutor Wilson Batista (substituindo este ao deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR) e Duarte Bechir (substituindo o deputado Bosco, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o deputado Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo, secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (29/8/2013). A presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o deputado Bosco: Projetos de Lei nºs 4.307, 4.308, 4.310, 4.326 e 4.332/2013, todos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.263 e 3.594/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Votaram “sim” a deputada Rosângela Reis e os deputados Celinho do Sinttrocel, Duarte Bechir e Doutor Wilson Batista. O deputado Doutor Wilson Batista se retira da reunião. Ato contínuo são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.624/2012 e 3.944, 4.009, 4.144, 4.267, 4.269, 4.275, 4.277 (este com a Emenda nº 1) e 4.278/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Votaram “sim” a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Celinho do Sinttrocel e Duarte Bechir. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.340/2013. Nesse momento, faz-se presente na reunião o Deputado Bosco e se retira da reunião o Deputado Duarte Bechir. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.670/2012 e 3.770, 4.110, 4.114, 4.135, 4.188, 4.190, 4.194, 4.195 e 4.201/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado Fred Costa (3), em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater as condições de atendimento e manutenção das instituições de longa permanência no Estado, para debater a política estadual de proteção ao idoso a partir do monitoramento dos programas e ações do exercício 2013 do PPAG 2012-2015, relativos a essa política, e para debater o Plano Nacional de Educação, especialmente as implicações para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais da aprovação da Meta 4; do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o quadro da regulamentação dos serviços de mototáxi e motofrete no Estado; e da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o processo de certificação de entidades de assistência social. São recebidos pela presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a questão da regulação fundiária em Minas Gerais; do deputado Bosco, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, à Secretaria de Estado da Fazenda e à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam revistos os critérios de contingenciamento dos recursos destinados ao Programa Travessia Renda; do deputado André Quintão, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de informação sobre a execução financeira do fundo de Erradicação da Miséria relativa ao exercício 2013; da deputada Rosângela Reis (2), em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos empregados da Minas Gerais Administração e Serviços – MGS; e seja realizada audiência pública, com a

Comissão de Saúde, para debater a situação dos pequenos hospitais no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

Rosângela Reis, presidente - Bosco.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/9/2013

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, contendo relatório de sugestões para a agenda da ALMG 2013-2015; e-mail do Sr. Nivaldo da Costa Ferreira, enviado através do Fale com a Assembleia, no qual reclama da situação do professor designado nas escolas e sugere modificações para desburocratizar o trabalho das secretarias escolares; e ofício do Sr. Marques Abreu, presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, convidando os membros da comissão para participarem da reunião de monitoramento da Política Estadual de Esporte e Lazer, a ser realizada em 17/9/2013, às 14h30min, no auditório desta Casa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.330, 5.339 e 5.351/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco e da deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre problemas no repasse de recursos do Programa de Educação Profissional à Escola Santa Clara, em Vespasiano, e ao Centro de Formação Profissional de Nível Médio, em Passos; da deputada Maria Tereza Lara (2) em que solicita seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de providências para que o convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais referente a estágios nas escolas estaduais com supervisão da universidade inclua a participação de alunos de outros cursos, além da área da educação; e seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de providências para que se promova a isonomia de subsídios nas tabelas dos servidores administrativos das superintendências regionais de ensino do Estado, nas categorias de analista educacional, assistente técnico educacional e assistente de educação; do deputado Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater a situação da Universidade Vale do Rio Verde – Unincor, mantida pela Fundação Comunitária Tricordiana de Educação; e dos deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco e da deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater a situação dos educadores estaduais em campanha salarial. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, requerimentos dos deputados Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião com convidados para ouvir esclarecimentos do Sr. Marco Antônio Rebelo Romanelli, advogado-geral do Estado, sobre os processos administrativos que ensejaram a demissão do servidor estadual Elbert Cambraia do Nascimento e a cassação das aposentadorias das servidoras estaduais Elenice Cambraia do Nascimento e Elizabeth Cambraia do Nascimento, todos vinculados à área da educação; Ulysses Gomes em que solicita seja realizada audiência pública conjunta da Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a Resolução da Secretaria de Estado de Educação – SEE – nº 2.367, de 7 de agosto de 2013, que autoriza a realização de aditamento aos convênios referentes ao transporte escolar do exercício de 2013 pactuados com os municípios, para permitir a ampliação da carga horária diária nas unidades de ensino participantes do programa Reinventando o Ensino Médio, criado pela Resolução SEE nº 2.251, de 2 de janeiro de 2013; e do deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada audiência pública para debater as implicações para as administrações municipais do aumento da carga horária de turmas do ensino médio da rede estadual devido à implementação do programa Reinventando o Ensino Médio. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

Duarte Bechir, presidente - Maria Tereza Lara - Glaycon Franco.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 6/9/2013

Às 10 horas, comparece no Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão o deputado Almir Paraca, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater a questão da simbologia da água e sua importância como elemento cultural, de formação dos agrupamentos urbanos e humanos, de manutenção das famílias no campo e indutora de sua identidade territorial e social, as tecnologias sociais empregadas na preservação, manejo e gestão do patrimônio hídrico e o cerrado como um bioma berço das águas, bem como discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários para ouvir a Sra. Adriana Rocha, coordenadora de apoio e fomento à produção sustentável em povos e comunidades tradicionais da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento, e os Srs. Nilmário Miranda, deputado federal, 1º-Ten. PM Márcio Antônio Teixeira,



Comandante do 2º Pelotão de Meio Ambiente da 16ª Cia PM Independente de Meio Ambiente e Trânsito, representando o Cel. PM Armando Leonardo Linhares de Araújo Ferreira da Silva, comandante da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, Tildem Santiago, diretor de meio ambiente da Copasa, e João Bosco Senra, analista de meio ambiente da Copasa, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Almir Paraca, presidente.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/9/2013

Às 15h5min, comparece na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a violação de direitos humanos e ameaças aos pescadores que denunciaram o despejo de esgoto no Rio São Francisco, no Município de Três Marias, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: dos Srs. Estêvão Ferreira Couto, Defensor Público Federal, em que informa que em virtude de compromisso agendado anteriormente não poderá comparecer à reunião e solicita o encaminhamento das notas taquigráficas para análise de possibilidades de atuação, tendo em vista que o Rio São Francisco é um rio federal e suas margens constituem bem da União; Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado, informando que, em virtude de compromisso agendado anteriormente, não pôde comparecer à reunião da comissão realizada no dia 2/9/1013; Carlos Nogueira da Costa Junior, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, agradecendo o encaminhamento das notas taquigráficas da 17ª reunião extraordinária da Comissão; Bonifácio de Andrada, Deputado Federal, agradecendo o encaminhamento de documentos da Comissão de Direitos Humanos, referentes aos impactos sociais e humanos ocasionados pela atividade mineradora no Estado; e de correspondência publicada no Diário do Legislativo no dia 5/9/2013: da Sra. Maria Emília da Silva, coordenadora do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.306/2013, e do Sr. Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional, encaminhando o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do poder público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Registra-se a presença do deputado Rogério Correia. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Major PM Charles Generoso Baracho, comandante da 14ª Companhia de Polícia Militar Independente de Meio Ambiente e Trânsito, com sede em Curvelo, representando o Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, e Adenilson Rodrigues Rubim, secretário municipal de Meio Ambiente; a Sra. Leidiane Rodrigues Cordeiro, presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Três Marias, representando o Sr. Vicente de Paulo Resende, prefeito municipal de Três Marias; o Sr. William Santos, advogado, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG; a Sra. Mariana Septimo, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG; os Srs. Roberto Amod, advogado, presidente do Sindicato dos Advogados de Minas Gerais, e Rodrigo Xavier da Silva, ouvidor da Polícia Civil de MG; e o deputado federal Nilmário Miranda, presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Adelmo Carneiro Leão - Pompílio Canavez - Rogério Correia.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/9/2013

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Cel. BM Silvío Antônio de Oliveira Melo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, encaminhando minuta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 865/2011, que dispõe sobre diretrizes para elaboração da política estadual de segurança pública e dá outras providências. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, cada um por sua vez, são aprovados, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.315 e 4.361/2013, que receberam parecer por sua aprovação, votando "sim" os membros da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.457, 5.474, 5.503 a 5.506, 5.509, 5.511, 5.512, 5.514 e 5.515/2013. Mediante requerimento do deputado Cabo Júlio aprovado pela comissão, é adiada a votação dos Requerimentos nºs 5.456 e 5.467/2013. Com a aprovação dos Requerimentos nºs 7.391, 7326 e



5.503/2013, ficam prejudicados, respectivamente, os Requerimentos nºs 5.437, 5.443 e 5.513/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater os riscos do uso de linhas cortantes em pipas e o Projeto de Lei nº 4.218/2013, que proíbe as linhas do tipo chilenas nas condições que estabelece e dá outras providências; Sargento Rodrigues (4) em que solicita seja encaminhado a promotora de justiça e ao juiz de direito da Comarca de Rio Vermelho pedido de providências para que determinem a internação provisória do adolescente D.P.L., autor do crime de tentativa de homicídio, tipificado no art. 121, combinado com o art. 14, II, do Código Penal, contra o Sd. PM Higor Daniel Claudino Câmara dos Santos; seja formulado voto de congratulações com a PMMG por sua atuação nas manifestações ocorridas em 7/9/2013; seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça pedido de providências para a manutenção da prisão preventiva, ordenada pelo órgão jurisdicional competente, dos manifestantes que praticaram atos criminosos e de vandalismo nas comemorações da Independência do Brasil, em 7/9/2013; seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Esmeraldas pela participação em operação que culminou na apreensão do menor D.L.F., integrante de quadrilha que atua na Região Metropolitana e suspeito de ser autor do homicídio do bombeiro militar reformado Haroldo Cândido dos Santos; Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Lafayette de Andrada em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa pedido de providências para que se reúna com os presidentes das comissões permanentes e com o Colégio de Líderes para debater a aplicação do art. 173, II e III, combinado com o art. 102 e art. 284, I, do Regimento Interno; João Leite, Leonardo Moreira, Lafayette de Andrada, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio em que solicitam sejam entregues em reunião desta comissão manifestações de aplauso aos policiais civis que participaram de operação que culminou na prisão de quadrilha especializada em furtos a residências na região dos Bairros Belvedere, em Belo Horizonte, e Vila da Serra, em Nova Lima. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

João Leite, presidente - Cabo Júlio - Sargento Rodrigues - Duarte Bechir.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/9/2013

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, o deputado Adelmo Carneiro Leão e, representando a Comissão de Saúde, o deputado Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a implantação do programa *Mais Médicos* do governo federal no Estado de Minas Gerais, garantindo-se, assim, o direito humano fundamental e universal de acesso à saúde. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Alzira de Oliveira Jorge, apoio institucional do Ministério da Saúde em Minas Gerais, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário Nacional de Atenção à Saúde - Ministério da Saúde; Juliana Colen, consultora de saúde da Associação Mineira de Municípios, representando Antônio Carlos Doorgal de Andrada, presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM - e prefeito municipal de Barbacena; Roseli da Costa Oliveira, secretária municipal de Saúde de Sabará; Amanda Nascimento, referência estadual do Proverb/Mais Médicos; e os Srs. César Lima, assessor do Ministério da Saúde em Minas Gerais; Wagner Fulgêncio Elias, superintendente de Atenção Primária à Saúde, representando Antônio Jorge de Souza Marques, secretário de Estado de Saúde; e os Srs. Ederson Alves da Silva, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, diretor, representando Renato Barros, diretor do Sind-Saúde; Roges Carvalho, diretor do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais; Bruno Abreu Gomes, médico de família e comunidade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e preceptor no Hospital Odilon Behrens; Rodrigo Chaves Penha, tutor dos médicos do Programa Mais Médicos; Francisco de Assis Simões Thomaz, médico e ex-prefeito de Coronel Fabriciano; Betinho Duarte, assessor especial da Comissão da Verdade da OAB-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Adelmo Carneiro Leão e Rogério Correia, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Rômulo Viegas - Rogério Correia - Sebastião Costa - Maria Tereza Lara - Duarte Bechir.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/9/2013

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e o deputado Bosco, membros da supracitada comissão. A presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a colher subsídios para a realização do Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas para o Idoso, que acontecerá na Assembleia Legislativa em outubro deste ano, e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as

Sras. Ana Eugênia Loyolla Hollanders de Moura, presidente do Conselho Municipal do Idoso, e Antônia Gulma Guimarães Notoroberto, presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas, e os Srs. Artur Ferreira de Castro, defensor público da Comarca de Araxá, Sargento Amilton Marcos Moreira, vice-presidente da Câmara Municipal de Araxá, e Eustáquio José Pereira, vereador da Câmara Municipal de Araxá, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência e o deputado Bosco, coautores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Rosângela Reis, presidente – Celinho do Sinttrocel – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/9/2013

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado (substituindo o deputado Inácio Franco, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Gustavo Corrêa, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no Diário do Legislativo, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Raul José de Belém, Prefeito Municipal de Araguari (28/8/2013); Antônio Helder Medeiros Rebouças, Diretor Executivo do ITB Programas Interlegis; e Diego Ferreira dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Prados (5/9/2013). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 37, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Leonardo Moreira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.214/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Leonardo Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.362, 5.363 e 5.510/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos para aprovação posterior os requerimentos deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater os Projetos de Lei nºs 4.439/2013, que extingue o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e 4.440/2013, que altera as Leis Delegadas nºs 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências, e em que solicita seja realizada audiência pública para debater a precarização do atendimento hospitalar e ambulatorial do Ipsemg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente - Sargento Rodrigues - Luiz Humberto Carneiro - André Quintão - Inácio Franco.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/9/2013

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a Política Estadual de Educação a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013, e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Raquel Elizabete de Souza Santos, subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação e gerente do Provimento e Gestão do Ensino Fundamental e Médio; Sônia Andêre Cruz, subsecretária de Informações e Tecnologias Educacionais da Secretaria de Estado de Educação e gerente do processo Simave do ensino fundamental e médio; Maria das Graças Pedrosa Bittencourt, superintendente de desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental e gerente do Programa de Intervenção Pedagógica do Ensino Fundamental; Paula Cambraia de Mendonça Vianna, vice-diretora do projeto Magistra Ensino Fundamental e Médio; Clarice Ferreira Dutra, nutricionista do Programa de Alimentação Escolar, representando a Sra. Valéria Monteiro de Jesus, gerente do Alimentação Escolar, e Cynara Magalhães Pinto Godoi Quintão, gerente do Reinventando o Ensino Médio; e dos Srs. Leonardo Petrus, subsecretário de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação, gerente de Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação do Ensino Fundamental e Médio e gerente do Travessia Educação; Felipe Estabile, assessor-chefe de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Educação; Gustavo Nominato Marques, gerente executivo do Educação em Tempo Integral



Ensino Fundamental e Alimentação Escolar; Antônio Carlos Vassalo Alves, superintendente de Ensino Tecnológico e gerente do projeto Cidade da Ciência e do Conhecimento; Rafael de Freitas Morais, superintendente de Desenvolvimento da Educação Profissional; Carlos Alexandrino dos Santos, gerente do projeto Expansão do Ensino Superior; José Celso Graize Magalhães, gerente da Ampliação e Monitoramento do Poupança Jovem, e Jorge Carlos de Figueiredo, gerente do projeto Professor da Família, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Duarte Bechir, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Registra-se a presença dos deputados Bosco, Elismar Prado e Rogério Correia, membros da comissão. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos deputados Rogério Correia, com a Emenda nº 1 do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a aplicação da Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira para exploração de petróleo e gás natural e os seus reflexos no Estado; e Duarte Bechir, Glaycon Franco e Maria Tereza Lara em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater os investimentos nas redes estadual e municipal de ensino, desde a infraestrutura até o sistema pedagógico, a promoção da paz nas escolas e os mecanismos de remuneração. Foram recebidos pelo presidente, para posterior apreciação, requerimentos dos deputados Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação para que seja feita a transferência do município de Uruçuaia para a Superintendência Regional de Educação de Unai; Duarte Bechir (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para avaliar os resultados obtidos pelos alunos de Minas Gerais na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, e para avaliar os resultados alcançados pelo Estado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos últimos anos; e da deputada Maria Tereza Lara em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que a Prefeitura Municipal de Betim retome o projeto de educação integral no município, que atendia, até final de 2012, 13.000 alunos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Duarte Bechir, presidente - Maria Tereza Lara.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/9/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.520/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 5.534 a 5.539/2013, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.268/2012

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Relatório

De autoria do deputado Delvito Alves, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação à Rodovia LMG-664.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.268/2012 tem como finalidade dar a denominação de Ângelo Martins Souto à Rodovia LMG-664.

Em sua análise sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, com a finalidade de identificar corretamente a Rodovia LMG-664, que liga o entroncamento com a Rodovia MG-181, no Município de Bonfinópolis de Minas, ao entroncamento da Rodovia LMG-628, no Município de Unai.



Com relação ao mérito da matéria, é importante ressaltar que Ângelo Martins Souto, natural de Unai, consolidou-se como liderança nos setores agropecuário e político daquela localidade.

Atuou em diversos segmentos da sociedade unaiense, destacando-se por ter sido sócio-fundador da Cooperativa Agropecuária de Unai - Capul - e do Sindicato Rural de Unai, nos quais desenvolveu atividades voltadas para a consolidação dos direitos do homem do campo.

Por ter contribuído para o desenvolvimento regional, preparando o Município de Unai para o futuro, consideramos meritória a homenagem que se pretende fazer a Ângelo Martins Souto com a denominação da Rodovia LMG-664 com o seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.268/2012, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Anselmo José Domingos, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 688/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O Projeto de Lei nº 688/2011, do deputado Arlen Santiago, originado do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.017/2009, dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de carrinhos ou cadeiras motorizadas para deficientes físicos, idosos e gestantes em centros comerciais, tais como shopping centers, hipermercados e supermercados, e dá outras providências. O Projeto de Lei nº 1.426/2011, do Deputado Leonardo Moreira, foi anexado à proposição em análise, por guardar semelhança de objeto, em atendimento ao disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno

Publicado inicialmente no Diário do Legislativo de 24/3/2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça; do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - nos termos da Decisão da Presidência publicada no Diário do Legislativo de 17/6/2011 - e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Antes da apreciação, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que a proposição fosse baixada em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, que se manifestou. Em seguida, a matéria foi examinada preliminarmente por aquela comissão, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

O projeto em tela foi, então, encaminhado à Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, que, em sua análise de mérito, opinou pela aprovação da matéria, apresentando a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Por fim, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência também opinou pela aprovação, na forma sugerida pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer, nos termos dos arts. 188 e 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise busca garantir o fornecimento de cadeiras de rodas e carrinhos motorizados que facilitem a locomoção, no interior de edifícios de uso público - shopping centers, hipermercados e supermercados -, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Além disso, torna obrigatória a afixação de comunicação visual informando sobre esse serviço; estipula prazo para a adequação dos empreendimentos e define a aplicação de multa em caso de descumprimento.

Ao tratar da garantia de um direito às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o Projeto de Lei nº 688/2011 vai ao encontro de uma série de ordenamentos legais em nível estadual e federal que, atendendo ao disposto no art. 227, § 1º, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, constituem o arcabouço legal vigente. Em especial, podemos mencionar a Lei Federal nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos de promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e a Lei nº 11.666, de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual.

Analisando a proposição, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade da matéria com uma alteração na Lei nº 11.666, de 1994, materializada no Substitutivo nº 1. A justificação apresentada é que seria descabida nova lei versando sobre o mesmo assunto, sendo adequado fazer as alterações sugeridas na legislação vigente.

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social opinou pela aprovação da matéria, mas sugeriu algumas alterações em expressões utilizadas tanto no art. 3º, § 4º, da Lei nº 11.666, de 1994, quanto no Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. E a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência concordou com o sugerido pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

A inovação legislativa proposta pelo Substitutivo nº 1 refere-se apenas à inclusão da gestante como possível usuária do serviço sugerido e à imposição da afixação de placas indicativas dos postos de retirada desses veículos. Já a Emenda nº 1 inova ao sugerir a alteração dos termos utilizados para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Porém, um aspecto parece não estar contemplado no substitutivo e na emenda apresentados. Trata-se da obrigatoriedade da disponibilização nos edifícios de uso público de cadeiras de rodas ou carrinhos com algum tipo de propulsão não humana, como motores a combustão ou elétricos. A Lei nº 11.666, de 1994, diz em seu art. 3º, § 4º:

“§ 4º - Nos edifícios de que trata esta Lei, será mantida, para uso gratuito do portador de deficiência e do idoso, cadeira de rodas ou outro veículo que lhes possibilite a locomoção, sendo obrigatória a indicação do local de sua retirada”.



Da mesma forma, não parece estar contemplada na lei vigente a intenção principal dos autores do Projeto de Lei nº 688/2011, de que trata este parecer, qual seja, a obrigatoriedade da disponibilização de cadeiras de rodas ou carrinhos motorizados. Na ementa e no primeiro artigo de ambos os projetos, entendemos que essa intenção está bastante clara. Julgamos importante, portanto, resgatar a proposta dos autores, tornando obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas ou carrinhos motorizados.

Porém, cumpre observar que, para o estabelecimento dessa obrigação, todos os edifícios de uso público, independentemente do porte, do número de frequentadores e das características da atividade ali realizada, teriam que se adaptar da mesma forma. Isso geraria uma grande distorção, visto que os grandes empreendimentos poderiam se adequar, disponibilizando apenas uma cadeira ou carrinho motorizado - o que impactaria de forma marginal os seus custos e, possivelmente, não atenderia à demanda -, enquanto os pequenos edifícios teriam muita dificuldade em oferecer e manter o mesmo equipamento. Não parece razoável uniformizar a forma de atendimento a essa nova obrigação, principalmente para os empreendimentos privados, pois seria uma interferência do Estado no ambiente econômico sem um benefício social razoável diante dos custos decorrentes.

Assim, sugerimos que a obrigatoriedade da disponibilização de cadeiras de roda ou carrinhos motorizados seja proporcional ao porte, às características da atividade e ao número de frequentadores dos edifícios de uso público. Para tanto, apresentamos o Substitutivo nº 2, que inclui dispositivo remetendo ao regulamento as questões relativas ao tipo e à quantidade de veículos de auxílio à locomoção a serem disponibilizados de acordo com o porte, as características da atividade e o número de frequentadores desses edifícios, bem como os prazos para a sua adaptação. Julgamos que, no momento da discussão do regulamento, todas as entidades envolvidas direta ou indiretamente com a questão farão estudos e participarão, juntamente com o Poder Executivo, da definição da gradação ora proposta.

Importa observar que o Substitutivo nº 2, a seguir apresentado, incorpora as alterações propostas pelas Comissões de Constituição e Justiça; do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Além disso, uma vez baixada em diligência, a proposição recebeu opinião favorável da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, cujas sugestões também estão incluídas no Substitutivo nº 2.

No que concerne à área de competência desta comissão, além de uma possível interferência indevida no ambiente econômico que, porém, já julgamos justificável em face dos benefícios sociais decorrentes, não encontramos óbices à tramitação da proposição. Não há repercussão financeira direta do projeto no orçamento estadual. No caso de edificações de uso público pertencentes aos órgãos e Poderes do Estado, entendemos que elas já devem estar adaptadas à legislação federal e estadual vigente e à norma NBR 9050, motivo pelo qual a adaptação a esse novo regramento será pulverizada e de baixíssimo custo.

Cabe salientar, por fim, que as observações deste parecer também se aplicam ao Projeto de Lei nº 1.426/2011, anexado à proposição.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 688/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera a Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O § 4º do art. 3º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - (...)

§ 4º - Nos edifícios de que trata esta lei, serão mantidos, para uso gratuito de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, cadeiras de rodas ou outros veículos com propulsão elétrica que lhes possibilitem a locomoção, conforme regulamento que disporá sobre:

I - o tipo e a quantidade de veículos a serem disponibilizados, que deverão ser proporcionais ao porte, às características da atividade e ao número de frequentadores dos edifícios;

II - o regramento para os edifícios de pequeno porte, para os quais será facultada a disponibilização de cadeiras de rodas ou de outros veículos não motorizados;

III - os prazos para o cumprimento do disposto neste parágrafo;

IV - a obrigatoriedade da afixação de placas indicativas dos postos de retirada dos veículos em locais de grande visibilidade das dependências internas e externas dos edifícios.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

Zé Maia, presidente - João Vítor Xavier, relator - Adalclever Lopes - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Romel Anízio.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 12/9/2013, a seguinte correspondência:



OFÍCIOS

Do Sr. Antonio Gama Junior, subcorregedor-geral de Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.744/2010, do deputado Wander Borges.

Do Sr. Carlos Carmo Andrade Melles, secretário de Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.172/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Cássio Soares, secretário de Desenvolvimento Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.949/2013, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Cleide Edvirges Santos Laia, chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.015/2013, da Comissão Extraordinária das Águas.

Do Sr. Cléverson Lobo Buim, presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de Minas Gerais, protestando contra discriminação que essa entidade estaria sofrendo por parte do Sindpol e encaminhando sugestões de emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2012. (- Anexe-se ao referido projeto de lei complementar.)

Do Sr. Elcio Souto de Paula (Dunga), presidente da Câmara Municipal de Conceição das Alagoas, encaminhando moção em que essa Casa formula voto de louvor e congratulações com o Sr. Dinis Pinheiro, presidente desta Assembleia, pela abertura das atividades de monitoramento de políticas públicas.

Do FNDE (84) informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marco Antônio Abreu Chedid, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado, manifestando o repúdio desse sindicato relativamente a fatos ocorridos na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira realizada em 4/9/2013, no Plenário desta Casa, e solicitando providências para que não se repitam manifestações dessa natureza. (- À Mesa da Assembleia.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires (2), secretária de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.702/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 5.248/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, encaminhando cópia de ofício enviado ao Governador do Estado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. (- Às Comissões de Turismo e de Defesa do Consumidor.)

Da Sra. Maria Odete Souto Pereira, coordenadora estadual do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.931/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 4.768/2013, da Comissão de Direitos Humanos, e 4.993/2013, da deputada Liza Prado.

Do Sr. Ronaldo Cardoso Alves, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais, encaminhando cópia da "Carta de Poços de Caldas", que contém as propostas formuladas pelos participantes do II Congresso dos Delegados de Polícia, realizado no período de 7 a 10/8/2013, em Poços de Caldas. (- À Comissão de Administração Pública.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Sr. Luiz Otávio Pôssas Gonçalves pelos 11 anos de criação do Parque Ecológico Vale Verde (Requerimento nº 5.277/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Paulo Abi-Ackel, deputado federal, por sua inclusão na lista, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, de parlamentares que se destacam (Requerimento nº 5.310/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Odair Cunha, deputado federal, por sua inclusão na lista, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, de parlamentares que se destacam (Requerimento nº 5.311/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves, senador, por sua inclusão na lista, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, de parlamentares que se destacam (Requerimento nº 5.312/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Lincoln Portela, deputado federal, por sua inclusão na lista, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, de parlamentares que se destacam (Requerimento nº 5.313/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar pela 20ª edição da publicação *Cabeças do Congresso Nacional* (Requerimento nº 5.314/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes do 56º Batalhão de Polícia Militar, que realizaram um parto ao atenderem a uma ocorrência em Pedralva (Requerimento nº 5.328/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sr. Giovani Reis Silva pela conquista do bicampeonato no Internacional Master & Senior, competição de jiu-jitsu da International Brazilian Jiu Jitsu Federation (Requerimento nº 5.343/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os policiais militares do 22º Batalhão de Polícia Militar que menciona pela atuação na ocorrência, no Bairro Morro das Pedras, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de maconha, cocaína, *crack* e balanças de precisão, bem como no recolhimento de armas (Requerimento nº 5.344/2013, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares do 50º Batalhão de Polícia Militar que menciona, que atuaram na ocorrência que resultou na prisão do traficante do Conjunto Joaquim Costa, em Montes Claros, e na apreensão de 10kg de maconha e 3,5kg de pasta-base de cocaína e outros objetos, como celulares e balanças de precisão (Requerimento nº 5.345/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 36º Batalhão de Polícia Militar que menciona, que atuaram na ocorrência, em Vespasiano, que resultou na prisão de sete pessoas e na apreensão de uma pistola calibre 380, dois revólveres de calibre 38, uma submetralhadora, um veículo supostamente furtado e drogas (Requerimento nº 5.346/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 19º Batalhão de Polícia Militar que menciona, pela atuação, no Bairro Novo Horizonte, em Teófilo Ottoni, em operação que resultou na prisão de um traficante e na apreensão de 360 buchas de maconha (Requerimento nº 5.347/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu pela posse de sua nova diretoria e dos conselhos consultivo e fiscal (Requerimento nº 5.349/2013, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes do 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência no Bairro Gameleira, em Uberaba, que resultou na apreensão de armas e munição de vários calibres e de um carro furtado com placas clonadas (Requerimento nº 5.356/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes da 2ª Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar, que atuaram na ocorrência que resultou na prisão de quatro pessoas de uma mesma família por posse ilegal de arma e tráfico de drogas, bem como na apreensão de armamento de uso restrito das Forças Armadas em Uberlândia (Requerimento nº 5.357/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes da 22ª Companhia de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência realizada na Rua Amós Batista, no Centro da cidade de Caratinga, que resultou na apreensão de grande quantidade de munição de vários calibres (Requerimento nº 5.358/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes da 215ª Companhia de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência em Brumadinho que resultou na apreensão de 18 armas de fogo e munições de vários calibres (Requerimento nº 5.359/2013, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, integrantes da 19ª Companhia da Polícia Militar, pela execução de operação que resultou na prisão de Bruno Gonçalves de Oliveira, no Município de Pará de Minas (Requerimento nº 5.360/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, integrantes da 7ª Cia. Tático Móvel do 5º BPM, pela execução de operação que resultou no desmembramento de quadrilha que praticava estelionato na capital (Requerimento nº 5.361/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes do 32º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência realizada na Rua Paulo Luiz Rotelli, no Bairro Luizote de Freitas, em Uberlândia, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de 3,2kg de maconha, dois papetes de cocaína, um celular, duas balanças de precisão, mil reais em dinheiro e vários outros objetos (Requerimento nº 5.366/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes do 11º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência no Município de Alto Jequitibá que resultou na prisão de um traficante e na apreensão de um revólver calibre 38, aproximadamente cem pedras de *crack*, dois tabletes de maconha, uma motocicleta e aproximadamente três mil reais em dinheiro (Requerimento nº 5.367/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares e civis que menciona, integrantes, respectivamente, do 3º Batalhão da Polícia Militar e da Delegacia Regional de Diamantina, que atuaram conjuntamente na ocorrência que resultou na apreensão de 5kg de maconha (Requerimento nº 5.368/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares e civis que menciona, integrantes, respectivamente, da 3ª Cia. Independente de Polícia Militar e da 4ª Delegacia Regional de Iturama, que atuaram conjuntamente na operação Divisa Segura, que resultou na apreensão de 855kg de maconha prensada no Triângulo Mineiro (Requerimento nº 5.373/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes da 5ª Cia. de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na Operação Saturação, em Governador Valadares, que resultou na prisão de cinco homens e na apreensão de dois adolescentes, 50kg de maconha, 129 pedras de *crack*, uma banana de dinamite, três armas, dinheiro e materiais utilizados para o preparo de droga (Requerimento nº 5.374/2013, do deputado Cabo Júlio);

de protesto, a ser encaminhada aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em relação à importação de frutas de outros países, em especial à importação de banana do Equador (Requerimento nº 5.478/2013, da Comissão de Política Agropecuária);

de aplauso ao promotor de justiça e ao juiz de direito do 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte pela brilhante atuação e pela agilidade no julgamento do assassinato do bailarino Igor Xavier, em 29/3/2002 (Requerimento nº 5.497/2013, da Comissão de Direitos Humanos).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 10/9/2013**

O deputado Pompílio Canavez* - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia e que nos ouve pelo rádio. Deputado Rômulo Viegas, nosso presidente, 15 minutos serão suficientes para as comunicações que tenho a fazer hoje.

Primeiramente quero falar sobre a audiência pública de hoje na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Durval Ângelo, com a presença dos deputados Rogério Correia, Adelmo Carneiro Leão e a minha também. Debateremos o programa do governo federal Mais Médicos, à luz dos acontecimentos que chocaram o Brasil em relação ao preconceito contra os médicos que estão vindo de outros países. Não é bem o caso de Minas Gerais, porque, dessa primeira leva de médicos que estão vindo para Minas Gerais, mais de 90% são médicos brasileiros de outras localidades de Minas ou do Brasil e menos de 10% são estrangeiros.

Recentemente assistimos ao anúncio do programa Mais Médicos, do governo federal, que busca garantir o acesso constitucional de todos os brasileiros a um médico. Foi até revoltante ver os preconceitos, que o Brasil inteiro repudiou. Por exemplo, aquele incidente terrível que aconteceu no Ceará quando um grupo de médicos - entre eles alguns negros - estava vindo de Cuba e de outros países e foi recepcionado com uma vaia, com gritos de "escravos". Isso revelou um preconceito cultural terrível que ainda perdura em nosso país.

Portanto, é com essa intenção que fizemos o debate hoje na Comissão de Direitos Humanos. Aliás, tive oportunidade de falar sobre isso. É importante lembrar que o preconceito deve ser combatido sempre, e a Comissão de Direitos Humanos está fazendo o seu papel. Acho que aí não houve nenhuma sobreposição ou mesmo retirada da prerrogativa da Comissão de Saúde. Sou dessa comissão, e dia 23 também debateremos o programa. Quanto mais debatermos esse programa mais os mineiros irão compreendê-lo, já que a TV Assembleia, com seu grande alcance, certamente lançará luz sobre esse programa tão importante, que tem o apoio dos brasileiros. Acho que isso está mais do que claro, mais do que definido. O Brasil compreendeu a importância dele.

Logo no início das polêmicas acerca da vinda de médicos, sobretudo cubanos, ainda havia, além do preconceito que beirava a xenofobia, um preconceito ideológico. É uma coisa que nos faz refletir e pensar: um minúsculo país como Cuba, uma ilha, consegue mandar médicos para todo o Brasil, para o mundo inteiro. Claro que o Brasil também manda brasileiros competentes para muitos lugares do mundo, mas estamos precisando importar médicos neste momento.

Vi algumas comparações que gostaria de repetir aqui: enquanto a Cuba de Fidel Castro exporta médicos para o mundo, os Estados Unidos do presidente Obama exportam soldados para matar, para bombardear, para causar sofrimento. Agora mesmo há toda a questão do Oriente Médio. Os Estados Unidos estão querendo mandar mais soldados, mais destruição e mais mortes para lá. E estamos recebendo médicos. É estranho que um país tão pequeno quanto Cuba consiga mandar médicos para o mundo inteiro, enquanto os poderosos Estados Unidos conseguem mandar apenas soldados.

Aliás, quero fazer um comentário, deputado Rogério Correia, sobre a questão da espionagem da Petrobras. Fiquei pensando num dia desses, quando ouvi um comentário falando dos Estados Unidos, que considera o mundo o seu quintal, que, há pouco tempo, a Petrobras escapou por pouco de ser vendida. Claro que era para capital estrangeiro, claro que para capital multinacional, muito provavelmente capital americano. Hoje os americanos, para tentar entender e moldar a política na América Latina, precisam colocar espões, espionar a nossa Petrobras. No passado a empresa correu um risco terrível de ser vendida a preço de banana, como aconteceu com a Vale do Rio Doce e a Usiminas - o Banco do Brasil correu esse risco também. A Petrobras hoje é alvo de espionagem porque ela está forte, poderosa e sem dúvida é uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, e os americanos têm interesse real na questão.

Concluo essa parte do meu pronunciamento sobre a questão do programa Mais Médicos dizendo que os médicos estrangeiros são bem-vindos até conseguirmos garantir que os brasileiros tenham acesso a médicos, tenham acesso pelo menos a uma mesa, uma cadeira e um médico para atendê-los, tenham direito de ser atendidos como muitos brasileiros são. Mas muitos ainda não são atendidos; 700 municípios brasileiros não têm um médico sequer. Foi aberta a possibilidade de médicos brasileiros se inscreverem no programa, mas eles não o fizeram. Todos têm o direito de não se inscrever, e, já que eles não o fizeram, o governo precisa governar. A presidenta Dilma tomou a decisão necessária: garantir que haja médicos para o povo brasileiro. E o povo apoia. Tanto é que saiu uma pesquisa hoje da CNT, deputado Rogério Correia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que mostra bem que a presidenta Dilma está certa, que está no caminho correto. Também a pesquisa CNT aponta uma recuperação da aprovação do governo da presidenta Dilma, do PT, muito importante. Se houvesse eleições hoje, segundo a pesquisa feita pela CNT, a presidenta Dilma talvez vencesse no primeiro turno. Significa que ela está atenta aos anseios das ruas, atendida. Ora, a Frente Nacional de Prefeitos pediu médicos em janeiro, em Brasília. A presidenta está atendendo essa demanda. Isso não é inédito no Brasil e já aconteceu em outras épocas.

Tenho de fazer um comunicado, mas, antes, concedo aparte ao deputado Rogério Correia. Gostaria de dizer que eu e o deputado Rogério Correia iremos à Cemig, à manifestação dos trabalhadores que foram demitidos da Cemig Serviços. Isso, sim, é notícia triste. Eles estão protestando, alguns estão até acorrentados. Estaremos lá daqui a pouco.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Assim que terminar a reunião, irei com V. Exa. à Cemig. A MGS também está demitindo. Outro dia fizemos uma audiência pública e ficamos sabendo que ela demitiu 300 empregados no mês.

Quando falamos que Aécio quebrou Minas, alguns acham um exagero, mas não é. A situação do Estado está caótica: demissões na Cemig S e na MGS. O Brasil está gerando empregos, e Minas está demitindo. A situação em Minas é o contrário.



Deputado Pompílio, quero parabenizá-lo pela abordagem do programa Mais Médicos. V. Exa. lembrou muito bem o período de privatização da Vale do Rio Doce.

Hoje o jornal *Hoje em Dia* divulgou uma denúncia que fiz há muito tempo, sobre a Cfem, que retirou dinheiro da arrecadação do minério em vez de aplicá-lo nos municípios prejudicados pela mineração ou na educação. Ou seja, os recursos estavam pagando a PPP do Mineirão. Lembram que fiz essa denúncia? Foram mais ou menos R\$40.000.000,00 para a PPP do Mineirão, para a Minas Arena. O dinheiro sai da Cfem e vai direto para a Minas Arena, no acordo feito pelo governo do Estado. O Mineirão foi doado. O Aécio doou o Mineirão ao grupo Minas Arena.

O que acontece agora? Outro dia ouvimos a notícia, no programa de João Vítor Xavier na Rádio Itatiaia, de que o Atlético, quando jogou a final da Libertadores, foi isentado das taxas do Minas Arena. Então, o Cruzeiro entrou com o mesmo pedido. E, se houve isenção para um, tem de haver para outro. Essa brincadeira já deve ter ultrapassado R\$40.000.000,00. Quero saber quem está pagando essa conta: a Minas Arena ou o governo do Estado, que isentou o Atlético? São mais R\$40.000.000,00. Quem está pagando por essa privatização, essa doação do Mineirão?

Venho fazer esta denúncia porque tenho a impressão de que a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo fez outra bobagem jogando nas costas do povo mineiro o pagamento à Minas Arena, no meu entendimento, irregular, do Mineirão.

O deputado Pompílio Canavez* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. A respeito da privatização da Vale do Rio Doce, na quinta-feira presidei uma audiência pública na cidade de Ipatinga, sobre a Bacia do Rio Piracicaba e os afluentes do Rio Doce. A situação está completamente caótica. A Vale do Rio Doce é uma das principais empresas da região e é responsável pela baixíssima qualidade da água nas Bacias do Rio Piracicaba e do Rio Doce. Ouvimos Luciane Teixeira, do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias; Jusufith Chafit Felipe, presidente do Comitê de Bacia do Rio Piracicaba; Saulo Manoel, presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Câmara de Ipatinga; e diversos cidadãos sobre as angústias da região. Em Governador Valadares há carros de som pedindo à população que economize água porque, com a estiagem, a quantidade de água diminuiu muito, mas a quantidade de esgoto e de efluentes tóxicos continua grande. Como no ano passado, há surgimento de cianobactérias, algas prejudiciais à saúde. A região e o Rio Doce já foram os mais belos do mundo. O Rio Piracicaba e todos os rios da região estão pedindo socorro.

Temos, aliás, um vídeo feito pela competente TV Assembleia, que esteve lá conosco fazendo a cobertura do evento, mostrando os rios da região e falando dessa situação. Aliás, o vídeo pode ser acessado no *site* da TV. A nossa audiência foi realizada na quinta-feira. O jornal *Valor Econômico*, de São Paulo, trouxe na quarta-feira uma matéria de meia página falando da situação calamitosa da Bacia do Rio Doce. A própria Cemig, que tem uma usina ali, já a está desativando, não está gerando energia porque a água não é suficiente para isso. Não há mais condições de continuar assim a situação das bacias que compõem a grande Bacia do Rio Doce. A Vale do Rio Doce tem um projeto de criação de um mineroduto que leve para o Porto de Açú, no Rio de Janeiro, minério diluído em água. Fizemos há pouco uma audiência sobre esse mineroduto. A Vale está tendo de adiar seus projetos porque não há água em quantidade suficiente. A qualidade nem se fala. Em Ipatinga e em toda a região, a situação é lamentável. Estamos fazendo audiências públicas em todo o Estado para conhecer a realidade das bacias e das águas de Minas Gerais. É lamentável.

Estivemos em Lavras na sexta-feira, numa reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias, e o relato de todos os presidentes é que os comitês não têm condições de trabalho e que a qualidade no Estado é cada vez mais precária. Eram esses os meus posicionamentos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* - Deputado Durval Ângelo, vou pedir apenas 3 minutos a V. Exa. antes de sair para a Cemig.

Já relatei a V. Exa., como presidente da Comissão de Direitos Humanos, um fato muito triste por que passei estes dias. Minha filha, que era estudante do Colégio Tiradentes, sofreu assédio moral dentro da própria escola. Não sei se algum desafeto, Deputado Durval, por não ter coragem de atentar contra mim, atentou contra minha filha. Ela é uma menina de 16 anos e aluna da instituição.

O Colégio Tiradentes mudou o uniforme. Minha filha, com febre alta, com a garganta inflamada, deslocou-se até o colégio. Ela estudava pela manhã e às 6 horas pegava a *van*. Como o colégio não tinha o uniforme disponibilizado para vender, por ter sido mudado, minha filha colocou uma blusa de frio na mesma cor do uniforme. Foi abordada dentro da escola, literalmente aos gritos, por uma vice-diretora, que mandou que ela tirasse a blusa. Minha filha disse à diretora que não havia uniforme para vender. Como mudou o uniforme, a Citerol, que é a loja própria que o vende, não tinha naquele momento. Ela disse que eu havia tentado comprar, mas não havia na loja. A vice-diretora, aos gritos também, disse que não era problema dela, mas da Diretoria de Ensino da Polícia Militar. Então, minha filha retirou a blusa e foi para a sala de aula.

Depois que a aula terminou, ela saiu da escola para pegar a *van* e, do lado de fora da escola, foi abordada novamente pela diretora aos gritos, dizendo - não sei de onde tirou essa norma - que a menos de 100m da escola não poderia colocar a blusa de frio. Mesmo estando com febre e com a garganta inflamada, ela não permitiria. Minha filha foi para casa abalada e não me contou nada. Recebi, então, vários telefonemas de pais e mães de alunos me contando o fato. Quando liguei para minha filha, a primeira pergunta que ela me fez, chorando, era sobre quem havia me contado.

Diante dessa abordagem aos gritos, no meio da rua e dentro da escola, minha filha não quis mais voltar ao colégio. Tive de tirá-la no meio do semestre e matriculá-la em outra escola. Está passando por tratamento psicológico. Abordar uma jovem adolescente de 16 aos gritos, na porta e dentro da escola, traz abalo psicológico.

Fiz denúncia ao comando da Polícia Militar e à diretoria de ensino. Para meu grande espanto, recebi ofício dizendo que a diretora foi advertida. Acho pouco para o fato.

Tenho procurado ser parceiro da Polícia Militar, mas quero mandar um recado aqui da tribuna desta Casa. Se os que não gostam de mim não têm coragem de lutar contra mim, não toquem em meus filhos. Se tocarem neles, "o buraco é mais embaixo", a coisa é outra. Deputado Durval, mexer com nossa família é um absurdo. Veja que minha filha teve de mudar de escola e ir para outra. A diretora foi simplesmente advertida. Não tenho nem palavras para continuar. Vou pular este assunto para não permitir que a tribuna me influencie a dizer coisas que não devo.



Então, Sr. Presidente, vou pular este assunto, e estou tomando providências quanto a isso.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Não falo como presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas como educador. O ambiente escolar tem de ser um ambiente de diálogo. Paulo Freire nos ensinou que a educação só acontece na horizontalidade, no diálogo. A educação tem de ser sempre dialógica, tem de acontecer em um ambiente amoroso, de confiança, e não dessa forma. É lamentável o que aconteceu.

O deputado Cabo Júlio* - V. Exa. foi professor de colégio e sabe que não existe essa norma.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Sou professor há 38 anos; e do Estado, há 33. Comecei dando aula no Colégio Tiradentes, em Juiz de Fora. Na época que trabalhei lá - e o diretor era o padre e capitão Wilson Ghetti -, em plena ditadura militar, não tínhamos um ambiente desses.

Quero prestar solidariedade a V. Exa., pois tudo o que acontece com os nossos filhos é como se acontecesse conosco. Caso precise, a Comissão de Direitos Humanos estará à disposição. E, se for o caso, faremos uma audiência pública para discutir o que aconteceu na porta da escola. Não podemos ser coniventes com uma atitude dessas. Tem de haver punição a uma diretora que age dessa forma, pois ela não tem poder fora da escola. E é bom que se diga que sua filha estava com febre, passando mal, e a blusa era uma forma de protegê-la. É um absurdo o que aconteceu no Colégio Tiradentes de Betim. Essa situação é um absurdo.

O deputado Cabo Júlio* - Obrigado, presidente. Diante da minha discordância com essa punição branda - a diretora que está em um cargo comissionado -, o chefe do Estado-Maior, Cel. Brito, avocou essa decisão, e irei aguardar a decisão do comando para tomar as minhas providências.

Nesse final de semana estive visitando o Norte de Minas e fui à Penitenciária Francisco Sá. Primeiramente vou elogiar a penitenciária, que é de segurança máxima, onde há 311 vagas e 311 presos. Achei isso muito bacana. Mas chamou-me a atenção o fato de, no dia 29 de abril, ter havido uma tentativa de resgate de presos. Um preso simulou que estava passando mal, foi levado ao hospital, e lá houve uma tentativa de resgate, com bandidos armados de fuzil AK-47 e escopetas que atiraram contra os agentes de segurança prisional. E o agente João Alcides Freitas - até o visitei - levou um tiro de calibre 12, a queima-roupa. Quando ele chegou ao hospital, queriam amputar o seu braço e posteriormente concluíram que iriam tratá-lo.

Presidente, há quase cinco meses ele está usando uma espécie de tala que, se for solta, o braço se solta também. Relatei esse caso à Secretaria de Defesa Social, na pessoa do secretário Rômulo Ferraz, que é uma pessoa altamente competente, com quem estarei amanhã. Vou relatar o que está acontecendo com esse servidor de carreira da Seds, depois de quase cinco meses baleado, entre a vida e a morte, que quase perdeu o braço e não recebeu nenhuma visita. Presidente, para piorar, a psicóloga - pois houve o trauma de levar um tiro de calibre 12 a queima-roupa - que faz o seu atendimento o faz por telefone. Uma vez por mês liga para ele para perguntar como está. Ele diz que está sentindo dor e que não tem medicação. E sabem o que a psicóloga diz a ele? "Procure um posto de saúde e busque remédio." É um absurdo um servidor que está servindo ao seu estado, à segurança pública ser baleado e receber esse tipo de tratamento. O servidor se chama João Alcides Freitas.

Estive com o Alexandre Guerreiro, presidente da Associação dos Guardas. Visitamos a cadeia e o servidor em sua casa. Ele está abandonado, jogado e sem nenhuma assistência da Seds. Repito, amanhã levarei esse caso ao secretário Rômulo, pois tenho certeza de que ele tomará providências.

Por fim, presidente, quero falar rapidamente sobre as manifestações que aconteceram. Sabemos que manifestações são legítimas e necessárias para mudar este país, mas temos que fazer uma distinção. Como disse o jornalista Eduardo Costa, hoje pela manhã, no Conversa de Redação, policiais têm sido aviltados, não por manifestantes, mas por baderneiros e bandidos. Eles foram xingados, cuspidos, agredidos e atingidos por copos de urina e pedras. O pior é que aqueles que querem transparência e lutam pelo voto aberto nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais e no Congresso Nacional se escondem atrás de máscaras. É uma incoerência! As pessoas podem e devem se manifestar; o que não podem, deputado Rogério Correia, é quebrar lojas e sinais de trânsito ou agredir um policial que está cumprindo sua obrigação, mas que tem o seu coração na manifestação. Então, temos de saber diferenciar a pessoa que se manifesta por um país melhor de um bandido. Quem quebra coisas, como bancos e sinais de trânsito, e quem agride policiais é bandido.

Tenho muitas restrições a algumas posições da Cel. Cláudia e mais ainda do Cel. Carvalho, mas tenho de dar os parabéns a eles, porque, do ponto de vista profissional, foram impecáveis. Imagine o que é estar fardado, deputado Rogério Correia, e ser atingido na cara por um balão que uma pessoa encheu de tinta. Tem de ter muito sangue frio para aguentar isso. Imagine o que é um manifestante pegar um copinho cheio de urina, de xixi, e jogar na farda do policial. E dizem que esse é um preso político... Então, manifestar-se é importante e necessário, mas é preciso haver limite. Se a polícia passa do limite, mandam os policiais para a Corregedoria, mas nada se faz com o manifestante que passa do limite. Na manifestação que se fez durante o último jogo do Brasil, foi apreendido um cabo de escopeta calibre 12 - tiraram aquilo não sei de onde e jogaram na cabeça de um policial. Nas últimas manifestações, alguns policiais tiveram suas clavículas quebradas, mas ninguém fala nada, porque acham que isso é nossa obrigação. Um policial foi arrancado do cavalo e quebrou os dois braços na queda, mas ninguém fala nada. Outro policial tomou uma pedrada que perfurou o capacete, mas ninguém fala nada.

Então, temos de pensar no seguinte: a quem interessa uma polícia fragilizada? A quem interessa o Estado fragilizado? Uma comunidade de Belo Horizonte levantou um movimento para tirar a polícia dali: "Fora, polícia! Não queremos a polícia na nossa comunidade!". Depois, o serviço de inteligência descobriu que quem estava motivando o movimento eram os traficantes, porque queriam a polícia fora da comunidade para que pudessem continuar vendendo drogas. É isso.

Concedo aparte ao deputado Rogério Correia, por quem tenho grande carinho, respeito e admiração.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, deputado Cabo Júlio. Também gostaria de externar o meu ponto de vista. Sei que às vezes é difícil separar o joio do trigo, mas precisamos abordar um outro aspecto. Há pouco tempo, a imprensa brasileira, por interesses políticos e ideológicos - e não é segredo para ninguém que a maioria da nossa imprensa adora os tucanos e a direita brasileira -, decretou que o movimento era uma beleza. Quando estavam nas ruas jovens brancos, de olhos azuis, aqueles que



chamamos de “coxinhas”, eles foram muito bem tratados pela imprensa: “Que maravilha! O gigante acordou! Venham e se manifestem!”. Fizeram um verdadeiro alvoroço em torno daquilo e tentaram enquadrar neles bandeiras da direita, de partidos políticos conservadores. Enaltecemos o movimento; disseram que era contra a Dilma, etc. V. Exa. acompanhou tudo isso.

Agora a imprensa faz um movimento inverso. Evidentemente, não estou dando razão alguma a quem praticou atos do tipo que V. Exa. relatou, mas não é justo que a imprensa faça agora o movimento contrário: os que se manifestam hoje são vândalos e bandidos. Agora, de 16 presos, 11 são negros... Estes, agora, passam a ser, também generalizadamente, chamados de vândalos, porque a plataforma já não é a que interessa às elites do Brasil.

É evidente que concordo com V. Exa. : quem pratica atos como os que V. Exa. enumerou não pode ser tratado como os outros manifestantes. Mas a imprensa começa a generalizar para criminalizar o movimento social. Então, embora às vezes seja difícil separar uma coisa da outra, é necessário que o façamos, até para que não se comece um movimento à direita para criminalizar os que vão para as ruas. Aliás, muitos agora julgaram no intuito de fazer com que as manifestações se transformassem em manifestações anti-Dilma. Não conseguiram e passam a criminalizar o movimento.

Essas são as observações que gostaria de fazer do ponto de vista político-ideológico.

O deputado Cabo Júlio* - Gostaria de dizer que a PMMG não está nem à esquerda nem à direita, ela está onde deveria estar, cumprindo seu papel constitucional. Seja o comandante em chefe, o governador de Estado, de extrema-direita ou de extrema-esquerda, estaremos ali cumprindo o nosso papel. Então, eu não poderia deixar de parabenizar os policiais que ficaram na rua desde às 3 horas, trabalhando para que as pessoas pudessem manifestar-se. E se se manifestam, é bom, até porque nós já fizemos isso, mas exceder os limites, ninguém deve. Todos têm de saber o seu limite.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. a generosidade do aparte. A PMMG tem uma das missões mais difíceis do mundo, como toda polícia. O cidadão que vai trabalhar na polícia sai de casa pela manhã, e o filho dele não sabe se ele vai voltar à noite. Não dá para tomarmos uma postura demagógica de proteger quem vai para a rua oferecer-se para bater em policial. É achar que policial tem de apanhar calado. Isso é uma covardia com a PMMG. Isso é uma falta de respeito com o *cara* que vai para uma academia, se prepara, que passa a vida e o dia nos defendendo, defendendo nossa vida, defendendo nosso patrimônio.

Ouvi uma matéria ontem, deputado Cabo Júlio, no programa do Eduardo Costa, na Itatiaia, estupefacente, de um jovem que fez o seguinte: “Estou aqui. Vem *para a mão* comigo. Vamos *sair no braço*. Eu não tenho medo de bala, eu não tenho medo de morrer”. Fez isso na frente de um pelotão, de um batalhão. E achar que policial tem de aguentar esse tipo de coisa, ser achincalhado?

Olhem, no momento em que as pessoas perderem o respeito pela Polícia Militar, o caos estará institucionalizado em nosso país. A PMMG conta com toda a minha solidariedade e meu respeito. Claro que não para abusos, assim como abusos não podem ser tolerados, de políticos, de médicos, de advogados, de jornalistas. Ninguém que abuse, que exceda seu limite, em qualquer área que seja, merece nosso respeito. Agora, transformar bandido e baderneiro em herói e transformar policial que está na rua protegendo a população em bandido, isso nós não podemos aceitar.

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, conceda-me 30 segundos para concluir meu pronunciamento. Gostaria de dizer que os que lutam pela democracia são muito bem-vindos, mas achar que um cidadão que invade uma câmara municipal, que fica lá dentro fumando maconha, estuprando mulheres, como foi dito pela imprensa, é um herói!? Ai, nós temos de inverter e tentar descobrir qual é a polícia que nós queremos.

Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Luzia Ferreira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pela TV Assembleia, quero dizer que temos nesta Casa, em suas diversas comissões e atuações, deputados trabalhando incansavelmente para garantir melhores condições de vida aos mineiros, para que tenhamos um meio ambiente equilibrado, conforme reza a nossa Constituição.

Quero dizer que hoje, na Comissão de Meio Ambiente, aprovamos um requerimento meu e do deputado Fabiano Tolentino, sobre graves episódios envolvendo a questão ambiental, com claro prejuízo à saúde da população de Divinópolis, provocados pela Cosifer Siderurgia, situada no Bairro Manoel Valinhos, na Avenida Governador Magalhães Pinto, numa área hoje toda urbanizada, com moradores no entorno.

A siderúrgica estava desativada há aproximadamente dois anos, e a primeira suspeita nossa, dos moradores e até dos órgãos ambientais que notificaram e paralisaram as atividades da Cosifer, é que ela voltou a funcionar sem a devida manutenção dos equipamentos e, pior ainda, sem ter o licenciamento ambiental de forma correta, como prevê a nossa legislação. O material que apresentamos é composto por abaixo-assinado dos moradores e amplo diagnóstico que está sendo feito de casa em casa, para que cada família relate os prejuízos que está sofrendo.

Estive presente nesse bairro recentemente e ouvi depoimentos dramáticos dos moradores: aumento dos casos de asma, bronquite, doenças pulmonares - portanto, aumento do gasto com medicamentos -, doenças que têm levado pais de família a perder o emprego por reiteradas ausências do trabalho; denúncias de poluição ambiental e sonora que, durante a noite, impede os moradores de ter tranquilidade para dormir e descansar e, durante o dia, os faz conviver com o pó e a fuligem constantemente; aumento das contas de água porque têm de lavar as casas e os terreiros - todos apresentaram documentos que comprovam aumento do gasto do orçamento familiar em decorrência dessa poluição. Também Empresas que trabalhavam com confecção tiveram de mudar do bairro, dada a dificuldade de conciliar a sua atividade econômica com a poluição existente lá.

Quero chamar a atenção para o fato de que faremos uma audiência pública nesta Casa brevemente. Solicitei ao deputado Célio Moreira, presidente da comissão, que a marcasse já para a próxima semana, porque precisamos, com a máxima urgência, cobrar dos órgãos ambientais, especialmente da Feam - pois esse tipo de empreendimento exige licenciamento e fiscalização do governo do Estado - uma atenção toda especial no sentido de interditar o funcionamento da Cosifer, até que ela e os órgãos ambientais comprovem, por perícias e medições, que estão cumprindo todas as condicionantes e todos os requisitos preconizados em lei para não trazer prejuízo à população.



O poder público tem muitas demandas, sempre maiores que a própria capacidade de acompanhar e fiscalizar, mas acho que tem de haver um critério básico. Com aquele empreendimento que está causando impacto negativo, principalmente na saúde da população, não se pode ter boa vontade e delongar os prazos para o licenciamento e o cumprimento de medidas que garantam o funcionamento da atividade econômica dentro das normas ambientais corretas. Quando há um claro prejuízo, como verificamos aqui, é impossível pensar em dar prazo para que a empresa cumpra medidas de proteção e de diminuição do impacto ou mesmo se adeque à legislação em vigor. Acho que tem de ser o contrário: os órgãos ambientais têm de interditar a empresa, de forma que ela só volte a funcionar quando cumprir todas as normas ambientais.

Então fica aqui o meu apelo. Esse é o assunto de uma audiência pública que faremos brevemente na Comissão de Meio Ambiente. Mas é um apelo que já faço à Feam, para que, pela Supram Alto São Francisco, situada em Divinópolis, possa agir de imediato junto à prefeitura municipal, que tem o dever, em primeiro lugar, de defender a qualidade de vida e a saúde da população. Que ajam em conjunto para impedir que isso continue acontecendo.

Mais grave do que isso, Sr. Presidente, é que há suspeitas de que não é apenas uma poluição de particulados, de pó. Há também fumaça tóxica, assim como suspeita de que está havendo gases, que estão envenenando a população, ou seja, prejudicando, conforme disse, a saúde da população.

Na sua tese de doutorado, um estudante de química da universidade federal fez um monitoramento dos índices de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos nos materiais particulados atmosféricos de Divinópolis, já que é uma cidade onde há várias siderurgias, e verificou níveis acima do que é permitido por lei, mesmo pela nossa legislação.

Quero chamar a atenção desta Casa dizendo que a nossa legislação de qualidade do ar é de 1990. Hoje existem padrões internacionais muito mais rígidos do que os do Brasil. No entanto, mesmo considerando os do Brasil, encontra-se em Divinópolis uma qualidade de ar degradada e índices muito acima do que é permitido na nossa legislação.

Nessa pesquisa, o estudante Helvécio também confrontou os níveis de hidrocarbonetos nos particulados atmosféricos em Divinópolis - portanto, no ar - com a incidência de câncer pulmonar na cidade. Verificou que, em Divinópolis, há uma incidência muito superior em relação à média da população de outras cidades de Minas de câncer do pulmão. Obviamente que, para fazermos uma correlação talvez categórica, teríamos de elaborar mais estudos. Agora essa pesquisa é um indicativo muito forte, pois segue parâmetros científicos. A universidade federal foi até indicada para um prêmio por essa tese do Helvécio, que mostra o decréscimo da qualidade do ar gerada por hidrocarbonetos aromáticos. Aliás, essas substâncias cancerígenas podem estar aumentando a incidência de câncer na população de Divinópolis.

Portanto, quero fazer um apelo e dizer que a população dos Bairros Manoel Valinhas, Halim Suck e São Lucas e outros do entorno vivem hoje, no dia a dia, dificuldades de conviver com tranquilidade. Conforme disse, muitos já tiveram de perder o emprego por ausências reiteradas, além de sofrerem com o peso no orçamento vinculado ao aumento de gastos com remédios, material de limpeza e conta de água e luz.

Então, fazemos esse apelo aos órgãos ambientais para que ajam antes até dessa audiência pública, a fim de que a população tenha garantia de uma vida equilibrada no meio ambiente, como preconiza a nossa legislação - um direito de cada cidadão e cidadã do Brasil e de Minas Gerais.

Quero dizer a todos os que vivem hoje esse problema na cidade de Divinópolis que tanto eu quanto o deputado Fabiano Tolentino e certamente a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa lutaremos aqui pela urgente realização dessa audiência pública, a fim de que as medidas sejam encaminhadas oficialmente em nome desta instituição aos órgãos competentes.

Sr. Presidente, ontem ocorreu a reunião da executiva estadual do PPS. Analisando o quadro político nacional e a nossa situação econômica e política, nós, como PPS, que nos situamos no campo da oposição no plano federal, num debate já aberto no partido sobre os rumos para as eleições de 2014 - sobre com qual projeto político nos alinharemos -, queremos dizer que a comissão executiva do Estado encaminhou uma oposição formal à executiva nacional para que o PPS considere, em primeiro lugar, a candidatura do senador Aécio Neves para representar o campo da oposição nas eleições presidenciais de 2014.

Consideramos que o senador Aécio Neves representa hoje um amplo anseio de mudança presente no Brasil para um crescimento econômico sustentável, que garanta emprego, distribuição de renda, políticas sociais urbanas e respeito à democracia e à ampliação de direitos. Acreditamos que essa capacidade de diálogo, de construção de ampla aliança e de liderança, demonstrada em Minas Gerais, possa ser muito importante no momento em que o Brasil precisa de novas energias, para continuar a buscar o crescimento e resgatar a enorme dívida social de desigualdade que temos.

Então, deixo isso aqui. É amplamente majoritária a posição do PPS de Minas Gerais para que o PPS nacional considere, em primeiro lugar, o apoio à candidatura de nosso senador Aécio Neves para representar a oposição nas eleições de 2014.

Também quero fazer formalmente a entrega deste relatório à Presidência desta Casa. É o relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito que investigou a violência contra a mulher no Brasil. A presidente era a nossa deputada mineira Jô Moraes, que nos entregou, na semana passada, este relatório com as conclusões, diagnósticos e recomendações para coibir a violência contra a mulher no Brasil.

Quero ainda lembrar que esta Casa foi a única assembleia do País que também instalou uma comissão de investigação da violência contra a mulher. O nosso relatório está incluído neste relatório final, como uma contribuição importante da Assembleia de Minas a esse debate; mais do que isso, com as medidas e sugestões de alteração da legislação em âmbito federal.

O Senado já aprovou a primeira medida que consta neste relatório: transformar a violência contra a mulher em crime hediondo. Então, aqui também há sugestões de alteração da legislação, como as sugestões produzidas por esta Assembleia depois de seis meses de funcionamento da comissão. Algumas já estão sendo implantadas pelo governo do Estado, como o monitoramento da medida produtiva de distanciamento, com o uso da tornozeleira eletrônica, a melhoria da coleta de dados de violência, inclusão oficial. Um dos grandes desafios são os dados da ocorrência da violência, para fazermos um planejamento adequado das políticas públicas, e outras medidas de integração dos diversos órgãos, para que haja mais eficiência e eficácia no combate à violência contra a mulher.



Então, quero oficialmente entregar este relatório à Presidência da Casa para consulta, registro e elaboração de políticas públicas que possam contribuir de forma mais acelerada para que erradiquemos a violência generalizada, um dos piores males da atualidade, que atinge não apenas a mulher, mas também a criança, os adolescentes, toda a família e a sociedade. Muito obrigada.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sra. Presidente, deputada Rosângela Reis, e Srs. Deputados, em primeiríssimo plano, quero agradecer a Deus por nos ter dado livramento durante o deslocamento que fazíamos pela BR-040, a uma visita à cidade de Paracatu. Tínhamos uma reunião agendada, um encontro, às 14 horas, em Paracatu, no sábado, deputado Adelmo, mas, após o chamado trevo de Pirapatos, na BR-040, depois do Distrito de JK, indo em direção a Paracatu, às 11 horas da manhã de sábado, com céu limpo, numa reta com excelente visibilidade, infelizmente fomos surpreendidos por um cidadão que conduzia uma picape dessas mais antigas. Ele saiu de trás de duas carretas e, na tentativa de ultrapassá-las, veio pela contramão. Por mais que o motorista fosse hábil e tentasse jogar o carro para o acostamento a fim de evitar o acidente, o veículo em que estávamos sofreu uma forte colisão e capotou por cinco vezes, ficando completamente destruído. Então, presidente, quero, primeiramente, agradecer a Deus por nos ter amparado, não só a mim, mas também ao Juarez Gomes, meu coordenador político, e ao Sílvio, meu motorista, que chamamos carinhosamente de Gaúcho; dois profissionais de altíssimo gabarito, pessoas com quem temos a maior satisfação em trabalhar. Deus nos amparou, presidente, num momento difícil.

Queria registrar, primeiramente, a fé que professamos em Deus, mas, em segundo lugar, a irresponsabilidade dos motoristas, porque a maioria dos acidentes ocorrem por imprudência e falta de responsabilidade de pessoas que estão conduzindo veículos e nem sequer avaliam as vidas que estão nos outros veículos. Portanto o cidadão, às 11 horas da manhã, em uma reta, com visibilidade era perfeita, que sai de trás de duas carretas e vem pela contramão comete um total desrespeito não só às leis de trânsito, mas a qualquer lei da física, porque dali não havia como sair. O veículo capotou por cinco vezes. Eu e o motorista sofremos algumas escoriações, e eu ainda um pequeno corte no pulso e uma costela trincada. Então quero registrar esse fato e fazer nosso agradecimento a Deus por estarmos aqui hoje, novamente, em nossas atividades parlamentares.

Outro assunto que queria registrar agora, Sr. Presidente, ilustre deputado e companheiro Adelmo Carneiro Leão, é que aprovei dois requerimentos na Comissão de Segurança Pública para parabenizar a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais. Mais uma vez, ela é digna de nosso reconhecimento e de nossos elogios no que diz respeito às manifestações de 7 de setembro, no sábado passado. Queria parabenizá-la porque, infelizmente, uma minoria de pessoas está aproveitando os momentos de manifestações para praticar diversos crimes, como formação de quadrilha, desacato às autoridades, dano, depredação ao patrimônio público e lesões corporais. Ou seja, parte dessas pessoas vem praticando uma série de crimes na tentativa de dizer que é um movimento com ideologia anarquista e que querem mudar o Brasil e a forma pela qual o País vem sendo conduzido do ponto de vista político e de suas instituições.

Quero registrar também que aprovamos requerimento na Comissão de Direitos Humanos, endereçado ao Judiciário, para que seja firme em suas decisões em relação às prisões desses criminosos.

Eu tenho enorme respeito por manifestações públicas, até porque sou fruto de manifestação pública enquanto trabalhador da segurança pública. Mas uma coisa é manifestar, dizer basta à corrupção, exigir mudanças e o voto aberto no Congresso Nacional. Aliás, esta Casa já deu exemplo para todo o País, e tive a grata felicidade de ser o autor da Emenda à Constituição nº 91, que acabou com toda e qualquer votação secreta no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Mas não se pode confundir isso com o grupo chamado *black bloc*, cuja ideologia é a anarquia, a ausência de poder constituído.

Como esses cidadãos imaginam uma cidade sem o poder público? Sem a coleta de lixo da prefeitura; sem o guarda municipal para controlar o fluxo de veículo e organizar o trânsito; sem a Polícia Militar para a manutenção da ordem pública e não deixar ocorrer assaltos, estupros, roubo a banco; sem o Poder Judiciário para dirimir conflitos; enfim, como imaginam uma cidade sem o poder público? Isso não é nem utopia, simplesmente não é possível existir. A não ser que voltemos ao estado da barbárie, da selvageria.

Existe um filme chamado *Gangues de Nova York* que ilustra muito bem essa situação. O estado de anomia, sem lei, sem ordem, o estado que esse grupo minoritário *black bloc* e alguns seguidores que vão nessa ondinha desejam, de desacatar o policial, jogar urina no policial, fazer gestos obscenos, desafiar a polícia em praça pública, chamá-la para o combate, à agressão, desrespeitá-la e desacatá-la, agredir a Polícia Militar, utilizando diversos objetos e instrumentos. São policiais que estão trabalhando, cumprindo o seu dever, honrando o compromisso de defender a sociedade e manter a ordem pública. Não porque seja uma condução individual dos policiais, mas porque existe um Estado Democrático de Direito.

Há pouco disse, em uma questão de ordem, que, quando usamos a expressão “Estado Democrático de Direito”, estamos dizendo o estado onde a lei impera. E a lei maior, a Constituição da República, diz o seguinte: “A segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos, e é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, através dos seguintes órgãos:”. Um deles é a Polícia Militar.

Então quero dizer ao comandante-geral da Polícia Militar, o Cel. Márcio Martins Sant'Ana, que a Polícia Militar está de parabéns mais uma vez, porque soube agir com seriedade, com equilíbrio, mas, acima de tudo, com firmeza. Algumas pessoas pensam que polícia não deve usar força. Para aqueles que pensam assim, vou fazer um alerta: polícia é a única instituição que detém o monopólio legal e legítimo do uso da força. Policial sem força, que é o núcleo do mandato de polícia, vira um vigilante de banco ou porteiro de prédio. Não existe forma nem fórmula de atuação de uma força policial para conduzir e controlar massas sem o uso de força, quando essa massa se volta contra o aparelho policial. Então, quero dizer que, mais uma vez, a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais está de parabéns.

Não podemos deixar que uma meia dúzia de moleques, criminosos, vândalos, venham romper com a ordem pública, diante do direito de ir e vir das outras pessoas, das pessoas que estão indo assistir a um desfile ou participar de algum evento. Não podemos permitir isso. A Polícia Militar está de parabéns. O Comando da Polícia Militar está de parabéns. Os policiais militares estão de parabéns, porque agiram de forma eficaz. Não há como controlar distúrbio de massa sem que a polícia tenha, no mínimo, condições de exercer a força. Alguns vivem no mundo da lua, no mundo da poesia, deputado Gilberto Abramo, e acham que a polícia vai



controlar distúrbio sem escudo, sem cassetete, sem bomba de gás de efeito moral e sem usar força. No dia em que a polícia não usar a força nesse tipo de distúrbio, ela será massacrada. A força policial perderá o sentido de existir.

Já encerrando minhas palavras, presidente, quero dizer mais uma vez que aprovamos o requerimento. Deixo novamente registrado que estamos aqui como guardiães, para dizer ao povo de Minas Gerais que também não aceitamos que uma meia dúzia de bandidos, de vândalos, venham insurgir contra a ordem legal, social e democrática do País. Obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/9/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Romel Anízio

exonerando, a partir de 16/9/2013, Leonardo Augusto Lopes Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Leonardo Augusto Lopes Silva para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando Ivone Pereira Alberton para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Romano Thomaz Frois para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.



ERRATAS

TERMO DE CONVÊNIO CNV/9/2013

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/8/2013, na pág. 29.

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/9/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/9/2013, na pág. 2, sob o título “Ofícios”, no ofício do Sr. Júlio César dos Santos Esteves, onde se lê:

“2.321/2012”, leia-se:

“2.321/2011”.

PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 416/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/9/2013, na pág. 10, onde se lê:

“Zé Maia, presidente - Jayro Lessa, relator - Adalclever Lopes - Rogério Correia - Romel Anízio.”, leia-se:

“Zé Maia, presidente e relator - Adalclever Lopes - Lafayette de Andrada - Rogério Correia - Romel Anízio - Jayro Lessa.”.